



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUIZ RIVADÁVIA PRESTES ALMEIDA

**TALHANDO UM GRUPO ÉTNICO,
O processo de recomposição identitária
nas comunidades quilombolas de
Serra do Talhado**

ORIENTADORA

Dr^a. MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA

CAMPINA GRANDE/PB – AGOSTO DE 2010

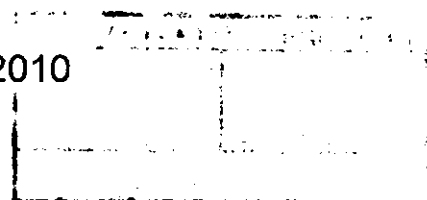
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS**

LUIZ RIVADÁVIA PRESTES ALMEIDA

**TALHANDO UM GRUPO ÉTNICO,
O processo de recomposição identitária
nas comunidades quilombolas de
Serra do Talhado**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFCG, COMO
REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, SOB A
ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA Dr.
MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA.

CAMPINA GRANDE/PB – AGOSTO DE 2010





A447t Almeida, Luiz Rivadavia Prestes
Talhando um grupo etnico : o processo de recomposicao
identitaria nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado
/ Luiz Rivadavia Prestes Almeida. - Campina Grande, 2010.
235 f. : il.

Dissertacao (Mestrado em Ciencias Sociais) -
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de
Humanidades.

1. Etnicidade 2. Quilombos 3. Relacoes Etnicas 4.
Identidade Etnica 5. Dissertacao I. Batista, Mercia Rejane
Rangel, Dra. II. Universidade Federal de Campina Grande -
Campina Grande (PB) III. Título

CDU 392(043)

BANCA DE EXAMINADORES

PROF^a. DR^a. Josefa Salette Barbosa Cavalcanti
(examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco/UFPE

PROF^a. DR^a. Marilda Aparecida de Menezes
Universidade Federal de Campina Grande/UFCG

PROF^a. DR^a. Mércia Rejane Rangel Batista
(orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande/UFCG

Para **Gal e Aisha**,
que andam todos os caminhos comigo;
para **Luiz e Nadir**,
que me indicaram os caminhos.

AGRADECIMENTOS

Estar agradecido, para mim, é fácil. Os gestos de outras pessoas para comigo despertam-me com facilidade esse sentimento. E com sorrisos e palavras é que sei expressá-lo. Mas, embora sinceros, o sorriso é tímido e discreto, e às palavras falta eloquência. Por isso sempre busco auxílio daqueles que têm o dom da palavra. Neste caso as palavras são de Marcel Proust, cujo conselho é que “Devemos agradecer às pessoas que nos fazem felizes... São elas os jardineiros encantadores que fazem nossas almas florescerem”.

Mas quando o “jardim” começou a ser preparado? Quantos “jardineiros” nele trabalharam? É difícil precisar. Por isso não é fácil dirigir agradecimentos, pois posso ser injusto nesta tarefa ingrata de não esquecer. Assim, agradeço a todos que de alguma forma permitiram a felicidade de completar esta dissertação. A quem achar que teve participação nela, conte com minha gratidão. Penso que este trabalho permitiu que algo em mim florescesse. E a quem tornou isto possível, vão meus agradecimentos, simples e verdadeiros.

A Deus, que minha falta de fé torna tão ausente, apesar, espero, de sua presença constante.

Como acredito que tudo tem ligação com tudo, este trabalho, então, começou antes de minha vida acadêmica. Assim, sou grato aos meus pais, Luiz e Nadir, pelos valores que me ensinaram.

Agradeço às minhas amadas esposa e filha, Gal e Aisha, por me apoiarem na manutenção destes valores e na elaboração desta dissertação. A estas, meu agradecimento é o amor que a elas dedico.

Em minha lembrança mais antiga de como cheguei a este tema está a figura da inestimável amiga e companheira de pesquisa e estudos Jordânia de Araújo Souza. A ela devo o tema e o local da pesquisa. Bem como a muitas horas de trocas de idéias; pesquisa e organização de material; leitura da dissertação e sugestões; artigos e trabalhos compartilhados; anotações e memórias... Enfim, pelo que lembro e pelo que esqueci, obrigado é pouco; e como sei que a amizade basta, conte com a minha.

À Professora Mércia Rejane Rangel Batista, são muitos os agradecimentos que devo pela preciosa (precisa) orientação neste trabalho. E isto não é pouco (a orientação, não a dissertação), porém, devo muito mais ao que ela representa em minha vida acadêmica, desde os primeiros contatos em aula, que me permitiram uma compreensão das idéias de

seus (nossos) “mestres, gurus e iniciadores” (Malinowski e Lévi-Strauss e Weber e Barth e...), passando pela compreensão do que é uma etnografia – descobrir o quê nas experiências dos outros nos leva a (re) pensar nossa vivência –, até à compreensão do que significa fazer antropologia – propor chaves interpretativas. Um dos objetivos, na tentativa de agradecer por isto, pela paciência e pelo incentivo, foi fazer com que este trabalho não a decepcionasse e nem destoasse de sua capacidade de antropóloga e educadora.

Eulália, bem-vinda ao cenário quilombola, e fico especialmente grato pelo seu sempre presente apoio e observações precisas. Obrigado pela companhia, pelo carinho, pela amizade, pela leitura atenta, pelas discussões, pela assessoria em assuntos técnicos e por tudo que estou esquecendo de mencionar. Também, com tantas coisas para agradecer...

Obrigado Antroponautas (Aluska, Enilson, Eulália e Jordânia) e ao ‘agregado’ Júlio César, pela companhia, pelo apoio, pelas discussões, pelas observações, pelos materiais, pela confiança em mim depositada, mas principalmente pela amizade, que fez deste empreendimento mais do que um trabalho acadêmico, transformaram-no em uma inesquecível experiência de vida compartilhada com pessoas queridas e inesquecíveis.

À professora Elizabeth Christina de Andrade Lima; obrigado pela confiança, oportunidades e compreensão, no PET e nas salas de aula; sem estes seria bem mais difícil chegar aqui. A sua orientação e o seu apoio – pessoal e profissional – foram fundamentais no meu percurso acadêmico.

Ao PET-ANTROPOLOGIA/MEC/SESu pelo apoio e pelas oportunidades de uma vida acadêmica mais rica e proveitosa. Isto significa agradecer a todos aqueles colegas que compartilharam comigo, neste programa, o aprendizado como cientistas sociais e como pessoas, tão bem transmitido por nossa incansável tutora Elizabeth C. A. Lima.

Agradeço particularmente à professora Maria da Conceição Van Oosterhout pelas orientações e incentivo durante a graduação.

À professora Marilda Aparecida de Menezes por compartilhar, em aula, seu inesgotável conhecimento, e pelas críticas e sugestões no desenrolar deste trabalho – na apresentação do projeto e na qualificação –, muito obrigado.

Aos professores da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Um especial agradecimento ao mais que colega, ao grande amigo Eugenio Pereira Neto; obrigado por compartilhar conhecimento e amizade.

Aos colegas da graduação e da pós-graduação, bem como aos funcionários da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Ruy Everson e Rinaldo, muito obrigado.

A todos os moradores de Santa Luzia, cidade que me recebeu tão bem e pela qual sou/fui arrebatado por sua gente e seus encantos. A gentileza e a cordialidade de sua gente me fizeram querer voltar sempre. Entre todos, muito obrigado tia Anita e Sandra. Obrigado ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, Bivar Duda.

Um agradecimento especialíssimo a Aderivaldo (amigo inesperado que a vida me deu), Seu Edmar, Dona Maria, Jaqueline e Jackson, bem como Seu Francisco e Dona Luzia, que fizeram de suas casas mais do que um abrigo, ali encontrei um lar em Santa Luzia; seu apoio e acolhimento foram fundamentais para a paz de espírito que tive em campo.

Por último, mas nem por isso menos importante (last but not least), ao contrário, para que tenha mais destaque, **ao encantador e bravo povo do Talhado**. Sem a colaboração de vocês este trabalho não teria se realizado; principalmente, sem a aceitação de minha pessoa em seu meio. Obrigado pela confiança, obrigado por me receber em sua comunidade, me aceitar em suas casas, me convidar para sentar a suas mesas, por compartilhar seus alimentos comigo, por me fazer digno de suas confidências. Não quero só agradecer, quero dedicar e dividir com vocês este trabalho.

Este trabalho não é mais do que uma ínfima parte da vida daqueles que fazem do Talhado uma comunidade tão sofrida e lutadora e com os quais tive o privilégio de conviver: Dona Rita Preta, Seu Sebastião Braz, Dona Joana, Céu, Manoel Divalci, Gilvaneide, Janaína, Seu Damião, Dona Maria Rita, Gileide, Jacqueline, Erico, Dora, Hilda, Da Guia, Titico, Cosme, Raquel, Dona Laura, Lúcia dos Santos, Dona Maria do Carmo (Nem), Seu José Batista, Nuna, Michaelly, Jéssica, Cássia, Anderson, Vitória...

Mais do que um “muito obrigado” que penso ser uma expressão que pode criar elos duradouros, meus agradecimentos são o doar, o colocar à disposição de todos vocês aquilo que tenho de melhor.

RESUMO

A partir da Assembléia Constituinte de 1988 a expressão *Remanescente das Comunidades de Quilombos* inscrita no artigo 68 dos ADCT vem suscitando discussões e impasses sobre a noção de *Quilombo*. Atualmente, extrapolando sua concepção histórica, ele tornou-se um conceito antropológico com o qual se procura dar conta de uma complexa realidade que diz respeito, entre outras coisas, aos direitos e à identidade das comunidades negras – não mais apenas as rurais, mas também as urbanas. As comunidades do Talhado (Comunidade Quilombo de Serra do Talhado e Comunidade Urbana de Serra do Talhado) em Santa Luzia/PB, auto-reconhecidas como quilombos pela FCP, são expressões concretas dos conteúdos daquelas discussões. O Talhado e a sociedade em que está inserido, Santa Luzia, constituem-se no cenário de relações inter-étnicas em que a recomposição da identidade étnica e os direitos de comunidades quilombolas, daquela, são questionados por segmentos da sociedade envolvente. O presente estudo procura mostrar o processo e as implicações de recomposição da identidade étnica do Talhado. Mesclando etnografia e pesquisa histórica discute-se neste trabalho o significado que termos como quilombo e quilombola assumem para a referida comunidade, e como a nova identidade gera novas relações dentro da comunidade e, principalmente, com a sociedade envolvente.

Palavras-chaves: Etnicidade. Quilombos. Identidade étnica. Relações étnicas.

ABSTRACT

Since the Constituent Assembly of 1988, the expression "Remnant of Quilombo Communities", inscribed in Article 68 of the ADCT, has caused debate and misunderstandings on the notion of "quilombo". Beyond its historical vision, it now became an anthropological concept with which we try to account for a complex reality that concerns, among other things, legal rights and identity of black communities, not just in rural areas but also in urban areas today. Communities of Talhado (Serra do Quilombo Community and Serra do Talhado Urban Community), in Santa Luzia, PB, recognized by FCP as quilombos, are concrete expressions concerning the contents of the debate. Talhado and the society in which it is inserted, Santa Luzia, constitute the scenario of inter-ethnic relations in which the recovery of ethnic identity and legal rights of "Quilombola" communities are challenged by segments of the surrounding society. This paper attempts to document the process and implications of ethnic identity reconstruction of Talhado. Merging ethnographic and historical research, this paper discusses the meaning of terms like quilombo and Quilombola as assumed by that community, and how the new identity creates new relationships within the community, and especially with the surrounding society.

Keywords: Ethnicity. Quilombo. Ethnic identity. Ethnic Relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Identidade étnica, diálogos teóricos e metodologia	13
Quilombo contemporâneo.....	20
Os processos de Auto-reconhecimento.....	22
O Talhado e o processo de Auto-reconhecimento quilombola	24
CAPÍTULO 1. SER OU NÃO SER – (identidade em recomposição)	41
1.1. EM BUSCA DO PARAÍSO PERDIDO – o contato com o Talhado	41
Origens	42
A Terra da Promissão (o Talhado no alto da serra)	44
O último Orixá (Seu Sebastião e o Auto-reconhecimento)	50
1.2 EM ARUANDA, GUIADO POR UM ORIXÁ – A identidade de Janaína	58
A inserção de Janaína	62
“Ser quilombola é chique”	68
CAPÍTULO 2. TERRITÓRIO E FRONTEIRAS.....	74
2.1 DO PARAÍSO À TERRA – o êxodo para a cidade.....	74
Reterritorialização – o Talhado na cidade.....	78
As louceiras do Talhado	81
Arte e sobrevivência, o barro e a música.....	87
Novas fronteiras.....	95
CAPÍTULO 3. NO PRINCÍPIO.....	103
3.1 NOVA IDENTIDADE	103
“Uma casinha qualquer no colo da serra” Talhado rural, economia	107
“Olha lá vai passando a procissão”, (religiosidade.....	112
De corpo e alma, cuidando da vida.....	120
Nós e os outros, o Talhado e as comunidades vizinhas	124
Aruanda – o filme de Noronha	127
Moldando a identidade quilombola	131
Aruanda – outra versão	137
CAPÍTULO 4. ANUNCIAÇÃO E ENUNCIAÇÃO	148
4.1 NOMINAÇÃO.....	148
O Tempo e a Criação.....	150
Tempo do grupo Zumbi dos Palmares	153
Nominação quilombola	160
Nominação nos tempos de Aruanda.....	163
A nominação contemporânea	169
4.2 NOMEAÇÃO	177
Olhares acadêmicos sobre o Talhado	180
O Talhado por si; e o Estado, por quem?	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
BIBLIOGRAFIA	201
ANEXOS	208

ÍNDICE DE FOTOS* E ILUSTRAÇÕES

Mapa Paraíba destacando Santa Luzia, João Pessoa e Campina Grande.....	35
Comunidades e territórios quilombolas auto-identificados na Paraíba	36
Planta geral de Santa Luzia	37
Planta do bairro São José, em Santa Luzia	38
Planta do bairro São Sebastião, em Santa Luzia	39
Mapa parcial do município de Santa Luzia.....	40
Árvore genealógica dos fundadores do Talhado.....	43
Vista panorâmica de Santa Luzia	45
Camoengo, queda d'água	49
Monte Serra Redonda	59
Estradas para o Talhado	76
Louças do Talhado.....	88
Casas no Talhado rural	109
Capela de São Sebastião.....	119
Casas no Talhado urbano	128
Serra do Talhado	152
A Igreja Matriz	162
Galpão das louceiras com o forno	179
Moldando o barro	194

* As fotos em que não consta a fonte são de autoria dos antroponautas© (Aluska Martins, Enilson Ferreira, Eulália Bezerra, Jordânia Souza e Luiz Rivadávia).

INTRODUÇÃO

Falar sobre o imponderável. É isto que deve fazer o etnógrafo. Esta é uma das primeiras lições que aprendemos quando começamos a estudar antropologia. Quem me ensinou isto? Bronislaw Malinowski. É inesquecível para todo cientista social, em especial aqueles que optam pela antropologia, a descrição de Malinowski sobre o seu sentimento de estar em campo, inexperiente e em meio a uma sociedade totalmente diferente da sua. Sem o conhecimento do idioma local. Do desespero e o do desânimo por conseguir pouco ou nenhum dado desejado. Este foi o começo dele (e o de muitos de nós); o começo, também, de sua teoria e, principalmente, o início da ordenação de seus princípios metodológicos. Princípios, pela primeira vez, tão bem ordenados, tão claros, tão oportunos, tão bem adequados ao fazer antropológico, à etnografia e à etnologia que ainda, atualmente, a muitos parece que este fazer antropológico começou com o próprio Malinowski, a ponto de alguns ainda o considerarem o “pai do trabalho de campo”.

Sim, é inesquecível para todos a famosa “imagine-se o leitor sozinho...”. Inesquecível, e além de tudo instigante, para mim, foi ler alguns parágrafos mais a frente o conselho dele para que se observe, se registre e se formule cientificamente *os imponderáveis da vida real*. É isto o que aprendi (no sentido de tomar conhecimento, reter na memória) dele, mas que ainda tento apreender (no sentido de compreender). Sim, porque, às vezes, este ensinamento me escapa quando ainda busco a “essência”, a “concretude”, a “prova” daquilo que pesquiso. Assim foi durante uma boa parte desta minha pesquisa; eu estava em campo atrás de algo ‘concreto’, algo que me ‘mostrasse a etnicidade’. Eu esqueci o inesquecível. Eu sabia que não podia ser assim. Que um grupo social nunca é homogêneo; sabia, porque aprendi que “há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos” (Malinowski, 1978, p. 29); mas ainda assim eu buscava aquele dado que seria A Prova documental desta identidade sobre a qual me propus a narrar o seu processo de construção.

Iniciei esta pesquisa sabendo, também da importância de uma fundamentação teórica e o quanto minhas observações estariam dirigidas por

ela, tal qual nos adverte E.E. Evans-Pritchard. Mas aprendi, igualmente, com ele, que “o antropólogo deve seguir o que encontra na sociedade que escolheu estudar” (1978 [1937], p. 300). Já em Marvin Harris (1983, p. 491-523) aprendi os conceitos *emic* e *etic*; mas foi sob a orientação da Professora Mércia Batista que apreendi o seu real significado, felizmente, um pouco antes de ir para campo. Mesmo sabendo por outras inserções prévias em campo, que não devia usar conceitos estranhos (etnicidade, identidade relacional) ao sujeito pesquisado.

Isto foi o que me ensinou a fazer antropologia – mas não apenas isto, pois certamente existe um pouco de Geertz, de Boas, de Lévi-Strauss, de Leach, de Mead, de Mauss, que nunca foi a campo e até de Tylor e de Frazer, que, segundo se conta, nem cogitavam de ir a campo. E este texto várias vezes ensaiado – no projeto inicial, no projeto concluído, em artigos para encontros acadêmicos –, apenas agora nestas primeiras páginas que saíram de súbito, só está sendo possível porque há poucos meses atrás é que me convenci que talvez jamais, eu ou qualquer outra pessoa, venha a conseguir A Prova; pois esta não é o imponderável sobre o qual devemos falar. A Prova concreta é o contrário do imponderável, é o mensurável; e não é sobre este que nos propomos a falar nas Ciências Sociais. Seguindo a conclusão de Descartes, ‘*penso, logo existo*’ podemos complementar dizendo: ‘*existo, logo vivo*’. E esta vivência, apesar de tudo o que nela há de concreto, os modos e os significados destes concretos e dos não concretos são os imponderáveis que têm uma existência tão real quanto aquilo que é concreto e mensurável. Imponderáveis são coisas como o sentir-se quilombola; o saber-se estigmatizado, discriminado, excluído; a importância das narrativas pessoais associadas a uma vivência coletiva.

A um desses imponderáveis é que se dedica a atenção desta pesquisa; seu objetivo é mostrar o desenrolar de um processo de recomposição identitária. Nela narro e busco compreender o processo de recomposição da identidade étnica dos moradores das comunidades do Talhado (a urbana e a rural) na cidade de Santa Luiza/PB, pensando a etnicidade enquanto uma forma de interação social (Barth, 2000), a partir de uma pesquisa que foi feita através de observações e conversas com pessoas destas comunidades que nos anos de 2004 e 2005 – respectivamente o Talhado rural e o Talhado

urbano – receberam da Fundação Cultural Palmares (FCP) a Certidão de Auto-reconhecimento como Remanescentes das Comunidades dos Quilombos.

Esta identidade étnica quilombola, nestas comunidades, vem sendo construída a partir de um processo em que a noção de quilombo, entre outros significados, se reveste especialmente com a conotação de resistência, de uma nova maneira de se relacionar com a sociedade envolvente e paralela à valorização do ser negro. Qual resistência e ao quê? Resistência pode ser entendida como obstinação e oposição. Obstinação dos moradores do Talhado em insistir em ser aquilo que se pensam; oposição àqueles que sempre os discriminaram por serem os “negros do Talhado”. Esta denominação, para alguns deles, é positiva; mas há uma parcela da comunidade para a qual ela é negativa; e para outros, ainda, está em processo de positivação com o reconhecimento como comunidade quilombola. Para os de fora, mas não todos, expressa negatividade. Resistem àqueles que os menosprezam; resistem aos que, na sociedade em que estão englobados, consideram os moradores do Talhado como inferiores, especialmente por serem negros. Esta resistência se constitui em uma relação, uma interação entre a comunidade quilombola e a sociedade não-quilombola.

A resistência que se opõe à sociedade envolvente leva a que todos os membros de uma comunidade se sintam como pessoas que comungam os mesmos interesses, os mesmos sentimentos, e a partir deles estabeleçam fortes relações sociais internas, que não excluem relações externas. Assim, o fortalecimento de uma identidade de grupo (neste caso a identidade étnica quilombola) serve, também, como uma forma de se relacionar com outros grupos sociais, sejam eles quilombolas ou não. Contudo, também nos defrontamos na literatura das Ciências Sociais e na observação empírica com situações nas quais a capacidade de construção de elementos aglutinadores de uma identidade se faz acompanhar por divergências e elaborações que podem ser distintas ou mesmo opostas.

A pesquisa empreendida tem a intenção de mostrar o Talhado em processo de recomposição de sua identidade. O conceito de identidade, neste trabalho é mais bem entendido se a ele for aposto o adjetivo *étnica*; esta expressão – identidade étnica – significa, aqui, as representações pessoais ou coletivas

marcadas pelo confronto com o outro; por se ter de estar em relação, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades são, mais do que isto, não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença. (BRANDÃO, 1986, p. 42)

Esta acepção de Brandão define bem o sentido relacional dado às identidades étnicas que foi proposto por Fredrik Barth (1998 [1969]). O sentido de relação proposto por Barth pressupõe o fluxo de pessoas através das fronteiras dos grupos étnicos opondo-se à idéia de fronteiras como um elemento que isola os grupos um dos outros. Este trabalho se propõe, assim, a focar as questões de fronteiras étnicas, a construção deste tipo de identidade, bem como as relações de poder, dominação e resistência que se apresentam neste referido contexto à luz das concepções sobre etnicidade de Fredrik Barth.

O diálogo aqui cultivado não pretende, porém, limitar-se às proposições de Barth. Paralelamente pretende estabelecer um diálogo com outras abordagens das ciências sociais, como as concepções de Pierre Bourdieu sobre identidade, representação e o poder de nomeação; ou ainda a noção de identidade étnica de Roberto Cardoso de Oliveira, noção esta que caminha paralela¹ com a de Barth. Cientistas sociais como Ulf Hannerz, Eric Wolf, Michael Pollak, José Maurício Arruti e James C. Scott, ainda que de maneira incipiente, me levaram a pensar o processo aqui descrito, mesmo que não tenha utilizado suas teorias como base da análise aqui encetada. Já a proposta metodológica de Erving Goffman, claramente exposta, de forma empírica, em suas obras, foi a inspiração, para a forma de exposição do tema deste trabalho.

A intenção destes diálogos não é a de confirmar as proposições de Barth, Bourdieu, Roberto Cardoso de Oliveira – autor este a quem recorri sistematicamente no início destas pesquisas, e cujas análises a respeito de etnicidade foram de inestimável contribuição para a minha compreensão do tema – ou as de outros pesquisadores ligados à Antropologia Política e à etnicidade chamados a ajudar-me a compreender, a partir de suas teorias, o

¹ O próprio Roberto Cardoso de Oliveira se considera, de certa forma, antecessor do núcleo da teoria de Fredrik Barth. Cf. Oliveira (2006, p. 21-22), nota de rodapé.

processo aqui narrado. Ainda que de modo geral haja uma concordância com muitas destas proposições, a intenção de evocá-los é no sentido de tentar compreender este processo de autoidentificação quilombola, ação esta que vem reconfigurando a relação entre os segmentos sociais aqui abordados, processo este que em alguns aspectos tem demonstrado uma semelhança parcial com outros casos de identidade étnica.

As identidades étnicas, que não se enfraqueceram e nem desapareceram como se pensou que iria ocorrer algumas décadas atrás – particularidades étnicas e nacionais não se desvaneceram. Foi o que constataram, já no início da década de 1960, estudos como os de Glazer e Moynihan (apud Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 69), e mais recentemente Eric Wolf (2003 [1988], p. 243) e Livio Sansone (2007, p. 17). Pelo contrário, estas identidades têm se fortalecido e são assumidas com mais transparência, orgulho e ênfase, ou na analogia de Manuela Carneiro da Cunha, pelo vigor que tem demonstrado sua persistência, considera ela que “a etnicidade é a Hidra do século XX”². A etnicidade não é mais entendida apenas como sinônimo de racismo, de uma diferenciação discriminatória. No decorrer do século XX a etnicidade passou da concepção de raça por várias outras concepções (sistema cultural; extensão do parentesco etc.). Atualmente as referências à etnicidade, nem com todas as discussões anteriormente ensaiadas, se livraram das desconfianças geradas a partir da antiga relação destes termos com as idéias racistas dos séculos XIX e XX.

Apesar destas desconfianças, e inclusive por causa delas, as discussões sobre etnicidade se fizeram mais prementes no campo das Ciências Sociais. Mais importante que a necessidade de esclarecer melhor os conceitos de etnia e de etnicidade, é o clamor do fenômeno da etnicidade a perdurar no meio das sociedades humanas que vem fazendo com que sejam necessários ainda estudos a respeito deste fenômeno.

Guerras étnicas; protestos de imigrantes; revalorização de manifestações culturais como o Toré entre índios do Nordeste brasileiro, atestam a persistência do fenômeno étnico. Independente de quais os motivos

² . Referência de Manuela C. da Cunha (1986, p. 99) à serpente monstruosa da mitologia grega. A Hidra tinha muitas cabeças. Quando alguém tentava cortá-las, da parte decepada brotavam mais duas cabeças, novinhas! Para evitar que isso acontecesse, era necessário atear fogo à parte cortada imediatamente.

de sua permanência – ou talvez deva dizer persistência de uma forma de ação e expressão coletiva, que de tempos em tempos se manifesta com maior intensidade e se apresenta com novas roupagens, mas mantém sua característica conservadora de diferenciar “os de dentro” e “os de fora” – sejam estes motivos econômicos, políticos, culturais etc. – a etnicidade, solicita dos cientistas sociais uma atenção mais acurada, pois as antigas concepções racistas que associam as diferenças sociais às diferenças biológicas, como o nazismo, também não desapareceram. O cenário atual dos enfrentamentos étnicos se torna mais complexo com o aparecimento de um segmento – em especial, os movimentos negros e segmentos sociais simpatizantes destes que vêm ressaltando os aspectos étnicos da sociedade brasileira – que também reconhece as diferenças raciais, mas que empreende a defesa de políticas afirmativas em prol das etnias discriminadas³. Embora tênue, há diferenças deste segmento com o segmento daqueles que reconhecem as diferenças étnicas e mesmo lutando, também, contra a discriminação racial, são contra as políticas de ações afirmativas por entenderem que estas pouco ou nada contribuem para a superação das discriminações étnicas, pelo contrário, consideram que as ações afirmativas instituem oficialmente e cristalizam a discriminação racial.

Estabeleceu-se toda uma polêmica a partir do uso do termo *etnia*, pois o mesmo é considerado um eufemismo empregado nas Ciências Sociais que visa evitar toda a conotação negativa da qual se reveste o termo *raça*⁴. Desta forma, o emprego do termo *etnia* visaria uma abordagem das questões referentes à raça e racismo a partir de aspectos mais sociais do que biológicos⁵. Do ponto de vista acadêmico é possível perceber a diferenciação que as Ciências Humanas fazem entre o aspecto biológico e o aspecto social; para elas está clara esta diferença. Ainda assim restam pontos a serem

³ Este quadro dos enfrentamentos inter-raciais e da posição das Ciências Sociais em relação a ele é destacado e discutido por Célia Maria Marinho de Azevedo em *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*, 2004.

⁴ Cf. Célia Marinho de Azevedo, *Anti-racismo e seus paradoxos*, 2004. Ver, também, Kabengele Munanga, *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo e etnia*, 1993.

⁵ A diferenciação de uma conotação social diferente de uma conotação biológica, ainda que de forma incipiente, começa a ser feita no século XIX por Vacher de Lapouge. Torna-se mais clara com Renan (*Qu'est-ce qu'une Nation?* 1887) e com Weber (deste ver *Relações comunitárias étnicas, em Economia e Sociedade*, v. I, pp. 267-277, 2004 [1922]). Poutignat e Streiff-Fenart traçam as transformações pelas quais passou a concepção de etnia em sua obra *Teorias da etnicidade*, 1998. Ver também Célia de Azevedo, *op. cit.*, p.27.

esclarecidos a este respeito. Sabendo-se que os problemas sobre raça e racismo dizem respeito a causas sociais, e é através das pesquisas sobre as sociedades humanas que aqueles devem ser enfrentados.

No Brasil, muito se tem a discutir sobre as questões étnicas. Talvez em função da hoje tão criticada quanto inexistente “democracia racial” ou porque o Brasil insista em perpetuar a “fábula das três raças”, tão bem diagnosticada e dissecada por Roberto da Matta⁶. O senso comum, no Brasil, ainda acredita piamente que há convivência harmônica entre negros, índios e brancos, e um grande segmento da população acredita que o pertencimento a um destes grupos ocorre automaticamente a partir dos caracteres físicos dos indivíduos. Prevalece a crença de que as coisas são assim mesmo e de que tudo está em seu lugar, pois esta é a sua ordem natural. Ou seja, no Brasil não haveria racismo; as diferenças sociais (e econômicas, e culturais, e de temperamento, e...) são determinadas pelo que a natureza prescreveu para cada *tipo racial*; o social e o biológico se misturam indistintamente.

Mitos e/ou ideologias, a ‘democracia racial’ e a concepção popular de raça são idéias amplamente aceitas pela maioria da população, enquanto que o termo etnia, mesmo com a grande divulgação que vem tendo pelos meios de comunicação – apesar de seu uso indiscriminado e muitas vezes indevido –, tem sido mais utilizado no meio acadêmico. E mesmo no meio acadêmico vem encontrando resistência com relação ao seu uso.

Desta forma, além da crítica à realidade de racismo vivida no cotidiano da nação e aos estudos sobre a questão racial desde Nina Rodrigues (1977 [1932]⁷) passando por Roger Bastide (1971 [1960]), Oracy Nogueira (1985 [1957]), pelo sempre tão decantado quanto execrado Gilberto Freyre (1977 [1933]), Florestan Fernandes (1965), Octávio Ianni (2004) e atualmente com Giralda Seyferth (1989), Kabengele Munanga (1998) e Célia de Azevedo (1987) (2004), entre tantos mais, é preciso considerar que por mais mítica que possa ser a nossa suposta democracia racial, e por mais execrável que possa ser a idéia vulgar de raça, estas são expressões que acabam tendo, no dia a dia, certa fluidez com o termo etnia. Ou seja, é preciso levar em conta que raça

⁶ Roberto da Matta, “Digressão: A Fábula das Três Raças: ou o Problema do Racismo à Brasileira”, pp. 58-85, in: **Relativizando**, 1987.

⁷ A obra de Nina Rodrigues, **Os africanos no Brasil**, foi elaborada entre 1890 e 1905 e foi publicada em 1932.

é uma categoria êmica, assim como etnia é uma categoria ética (externa), e que, por mais problemático que possa ser para nós cientistas sociais, dentro da realidade brasileira, raça e etnia, por enquanto, são termos equivalentes. Porém, se a questão das relações raciais tem se apresentado com algum destaque em inúmeros estudos que procuram por este viés explicar a realidade brasileira, e a questão étnica tenha ganhado destaque há pouco tempo, este não é um argumento, ao menos para nós, para que se afirme a inexistência da questão étnica no Brasil.

Se a questão étnica em outras nações do mundo geralmente apresenta um viés político, no sentido de busca pelo poder e de autonomia governamental e territorial, e até de enfrentamento cultural e bélico, é preciso entender que no Brasil a questão étnica se apresenta, principalmente, sobre a perspectiva de conflito social, em geral, expresso pela perspectiva econômica. E o fato de não demandar questões de autonomia territorial no sentido de criação de um Estado-nação independente, isto não a reduz a uma questão de racismo. A discussão sobre etnicidade que se engendra no Brasil não pode ser vista como uma questão inventada pela academia ou por movimentos negros, ou seja, uma etnicização do nosso problema de racismo. Se for reconhecido que os povos aqui encontrados à época do descobrimento e aqueles para cá trazidos, foram sistematicamente oprimidos e vítimas, inclusive, de etnicídio; sendo alvos, também, de um processo contínuo de ideologização para a criação de uma nação homogênea do ponto de vista étnico, a conclusão é que a questão étnica sempre existiu no Brasil, mas com uma conformação diferente daquela encontrada em lugares tais como a Europa ou os EUA. Isto impediu, e ainda impede que muitos pesquisadores não consigam vê-la. Por isso acreditam que se trata de um processo artificial que levaria à exacerbação do nosso "quase inexistente racismo", ao fim da nossa "democracia racial", que evoluiria para um estado semelhante ao das questões raciais encontradas nos EUA. Na verdade, considero que o que o Brasil vivencia é a emergência daquilo que por ter sido tão insistentemente evitado ficou durante muito tempo sem ser enfrentado.

Assim, não é de estranhar que grande parte da população brasileira desconheça e se admire a respeito da dimensão da questão étnica implícita na proposta de cotas para negros e índios nas universidades do país ou na

questão de reconhecimento identitário e fundiário de comunidades quilombolas. As questões étnicas no Brasil são desconhecidas por serem ignoradas, e são ignoradas porque são naturalizadas. Ao mesmo tempo, no cenário internacional se constituiu uma compreensão sobre as diferenças, que implica na exigência dos estados de acolhê-las e protegê-las. Penso aqui na adoção da Convenção 169 da OIT, por exemplo. Consideradas a partir de um ponto de vista histórico, este é fatalmente linear e estático.

Exemplo disto são os quilombos. Relegados ao esquecimento, ou talvez na "menos pior" das hipóteses, lembrados apenas nas páginas dos livros de história, foram varridos dos mapas, das lembranças dos descendentes que ainda vivem naquilo que deles restou e, principalmente, invisibilizados para o poder público que considerou esta uma questão resolvida com o fim da abolição, como se a imensa massa de negros aquilombados, a partir do status de libertos tivessem se tornado cidadãos iguais aos brancos. Foram transformados em vilas, arraiais, sítios, rincões, comunidades rurais negras. Não se resolveu, com a abolição, nem a questão do racismo, da etnicidade e nem dos quilombos.

* * * * *

Como é possível constatar em obras tais como a da antropóloga Eliane Cantarino O'Dwyer e do historiador Aldemir Fiabani⁸, o conceito de quilombo, no meio acadêmico, era definido e empregado quase que exclusivamente por historiadores. A partir da Constituição de 1988, a concepção de quilombo adquire uma nova dimensão ao ser inscrita no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual conferiu direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estivessem ocupando suas terras.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida⁹, investigando historicamente os parâmetros conceituais do termo quilombo, realiza uma

⁸ Eliane Cantarino O'Dwyer (org.). *Quilombos, identidade étnica e territorialidade*, 2002, p. 13. Adelmir Fiabani, *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*, segundo este historiador (p.263) "em 1888 acabou o fenômeno quilombola com o fim da escravidão. Passaram a existir comunidades negras", 2005, pp. 241-345.

⁹ Sobre o conceito "frigorificado" de quilombo, Almeida nos diz que, *quilombo* foi formalmente definido como "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele", p. 47. Alfredo Wagner Berno de Almeida, *Os Quilombos e as Novas Etnias*, 2002, pp. 43-81. In: Eliane Cantarino O'Dwyer (org.), op. cit.

redefinição do conceito de *quilombo*. Neste percurso Almeida constatou que a maioria dos autores que escreveram a respeito deste, se limitaram a abordá-lo sob seu aspecto jurídico-formal, definindo os quilombos como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Mas esta definição, de 1740, já era uma oposição e uma correção à definição de 1722, que considerava quilombo aquela aglomeração “onde estejam acima de 4 negros, com ranchos e pilões”, itens estes que demonstravam que um grupo de pessoas estava fixado a um dado local. Segundo Almeida (2002, p. 47) aquele é “um conceito que ficou, por assim dizer, frigorificado”. Apenas há pouco mais de duas décadas é que a concepção de quilombo passa a ser reformulada a partir de uma releitura, especialmente por antropólogos (o próprio Alfredo W. B. de Almeida, O’Dwyer, José Maurício Arruti, Ilka Boaventura Leite), à luz do atual contexto social e cultural dessas comunidades.

Os antropólogos através do Grupo de Trabalho da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) sobre Terra de Quilombo, reunido em 1994, definiram uma nova perspectiva a respeito da questão quilombola, cujo grande avanço foi o de incorporar o ponto de vista dos grupos sociais diretamente interessados.

Mas uma parte considerável da população brasileira, incluindo nesta alguns membros de comunidades negras ou de quilombos, além de setores acadêmicos, ainda entende *quilombo* segundo os antigos conceitos jurídico-formais, ainda que não exatamente com aqueles termos. Isto é facilmente constatável em uma rápida busca em livros didáticos, em dicionários da língua portuguesa e, até, como em nosso caso, em conversas com membros de comunidades quilombolas na Paraíba. No entanto, mais do que uma discussão acadêmica a respeito do conceito de quilombo, o que está em jogo é a organização, a continuidade, a qualidade de vida, o modo de ser e a posse de terras - entre outras questões não menos relevantes - das comunidades negras.

Esta questão é esplendidamente colocada por João Pacheco de Oliveira em **A viagem da volta** (1993, p. V). Sobre a pergunta se ainda “Existem índios

no Nordeste?”, considera que antropólogos, missionários e indigenistas respondem de modo afirmativo baseados no conhecimento do sentido do termo *índio* derivado da instância jurídico-política; mas para os não-especialistas a dúvida é recorrente (mesmo para os bem informados) devido à insatisfação “com o uso técnico do termo *índio*, que não coincide com as suas representações culturais”. A mesma explicação é extensível à situação instaurada a respeito das questões sobre quilombos. Para a antropologia os quilombos são um fato real e atual. Para não-especialistas vigora o estereótipo de uma comunidade “perdida no mato, morando em palhoças e composta por ex-escravos ou descendentes destes”.

Pode parecer trivial, mas um simples conceito sobre o qual parece não haver dúvidas pode ter uma considerável influência na formação de uma identidade e até no comportamento social dos membros de uma comunidade. Daí decorre a necessidade de uma maior quantidade e qualidade de estudos sobre etnicidade, em especial em nossa sociedade que insiste em desconhecer a existência de questões étnicas em seu meio.

Portanto, considerando a emergência e a persistência de identidades étnicas, as questões de racismo e o cada vez mais visível debate sobre quilombos, a idéia desta pesquisa é a de discutir o processo de construção de uma identidade étnica a partir do contexto que se constrói em torno da questão quilombola; e também, como ocorre a inserção social através da afirmação desta identidade.

* * * * *

No estado da Paraíba, hoje existem 33 quilombos identificados e 29 deles já receberam a certidão de auto-reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP)¹⁰, uma entidade pública vinculada ao MinC e dedicada a “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”, segundo consta da Lei nº 7.668, pela qual a FCP foi constituída¹¹. Existem no Brasil

¹⁰ Informações retiradas do site da FCP, consultado 25/08/10. www.palmares.gov.br/.

¹¹ Para maiores detalhes sobre a questão institucional, as comunidades auto-reconhecidas e a legislação referente à instituição da Fundação Cultural Palmares - FCP, bem como outras informações

mais de 2.790 quilombos, e 1.342 possuem o certificado de auto-reconhecimento emitido por ela. As comunidades quilombolas têm acesso a benefícios propiciados pelas políticas públicas de bem-estar social precisamente através do auto-reconhecimento e da titulação através da certidão de auto-reconhecimento emitidos pela FCP.

No entanto, apesar da importância deste auto-reconhecimento emitido pela FCP, ele, sozinho, não assegura que as comunidades quilombolas, agora garantidas por leis federais, automaticamente recebam os benefícios aos quais têm direito, inclusive a posse da terra que ocupam. Esta, aliás, é um ponto crucial dentro dos estudos sobre quilombos. A posse da terra facilita a estas comunidades sua autoidentificação como quilombolas. A importância desta relação entre comunidades quilombolas e suas terras já está amplamente reconhecida por aqueles que pesquisam estas comunidades e, também, pelo Estado brasileiro através de diversas leis e decretos em favor destas comunidades, bem como de instrumentos que viabilizam a aplicação destes, como é o caso do II Plano Nacional de Reforma Agrária¹², no qual é afirmado que,

O PNRA reconhece a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etnodesenvolvimento. (II PNRA, 2003, p. 8)

Cabe ao INCRA¹³ reconhecer e legalizar as terras dos quilombos, mas estas ações requerem relatórios sobre a ocupação destas terras e, particularmente, o reconhecimento da identidade étnica de seus ocupantes. Esta identidade, por sua vez, se desenvolve e se fortalece através de relações de parentesco e vizinhança, as quais permitem que, como constatou Cantanhede (2006, p. 27), os membros de uma “unidade social possam atuar de forma coordenada em outros planos, tais como o da micropolítica das

sobre esta instituição, consultar o site da web <http://www.palmares.gov.br/> (site consultado no dia 13/10/09).

¹² Como consta do II Plano Nacional de Reforma Agrária - Paz. Produção e qualidade de vida no meio rural. 2003, p. 8. In: www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf, site consultado em 01/10/07. Ver também Santos & Leite, Introdução, pp. 10-13, In: O INCRA e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas, algumas experiências, 2006.

¹³ Para mais detalhes consultar a Instrução Normativa nº 49 do INCRA.

associações de moradores”. Nisto se constata a estreita relação que se estabelece entre identidade étnica e posse da terra.

* * * * *

Os membros da Comunidade Quilombo de Serra do Talhado (certificada em 2004) e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado (nome oficial, autorreconhecido pela FCP em 2005) – esta se originou daquela –, ambas localizadas em Santa Luzia/PB (dos 33 quilombos paraibanos – certificados pela FCP –, este, junto com a comunidade de Paratibe, no bairro de Valentina em João Pessoa, é um dos dois quilombos urbanos da Paraíba) estão passando pelo processo de recomposição de sua identidade.

Esta recomposição identitária deve-se, em parte, pela migração do meio rural para o meio urbano e em função, especialmente, do auto-reconhecimento como comunidades quilombolas. Paralela a esta situação, ocorre a reivindicação, junto ao INCRA, pela demarcação de terrenos, no bairro onde se localiza a comunidade urbana. Existe também, em Santa Luzia, o bairro de São Sebastião (também chamado de o Monte), cuja expressiva parte dos seus moradores também migrou do Talhado rural para a cidade, o qual se encontra em processo para oficializar um auto-reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares.

Uma parte destas comunidades demonstra alguma dificuldade na apreensão da identidade de quilombolas e da dimensão do que significa em termos potenciais o auto-reconhecimento conferido pela FCP; mas vêm buscando junto a instituições públicas, privadas e com pesquisadores interessados pela comunidade, o estabelecimento de um diálogo sobre as possibilidades e o significado deste auto-reconhecimento; e já é possível perceber sinais deste entendimento e da efetivação da re-construção e da afirmação de sua identidade étnica.

Este processo de auto-reconhecimento de comunidades quilombolas que vem ocorrendo em todo o Brasil teve início com a nova Constituição Federal de 1988. Nela encontramos o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias cujo texto declara que “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida

a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (art. 68 / ADCT / CF1988).

Este hoje bem conhecido Artigo 68 levou a que o fenômeno quilombola passasse para outra etapa de sua história. Este fenômeno que não poucos historiadores já consideravam ser um fato restrito ao passado colonial e imperial de nossa nação, se transforma, agora, em um fato atual; mas agora ele passa a ter uma nova significação. Na verdade este fenômeno nunca ficou no passado. A literatura histórica considera que já em meados do século XVI, com a chegada dos primeiros escravos negros ao Brasil, tiveram início as fugas e a conseqüente formação dos primeiros quilombos. No entanto, se cessaram de se formar novos quilombos do ponto de vista jurídico, aqueles já existentes não deixaram de existir com a libertação dos escravos a partir da Lei Áurea. A perseguição e a discriminação com os negros, estas não cessaram. Se os quilombolas não mais se denominavam desta forma, é perfeitamente lógico que não o fizessem nem antes da abolição, afinal, qual fugitivo se diz fugitivo, sabendo que atrairá para si a atenção de seus perseguidores? Pois bem, continuaram (mas com uma nova configuração) na história com outros nomes e ressurgem com sua antiga denominação a partir da década de 1970, agora como movimento identitário.

A ressemantização do termo quilombo não ocorre a partir do Artigo 68 da ADCT; antes disto, os negros, muitos dos quais ligados aos movimentos negros, passaram a utilizar este termo para expressar sua luta contra o racismo e em prol do reconhecimento da cultura afro-brasileira, como também para renomear as antigas comunidades quilombolas com o intuito de valorizar a sua condição de afro-descendentes que ainda resistem a todo tipo de opressão.

A concepção de quilombo – em geral, entendida de forma negativa, um bando de negros, fujões, preguiçosos e perigosos; outras vezes vistos, os quilombos, de forma idealista, mítica e/ou romanceada, como Palmares é abordado em não poucas obras, que mesmo valorizando sua história, servem para ressaltar junto à sua brava resistência, especialmente a heróica vitória dos brancos – ganha, agora, uma nova dimensão. A principal transformação é que o conceito de quilombo, ao contrário do antigo, passa a ter uma concepção positiva, pois a ele é incorporada aquela idéia de luta e resistência dos negros

contra o sistema escravista que explorou a força de trabalho dos povos negros africanos.

O Artigo 68 veio a ser complementado pelo decreto 4.887/2003, o qual estabelece o seguinte em seus dois primeiros artigos:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

A partir do Artigo 68 e do Decreto 4.887 a Fundação Cultural Palmares deu início ao processo de identificação das comunidades negras espalhadas pelo Brasil. Neste momento o conceito de quilombo que já há algumas décadas vinha passando por uma reinterpretação – alguns movimentos negros viam no termo quilombo um sinônimo da rebeldia heróica empreendida por grupos de negros contra a exploração patronal –, sofre uma ressignificação. Até este momento a idéia predominante sobre quilombos era aquela que costuma se chamar quilombo histórico, que na melhor das concepções, possui o sentido de libertação da força de trabalho; na pior, era apenas um agrupamento de negros fugidos, rebeldes e marginais. Atualmente está sendo superada a noção histórica de quilombo, e vem se impondo a noção de quilombo contemporâneo¹⁴. Este se reveste do significado de uma luta pela liberdade; luta pela terra e/ou pelos direitos de cidadania dos negros; representa a

¹⁴ Para o conceito de quilombo contemporâneo, sigo neste trabalho, a definição de quilombo apresentada por Eliane Cantarino O'Dwyer em "Apresentação", *Revista da ABA*, (1995). Segundo ela, quilombo "não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução dos seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio".

resistência cultural e política dos negros frente à opressão e discriminação que não deixaram de enfrentar nem com o fim da escravidão.

Esta resistência, como afirmado anteriormente, além de oposição, obstinação e aversão aos grupos dominantes, ela é, também, interação e relação com estes grupos e comunidades que estão no entorno das comunidades quilombolas.

Pensando a partir da proposição de Barth, que entende as comunidades étnicas como sendo formas de organização social a partir das quais são estabelecidas relações sociais, o auto-reconhecimento atual das comunidades quilombolas e a concomitante (re)-construção de identidades negras pelo qual passam seus membros pode ser compreendido através de seu caráter político. Quero, no entanto, ressaltar que este não se trata de um processo exclusivamente político (No sentido restrito do termo, de relações partidárias – partidos políticos –, relações institucionais de poder. O sentido do termo *político* é o de relacionamento habitual entre pessoas com vista a atingir seus objetivos pessoais e coletivos); ele possui, também, uma dimensão simbólica que não pode ser relegada a um plano secundário. Como para muitos o político é simbólico, é preciso diferenciar mais ainda o que aqui denomino um e outro. Explicando o debate contemporâneo a respeito da questão étnica, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart diferenciam os pontos de divergências entre os teóricos deste campo. Entre estas, temos a concepção de etnicidade como fenômeno político versus a concepção de etnicidade como processo simbólico. De acordo com estes autores, o referido debate opõe,

Aqueles que atribuem a primazia a explicações da etnicidade em termos de relações de classe, de estatuto de poder, e aqueles para os quais é a construção simbólica da distinção cultural que fornece a base conceptual da etnicidade. [...] O desacordo recai na natureza da "necessidade" ou dos motivos que levam os grupos a se distinguir uns dos outros e a organizar suas relações sociais baseadas nestas distinções. Para uns, as necessidades subjacentes à definição das identidades étnicas são materiais (atingir o poder ou conseguir bens raros, estando os dois objetivos o mais das vezes ligados) Para outros, eles correspondem à necessidade de organizar de modo significativo o mundo social. (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 123-140)

Se a identidade étnica se presta para o estabelecimento de relações sociais (política como relação entre pessoas) com as sociedades dos "diferentes"; ela possui igualmente um significado para os seus portadores, que

define, organiza e dá sentido ao seu mundo. Mas a aceção de identidade étnica como forma de relação política resulta, portanto, na conseqüente interação com o outro, o diferente. Esta interação se não é de todo pacífica e harmônica, também não se constitui numa relação permanentemente hostil e sem trocas. Ao contrário, para Barth, é exatamente nos enfrentamentos – este termo tem o significado de ‘relação’ – entre os grupos étnicos que são definidas suas identidades.

Mas se as identidades étnicas não são dotadas, como se pensava, de um caráter essencialista, se elas são fluidas, são dinâmicas; se são dotadas de múltiplo caráter (político, simbólico, pragmático), afirmar, então, que são flexíveis e construídas tanto de dentro para fora como de fora para dentro, não significa dizer que sejam indefinidas e passíveis de serem facilmente conformadas, especialmente pelos de fora. Não, as identidades são também formas de um grupo resistir – ao afirmar o que são e o que não são, é uma maneira de dizer o que aceitam e o que não aceitam – àquilo que por vezes tentam lhe impor. E aceitar e transformar aquilo que vem de fora é, às vezes, não apenas uma aceitação tácita, conformista, mas sim uma forma de resistir. Assim, esta idéia de identidade étnica como forma de resistência, penso ser interessante aliar às concepções sobre etnicidade de Fredrik Barth, ou seja, identidade étnica como forma de organização social¹⁵ para empreender ações políticas, coletivas e individuais.

¹⁵ Pensando desta forma é que considero possível que venha ser feita uma análise das relações sociais do Talhado com a sociedade envolvente a partir das proposições de James C. Scott; especialmente com as idéias por ele desenvolvidas em obras como *Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos* (1990) e *Weapons of the weak: the everyday forms of peasant resistance* (1985). Nestas obras Scott analisa as formas cotidianas de resistência ensaiadas e levadas a cabo pelos grupos oprimidos em circunstâncias de extrema dominação e se (e nos) questiona de como estudar as relações de poder quando aqueles que não o possuem devem, freqüente e obrigatoriamente, tomar atitudes estratégicas perante os poderosos, os quais não explicitam suas intenções e seu poder. Segundo Scott existem discursos públicos (*public transcripts*) e discursos ocultos (*hidden transcripts*). No exercício da dominação é criado um discurso oculto, pelos dominados, que consiste numa reação, numa resistência perante o discurso público dos dominadores. Estes discursos se constituem em espaços de disputas de poder e de interesses. Scott considera que a resistência contra a situação de dominação requer a adoção de táticas contrárias que permitam erigir um sistema de defesa da dignidade dos dominados. De acordo com ele, esta é uma forma de ação política empreendida dentro dos grupos dominados. Diante da dominação sobre eles exercida, através de um poder perante o qual, geralmente, não podem fazer frente declaradamente, os dominados procuram resistir de forma velada organizando redes solidárias para se opor à opressão. Desta forma penso que possa haver uma complementaridade entre o ponto de vista de James C. Scott (práticas difusas para a resistência ao poder e à dominação) e o de Fredrik Barth. Esta análise não será levada a cabo neste trabalho, mas fica aqui a sugestão para que seja tentada em trabalhos futuros, pois podem levar a uma melhor compreensão do processo de formação de identidades quilombolas, inclusive a do Talhado.

Na cidade de Santa Luzia localiza-se a comunidade rural de *Olho D'água do Talhado*, ou simplesmente *Talhado*. Sua provável origem está situada em meados do século XIX, fundada por José Bento Carneiro, que conduziu uma boiada do Piauí até a Paraíba. Mas há, também, outras histórias a respeito! Existem especulações sobre a origem e a condição de escravo (ou não) de Zé Bento. E nos perguntamos, depois de ouvir membros da comunidade e pesquisadores: qual sua importância para as auto-representações da comunidade? Esta questão nos leva a indagar: o que se pensa sobre e a partir de um mito de origem?

Em 1960, o jornalista e cineasta paraibano Linduarte Noronha filmou no *Talhado* um documentário intitulado **Aruanda**. Neste, Noronha afirma que o *Talhado* foi um quilombo. Esta é a primeira menção do *Talhado* como sendo um quilombo. A partir de então foram realizadas várias reportagens chamando o *Talhado* de quilombo. Com base em que Linduarte chegou à conclusão de que o Talhado era um quilombo? Ou colocado de outra forma, pergunto: o que no contexto dos anos 60 permitiu ao cineasta e jornalista fazer tal classificação e qual o objetivo do exercício. Uma das possibilidades que se pode indicar é a procura de uma definição do Brasil num movimento de mudança (modernizadora ou não). Penso especialmente naquilo que vai desaguar no chamado cinema novo e na estética que serve de ideário. Filmar o mundo como é, na sua crueza, mostrando as contradições e, especialmente, a 'verdade' contida nos pobres!!!

Posteriormente o Talhado foi estudado, entre 1973 e 1975, num trabalho pioneiro no que se refere a comunidades negras, por Josefa S. B. Cavalcanti (1975), a partir de sua condição de comunidade camponesa, e teve descrita, por esta pesquisadora, atualmente professora da UFPE, a sua organização social e política. As questões étnicas, raciais e/ou quilombolas não foram abordadas por Cavalcanti por não serem tema de sua pesquisa e nem terem maior relevância no momento da pesquisa, tanto para a comunidade como para a sociedade envolvente.

O Talhado voltou a ser tema de uma nova pesquisa na área de Ciências Sociais nos anos de 2006-2007 por parte de José Vandilo dos Santos. Nesta ocasião a ênfase dada por este sociólogo foi na questão racial. O aspecto

étnico-quilombola foi apenas tangenciado e colocado de lado, também, por ainda não ter relevância no contexto local.

Em outubro de 2003, na cidade de Santa Luzia, foi realizado um seminário sobre cultura afro-brasileira. Este foi promovido pelo Pacto Vale do Sabugy – Paraíba. A partir deste encontro começou a se discutir se o Talhado era ou não um quilombo, e qual a possibilidade de se efetuar o seu reconhecimento como tal. Após reuniões com os membros do chamado movimento negro da cidade o assunto foi debatido na Câmara Municipal de Vereadores, onde foi aprovado um requerimento – assinado pela vereadora Terezinha Alves da Nóbrega – para que fosse encaminhado à Fundação Cultural Palmares uma solicitação para que se reconhecesse o Talhado como área quilombola.

Em 11 de outubro de 2004, foi entregue à comunidade, a Certidão de Auto-reconhecimento como comunidade quilombola. Em outubro de 2006 fomos pela primeira vez à Santa Luzia objetivando conhecer e realizar estudos de caráter sócio-antropológico na comunidade do Talhado¹⁶. Ao realizarmos nossas observações em Santa Luzia e na comunidade rural do Talhado, nos deparamos com depoimentos de próprios moradores que nos contam sobre suas dúvidas a respeito de o Talhado ser uma comunidade formada a partir de descendentes do ex-escravo Zé Bento. Alguns afirmam que o Talhado jamais foi um quilombo, pois isto implicaria na necessidade de se ter no passado a condição de estar ligado a um escravo fugido. Outros que nem sabem o que é um quilombo, e outros, ainda, que confundem quilombo com senzala. Há os que negam a identidade quilombola, mas não a ascendência negra; há os que negam as duas. Há os que se rejubilam com as duas. Há os que se sentem engrandecidos ao se descobrirem quilombolas. Tudo isto denota que existem

¹⁶ Em outubro de 2004, a cientista social, minha colega e amiga Jordânia de Souza Araújo, ao realizar uma pesquisa sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário, em Santa Luzia afortunadamente tomou conhecimento de que naquela data seria entregue pela FCP, o título de auto-reconhecimento como comunidade quilombola ao Talhado rural. Ela não teve dúvidas, embarcou na carroceria de um caminhão e subiu a perigosa serra de Santa Luzia onde pôde presenciar esta solenidade. Na festa do Rosário do ano seguinte lá estávamos nós, e ela junto, subindo a serra para um primeiro contato formal com o líder da comunidade, o senhor Sebastião Braz, com o intuito de pedir permissão para estudar a comunidade. Nesta primeira viagem, éramos quatro os “antroponautas” que se dirigiram ao Talhado (Enilson Fernandes, Eulália Bezerra, Jordânia Souza e eu, todos, na época, ainda membros do PET-Antropologia da UFCG) conosco iam o motorista Zé de Cosme e nossa guia e informante, membro da comunidade do Talhado urbano neta de Seu Sebastião, Janaina Santos. Nas viagens seguintes o grupo foi completado com os outros dois “antroponautas” (Júlio Gaudêncio e Aluska Martins) e nosso anfitrião (que também é um cientista social) José Aderivaldo.

formas distintas de construção de identidades. Olhando de um ponto mais próximo ao chamado senso comum e verbalizando alguns dos pontos de vista que captamos na região e que não parecem incomuns, se estendido para cenários mais amplos, podemos recuperar algumas das questões e agregar aí a leitura que fazemos do mundo e das questões étnicas que vem sendo estudado pelos cientistas sociais.

Mas por que quase todos, no quilombo urbano e no quilombo rural, aceitaram o auto-reconhecimento? Será apenas em função dos benefícios que poderiam advir do fato da comunidade ser um quilombo? Isto não será muito pouco para o tamanho empreendimento que significa a instauração de uma identidade étnica? Muitos benefícios sociais governamentais independem da condição quilombola! Os membros do Talhado podem ter acesso a elas mesmo sem serem quilombolas. Por que não houve rejeição quando Linduarte Noronha chamou a comunidade de quilombo? A partir do que surgem estes sentimentos e posições tão dispares por parte dos moradores e dos interessados no(s) Talhado(s)?

O quilombo do Talhado rural desde a década de 60 vem sofrendo uma considerável diminuição demográfica, quase todos se mudando para a cidade de Santa Luzia em busca de melhores condições de vida. O quanto isto tem sido difícil, devido a preconceitos da população da cidade em relação aos “negros do Talhado” (como são chamados), vistos como “violentos e cachaceiros”? Ao mesmo tempo, ser do talhado, da serra, é o modo pelo qual se instaurou uma identidade coletiva que não é tão facilmente descartável. Apesar da fluidez percebida no mundo da alta modernidade, num lugarejo como santa Luzia, os cenários são distintos e atravessados pelas relações que são aparentemente mais sólidas. (Vemos que aqui se instaura mais claramente o conflito inter-étnico). Assim, muitos evitam dizer que são do Talhado, deixando ficar latente sua identidade. Com a recente valorização da comunidade a partir do auto-reconhecimento pela FCP, muitos passaram a recorrer a sua identidade histórica¹⁷. Qual o motivo dessa súbita valorização do Talhado, e o que seus membros acham desta situação?

¹⁷ A respeito destas identidades, ver Roberto Cardoso de Oliveira, 1976.

Neste quadro está uma das questões que me levou a investigar: como os assim chamados *negros do Talhado* (este é o modo pelo qual são chamados quando em situação de interação em Santa Luzia) estão, no quilombo urbano e no rural, recompondo sua identidade - uma identidade que, no meio rural, também estava em transformação - e usando-a como instrumento político para interagirem com a sociedade local; que se surpreendeu com a repentina valorização da comunidade. Qual o significado desta identidade quilombola?

Alguns membros do Talhado se dizem excluídos dos benefícios; e, simultaneamente, não-membros acham que aqueles não têm direito às terras que ocupam no bairro São José, e reivindicam a posse destas, ainda em processo de demarcação pelo INCRA. Quem é (ou não é) negro? O que significa ser quilombola? Qual o seu espaço e seus direitos? Por que assumir uma identidade, em geral, tão estigmatizada? De que maneira as pessoas estão enfrentando esta situação?

A intenção desta pesquisa é mostrar como tem se desenrolado o processo de construção desta identidade étnica quilombola, enfatizando, principalmente, as motivações que levam a adoção dessa identidade. Para atingir este objetivo comecei a levantar dados, melhor dizendo, situações e opiniões dos moradores do talhado que mostrassem como se valiam desta identidade quilombola para interagirem socialmente; como se utilizam dela como estratégia de resistência e para a valorização da comunidade.

Paralelamente busquei identificar os elementos pertinentes à construção dessa identidade, usados em cada momento em que são acionadas as diferentes identidades utilizadas pelos membros da comunidade quilombola; e investigar como os membros da comunidade quilombola e os não-membros se representam e são representados, e como estas representações definem suas relações.

Nesta pesquisa parti da suposição que a adoção, pelas comunidades dos Talhados, de uma identidade étnica quilombola, de forma contrastiva, seria fundamental para seus membros, no sentido de se organizarem como grupo e para a valorização das pessoas e o desenvolvimento social da comunidade. Considerei, também, que a identidade étnica quilombola, pode fortalecer laços

comunitários e permitir uma inserção social favorável aos membros do Talhado dentro da sociedade envolvente¹⁸.

Esta pesquisa foi realizada a partir de duas estratégias, uma delas, penso que já esteja claro pelo anteriormente exposto e que considero ter sido a ação fundamental para levá-la a cabo, é o trabalho de campo, que não chegou a se constituir em uma etnografia; assim, talvez com muito boa vontade, possa se dizer que ele se constituiu num esforço etnográfico, devido às condições em que me foram permitidas realizar minhas observações. A outra estratégia, que pode ser considerada uma extensão da anterior, foi a de realizar entrevistas e conversas *informais* com moradores da cidade de Santa Luzia para saber a sua visão a respeito dos moradores do Talhado, bem como observar seu comportamento em relação àqueles. Grifo o termo 'informais', porque este realmente foi o clima em que foram conduzidas estas conversas. Em nenhum momento as conversas com os moradores destas comunidades foram realizadas a partir de algum roteiro prévio. Complementando estas estratégias, além da pesquisa bibliográfica, ajudou-me bastante um Seminário Curricular sobre a Antropologia e os estudos sobre quilombos, durante o qual pude ampliar os conhecimentos sobre a abordagem antropológica a respeito de comunidades quilombolas.

A utilização de entrevistas, levantamentos de dados junto à comunidade e instituições foram ações complementares às estratégias básicas. A proposta é a de realizar aqui uma etnografia e uma etnologia, ou seja, trabalho de campo e análise dos dados levantados.

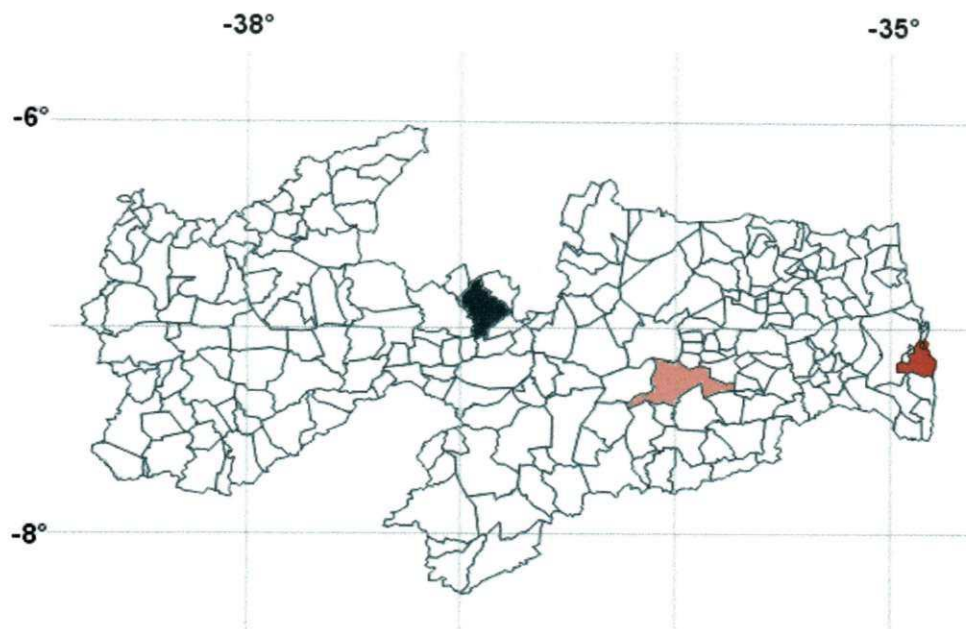
Neste ponto, acredito que é o momento de apresentar mais alguns destes dados sobre a construção da identidade quilombola dos membros do Talhado coletados através, principalmente da etnografia realizada. É, pois, no reconhecimento da importância da identidade étnica, neste caso, da identidade étnica quilombola (uma identidade para resistir e interagir), que penso se justifica o empreendimento deste estudo que tenta colaborar para o conhecimento a respeito da emergência e constituição da identidade étnica que

¹⁸ As expressões "sociedade envolvente" e "não-quilombola" são aqui utilizadas para designar todas aquelas pessoas ou grupos que não fazem parte do Talhado, especialmente a população do município de Santa Luzia, cidade esta da qual o Talhado faz parte, sendo, portanto, componente dessa sociedade. No decorrer deste trabalho serão esclarecidas questões tais como separação e convívio de grupos e a etnicidade dentro das sociedades complexas.

vem se processando em dois dos 33 quilombos paraibanos; neste caso a Comunidade Urbana de Serra do Talhado e a Comunidade Quilombo de Serra do Talhado. Este auto-reconhecimento e a concomitante valorização da identidade quilombola empreendida pelos moradores do Talhado se torna, a partir de então, mais evidente e dinâmico.

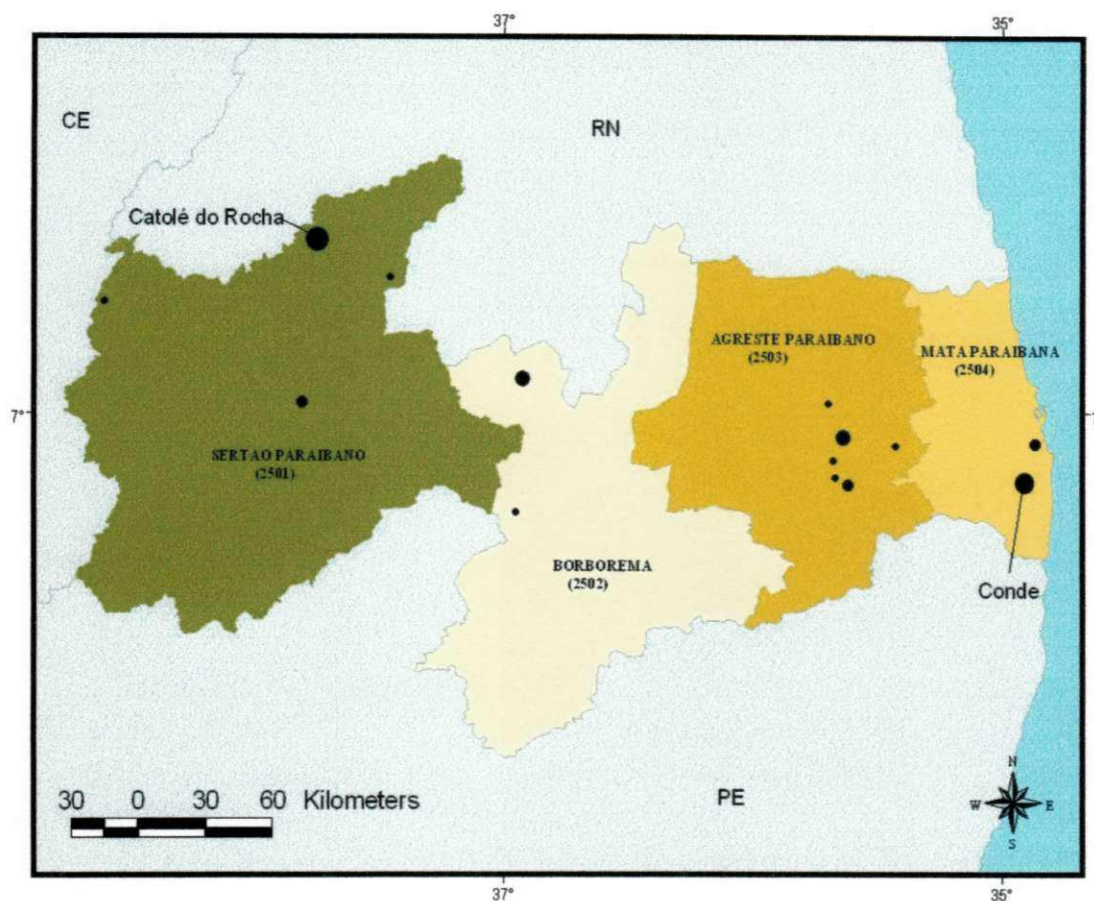
Paraíba

(divisão por municípios)



**Ilustração 1 - Neste mapa o município de Santa Luzia (06°52' S - 36°55' W) aparece na cor preta. A capital da Paraíba, João Pessoa, em vermelho. Campina Grande, na cor rosa.
Fonte: IBGE.**

Comunidades e Territórios Quilombolas Auto-Identificados na Paraíba



FONTES:
 FCP, UNB, SEPPIR, INCRA, UFAP,
 Programa Raízes, CEDENPA, NAEA
 (levantamento realizado por TRECCANI 2006)

ELABORAÇÃO:
 Coletivo LEMTO/UFF (Laboratório de Estudos
 de Movimentos Sociais e Territorialidades)

Fonte:

http://www.alexandrebrito.com/novosistema/mapas/quilombos_ident_geocod_pb.jpg

MAPAS DA CIDADE DE SANTA LUZIA Planta geral

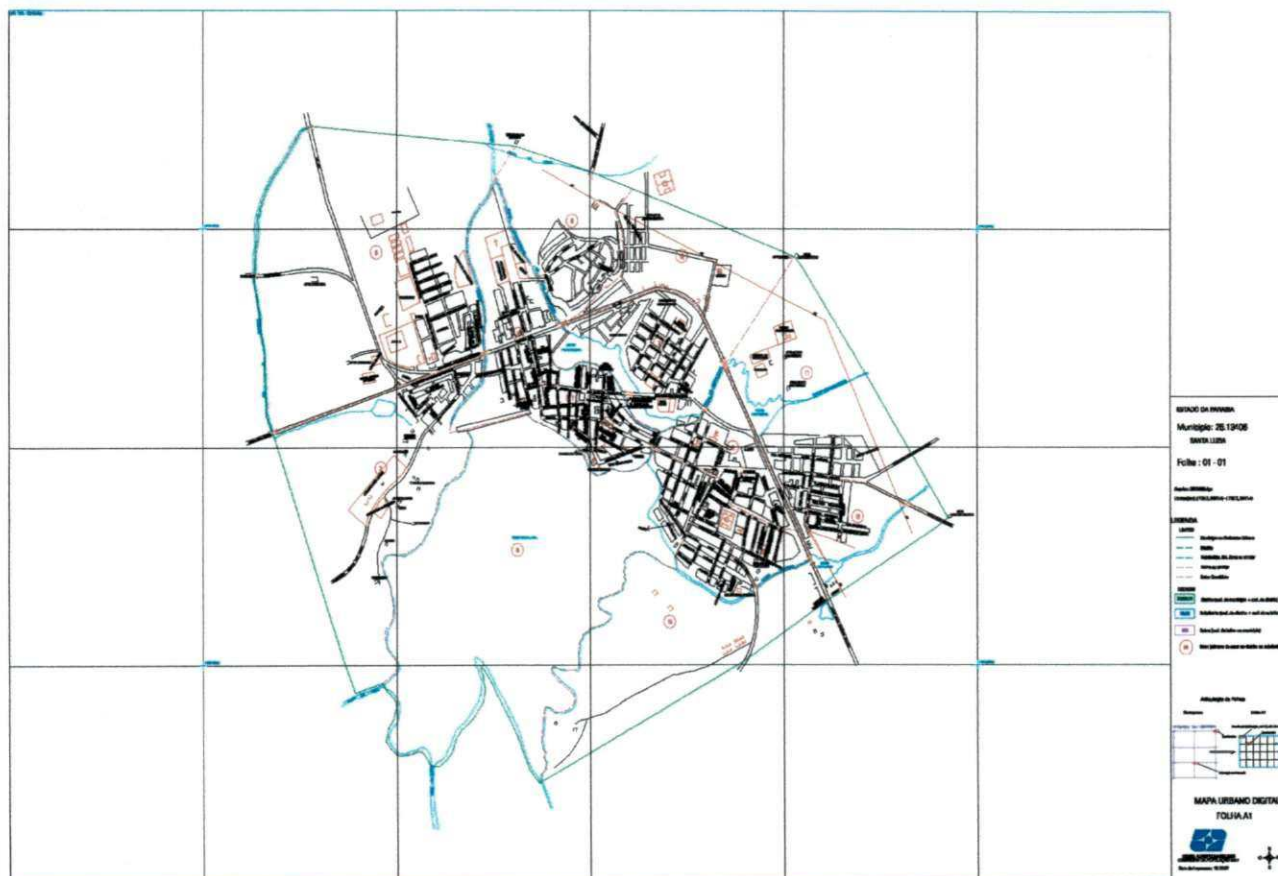


Ilustração 2 - O centro do mapa corresponde ao centro de Santa Luzia. Ao norte, também no centro do mapa (parte mais clara) o bairro de São Sebastião. A sudeste, o bairro de São José. Fonte: IBGE.

BAIRRO SÃO JOSÉ EM SANTA LUZIA/PB

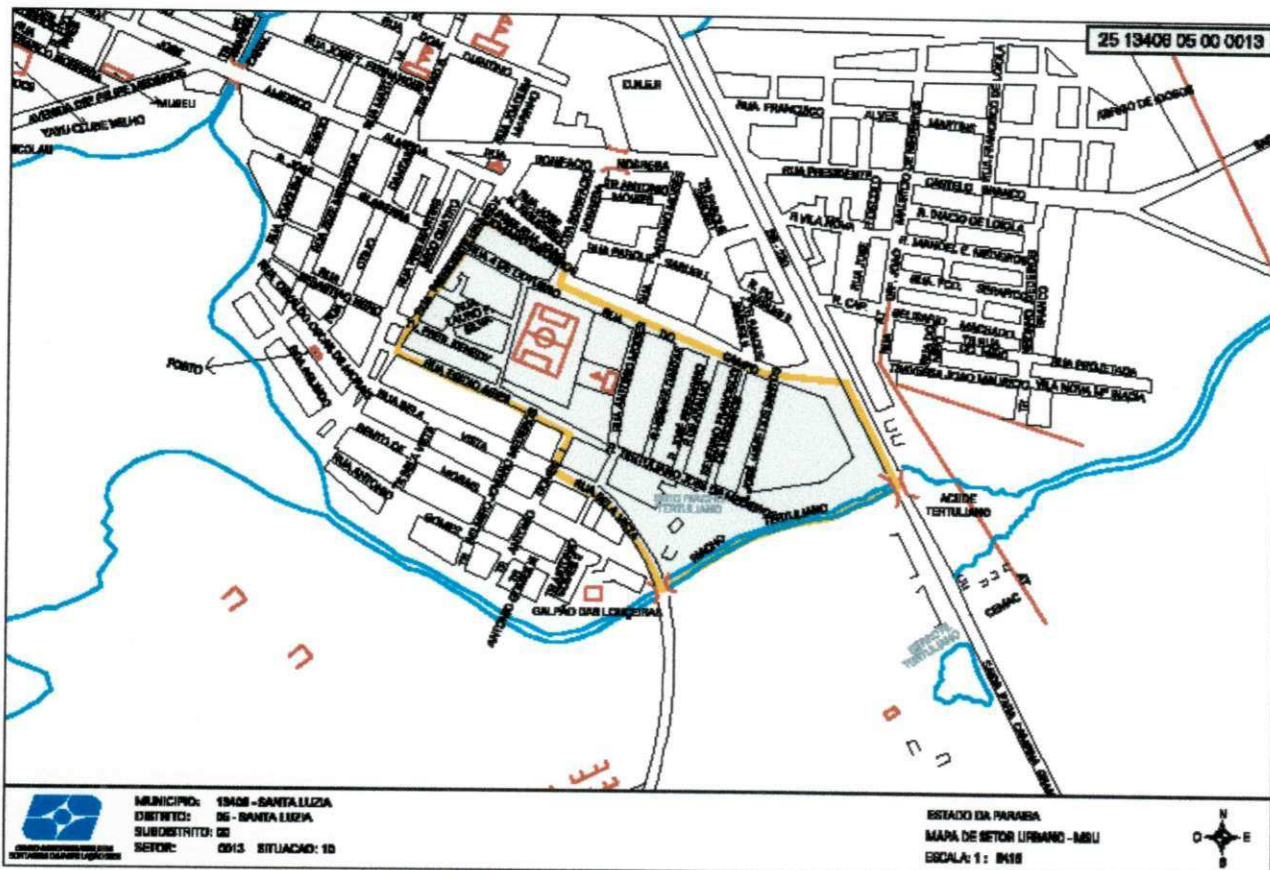


Ilustração 3 - Bairro de São José, em Santa Luzia, onde se localiza a Comunidade Urbana de Serra do Talhado. Nesta planta, o quadrado vermelho ao sul representa o Galpão das Louceiras, já nos limites da área urbana. Fonte: IBGE.

BAIRRO SÃO SEBASTIÃO (O MONTE)

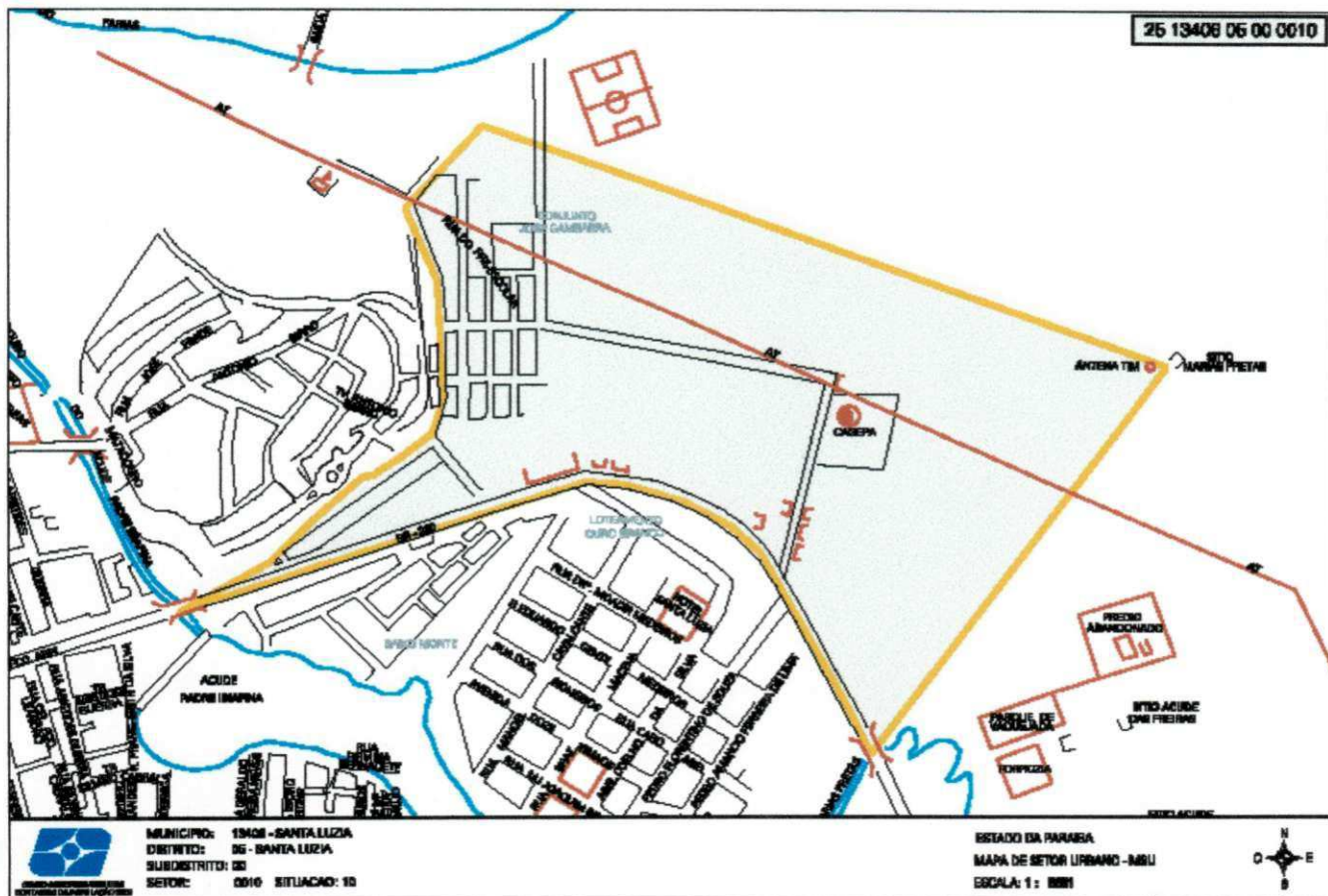


Ilustração 4 - À esquerda e acima nesta planta, o bairro de São Sebastião, onde está em processo de auto-reconhecimento junto à FCP (Fundação Cultural Palmares) outra comunidade quilombola de moradores do Talhado e de seus descendentes, que se instalaram neste bairro. Fonte: IBGE.

MAPA PARCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

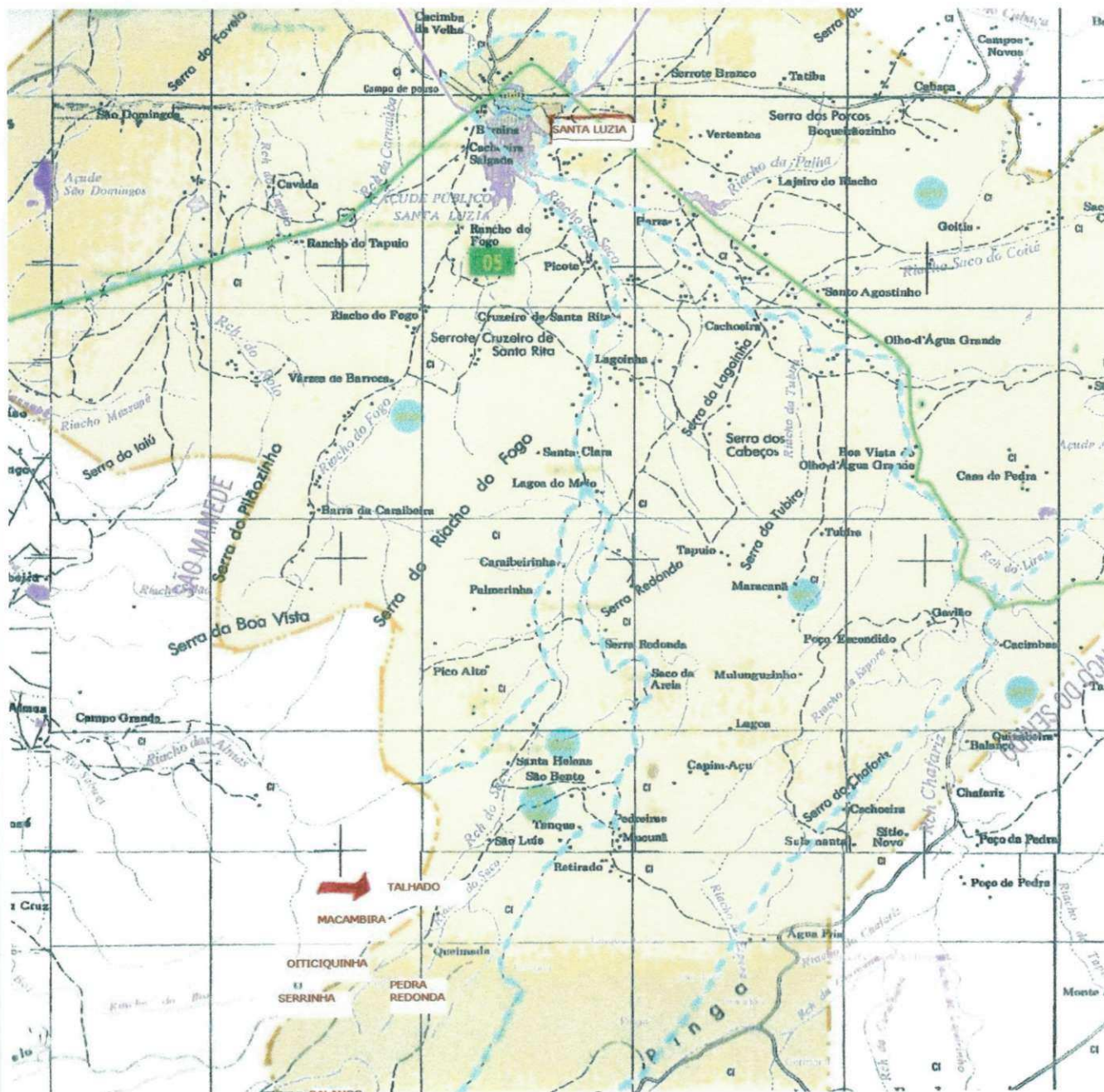


Ilustração 5 - Neste mapa em que aparece uma parte do município de Santa Luzia, a área urbana localiza-se no centro, em cima, junto à grande mancha lilás que representa o Açude Santa Luzia. O Talhado está indicado no centro, em baixo, por uma seta vermelha. A escala é de 1:100.000 Fonte: IBGE.

CAPÍTULO 1. SER OU NÃO SER

1.1 EM BUSCA DO PARAÍSO PERDIDO¹⁹

As coisas não são o que parecem ser
nem são de outro modo.
Surangama Sutra

O Paraíso está no alto da serra! Deus o fez muito agradável; excedendo o normal de outros lugares férteis. Os animais necessários ao homem vagueiam livres; as mais belas e aptas árvores ali estão; elas e os seus frutos são uns deleites para os sentidos. O homem não precisa arar a terra, pois, nesta terra, tudo o que está plantado dá; tudo que está embaixo da terra, também é de usufruto do homem²⁰. Mas para que serve um paraíso se não há quem o desfrute? Então... Colocou nele o homem, para frutificar, se multiplicar, encher e submeter a terra, para dominá-la. No princípio, o paraíso no alto da serra estava sem o homem. Mas um homem o encontrou, um homem e uma mulher. O primeiro casal do paraíso. E esse paraíso chamou-se Aruanda (A Terra da Promissão). Mas eles se viram nus, sem nada no paraíso, sem casa e sem comida – mas este paraíso terrestre mais parece ser o Paraíso depois da queda, do pecado. E tiveram que tirar dessa terra, com trabalhos penosos, com o suor do rosto, com o sangue das mãos, seu parco sustento. Tiveram que amassar o barro e vender a louça que o diabo comprou por um preço irrisório – já é a pura e absoluta queda. E quando os animais fugiram e as árvores não mais frutificaram e faltou madeira para entalhar e barro para amassar e a terra se tornou pequena para aqueles que se multiplicaram e a encheram... Os pais da humana prole viram seus filhos saírem do paraíso e se espalharem pelo mundo... E uma das paradas, foi Santa Luzia.

¹⁹ Esta é uma referência à epopéia de John Milton *Paraíso Perdido*, na qual canta o enfrentamento entre Deus e Lúcifer que se expressa na queda do homem pela desobediência dos pais da humana prole: Adão e Eva. A inspiração de Milton é a narrativa encontrada no livro do Gênesis. Este paralelo que faço entre o Talhado e o Paraíso das crenças Judaico-Cristãs me ocorreu após três anos de observações nestas comunidades e, também, depois de assistir o documentário de Linduarte Noronha no qual é contada a fundação do Talhado por um casal que vagava pelas serras de Santa Luzia em busca de uma terra para viverem. Noronha denominou este lugar, em que Zé Bento e sua mulher Cecília se instalaram, de Aruanda (título do filme) que significa lugar em que residem os Orixás e as entidades superiores, ou seja, o Céu, o Firmamento, estes com o sentido de plano espiritual. Mas também significa Terra da Promissão, a terra da bem-aventurança dada por Deus aos homens. Este paralelo se restringe apenas a esta idéia de ter e perder o Paraíso; de sair em busca de uma nova Terra da Promissão. O forte apego que a comunidade tem ao catolicismo também me inspirou esta comparação.

²⁰ Este trecho é uma paródia de versos do Canto IV de *Paraíso Perdido* de John Milton.

Localizada a 263 km de João Pessoa, aos pés de uma ramificação do Planalto da Borborema, na micro-região do Seridó, está a pequena cidade de Santa Luzia; conta com aproximadamente 14 mil habitantes e é conhecida como “A Veneza Paraibana”, pois está cercada por três açudes: o Açude Velho Padre Ibiapina, o Açude Novo Santa Luzia e o Açude das Freiras.

Neste município está localizada a Serra do Talhado e nela o Talhado, hoje oficialmente denominado de Comunidade Quilombo de Serra do Talhado, mas ainda chamado por todos simplesmente de Talhado.

No alto da Serra do Talhado encontramos uma localidade genericamente denominada de Talhado, distante 26 km da sede do município. Nela se localiza Olho D'água do Talhado, que é o nome específico de um dos vários sítios que compõem o Talhado. Mas Olho D'água do Talhado não é mais chamado assim, seu nome foi abreviado apenas para Talhado, e os outros sítios, tais como Macambira e Oiticiquinha, são chamados pelo seu nome.

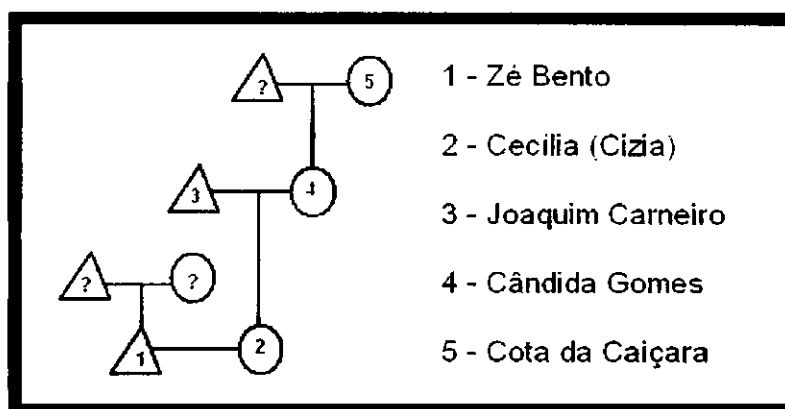
ORIGENS

Seguindo a memória de seus moradores (ao menos a memória presente), reportagens em jornais, o filme de Linduarte Noronha e a pesquisa de Cavalcanti (1975) (esta, o primeiro trabalho acadêmico a citar as origens do Talhado) temos sempre a mesma história, com pequenas variações, sobre as origens do Talhado. Seu primeiro habitante foi José Bento Carneiro. Este valente primeiro morador, Zé Bento, como é mais conhecido, teria sido um escravo alforriado que veio do Piauí com dois irmãos e teriam se instalado primeiro na Pitombeira (outra comunidade negra rural das proximidades e pertencente ao vizinho município de Várzea); de lá se mudou para o Talhado junto com a esposa Cecília Maria da Purificação.

Alguns dizem que ele foi um escravo que fugiu do Piauí e veio esconder-se na região de Santa Luzia. Há, ainda, a versão que ele saiu do Piauí conduzindo uma boiada para a Paraíba, aqui chegando resolveu fincar raízes. Zé Bento não teria vindo sozinho. Junto com ele vieram seus irmãos e se instalaram na Pitombeira; de lá, Zé Bento foi para o Talhado porque ali havia abundantes recursos naturais para ele exercer seu ofício de carpinteiro. Desta

sua arte de entalhar a madeira, especula-se, é que teria se originado o nome do local.

Outra variação nesta história registra que eram três irmãos que vieram do Piauí, ou fugidos, em algumas versões, ou trazendo uma boiada, de acordo com outras. Não voltaram e se instalaram na Pitombeira. Há quem diga que não eram três irmãos, mas sim dois amigos: um deles foi Joaquim Carneiro (que talvez tenha trazido irmão(s) e irmã(s)) e que pegou “a casco de cavalo”²¹ Cândida Gomes, filha de Cota da Caiçara uma cabocla “branca de olhos azuis”, expressão esta muito usada sempre que se fala na sogra de Joaquim Carneiro. O outro que veio do Piauí seria Manuel Bonifácio, que depois teria saído à procura de outras terras aqui na Paraíba.



Árvore genealógica dos fundadores do Talhado. Fonte: Nóbrega, 2007:52

A existência de uma irmã de Joaquim Carneiro é discutível, mas é uma personagem que aparece em algumas histórias. Mas ela tem até nome, Prudência, a qual seria a mãe de José Bento Carneiro, o Zé Bento. Este casou com Cecília Maria da Purificação, também conhecida como Cizia ou Mãe Cizia, e esta era filha de Joaquim Carneiro e Cândida Gomes, portanto prima cruzada de Zé Bento. Depois de casados teriam morado na Pitombeira; posteriormente Zé Bento trocou suas terras nessa localidade por outras no Talhado. Nesta região, enquanto Zé Bento se dedicava à agricultura, Cecília encontrou um barro propício para a confecção de utensílios domésticos de cerâmica; esta

²¹ A expressão *A pata de cavalo* significa resolver algo com violência. Esta expressão, *a casco de cavalo*, que é uma variação daquela, tem o mesmo significado, neste caso é o mesmo que pegar à força, raptar. Parece ter semelhança com o ‘pego a dente de cachorro’, expressão muito utilizada para indicar uma ascendência feminina e indígena pura. É uma expressão comum no interior da Paraíba.

arte passada de geração em geração, hoje é um traço característico da cultura do Talhado.

O tema do documentário **Aruanda** que o cineasta e jornalista paraibano Linduarte Noronha rodou em 1960 no Talhado é a origem, a paisagem e a vida dos moradores desta comunidade. No início do documentário há um texto onde Linduarte escreve: “Os quilombos marcaram época na história econômica no Nordeste canavieiro. A luta entre escravos negros e colonizadores terminava às vezes em episódios épicos como Palmares”. Ainda no mesmo texto, ele escreve: “Olho d’água da Serra do Talhado... surgiu em meados do século passado quando o ex-escravo e madeireiro Zé Bento partiu com a família a procura da terra de ninguém, com o tempo o Talhado transformou-se num quilombo pacífico”. A partir de então foram realizadas inúmeras reportagens chamando o Talhado de quilombo.

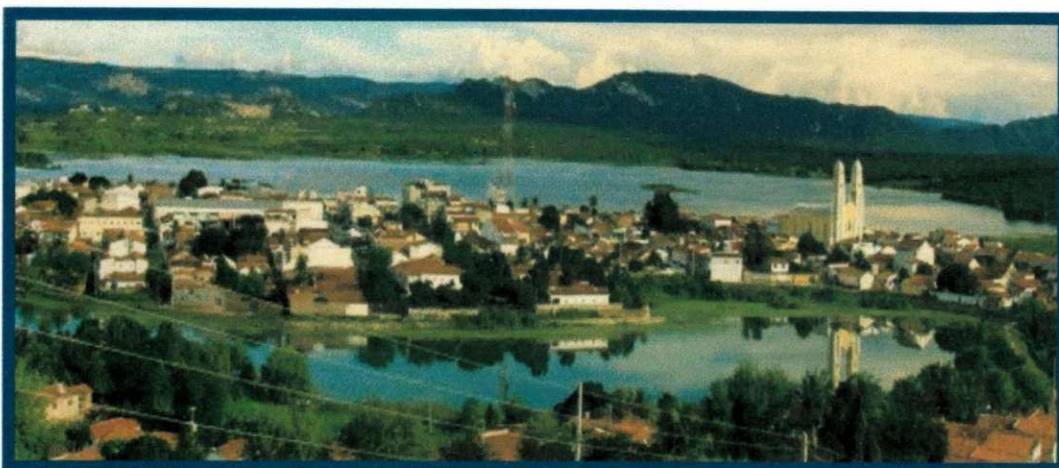
Se a comunidade tem seu mito de origem em José Bento Carneiro e Maria Cecília e em sua condição de ex-escravo ou de negro liberto, o filme de Linduarte Noronha (1960) dá a este mito uma nova dimensão ao levantar a possibilidade de que a comunidade fundada por este casal tenha sido, em seus primórdios, um quilombo pacífico, como afirma este jornalista na abertura de seu filme, e não apenas uma terra de ninguém apropriada por um casal em busca de um local para se instalar e tirar seu sustento.

A TERRA DA PROMISSÃO

Esta nova dimensão em que o Talhado ingressa o coloca em um processo que começa a alterar suas relações sociais e a sua identidade. Para conhecer e compreender este processo é que tomei o rumo de Santa Luzia para conhecer Aruanda, a terra dos deuses, o paraíso de Zé Bento e Cecília, a Terra da Promissão que legaram aos seus descendentes.

Na manhã do dia 06 de outubro de 2006 durante a festa de Nossa Senhora do Rosário, um grupo de quatro estudantes de Ciências Sociais da UFCG, bolsistas do PET-Antropologia – que espirituosamente se denominaram de “Antroponautas”, em homenagem ao sistematizador do trabalho etnográfico e à ciência que escolheram para se profissionalizar (cf. nota de rodapé número 16) – partiram em uma viagem curta em termos de distância, mas, devido ao

terreno acidentado, e por isso mesmo perigoso, relativamente longa em relação à distância de mais ou menos 27 quilômetros: aproximadamente 1 hora de viagem.



Vista panorâmica de Santa Luzia/PB, a partir do bairro de São Sebastião (o Monte).
Ao fundo avista-se a serra onde está localizada a comunidade de Olho D'água do Talhado.
Cercada por açudes, Santa Luzia é conhecida como a Veneza paraibana.
Fonte: www.diretodafonte.sertaopb.com/2009_09_01_arc...

Dos quatro, apenas uma, Jordânia Souza, já estivera no Talhado; mas na ocasião não estabeleceu nenhum contato, não realizou pesquisas ou entrevistas, apenas presenciou a cerimônia da entrega da certidão de auto-reconhecimento como comunidade quilombola feita pela Fundação Cultural Palmares a esta comunidade. Ela estava em Santa Luzia no ano de 2004 pesquisando a Festa do Rosário; foi quando ficou sabendo da existência do Talhado. Ao retornar à Campina Grande me relatou o que viu e fez-me o convite para visitarmos a comunidade e desenvolver alguma pesquisa nesta. Isto atizou minha curiosidade, mas apenas um ano depois começamos a pensar seriamente nesta pesquisa. Nesse meio-tempo fomos, lentamente, levantando material sobre o Talhado e Santa Luzia e iniciando leituras sobre etnicidade. Então, praticamente era a primeira vez que todos nós iríamos ter contato com os moradores do Talhado rural. Sabendo, através das pesquisas e informações prévias levantadas, o quanto seus moradores são arredios e desconfiados (e hoje sabemos que essa desconfiança não é gratuita), pensamos que não podíamos simplesmente chegar à comunidade e declarar nossas intenções de pesquisá-la, fazia-se necessário construir um acesso diferenciado.

Através de nosso anfitrião em Santa Luzia estabelecemos contato com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Luzia que providenciou um carro com motorista para nos levar no Talhado. Sabíamos, também, quem era o líder da comunidade, Seu Sebastião Braz, e procuramos alguém que pudesse nos colocar em contato com ele. Coincidentemente o nosso anfitrião, José Aderivaldo, é vizinho de uma das netas de Seu Sebastião Braz, Janaina dos Santos. Nosso primeiro contato com Janaina ocorreu umas duas horas antes de sairmos em direção à Serra do Talhado. Ela nos forneceu algumas informações a respeito das duas comunidades, o Talhado urbano e o Talhado rural, mas disse não saber muita coisa sobre o processo de auto-reconhecimento. Dispôs-se a ir conosco e nos apresentar ao seu avô. Estava formado o grupo que subiria até o Talhado: quatro estudantes, nossa guia e o motorista. Muita gente para um carro tão pequeno.

Enquanto esperávamos o motorista e o carro, ficamos conversando com Janaína. Queríamos saber o que as pessoas do Talhado pensavam a respeito do fato de agora serem oficialmente reconhecidas como quilombolas. Muito simpática esta, hoje, nossa amiga e sempre companheira de explorações pela cidade e arredores, nos disse – com sinceridade – nada saber sobre o processo de auto-reconhecimento e sobre o que as pessoas achavam dele. Declarou com simplicidade e sem desdém, que tinha conhecimento desse fato, que sua mãe, Gilvaneide, que mora no alto da serra e é professora da escola do Talhado rural, participou e ainda participa ativamente nesse processo, da mesma forma que sua tia, Céu, é quem está à frente da associação que representa o Talhado urbano, mas ela, Janaína nunca se interessou por essa questão. E acrescentou que, assim como ela, muitos são os moradores do Talhado que, seis anos depois de emitida a certidão de auto-reconhecimento pela FCP, ainda não sabem direito o significado dessa certificação, quando, como e porque estas duas comunidades hoje são tidas como comunidades quilombolas.

Antes de embarcarmos no Chevette que nos levaria ao Talhado, o nosso motorista perguntou se queríamos ir “por fora” (ou seja, andar por um trecho de asfalto, a BR-230 e depois prosseguir por uma estrada de terra) ou “por dentro”, (neste caso a estrada toda é de terra). Optamos em ir “por dentro”, que era para conhecer o caminho mais utilizado pelos moradores do Talhado desde

a sua fundação para chegarem a Santa Luzia com suas cargas de louça para vender na feira.

Logo na saída de Santa Luzia para o Talhado está localizado o Galpão das Louceiras, no Talhado urbano, desta forma, os dois Talhados constituem as pontas dessa estrada que liga o rural ao urbano. A estrada de terra estreita tem muitos trechos arenosos, que em época de chuva rapidamente se transformam em lamaçais difíceis de serem transpostos. É uma estrada sinuosa, com curvas fechadas e perigosas. Inicialmente, a partir de Santa Luzia, ela se estende por terreno plano de onde brotam vários inselbergs²²; estes parecem pedaços desgarrados do maciço serrano que se descortina imponente à pequena distância à nossa frente. A vegetação à beira da estrada ainda se apresenta quase toda verde apesar de não mais chover a uns três meses; aliás, o motivo de termos escolhido esta data é porque nesta época as estradas secas e sem lama são mais transitáveis – na verdade a viagem estava planejada ou para o mês de julho ou o mês de agosto, mas fomos aconselhados a não irmos neste período por causa das péssimas condições da estrada.

Encontramos nesta região a típica vegetação de caatinga, resistente às intempéries de uma natureza áspera. Mas quando nos aproximamos da serra a vegetação se torna mais amarelada, mais seca, e o terreno se torna mais pedregoso e íngreme, o que exige mais cuidado por parte do motorista. A paisagem que se nos apresenta, porém, pela sua beleza, nos faz esquecer a periculosidade desta estrada, à beira da qual algumas cruces mostram o preço que ela cobrou de alguns infelizes viajantes. Diga-se de passagem, que a habilidade do motorista em conduzir esse pequeno veículo – que confesso, achei que seria impróprio para tal jornada, principalmente depois de ver as condições da estrada na subida da serra – fez parecer que estávamos deslizando por uma estrada, se não asfaltada, ao menos mais trafegável.

Conhecedor da região, seu Zé de Cosme, junto com Janaína, foi nos mostrando os pontos de destaque durante o curto e demorado percurso. Vimos

²² Este termo de origem alemã é a denominação dos relevos isolados, que emergem bruscamente dos pedimentos presentes nas regiões semi-áridas, cuja ocorrência deve-se à alternância das estações chuvosa e seca., ou seja, são elevações expressivas do terreno em relação ao nível médio do solo que o cerca, in: G. Giovannetti (1996, p. 110).

grandes propriedades rurais à beira da estrada que, através de nossos informantes e pelas placas em suas entradas, ficamos sabendo serem empresas estrangeiras dedicadas à exploração intensiva dos minérios abundantes nesta região, em especial um tipo peculiar de granito que abunda nesta região.

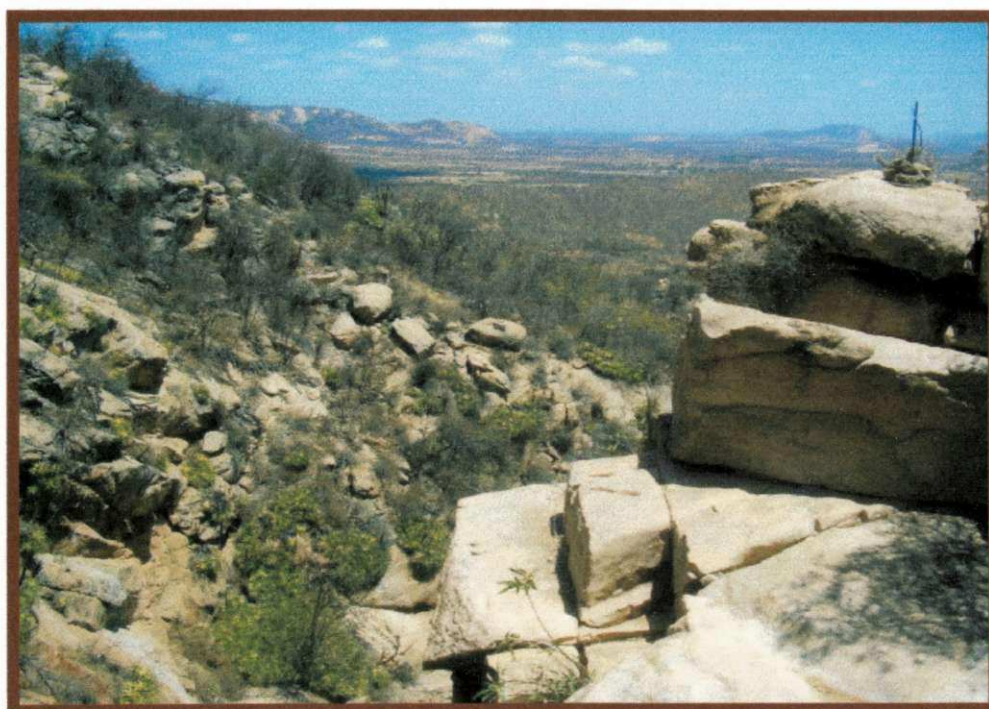
Fomos conhecendo, além da região, a nossa acompanhante. Ficamos sabendo que era estudante e que estava terminando o segundo grau. Desejava, primeiramente, estudar engenharia florestal, mas se não fosse possível, qualquer outro curso através do qual pudesse vir a ajudar a sua comunidade, que nos disse ser “muito carente!”. “Carente de quê?” perguntei a ela. “De tudo que você possa imaginar Luiz”, foi sua resposta. Mas tratou de acrescentar que – “não é que sejam miseráveis, que não tenham nada. Mas falta muita coisa, sabe? Tem escola, tem educação, mas não é o melhor. Então... Tudo o que tem é assim, é pouco, não é o melhor. E outras coisas faltam mesmo, por exemplo: não tem assistência médica; não tem transporte, não tem emprego...”.

– “E vivem do quê, então?” A pergunta saiu rápido. A resposta foi pensada, para ser clara, bem explicada: – “O meu avô, por exemplo, ele tem umas terrinhas onde ele planta e tem criação, mas nem sempre dá, sabe? Às vezes não é o suficiente... ele ainda tem alguma coisa mais, tem com que se virar. Mas outras pessoas não. Outras pessoas, do mesmo jeito que meu avô, também plantam ou criam algum bicho, mas é pouco, muitas vezes não dá, então têm que fazer algum ‘bico’ para poder sobreviver. A vida aqui é muito difícil, tudo é difícil. Falta muita coisa, e aquilo que tem é pouco”.

– “E não tem mais nada que possam fazer?” – “Fazer o quê? A minha mãe é professora. O meu pai trabalha pela prefeitura, aí ‘tá proibido de fazer outros trabalhos para não perder o emprego... e só, não tem mais nada”. “Eu moro na cidade com meus irmãos na casa dos meus outros avôs. A gente não é rico, mas vive bem; mas as outras pessoas aqui no Talhado... não têm mais o que fazer, ‘tá tudo se acabando”. O tom de voz não é triste nem desanimado, mas é seco, sem esperança, talvez, desencantado e resignado.

Mal subimos a serra somos convidados a conhecer o ponto turístico mais famoso do local, o Camoengo. Este é um penhasco com aproximadamente 40 metros de altura do qual se avista, ao longe, as cidades de Santa Luzia e de

São Mamede, bem como o leito seco do rio que nasce cá no alto da serra e despenca por este penhasco. A paisagem e o local cheio de rochas entre as quais passa o leito do rio são deslumbrantes. Tanto que existem planos de torná-lo um local de exploração turística, bem como para a prática de rappel. Esta foi uma das maneiras pensadas para trazer algum desenvolvimento para o Vale do Sabugi²³. Este local é repleto de enormes rochas, muitas delas, por efeito de uma erosão caprichosa, parecem ter sido cortadas como se corta com faca um tablete de margarina; deste efeito esmerado proporcionado pela natureza que parece ter *talhado* essas imensas pedras (esculpido, como faria um escultor) com inefável cinzel, deduzem algumas pessoas, derivaria o nome do lugar.



Queda d'água do Camoengo, no Talhado.

Depois de uma longa parada no Camoengo continuamos nossa jornada. O sol abrasador já está alto no céu; como não poderia deixar de ser, embaixo dele a terra que se vê é uma terra calcinada. Não são muitos as casas que se

²³ O Pacto Vale do Sabugi foi um projeto do SEBRAE-PB que, com o apoio do governo do Estado da Paraíba e das prefeituras dos município do Vale do Sabugi (Santa Luzia, São Mamede, Junco do Seridó, São José do Sabugi, e outras mais), tinha como objetivo incentivar o empreendedorismo para criar atrações turísticas, melhorar a qualidade dos serviços existentes e valorizar o folclore, destacar a variedade cultural e outras atrações locais, bem como incentivar a prática de esportes ao ar livre (montanhismo, rappel, trekking) nestas cidades visando o desenvolvimento da região.

avistam durante o trajeto, menos ainda são as que encontramos no Talhado, mas são bem mais do que as pessoas que se vê passar, pois raramente se avista alguém, ou porque se escondem do sol ou porque se escondem dos estranhos. Eis que lá na frente vemos alguns habitantes do lugar vindo pela estrada em nossa direção. Dois homens e uma mulher, esta com uma bacia na cabeça, e puxando alguns jegues carregados com água afastam-se para a beira da estrada e dão as costas para o carro ao perceberem que estamos fotografando. Confirma-se a fama de arredios e desconfiados. Parece que fotografar as pessoas dessa maneira ou confirma uma prática de tê-los como parte da paisagem, e aí a imagem que se busca é a da pobreza, precariedade e rudeza; ou há o desejo de se ver o peculiar que marca a região, e a imagem que se procura é o elemento humano capaz de torná-la um lugar insólito e mais humano do que a rudeza da natureza parece dizer ser aqui impossível.

O ÚLTIMO ORIXÁ

Chegamos à casa de Seu Sebastião Braz já no final da manhã. Somos bem recebidos; mas a sua neta que nos acompanha, recebe uma admoestação por não ter avisado com antecedência a nossa visita. Um tanto sem jeito pela surpresa de nossa chegada, apesar de acostumados a receberem visitas, Seu Sebastião Braz dos Santos e sua esposa, Dona Jovelina (cujo nome verdadeiro é Joana Carneiro dos Santos), fazem de tudo para nos deixar à vontade. O que confirma uma hospitalidade que não faz parte da fama exterior da comunidade, mas que é patente quando de uma convivência mais demorada e consentida por eles.

Mas resumindo a conversa que tivemos com o casal, pedimos permissão para desenvolver uma pesquisa participativa na comunidade e recebemos permissão e apoio para realizá-la. Depois disso o casal passou a falar um pouco da comunidade e de outras pessoas que por lá passaram, fazendo outras pesquisas ou apenas como curiosos. Contaram um pouco sobre a vida do lugar. Seu Sebastião Braz falou sobre os atrativos da área e sugeriu que Janaína nos mostrasse os arredores.

O sol forte e as longas distâncias entre um local e outro não nos deixaram ver muitas coisas. Mas conhecemos um pedaço de seu sítio,

inclusive a pedreira de onde uma empresa italiana tinha extraído por um valor irrisório – R\$ 500,00 mensais pelo direito de mineração – uma grande quantidade de um tipo de granito raro – e do qual apenas um bloco de 20 toneladas valia em torno de R\$20.000,00 –, granito este que é abundante no Talhado.

Voltamos à casa de seu Sebastião Braz – também em outras oportunidades – e onde ele nos falou mais um pouco sobre o auto-reconhecimento do Talhado como comunidade quilombola; descreveu um pouco sobre a vida simples do lugar; falou-nos sobre as dificuldades vividas pelo povo e por ele mesmo para sobreviver, sempre respaldado, em sua narrativa, pelas intervenções de D. Jovelina. Com as plantações de algodão pouco lucro se consegue. A louça que era produzida para comercialização e levada aos sábados para a feira de Santa Luzia, hoje pouco é fabricada no alto da serra, e destina-se mais ao próprio uso da família que a confecciona.

A casa de Seu Sebastião Braz, embora não seja muito grande, é ampla, simples e com o conforto sem luxo típico das habitações de zonas rurais. Conjugado com a casa, como uma extensão desta, há uma parte, hoje fechada e usada apenas como depósito, que outrora foi a conhecida e bastante freqüentada bodega do lugar. Conta Seu Sebastião Braz que fechou a bodega porque já estava “velho pra trabalhar [na bodega] e porque o pessoal agora ia buscar as coisas [que precisam] na cidade”. Acrescenta D. Jovelina que “ele já ‘tava ficando velho e cansado pra esse tipo de vida. A gente não tinha necessidade disso [o lucro das vendas]; era mais incomodação do que vantagens... então foi melhor fechar”. Acomodados na ampla sala dividida em duas, Seu Sebastião Braz em sua constante cadeira de balanço – e de costas para a televisão e para o rádio, pois o Talhado já não mais padece de falta de eletrificação – com D. Jovelina sempre ao seu lado, nós, os visitantes em cadeiras e no sofá atrás do qual, na parede, pode se ver inúmeros quadros, a maioria de santos e retratos de familiares; um deles o do casal dono da casa colorido à mão, e entre estes, fotos de políticos locais que contam de

preferências e alianças políticas (algumas desejadas, outras necessárias; como deixam perceber resmungos, gestos, olhares e reticências²⁴).

Estas preferências e alianças políticas, também no Talhado, se enquadram no costume brasileiro de aliança entre indivíduos para proveito pessoal, em detrimento de negociações coletivas entre o poder público e a sociedade. Disto decorrem, possivelmente, as reclamações destas comunidades, de que alguns benefícios vêm apenas para alguns – neste caso, nunca os ouvi citarem nomes dos beneficiados – e não vêm para a comunidade como um todo.

Ao mesmo tempo em que protestam contra políticos locais, é possível observar, mantêm alianças com estes mesmos dos quais reclamam. Estas alianças particulares parecem desgostar alguns a ponto de se afastarem dos movimentos coletivos das comunidades para reivindicações em prol destas. Algumas pessoas que me contaram sobre a vida nos dois Talhados, se negaram com veemência a falar sobre a questão quilombola. Inicialmente alegaram não ter capacidade para falar deste assunto por desconhecimento a seu respeito. Depois, em outros momentos, quando inesperadamente ganhei a confiança delas, alegaram não se interessar por este assunto porque apenas alguns se beneficiavam com isto, “e tudo continua do mesmo jeito pra quem ‘tá de fora”.

Ser quilombola ainda é um enigma para estes. É algo distante deles, reservado para aqueles que têm contato com políticos ou com “essa gente com conversa difícil que a gente não entende o que eles falam... e que vem aqui e levam o que querem... vão embora e nunca mais voltam. Agora, tem gente aqui que vai ganhando as coisas... sabe como é...”.

Em outras ocasiões, quando nossas visitas foram anunciadas com antecedência e as conversas foram mais informais, as refeições oferecidas foram realizadas na mesa da cozinha, que assim como a sala é dividida em duas partes, uma com a mesa para refeições e armários para louças e mantimentos, e outra com a pia e o fogão de barro. Aqui, contrariando o ditado que diz que em casa de ferreiro, o espeto é de pau, uma considerável

²⁴ Estas, entre outras atitudes, palavras, opiniões e narrativas, um tanto confidenciais, um tanto contraditórias, são alguns elementos com que me deparei no Talhado e que considero exemplares para serem analisados a partir das concepções de James C.Scott.

quantidade dos utensílios para cozinhar são feitos de barro, e, diga-se de passagem, D. Jovelina é uma das poucas mulheres da comunidade que nunca se dedicou à confecção de utensílios de barro para comercializar, mas diz que sabe fazer louça.

Na fala tranqüila de Seu Sebastião Braz percebemos a presença de dúvidas a respeito do futuro da comunidade a partir deste auto-reconhecimento. Ele, assim como todos os membros do Talhado, tem pouca ou nenhuma idéia do significado da certidão a eles conferida pela FCP. No entanto, como líder da comunidade foi convidado a estar presente nas reuniões realizadas para que se efetivasse o auto-reconhecimento do Talhado rural. Porém, não sem algum constrangimento, conta que não sabe direito o significado deste evento. Diz que participou das reuniões mas não entendeu nada, aceitou que se fizesse o auto-reconhecimento porque achou que este traria benefícios para a comunidade, "mas até agora não veio nada". Descreveu a festa que aconteceu no dia da entrega à comunidade da certidão de auto-reconhecimento como comunidade quilombola. Neste dia, "aqui mesmo, neste terreiro que o senhor vê aqui em frente, vieram um bocado de gente em cima de caminhões, carros, outros de moto; gente que a gente nem sabe de onde vinha, desse mundo aí afora²⁵. Vieram aqui, teve discurso; veio aquela doutora lá de Brasília que disse que a gente era mesmo quilombola e que isso era bom pra nós, que era pra gente ter orgulho disso e me entregou a certidão. Veio também a vereadora que tinha feito as reuniões com a gente. Até agora não mudou muita coisa, mas disseram que é assim mesmo... ainda tem muita coisa pra mudar, que vai demorar ²⁶". Sua neta Janaína, dois anos depois, deste encontro esclarece que

Quando do reconhecimento do Talhado, ninguém chegou lá para dizer pra comunidade: olha, vamos fazer o título por isto; porque tem quilombola... Simplesmente teve uma reunião 15 dias antes dizendo que a gente tinha sido autorreconhecido. Existia reunião com as lideranças, com a comunidade? Não existia! Como você vai se autodenominar o que você não sabe o que é? (JANAÍNA)

²⁵ Entre outros visitantes, que também vieram à Santa Luzia para o encontro sobre cultura Afro promovido pela Secretaria de Educação do município, e que estiveram presentes no Talhado, estavam representantes da comunidade quilombola de Morro Alto, no Rio Grande do Sul, que mandou para este evento um grupo de danças típicas dessa comunidade.

²⁶ A doutora e a vereadora são, respectivamente, Maria Bernadete Lopes da Silva diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro e Terezinha Alves da Nóbrega, vereadora que encaminhou à FCP o pedido de reconhecimento da comunidade.

Contam-nos que são católicos praticantes – e negam com veemência qualquer ligação com as religiões afro-brasileiras, agora ou no passado. Na melhor das hipóteses, dizem lembrar-se de alguém que tinha as suas crenças nos “velhos deuses, mas era uma coisa que era só dela, as pessoas daqui não ligava muito, não”. Sabemos que era uma mulher pela expressão usada para se referir a ela: *dela*. Uma mulher que não citam o nome, e passam a impressão que isto ocorreu há muito, muito tempo, e também a impressão que ela não mais existia. Se realmente esta referida pessoa já morreu, não sei, mas alguns anos depois (em 2008), casualmente, encontrei alguém que professou no Talhado a mística das crenças afro-brasileiras.

D. Jovelina narra sobre a visita de uma missão evangélica há alguns anos; que chegaram lá em um ônibus, que trouxeram presentes para as crianças, cestas básicas para as famílias. Dizem que os receberam muito bem, ouviram o que tinham a dizer, mas não se converteram. Reclamam que algumas pessoas se sentiram ofendidas, pois alguns receberam roupas que não eram mais possíveis de serem usadas (rasgadas e/ou sujas) e seus filhos receberam brinquedos quebrados, e isso os magoou muito, pois são pobres, mas são gente, têm a sua dignidade. Dizem que aceitam presentes que podem ser simples, mas não querem restos, não querem lixo, não querem a sobra dos outros. Em outras visitas ouvimos a mesma história sendo narrada pela professora Gilvaneide. Estes episódios são emblemáticos do seu apego ao catolicismo. Nem mesmo a realização de missas esporádicas parece fazê-los sequer cogitarem de mudar de religião.

Na época não tinham sequer uma capela, às vezes, uma vez por mês um dos padres de Santa Luzia vinha celebrar uma missa na escola. Contam que chegaram a passar anos sem que um padre por lá aparecesse. Cemitério não tem. Posto de saúde já teve, acabou, voltou a ter, acabou, não tem mais. Dizem que reclamaram e reclamaram, ou melhor, não dizem que “reclamaram”, dizem que pediram, como já pediram muitas outras coisas, mas como não vieram essas coisas, não pediram mais. E sempre falam destes pedidos e de seu não atendimento com uma resignação quase tangível, tão forte e perceptível é esta atitude entre eles.

Talvez por ter ouvido falar algo sobre a nova situação das terras do Talhado, ou alguém, quiçá, questionou a posse de suas terras, pois sem que tenhamos perguntado ou feito qualquer referência a terras, nos afirmou Seu Sebastião Braz que possuía terras e que tinha a escritura delas.

Passou a relatar-nos sobre uma empresa italiana que há alguns anos passados veio fazer-lhe uma proposta para explorar o granito especial que é encontrado no Talhado e nos sítios circunvizinhos. Ele assinou o contrato com esta empresa cedendo o direito de exploração em troca de R\$ 500,00 por mês. Considerava esta quantia um bom auxílio para a sua renda. Além do mais, alguns de seus 12 filhos e outros homens da comunidade, por vezes, eram contratados para ajudar em alguns serviços por aquela empresa. Na mesma época em que foi outorgada a certidão de auto-reconhecimento, a empresa foi embora e não mais voltou; mas Seu Sebastião Braz queria saber de nós se o contrato não estaria prejudicando-o, pois considera que a empresa pode voltar novamente. Também nos contou que a empresa retirava mais granito do que a quantidade estabelecida no contrato. E que esta quantidade não estipulada no contrato só cessou porque os caminhões com excesso de peso foram proibidos, pela Polícia Rodoviária, de circular na BR-230, estrada de acesso à Santa Luzia.

Contaram-nos, Seu Sebastião Braz e D. Jovelina, sobre a pesquisa realizada no Talhado, em meados da década de 1970, por Josefa Salete Cavalcanti. Disseram-se saudosos dela, apesar de D. Jovelina se sentir um pouco magoada pela falta de notícias, pois a pesquisadora nunca mais apareceu na comunidade, mas mesmo assim não deixam de lembrar-se dela com certo carinho e alguma saudade. Também contaram que a dissertação deixada pela antropóloga foi-lhes sonogada por outro pesquisador que por lá esteve em visita ao Talhado.

Enfim, vários foram os assuntos temas de nossa conversa com o casal. No meio da tarde nos despedimos depois de agradecer a atenção que nos deram, bem como a autorização e o apoio oferecido para a realização de nossa pesquisa. Marcamos nossa volta para o mês seguinte, como realmente veio a acontecer, e iniciamos nossa jornada de volta à Santa Luzia. No caminho ainda pudemos observar alguns empreendimentos da comunidade em busca de renda: aqui e acolá, algumas plantações abandonadas de algodão e de milho

ressequidas pelo calor do sol ardente; ali um pequeno campo coberto de minério de quartzo branco; mais além, uma jazida de cal, também abandonada e com muitos sacos deste minério cheios e jogados ao relento porque a exploração deste não foi rentável. O interessante é que no Vale do Sabugi empresas de médio e grande porte realizam uma exploração rentável deste mesmo minério.

Tirando as cisternas novinhas que se vêem junto a muitas das casas ainda habitadas, a sensação de abandono é total, principalmente quando vemos o expressivo número de casas que foram abandonadas por aqueles que se mudaram do Talhado. Esta, aliás, é uma questão que vem preocupando muito, não só aqueles que ficaram, como, também, aqueles que desceram a serra em busca de uma vida melhor. O número de moradores²⁷ no Talhado é cada vez menor. No início da década de 1960 a população desta comunidade era estimada em torno de 1500 pessoas. Já na década de 1980 calculava-se a sua população em aproximadamente 600 a 800 habitantes; 200 no final da década. Atualmente a estimativa, da professora Gilvaneide e de Seu Sebastião Braz, é de que residam no Talhado entre 120 a 200 moradores. Muitos acreditam que o Talhado está acabando pela falta de opções para que a sua população possa permanecer com as mínimas condições de viver dignamente no lugar.

Aqueles que ainda resistem a se mudar enfrentam imensas dificuldades não apenas para conseguir seu sustento, mas também dificuldades de acesso à saúde; à educação; a gêneros de primeira necessidade; de transporte etc. Resistem à fome; à seca; ao preconceito; ao isolamento; à discriminação. É

²⁷ O posto do IBGE em Santa Luzia informou-nos que não há um levantamento do número de habitantes de nenhuma das localidades do Talhado porque seus moradores estão englobados em outras localidades (p.e., quem pertence ao Talhado urbano aparece no total de moradores de Santa Luzia). O número de 1500 habitantes, de 1960, é uma informação que consta em uma reportagem do Diário de Pernambuco publicada no dia 27 de março de 1960. A estimativa da década de 1980 – 600 habitantes – provém de outra reportagem (Jornal do Brasil, 30/06/1980). Um periódico cuja cópia chegou às nossas mãos, e do qual a única identificação é o nome Em Dia, ao pé das páginas, em reportagem de Carlos Tavares, afirma que o MOBREAL realizou um levantamento que apontou uma população em torno de 800 habitantes no ano de 1980. Esta reportagem afirma que em 1989 o Talhado não possuía mais do que 200 pessoas (data provável de sua publicação). O professor universitário Clésio S. Ferreira, redator da Divisão de Editoração do MEC, na publicação Cultura (jul/set. 1981, p. 37) desta entidade, possivelmente baseado, também, em dados do MOBREAL, afirmava que nesta data o Talhado abrigava cerca de 800 pessoas. Por outro lado, Cavalcanti (1975, p. 12), em pesquisa realizada entre 1973 e 1975, chegou ao número de 511 pessoas residentes na região do Talhado. Por sua vez Nóbrega (2007, p. 46-47) informa que a FCP estimou uma população, em 2004, de 200 pessoas. A estimativa de Nóbrega, em 2007, foi em torno de 120 pessoas. Estes números referem-se ao Talhado rural. Esta última estimativa foi feita, segundo nos conta Raquel, a presidenta da Associação Comunitária do Talhado, pelos próprios moradores, e é o número que costumavam divulgar ainda em 2009. As referidas reportagens encontram-se nos anexos.

uma resistência muda, silenciosa, da qual conseguimos, nesta e em outras oportunidades, ouvir os resmungos, os murmúrios e, duas ou três vezes, pudemos ouvir uma voz clara de reclamações muito bem articuladas contra a falta de interesse por parte da classe política e, também, contra a não concretização dos projetos elaborados para beneficiar a comunidade.

Mas digo que é uma resistência silenciosa, porque o silêncio deles é cheio de significados, de mensagens que não expressam com palavras, mas com gestos, com olhares. Não é o silêncio de quem não tem algo a dizer, pelo contrário, é o silêncio de quem tem muito para falar. Se calam, às vezes é por medo, mas muitas outras vezes calam por não acreditarem que alguém vá dar-lhes ouvido. Da mesma forma que às vezes falamos de uma coisa para não dizer outra que queremos ocultar, é perceptível que eles ao se calarem dizem o que não gostaríamos de escutar, e esta hipótese me é confirmada por Janaína.

O seu silêncio é uma forma de não dizer 'sim', quando são obrigados a dizer esta palavra, mas gostariam de dizer 'não'. Seu silêncio é eloquente, é o discurso da resistência muda. O seu silêncio afirma (ou nega) sem ser necessário incorrer no risco das palavras que podem comprometer.

Se os silêncios deles várias vezes me disseram algo, por outro lado, suas palavras ou não me disseram nada ou disseram o contrário daquilo que expressaram. Janaína, por exemplo, que sinceramente disse não saber nada e não estar envolvida com o processo de construção da identidade quilombola do Talhado, três anos depois, revela outro sentido da sua afirmação. Esta revelação e mudança de sentido mostram que identidades são contextuais, que o mundo social está em fluxo e que temos processos que implicam em construção, manipulação e deslocamentos a partir de diferenças. Neste lugar que alguns adjetivam de "festivo", os fins de semana já não são mais tão musicais; são mais silenciosos; parecem confirmar o temos de Gilvaneide de que o Talhado venha a se converter num deserto. Gilvaneide é casada com Divalci, um dos filhos de Seu Sebastião Braz e de D. Jovelina; relata-nos ela o que pensa seu marido:

A opinião do meu esposo é assim: ele disse que enquanto o pai dele e mãe dele tiver vivo e por aqui, ele não sai, mas se os velhos morrer antes dele, ele disse que não fica; aí a maior parte do pessoal aqui é filho dele, desse velho, ele tem doze filhos: seis homens e seis mulheres. A maior parte é filho e neto que mora aqui. Eu moro ali; vizinho mora a filha dele, ali do outro

lado mora mais duas filhas, uma neta, aqui em frente mora outra neta, lá naquela casa que vocês passaram, da pedra... lá é um filho dele, o agente de saúde que mora lá; o outro tem aqui dentro do roçado uma casinha de taipa, tem uma energia até puxada com pau; quer dizer, é a família dele que tá aqui ao redor.

Os filhos dizem todos a mesma coisa, se os velhos desaparecerem, pronto, fechou o Talhado de cadeado, os que moram lá não voltam pra cá, os daqui vão embora. (GILVANEIDE)

Se assim vier a ser, se o Talhado virar um deserto, o seu atual líder seria o último líder desta comunidade: Seu Sebastião Braz, o comandante das terras e matas de Aruanda – o Céu dos Orixás – deixando de existir, então os moradores desta Terra da Promissão, estão vivenciando o tempo do último Orixá²⁸.

Descer a serra parece mais perigoso do que subir, talvez porque a visão dos perigos da estrada seja mais clara do alto. Sempre se diz que de fora, à distância, com o tempo ou do alto se tem uma visão diferente das coisas, é verdade. Felizmente nossa viagem de volta, assim como a subida ao Talhado rural, ocorreu sem incidentes. Mas para os que desceram a serra em definitivo, ou para aqueles que a descem esporadicamente e sempre retornam para suas casas, a jornada ou a permanência em outras terras ainda é cheia de dificuldades. A transferência definitiva para Santa Luzia apenas os deixou mais perto das coisas desejadas lá em cima, e delas conseguem migalhas. Muitos, no entanto, dizem que é melhor do que nada, que na cidade têm mais possibilidades de sobrevivência.

1.2 EM ARUANDA, GUIADO POR UM ORIXÁ

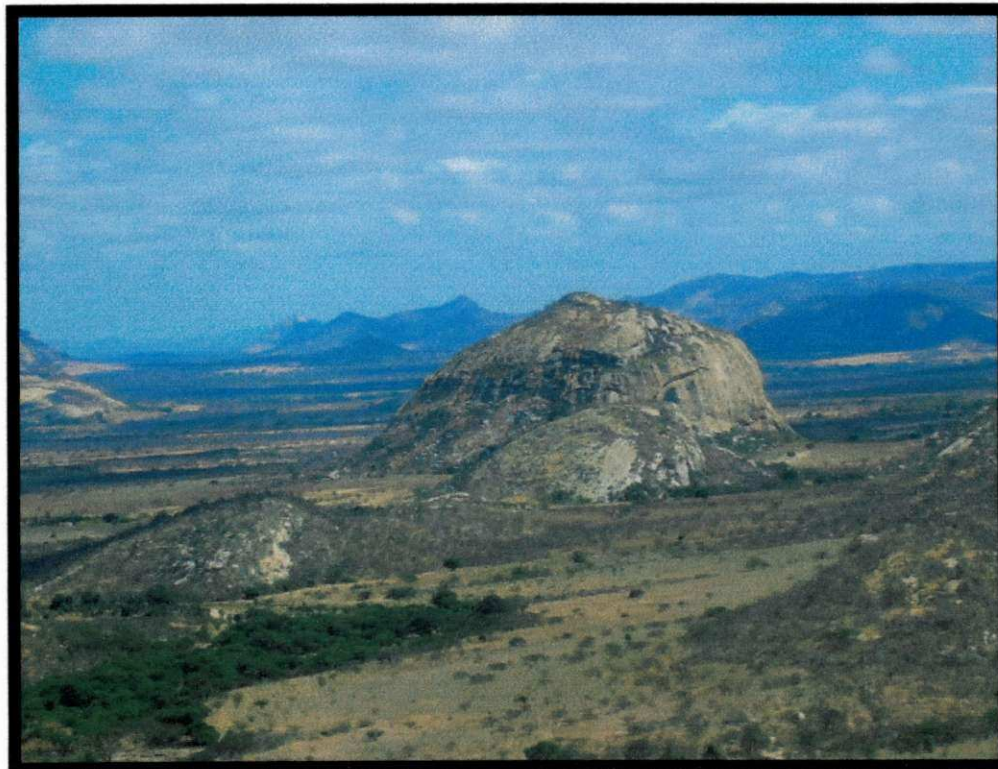
Maria Janaína Silva dos Santos constrói sua identidade de estudante, santa-luziense, do Talhado, de negra e, agora, de quilombola, a partir da relação com sua família²⁹, principalmente com seus pais e uma tia, que são os mais envolvidos com o auto-reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombos, e com as pesquisas que ela vê se desenvolverem a respeito do Talhado.

²⁸ No sincretismo das religiões afro-brasileiras com o cristianismo, o Orixá Oxossi – deus da caça, da fartura e protetor das florestas – é associado a São Sebastião. Este que viveu entre os anos 256-286 d.C., foi um soldado romano que foi martirizado por ter se tornado protetor de cristãos perseguidos.

²⁹ Ver em anexo a árvore genealógica elaborada por Janaína, com o auxílio da pesquisadora Eulália Bezerra de Araújo.

Como já foi apresentado, o primeiro contato que tive com ela foi em outubro 2006. Janaína me foi apresentada como alguém que poderia me colocar em contato com um dos líderes do Talhado, o senhor Sebastião Braz. Foi ela quem, como já contei, nos levou pela primeira vez ao alto da serra, para a terra de seus ancestrais, Zé Bento e Cecília.

Na época em que a conheci não prestei muita atenção ao significado do seu nome, apesar de sempre me interessar pelos motivos que levam as pessoas a darem este ou aquele nome aos seus filhos. Mas depois lembrei que Janaína é um dos vocativos do orixá Iemanjá (nome de origem ioruba e significa “a mãe dos peixes”), que na tradição dos ritos afro-brasileiros, é a mãe de todos os orixás, é a senhora, a deusa dos mares e oceanos, e é associada a Nossa Senhora dos Navegantes e Nossa Senhora da Conceição. Também conhecida como Oguntê, Oloxum, Marbô e outros nomes mais. Ora, foi Janaína foi quem nos levou ao Talhado, ou como o denominou Linduarte Noronha, **Aruanda**, que é o local onde residem os orixás, ou, ainda a Terra da Promissão.



Monte Serra Redonda, visto do Talhado.

Janaína, porém, é um nome que se considera (tanto pelo senso comum quanto em alguns dicionários de nomes) ser de origem indígena, provavelmente Tupi. Existe uma versão interessante que discorda desta origem indígena. Antônio Luiz Monteiro Coelho da Costa³⁰ aventa a possibilidade deste nome ser de origem portuguesa. Ele consistiria em uma modificação ou diminutivo do nome português jana. Mas o que é uma jana, pergunta que ele mesmo responde: é uma espécie de fada dos rios semelhantes a sereias; em Portugal e na região espanhola de León, é também sinônimo de bruxa e de fada. Em algumas regiões da Espanha são chamadas de xanas, bondosas com os que as ajudam, mas vingativas com os invasores de seus domínios. Na Cantábria, quando confundidas com anjos, as janas viram anjanas. Vivem nos riachos fontes e mananciais, conversam com as águas e os pássaros, passeiam pelos bosques, ajudam animais feridos e árvores partidas, costumam ajudar amantes, pessoas perdidas nas florestas e sofredores em geral. A seguinte parlenda serve para encontrar o caminho que se perdeu:

Anjana blanca
Tem piedad de mi.
Guiame por la oscuridad y la niebla.
Librame de los peligros y de los malos pensamientos.

Não precisei recitar esses versos para Janaína; também não os conhecia na época; e mesmo que conhecesse, pela nossa primeira conversa, não pensei que ela viria, em tão pouco tempo a se pensar como uma quilombola; principalmente pela maneira enfática com que descartou essa possibilidade por se considerar alheia ao assunto. Mas sem o saber ela tem me guiado na escuridão e na névoa que a adoção desta identidade representou para mim em muitos momentos. É preciso considerar que a identidade que agora é portada não estava pronta quando conversamos com ela a primeira vez

Outras vezes voltei ao Talhado. Conversei novamente com os avós de Janaína, seu Sebastião Braz e D. Jovelina. Conheci sua mãe, Gilvaneide, e seus avós maternos, seu Damião Januário e D. Maria Rita, além de outras

³⁰ Antonio Luiz Monteiro Coelho da Costa: **A outra origem de Janaína**, texto publicado em 28/11/06, no seguinte endereço: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,O11270956-E16607,00.html>, site consultado em 15/07/10.

peças de sua família. Também pessoas que não são de sua família. Pessoas e lugares eu conheci por seu intermédio em Santa Luzia.

Nessas idas e vindas fomos nos tornando cada vez mais amigos e nas longas jornadas e conversas fomos trocando idéias. Contávamos o nosso interesse e motivos de nossas pesquisas junto ao Talhado. Ela contava-nos seus planos e modos de ser das comunidades. Mais de um ano após o nosso primeiro encontro, que foi em 2006, um dia surpreendemos Janaína mostrando interesse por aquilo que ela tinha afirmado jamais vir a se interessar: as questões referentes à etnicidade de sua comunidade – eis, em curso, o processo que eu queria vislumbrar: o de recomposição de uma identidade.

Este desinteresse de sua parte sempre esteve presente em suas opiniões. Não era desdém ou antipatia, apenas, dizia, não se via como quilombola. Considerava-se e tinha orgulho de ser negra; mas não entendia e não via razão de ser quilombola. E olha que desde nossa primeira conversa, ainda que de brincadeira, sempre a incentivamos a se envolver nessa questão. De onde veio esse interesse? De acordo com informação da própria, pela observação que ela realizou dos “observadores”, ou seja, nós³¹.

Devido às suas andanças conosco, Janaína passou a pensar mais na identidade quilombola e a se interessar e se inserir em atividades que dizem respeito a essa questão. Por exemplo, teve ela a oportunidade de representar a comunidade em reuniões da CECNEQ – Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba, que aconteceram na cidade de João Pessoa. Reuniões estas em que o Talhado rural não costumava mandar representantes. Reuniões nas quais sempre se fazia presente a representante do Talhado urbano: Maria do Céu, tia de Janaína. Reuniões sobre as quais Céu sempre reclamou de que o Talhado “não era ouvido, sempre era deixado de lado, nunca tinha seus pedidos atendidos; ali a gente nunca tinha vez”.

Estas reclamações, como são de praxe entre os membros desta comunidade, falam ‘sem querer falar’ daqueles ou daquilo sobre quem falam. É

³¹ Esta é uma narrativa na primeira pessoa. A presença da terceira pessoa em alguns momentos desta dissertação deve-se, como anteriormente dito, ao fato de em várias ocasiões eu ter estado em campo acompanhado de outros colegas que também realizam suas pesquisas no Talhado ou em outras comunidades quilombolas da região. Por isso em alguns momentos narro passagens em que mantivemos diálogos e observações coletivas.

preciso prestar atenção e ligar uma referência com outra, não raras vezes feitas com longos intervalos entre elas. Neste caso, as reclamações de Céu se referiam, descobri muito tempo depois, àquilo que ela considerava um descaso, um desprestígio por parte da CECNEQ com o Talhado devido a desentendimentos desta comunidade com os representantes da AACADE (Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes), que sempre assessoraram aquela entidade, e com os quais a associação do Talhado urbano, na pessoa de Céu, em várias ocasiões teve alguns desentendimentos.

Estes desentendimentos levaram, inclusive, a uma disputa judicial entre Céu e um dos representantes da AACADE, o ex-padre comboiano Luis Zadra, por causa de direitos autorais reclamados por Céu a respeito de fotos tiradas por aquele e utilizadas na confecção de calendários.

A INSERÇÃO DE JANAÍNA

Janaína mesmo sentindo-se um peixe fora d'água, ficou encantada, como ela diz, "com aquele mundo de gente falando sobre nós [eles, os negros, os quilombolas]". Mais encantada ainda com algumas comunidades pela organização e união que demonstraram. Comunidades das quais tomou conhecimento através de seus representantes, como a de São Pedro dos Miguéis, localizada em Catolé do Rocha/PB. Encantada a ponto de, posteriormente, me pedir informações sobre esta comunidade e evidenciar interesse em conhecê-la de perto. Encantada a ponto de querer participar mais da organização e dos eventos em curso no Talhado. Apenas nunca soube como.

Também, em outra ocasião, integrou um grupo de dança, formado por jovens da comunidade, que foi representar o Talhado em um encontro de comunidades quilombolas em Teixeira/PB. Tudo isto só a partir de 2008. Desta vez Janaína e outros jovens do Talhado representaram a comunidade a pedido da secretária de educação de Santa Luzia, Terezinha da Nóbrega, a mesma que deu início ao processo de auto-reconhecimento junto à FCP. Também com Terezinha da Nóbrega as relações do Talhado deixa entrever uma relação feita

de amor e ódio; tanto há reclamações quanto há agradecimentos pelo apoio dado, em vários momentos, a estas comunidades.

Ainda no ano de 2006, mas agora na segunda viagem que fizemos para Santa Luzia, no mês de novembro para observar a participação da comunidade nas comemorações do dia da Consciência Negra, Janaína nos procurou e ficou andando conosco. Não era nossa intenção desenvolvermos nossos trabalhos tendo conosco o famoso “informante nativo”, o “guia de campo”; felizmente não foi nisso que Janaína se transformou, apesar das várias informações que nos passou em alguns momentos destes quatro anos que temos de convivência. Mas como eu ia dizendo, ela nos acompanhou durante as comemorações da Consciência Negra e pudemos, tanto observá-la quanto sermos por ela observados.

A Janaína que eu via naquelas andanças por Santa Luzia era uma jovem curiosa pelo nosso interesse no tema da etnicidade (termo este desconhecido para ela) e intrigada pela nossa atenção à sua comunidade. Não me pareceu – e eis aqui eu a falar dos imponderáveis!!! Pois, como precisar que alguém está se pensando como quilombola? – que ela já naquele momento se pensasse como quilombola, mas acredito que com esta nossa proximidade, percebendo o apreço que tínhamos por ela e pela comunidade, pelo processo de auto-identificação como quilombolas apresentado por eles, Janaína começou a querer conhecer melhor este processo no qual ela, querendo ou não, direta ou indiretamente estava envolvida. Posteriormente, em meados de 2009, confidenciou-me que ainda não sabia direito o significado de ser quilombola – ainda estava construindo a sua definição (compreensão) para este processo, “ainda é um pouco confuso para mim; não tenho bem certeza se sei o que quer dizer ser quilombola.” –, mas já via esta situação com orgulho, pois o reconhecimento fez com que se sentissem valorizados em sua condição de negros.

Assim, depois do nosso primeiro contato, penso que este momento foi o passo seguinte dela neste processo de auto-identificação como quilombola. O nosso retorno à Santa Luzia, a nossa atenção a este processo, a aceitação dela em nosso meio independente das informações que ela pudesse nos oferecer, e que quase não existiram no começo, pois nunca a consideramos como informante, mas sim como uma companheira, uma amiga que apenas

nos acompanhava em campo, repito, creio que foram elementos que contribuíram para despertar nela um desejo de auto-identificação como quilombola.

No ano de 2008, quando tomei conhecimento do Prêmio Território Quilombola instituído pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) em parceria com a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), a ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), a ABA (Associação Brasileira de Antropologia e a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), ocorreu-me a idéia de, juntamente com Jordânia Araújo de Souza, incentivar Janaína a participar. No princípio um tanto tímida, um tanto descrente de suas possibilidades, e como é típico de seu comportamento, segundo já notamos, não acreditou que pudesse vir a fazer um trabalho em condições de concorrer. Depois, com a nossa insistência, acabou me mandando via e-mail, um pequeno texto que solicitei para sondar sua escrita. Vendo que seria possível para ela escrever algo com mais fôlego, mantive várias conversas, por telefone, por e-mail e pessoalmente, para articularmos o seu texto. Enfim, a trouxemos para Campina Grande. Hospedada por alguns dias na casa de Jordânia Souza onde ela se dedicou a escrever o seu texto com o qual participou na categoria **Memórias e Experiências**, destinada a membros de comunidades quilombolas, mantivemos com ela longas e proveitosas conversas. Não sei se por estar longe de Santa Luzia, se pela crescente confiança em nós, ou pelos dois motivos, ela, como costuma se dizer, 'soltou o verbo', ou seja, externou histórias e opiniões sem comedimento; e embora não tenha colocado muito de sua fala no trabalho³², expressou muito do que pensa a respeito do auto-reconhecimento do Talhado. Parece que valeu a pena. Tanto para nós que ficamos conhecendo melhor suas opiniões e sua inserção no referido processo, quanto para ela que, além de ser premiada nesse concurso, pode elaborar melhor suas idéias sobre ser quilombola.

O que pensa ela? De acordo com o que construiu o seu texto? Entre outras coisas, afirma que viver no Talhado se constitui em um desafio. Afinal,

³² Este trabalho tem o título de **Territórios quilombolas da Serra do Talhado**. Deverá, em breve, ser lançado em livro, junto com os outros trabalhos premiados, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

os negros dessas comunidades enfrentam constantemente preconceitos e os brancos da cidade querem sempre mostrar que eles são inferiores. Este, para ela, é o motivo de ter sido apagada da memória dos mais velhos o que realmente deveriam saber e contar. Acabam, então, contando poucas coisas para manter o conhecimento dos jovens para que estes dêem valor à sua cultura e suas origens. Segundo ela, a resistência esteve sempre latente no sentimento do povo, ou nas suas palavras, “se manteve quietinha e depois veio a se expandir”.

Considera-se sem conhecimento para fazer alguma coisa como membro de alguma associação, mas espera poder contribuir para as mudanças que se desenham na comunidade. Vê-se, também, como alguém que pode, na impossibilidade momentânea de realizar outras tarefas de maior envergadura, ajudar os pesquisadores que se dirigem à comunidade do Talhado a realizar suas pesquisas. Através dessa sua participação é que tem descoberto que pode contribuir para melhorar sua comunidade.

É a partir dessa inserção neste processo de recomposição da identidade étnica de sua comunidade que Janaina passa a se considerar uma quilombola. Quando fala do preconceito que sofre e da resistência que se manteve quietinha, ou quando em outra recente conversa que tivemos com ela (agosto de 2009) a ouvimos referir-se sempre a promessas feitas pelos de fora, à discriminação que eles sofrem, a fraudes cometidas em nomes deles por pessoas que não são da comunidade, ao auto-reconhecimento que lhes foi mais anunciado do que perguntado de se queriam ou não, que podemos perceber o quanto esta construção de uma identidade quilombola se processa no confronto com os não-quilombolas.

Deste contexto podemos perceber a importância das fronteiras étnicas, apropriadamente destacadas por Barth, pois são nestas fronteiras, neste enfrentamento entre grupos sociais que se diferenciam um do outro – aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira (1981, p. 15) chama de “fricção interétnica”, noção esta que para ele permite que as relações interétnicas sejam mais bem compreendidas – que são definidos os pertencimentos a um ou outro grupo.

É também na relação com o “outro”, com o diferente que os grupos étnicos se nomeiam e são nomeados. Como costuma se dizer, ninguém chama a si mesmo pelo próprio nome, ninguém precisa dizer para si mesmo quem é.

Nós nos identificamos para que os outros saibam quem somos. E somos identificados, nomeados pelos outros, podemos, ou não, aceitar esta identificação. A definição étnica de um grupo, seja ela endógena ou exógena, só tem sentido e só pode ser percebida e avaliada a partir da relação entre esses grupos.

Superadas, atualmente, antigas noções sobre a etnicidade, como ser ela algo substancial, essencial e/ou primordial; destacam-se idéias a seu respeito em torno das quais existe pouca ou nenhuma divergência, como o fato de que a etnicidade é dotada de um caráter dinâmico. Durante longo tempo os estudos sobre etnicidade se preocuparam em definir os grupos étnicos como entidades culturais singulares e opostos uns aos outros, tendo suas fronteiras étnicas uma definição bem precisa, nestes casos, o que importava conhecer era o grupo étnico em si, isolado e diferente de outros grupos. Para Barth (2000, p. 33-34), "o foco central para investigação passa a ser a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado".

Essa fronteira significa não mais um limite que separa, que isola os grupos. Elas são permeáveis, maleáveis, fluidas; são sociais, ainda que possam ter uma contrapartida territorial. Isto pressupõe uma relação interétnica, que invariavelmente será desigual, uma relação de enfrentamento, de definição interna e externa dos grupos, aquilo que é chamada de atribuição categorial, ou seja, que um grupo étnico jamais é definido apenas por resolução interna, mas ele é o resultado da interação com outros grupos étnicos. Voltando a Barth, a identidade étnica é relacional.

Estas concepções, acredito, podem ajudar a compreender o processo de construção da identidade étnica dos membros do Talhado. Em Santa Luzia e na Paraíba, hoje, existe um questionamento a respeito da nomeação e nomeação do Talhado como quilombo. São artigos, trabalhos e encontros acadêmicos – tais como os Seminários Nacionais de Estudos de História e Cultura Afro-brasileiros ou o Colóquio Internacional de História, realizados em Campina Grande; bem como seminários realizados anualmente em Santa Luzia na comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra – que tendo estas comunidades como tema de estudo, colocam em dúvida a existência da questão étnica, principalmente a condição quilombola. Perguntam, por que chamá-los de quilombos? Realmente são quilombos? Existem provas

documentais dessa condição? Eles se chamam de quilombolas? Esta identidade não lhes foi imposta por pessoas de fora?

Um dos pontos que chama a atenção nestas discussões é que a idéia de quilombo que as perpassa, sempre parte da noção histórica deste conceito, a qual, é obvio, não comporta a evolução e os conseqüentes ganhos da definição de quilombo contemporâneo. Mesmo quando recorrem a Barth, não se realiza a adequação, a ligação entre as teorias sobre etnicidade deste autor e o processo de formação quilombola em curso não apenas no Talhado, mas também em outros milhares de comunidades que hoje são reconhecidas pela FCP.

Desta forma, se procura definir estas comunidades a partir de evidências históricas, documentos ou depoimentos de antigos moradores que por ventura possam lembrar-se de alguma referência à comunidade feita por moradores mais antigos ainda. Não tendo sido estas encontradas, ou se aceita a permanência da dúvida – terá sido mesmo um quilombo? –, ou se considera estes quilombos uma invenção acadêmica e/ou de grupos/pessoas ligados aos movimentos negros que impuseram a estas comunidades um discurso alheio a elas.

Estes questionamentos, ao mesmo tempo em que invocam as teorias de Barth, quase que as ignoram totalmente. As invocam apenas para citar a definição de grupo étnico e de etnicidade deste autor. Ignoram-nas ao não considerarem a sua integralidade e nem os seus desdobramentos.

Pensar como (com) Barth (2000, p. 31-32), que os grupos étnicos, repito mais uma vez, são uma forma de organização social que tem por característica fundamental a atribuição externa e a auto-atribuição e baseiam-se na crença de uma origem comum e com o intuito de interagirem socialmente com outros grupos, requer, também, considerar como ele o faz, que os estudos sobre etnicidade devem se concentrar na “fronteira étnica que define o grupo” (p. 34); requer não esquecer que ao considerar um grupo étnico como uma forma de organização social, estes grupos são formados quando os atores, com o intuito de interagirem socialmente, valem-se de uma identidade étnica para se categorizar e categorizar outros grupos (p. 32).

Então, se os grupos étnicos são constituídos numa interação social em que ocorre uma atribuição externa e uma auto-atribuição (capacidade para

nomear a partir de uma relação dialética e de poder entre Nós e Eles, entre o endógeno e exógeno), no presente caso, a quem cabe nomear, ou a quem cabe nomear primeiro? Se a sociedade envolvente, a sociedade não-quilombola tem a iniciativa de nomear, de diferenciar e se diferenciar a partir do tipo de relação que mantém com o Talhado, não está se processando uma relação interétnica, construída por seus atores na fronteira entre os grupos, com o intuito de estabelecer uma forma específica de interação social?

A definição dos grupos étnicos, não se pode esquecer, tem que ser compreendida na interação entre os grupos e, como advertem Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 143), "um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não-membros o categorizam", e conseqüentemente, completam eles o seu raciocínio, "o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição". Neste caso aqui narrado, porém, quando se fala na auto-atribuição referida por Barth, espera-se que esta ocorra internamente, fora de uma relação entre grupos distintos; mais ou menos como alguém que declara para si próprio a sua identidade. Ora, porque a identificação como uma comunidade quilombola não pode partir dos não-membros do Talhado? Ao afirmar que um grupo se auto-identifica e é identificado por outros, não significa dizer que há um consenso de ambas as partes na maneira que os grupos se nomeiam e são nomeados.

"SER QUILOMBOLA É CHIQUE"

A maneira como os negros são identificados por outros grupos étnicos, principalmente nas sociedades ocidentais ditas brancas, baseia-se em idéias padronizadas, em lugares-comuns, que estes grupos, que são dominantes, impõem àqueles, fazendo com que incorporem opiniões preconceituosas a respeito de si próprios. Desta forma são criadas, difundidas e se faz acreditar nas idéias que os negros são "feios", são "sujos", são "violentos", são "inferiores". Uma das tias materna de Janaína, que atualmente é a presidente do Galpão das Louceiras do Bairro de São José, Maria do Céu, conhecida por todos como Céu, é uma das pessoas do Talhado que me contou que sentia vergonha de ser negra, pois sempre foi apontada na rua como, "aquela negra do Talhado", expressão esta que era dita "com tom de desprezo, como se ser

negro fosse coisa ruim, e eu acreditava mesmo que eu não prestava. Essas pessoas não precisavam nem me chamar de outra coisa, não precisavam ofender, bastava me chamar de negra para eu ter vergonha de mim”.

A imagem que o termo quilombo evoca na maioria das pessoas está associada às definições formais que o poder constituído e os grupos sociais favoráveis à escravidão lhe conferiram – anteriormente citadas – e a noções negativas como transgressão à ordem vigente, rebeldia, marginalidade, saques etc., ou seja, são concepções elaboradas pela sociedade branca que via os negros com desprezo. Posteriormente, em especial a partir da segunda metade do século XX, este termo foi positivado pelos movimentos negros e passou a simbolizar as lutas, a resistência e as conquistas destes. Com o fim da escravidão a idéia de quilombo passa a ser associada, de acordo com Ilka Boaventura Leite (2006, p. 10), “à luta contra o racismo e às políticas de reconhecimento da população afro-brasileira”, luta esta que recebe o “apoio de diversos setores da sociedade brasileira comprometidos com os direitos humanos”.

Essa re-significação – livre dos sentidos negativos – do termo quilombo já foi levada em conta quando da ressemantização proposta a partir do Grupo de trabalho da ABA sobre Terra de Quilombo, em 1994. A nova definição³³ procura retirar do termo as noções pejorativas a ele associadas. A intenção desta proposta, de acordo com Almeida (1996), é que se reconheçam “as novas dimensões do significado atual de quilombo”, este tem como “ponto de partida, situações sociais específicas e coetâneas, caracterizadas, sobretudo, por instrumentos político-organizativos, cuja finalidade precípua, é a garantia da terra e a afirmação de uma identidade própria”.

A ressemantização tem a intenção de que a antiga noção seja substituída pela concepção atual que emana dos movimentos sociais camponeses que, ao reivindicar publicamente este estigma, procuram com ele, negar o sistema escravocrata. Desta forma, conclui Almeida, o Artigo 68 do ADCT tem como “ponto de partida “a autodefinição e as práticas dos próprios

³³ Cf. Arruti (2006, p. 92) após a ressemantização proposta neste GT da ABA os quilombos passam a ser definidos como “grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, cuja identidade se define por “uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados”.

interessados ou daqueles que potencialmente podem ser contemplados pela ampliação da lei reparadora dos danos históricos”³⁴.

Esta lei promulgada para reparar danos históricos encontrou uma demanda e uma vontade, a necessidade de se reparar esses erros, bem como interessados diretos que devem ter seus direitos restaurados e garantidos. Mas para tanto é necessária a comprovação de se estar naquela condição de contemplado por essa referida lei. Esta foi feita para atender às comunidades remanescentes de quilombos e não o quilombola, como nos explica Leite (2006, p. 10) “é o grupo e não o indivíduo o que norteia a identificação destes sujeitos do ou dos direitos”. Desta maneira, continua ela, “o que deve ser contemplado nas ações é, portanto: o modo de vida coletivo e é a participação de cada um na vida coletiva o que dá a esse suposto sujeito a possibilidade de ser incluído no processo de reconhecimento”.

Eis, pois, as respostas a algumas daquelas perguntas – por que chamá-los de quilombos? Esta identidade não lhes foi imposta por pessoas de fora? – que têm sido freqüentes entre aqueles que se dedicam ao estudo das questões étnicas quilombolas. Chamam-nos de quilombos, atualmente, para reparar danos históricos, instaurar direitos e positivar uma identificação antes tida como negativa. Sim, a identidade veio de fora; mas numa relação interétnica com a sociedade envolvente que os diferencia dela, e nessa relação dialética eles recebem o nome e, agora o assumem também para se diferenciar daqueles, mas agora com o orgulho de serem quilombolas, pois isto lhes confere valor. Também de fora porque se faz numa relação com os movimentos negros – que podem ser vistos como a ponta de lança da população negra; como a vanguarda que luta pelos direitos dos negros – e, lembrando mais uma vez Leite (2006, p. 10), luta esta que se efetiva “com amplo apoio de diversos setores da sociedade brasileira comprometida com os Direitos Humanos”. São quilombos, e se não são no sentido histórico, certamente o são no sentido contemporâneo, segundo a ressemantização proposta pela ABA e anteriormente citada.

Enfim, o fato de o Talhado sempre ter sido nominado de fora, e isto não constitui uma invenção de sua identidade quilombola – vinda do nada – e nem

³⁴ Almeida, 1996, p. 11-17, In: Arruti, 2006, p. 92.

uma total sujeição a esta nomeação, não torna a sua identidade algo inexistente, sem significado. Para tanto, basta conferir o filme de Noronha (1960) e/ou a pesquisa de Cavalcanti (1975). Os do Talhado tem a sua história que narram segundo seu entendimento; eles têm suas memórias, que atualmente incluem a passagem por sua comunidade, por exemplo, da própria Cavalcanti, presença que marcou a lembrança de pessoas da comunidade, como D. Joana Carneiro dos Santos, e contaram a partir destas memórias, para estas pessoas quem eles eram, e contam, hoje, o processo de transformação pelo qual continua a passar sua identidade na relação atual com a sociedade envolvente.

É deste tipo de relação que começou a ser construída a identificação de Janaina. Ela está inserida numa situação contemporânea específica – o processo de auto-reconhecimento de sua comunidade. Ao aceitarem receber a certidão concedida pela FCP, o Talhado está dizendo que, como comunidade quilombola ele tem comprovada a sua condição de receber o que lhe é de direito; ele tem em mãos, agora, um instrumento político-organizativo a partir do qual pode estabelecer relações com a sociedade envolvente em um novo patamar. Esta identidade quilombola que veio de fora agora é deles, eles podem fazer o que quiserem com ela.

Janaina me afirma agora, “eu nunca fui beneficiada [com isto quer dizer que nunca auferiu vantagens materiais] e não deixei de ser quilombola”. Em resumo, ela presencia o auto-reconhecimento do Talhado, e como a maioria de seus membros não entende bem o instrumento que agora têm em mãos. Em seguida presencia sua mãe, sua bisavó, sua tia Céu se assumirem como quilombolas, mas sobre isto nos diz que “não, eu não entendo nada disto. Eu sei que existe [o auto-reconhecimento da comunidade], mas eu não participo. Não sou contra, eu até acho que é bom, mas pra mim não faz diferença”. Depois passa a reunir informações e a prestar mais atenção ao que ocorre à sua volta. Vê sua mãe Gilvaneide, que é uma mulher forte e batalhadora, lutar contra uma série de dificuldades por ser do

exatamente aquilo que ela faz no seu dia-a-dia, assim, passa a afirmar sua nova identidade. Digo nova porque ela não se pensava como sendo uma quilombola.

Convive, Janaína, diariamente com sua tia Céu, a qual desceu da serra para Santa Luzia, e vê esta tia se valorizar como pessoa a partir de sua identidade quilombola. Vê Céu representar o Talhado urbano em eventos vários, dentro e fora da cidade. Céu e Janaína, aqui na terra agora, ouvem falas de quem não sofre a cor da pele; lamentos; discursos distorcidos; vozes, línguas ininteligíveis. Ouvem berros irados. Vêem punhos contra eles brandidos. Mergulham num contexto nublado³⁵.

Os membros da família se valorizam e são valorizados pelos de fora. A comunidade passa a ser alvo de atenção de pessoas que vêm de longe para saber quem é o Talhado. Janaína passa a conviver com estas pessoas. Percebe que a identidade quilombola é positiva. É chamada pelos de dentro, e até pelos de fora, a participar mais ativamente desse processo. Hoje, em agosto de 2009, eu pergunto a ela se antes do auto-reconhecimento as pessoas do Talhado tinham vergonha de serem apontados como negros, se não existia entre eles o orgulho de serem negros, se foi apenas a partir da certidão conferida pela FCP que eles passaram a se orgulhar de sua condição de negros e ela me responde dizendo que

Acho que a pessoa que ontem respondeu a essa sua pergunta foi Da Guia. Segundo Da Guia ela dizia 'a gente já se orgulhava, só que com o reconhecimento a gente passou a ser chique'. Então essas pessoas elas se sentem mais valorizadas; elas se acham, entre aspas, mais chique por serem quilombolas, claro elas tinham orgulho [ou podem agora dizer que tinham orgulho, mesmo que a vida não tenha sido assim] mas elas não deixavam exposto como elas deixam hoje, entendeu? (JANAÍNA)

E quando Eulália Bezerra Araújo, que atualmente acompanha o processo de auto-reconhecimento do Monte (o bairro de São Sebastião), indaga – "Você se assumiria quilombola? Por que você assumiria essa identidade se não teria nenhum benefício?"; Janaína responde:

³⁵ Referência às estrofes 9 e 10 do Canto III da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Editora Martin Claret, 2006.

Porque, olhe, vamos pegar do início, eu sou da sétima geração de Zé Bento. Ele é um ex-escravo, segundo alguns estudos ele é um escravo fugido. Então sua descendência também é escrava; então por que eu negaria uma coisa que está no sangue, 'tá na raiz, 'tá na história? Eu me auto identifico como quilombola! (JANAÍNA)

Anjana blanca/Tem piedad de mi./Guiame por la oscuridad y la niebla./Librame de los peligros y de los malos pensamientos. Eis a Anjana(ina) que guiou-me por “la oscuridad y la niebla”, saindo com os seus de suas névoas e escuridões; reconstruindo sua identidade; ressignificando sua nomação; escapando, ela também, dos maus pensamentos que são pensados sobre quilombos. Com ela descemos do paraíso à terra, não ao inferno, que esse só eles conhecem, mas creio que cheguei, assim como Dante guiado por Virgílio, às suas portas. Aqui, se não há inscrição na entrada, há vidas marcadas que nos dizem “Por mim se vai das dores à morada,/Por mim se vai ao padecer eterno,/Por mim se vai à gente condenada.³⁶” Meu Virgílio, que me faz vislumbrar o “vestíbulo” da vida em um quilombo urbano é Céu, a tia de Janaína.

Assim, de volta à Santa Luzia procuramos conhecer a vida, na cidade, daqueles que, expulsos do paraíso, desceram a serra e foram cultivar outras terras. A migração da serra à cidade – e para outras cidades da Paraíba e do Brasil – começou, de forma mais intensa, no final da década de 1960. Hoje, em cima da serra, os mais velhos ainda resistem. Os mais jovens anseiam por novas perspectivas que venha dar alternativas para dinamizar a vida e a economia do Talhado, ou sonham com oportunidades em outros lugares.

³⁶ Estrofe 1 do Canto III, de a *Divina Comédia*, de Alighieri, op. cit.

CAPÍTULO 2. TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

2.1 DO PARAÍSO À TERRA – o êxodo para a cidade

Nada de minha substância³⁷ vos é oculto,
Quando fui formado ocultamente,
Quando fui tecido nas entranhas subterrâneas.
Salmos, 138,16

Inicia John Milton (2003 [1667]) sua obra máxima – **Paraíso Perdido** – com os seguintes versos: Do homem primeiro canta, empírea Musa,/A rebeldia — e o fruto, que, vedado,/Com seu mortal sabor nos trouxe ao Mundo/A morte e todo o mal na perda do Éden,/Até que Homem maior pôde remir-nos/E a dita celestial dar-nos de novo. Nestes versos canta o poeta a rebeldia do primeiro homem; a perda de seu paraíso; seu vagar pelo mundo; sua posterior remissão pelo Filho de Deus e a oportunidade de uma nova vida no mundo. De terra em terra têm andado povos em busca daquela terra que julgam ser o paraíso que perderam.

Se um dia o Talhado se constituiu em uma Terra da Promissão para os seus moradores, em um Paraíso na Terra, esta sua terra deixou de prometer a bem-aventurança àqueles, o Paraíso virou um inferno, ou, ainda foram expulsos desse Paraíso – as péssimas condições de vida que passaram a ter por conta de sucessivas secas seria o motor dessa expulsão.

Estima-se que o Talhado, no alto da serra, começou a ser povoado por volta de 1860. Este foi o pedaço de terra que Zé Bento e Cecília puderam conquistar e legar para seus descendentes. Desde então os descendentes de Zé Bento tem residido nessa localidade que parcamente tem suprido suas necessidades. Em outros lugares para os quais se dirigiram, mesmo que tenha sido apenas à procura de suprimentos e para realizar negócios, segundo seus relatos, sempre foram discriminados. Se, por acaso essa terra foi realmente uma bênção de Deus, a fortuna divina se esgotou e tiveram que partir, enfrentando todas as contrariedades a eles impostas, em busca de uma nova Terra da Promissão, uma nova Aruanda. E se há alguma rebeldia, alguma desobediência por parte das pessoas do Talhado, esta é a de não se submeter

³⁷ Em hebraico "gal'mi" tem o significado de "minha substância ainda informe". Adão foi feito de barro; o Talhado foi feito de barro; o Talhado se sustenta com barro; o traço mais característico do Talhado é o artesanato de barro.

à reclusão surda e constante imposta a eles através da discriminação que sofrem ainda na atualidade. Esta conquista do “Paraíso” e depois seu êxodo em busca de um novo lugar de fartura não deixa de lembrar os grandiosos relatos de povos que sempre buscaram o lugar onde pudessem construir uma vida digna. Disto decorre, repito, o paralelo aqui traçado entre o povo do Talhado e a epopéia de Milton.

Inicialmente segundo contam hoje, parece que, não se sabe por quais motivos, preferiram manter pouco contato com os núcleos humanos vizinhos de sua comunidade. A primeira impressão que passam quando indagados a respeito de suas relações com outras comunidades, é de que sempre viveram quase que totalmente isolados; mantendo apenas um contato semanal com a população de Santa Luzia: durante a feira de sábado quando vinham vender sua louça e adquirir mantimentos.

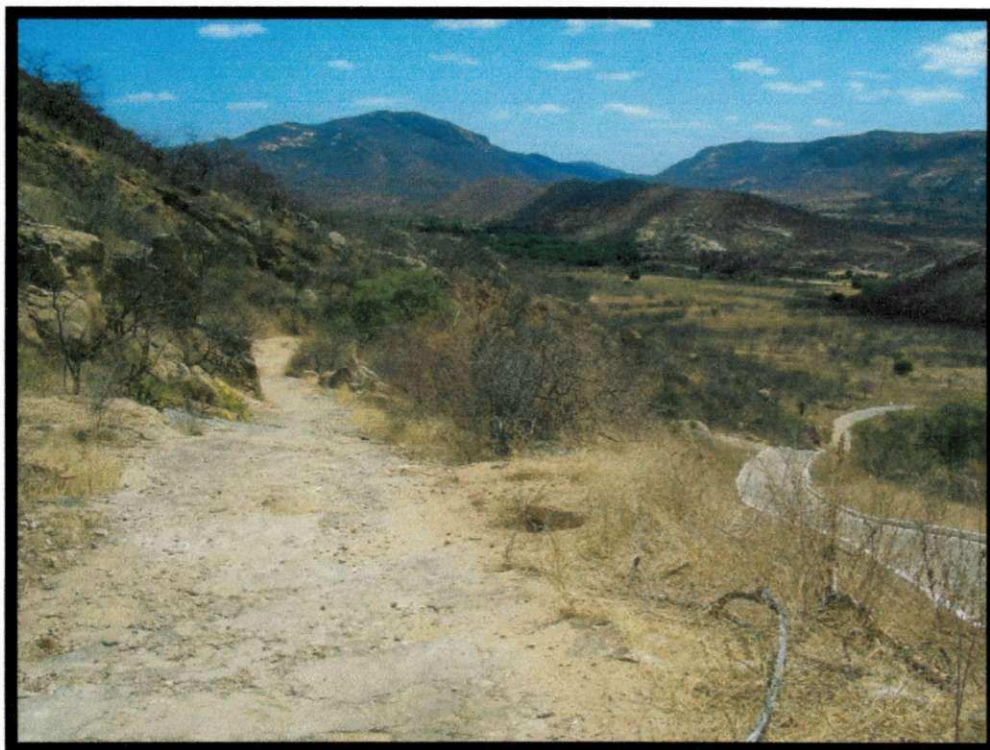
Hoje já não descem mais a serra com seus animais carregados de louças para vender na feira. Aliás, não mais produzem louça no Talhado rural; a não ser uma ou outra mulher, e apenas para uso próprio. Poucos, e ainda assim esporadicamente, descem a serra a pé. Vêm de moto ou de carona com aqueles, também poucos, que têm carro. Desta forma, com a modernização dos transportes que encurtou o tempo de viagem, tornaram-se mais freqüentes os deslocamentos até Santa Luzia, bem como para outras cidades.

Foram e são tantos os deslocamentos – sem retorno, ou com retorno esporádico e/ou temporário – que ao se chegar ao alto da serra, é comum o visitante se perguntar, ou perguntar a quem lá encontra: onde está o Talhado? Ou, onde estão os moradores do Talhado? Atualmente a comunidade é composta, segundo me conta Raquel, a presidente da Associação Comunitária do Quilombo da Serra do Talhado, “por aproximadamente 120 pessoas distribuídas em umas 40 famílias”. Ela é mais uma das moradoras do lugar que acredita que “um dia isto aqui vai virar um deserto”. Estas palavras parecem um discurso ensaiado. Também as ouvi da boca de Janaina e de Gilvaneide e de Da Guia e de Cosme e de Divalci e de...

As dificuldades para se viver lá em cima são tantas, em especial a falta de meios de vida, que o êxodo rural acabou “transferindo” o Talhado do meio rural para o meio urbano. Tanto que na cidade de Santa Luzia existem três grandes focos de concentração de pessoas que saíram do Talhado e de

descendentes destes: o já citado bairro São José; O bairro de São Sebastião, também conhecido como O Monte e o bairro de Frei Damião.

Mas contatos com outras comunidades também foram mantidos ao longo de sua existência, apenas não eram tão freqüentes quanto sua visita à feira da cidade. Em conversas com moradores da zona rural vizinhos do Talhado, é sempre afirmado o comportamento arredio destes. Mas se diminuiu o tempo do deslocamento do Talhado para a cidade, as dificuldades deste deslocamento permanecem quase as mesmas.



Estradas para o Talhado, visão de quem desce a serra. À esquerda, a velha estrada de terra. À direita, trecho pavimentado da nova estrada.

A estrada que antes era totalmente de terra ganhou alguns trechos pavimentados. Isto, teoricamente, foi feito para facilitar o trânsito entre o Talhado e Santa Luzia. No entanto, na opinião daqueles que transitam com freqüência neste trecho, que teve alguns segmentos alterados, que seguem, por exemplo, paralelos à antiga estrada, a nova configuração não é a ideal, considerando que algumas destas alterações tornaram mais perigosa esta rota cheia de ladeiras íngremes, curvas perigosas, trechos que beiram altos abismos, outros que cruzam rios, outros ainda que menos parecem uma estrada e mais imensas lages recobertas de pedregulhos; e, no entanto, ainda

assim estão sendo considerados menos perigosos que algumas das alterações desta rota. Enfim, as dificuldades de deslocamento, apesar das tentativas feitas pelos poderes públicos, de amenizá-las, ainda permanecem.

Este dito “isolamento” – na verdade, penso que, termos como “retraimento” e “afastamento” seriam mais apropriados à situação vivida pelos moradores do Talhado rural –, através de conversas mais informais, é possível perceber que não é tão extremo como deixam evidentes as primeiras afirmações deles e de seus vizinhos; aliás, alguns destes não costumam lembrar-se de ocasiões em que tiveram algum contato informal com os moradores do Talhado. Por sua vez, os do Talhado, ainda que raramente, contam de algum rápido contato com pessoas de outras localidades, mas sempre ouvi histórias de contatos com pessoas de lugares mais distantes, nunca com lugares vizinhos. Quando digo vizinhos estou me referindo, a partir das referências deles, aos lugares imediatamente fronteiriços como à cidade de Santa Luzia ou a sítios como o Pinga e Bananeiras. No entanto, o afastamento vem diminuindo à medida que se vêem obrigados a sair em busca de recursos materiais e novas oportunidades de vida fora do Talhado; e mesmo quando permanecem, já percebem que a troca de experiências com seus vizinhos, e até com estranhos, se faz cada vez mais necessária.

Um ou outro, ocasionalmente, saia do Talhado para ficar algum tempo em outras localidades onde tinham conhecidos ou parentes. Quando perguntados que localidades são estas, costumam citar o hoje também quilombo da Pitombeira, localizado na cidade de Várzea, vizinha à Santa Luzia; a cidade de Cacimba de Areia e de forma mais genérica, sem se referirem a alguma localidade em especial, citam que, às vezes, alguns deles iam passar algum tempo no Brejo paraibano (a loiceira Maria Da Guia Silva conta que sua mãe é de Cacimba de Areia e seu pai do Talhado; enquanto que seu marido Cosme Nascimento faz referências a ligações de algumas pessoas do Talhado com o Brejo. Quais lugares no Brejo Paraibano? “Ah! Não sei lhe dizer não.”). Esta ligação com o Brejo aparece com freqüência, também, nas narrativas de vários moradores do quilombo da Pitombeira.

Ainda que não seja mensurável em números, de qualquer forma, as conversas com os do Talhado, tanto quanto as conversas com os moradores de Santa Luzia, evidenciam sempre o isolamento daqueles no alto da serra e

as poucas relações entre ambas as partes. Morando há somente duas quadras de distância da entrada de Santa Luzia para quem vem do Talhado, e vizinha do atual quilombo do Talhado urbano, uma moradora do bairro de São José me conta que desde pequena ela e sua tia viam “o pessoal do Talhado entrando na cidade com seus carregamentos de louça em cima de burros ou nas próprias cabeças; as mulheres arrastando ou carregando nos braços suas crianças; todos em filas e, ainda que não houvesse hostilidades entre eles, não se dirigiam nem os negros aos brancos e nem estes aos negros”.

Segundo nos conta a professora Gilvaneide em sua sala de aula no Talhado rural, uma das atuais encarregadas de preservar e repassar a história da comunidade, este isolamento começa a diminuir no final do anos de 1960 – as datas desta chegada ao perímetro urbano de Santa Luzia variam segundo quem conta a história, em geral ficam em torno de 1967 e 1968 – quando descem da serra alguns negros e se instalam em frágeis casas de barro – como costumam ser ainda hoje muitas casas do Talhado – erguidos por eles mesmos no bairro de São José. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, esta migração da zona rural para a área urbana de Santa Luzia se tornou mais acentuada.

RETERRITORIALIZAÇÃO: O TALHADO NA CIDADE

De acordo com números fornecidos por Maria do Céu, como presidente do Galpão das Louceiras – números que são aproximados, adverte ela, pois baseiam-se no número de cestas básicas solicitadas pelas famílias do bairro, além de outras famílias do bairro de São Sebastião, mas que possuem ligações de parentesco com o Talhado – existem, atualmente no bairro de São José mais de 140 famílias pertencentes à Comunidade Urbana de Serrado Talhado, totalizando uma população de mais de 500 pessoas. Estes números parecem ser superestimados, pois são calculados para que a comunidade consiga o máximo possível de cestas básicas. Outros números fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia indicam que deve haver umas 110 famílias e aproximadamente umas 400 pessoas na comunidade.

O músico Titico (Francisco Bento dos Santos), um dos mais renomados sanfoneiros do Talhado, em uma longa conversa na varanda de sua casa, em

2007, narra que entre os primeiros migrantes estava seu avô Chico Bento, um dos netos de do fundador do Talhado, Zé Bento. A partir de então a comunidade começa a se multiplicar, tanto pelos que nascem na cidade quanto pelos que, agora, em maior número passam a descer a serra em definitivo. Titico atualmente reside em Santa Luzia, mas nasceu e foi criado no Talhado rural.

Instalados na varanda de sua casa, Titico e sua esposa passaram toda uma tarde conversando comigo, Jordânia e D. Maria Rita (avó materna de Janaina, mãe de Céu, tia de Titico e Luiz Bento dos Santos, mais conhecido como Nuna) que foi quem nos levou até ele. Estamos numa das ruas que, parcialmente, fazem parte do Talhado urbano. A Rua Bela Vista é uma rua larga no bairro São José, com canteiros centrais – e que se torna estreita e perde os canteiros em algumas poucas quadras em direção à BR. Aqui, as árvores plantadas, como são comuns em quase todas as ruas do bairro, ainda que em considerável quantidade e fazendo boas sombras, não são suficientes para abrandar o calor escaldante do sertão. Mesmo assim, na varanda da casa de Titico o calor é perfeitamente suportável. A casa é simples, mas relativamente grande, sem luxo, mas confortável. Embora não seja exceção, este tipo de casa não é o que predomina entre os talhadinos do São José.

Igual a tantos outros conterrâneos seus, quando se referem ao Talhado na serra, Titico fala com saudades do lugar que deixou, mas diferente de muitas pessoas com quem conversei não demonstra, ao menos em suas palavras, vontade de voltar para o sítio onde nasceu. Conta que “lá em cima trabalhava na roça com minha família. Antes de ir pro roçado, logo cedo, a gente se reunia em frente à casa do meu pai e ouvia rádio. Foi onde a gente ‘tirou’ [ouvir e aprender como tocar e/ou cantar uma música] muita música”. Demonstro admiração pela facilidade que tinham em decorar e depois reproduzir o que ouviam. Sua maneira de falar é calma e humilde, e responde que não, não aprendiam logo, “às vezes não dava tempo de aprender direito”. Não ficavam ouvindo o rádio porque tinham que ir pro roçado. “Quando a gente voltava no fim do dia, ligava o rádio de novo e ficava esperando a música tocar outra vez, que era pra ver se aprendia. Mas era difícil porquê a música demorava pra tocar de novo. Mas depois que aprendia tava pronto pra tocar nas festas”.

Na opinião de Titico “a vida era boa lá em cima, mas aqui em baixo também é boa”. Qual a melhor? Responde que “as duas são boas. Lá era boa, mas agora tá difícil de viver lá em cima. Porque o que se planta não dá. A seca acaba com tudo; a maior dificuldade é a falta de água. Já aqui em baixo tem como a gente se virá”. “Se virá”, penso que seja uma expressão cujo sentido é evidente, mas se não for, significa conseguir uma forma de adquirir recursos para viver.

É exatamente esta busca por recursos que faz com que a população destas comunidades seja tão variável gerando números discordantes entre si. O fluxo de pessoas se dá não apenas entre os Talhados. Há um constante vai e vem de pessoas que se deslocam para outras cidades da Paraíba, bem como para outros estados – o Rio de Janeiro é o preferido, contanto até com um núcleo de pessoas todas oriundas do Talhado. Ultimamente, segundo Cosme Nascimento, alguns homens tem se deslocado para Goiás em busca de trabalho temporário na agricultura, ele mesmo é um destes que lá esteve – em busca de trabalho. Este fluxo caracteriza-se uma absoluta irregularidade temporal, ou seja, ao contrário do que ocorre com trabalhadores que anualmente se deslocam, por exemplo, para São Paulo na época do corte de cana, entre os Talhados e o destino tomado por seus moradores não parece, segundo seus relatos, haver esta regularidade de deslocamento. Possivelmente a não especialização dos homens em alguma atividade laboral contribua para estes fluxos irregulares.

A arte de Titico, a música, é um talento que vem sendo cada vez mais aprimorado por vários moradores do Talhado e seus descendentes, a ponto de causar admiração não apenas na região, mas em lugares além das fronteiras locais, através, por exemplo, de um dos componentes do nacionalmente conhecido trio de forró os Três do Nordeste, que é filho do Talhado. Esta habilidade vem sendo cultivada a ponto de ter se tornado uma expressiva fonte de renda para muitos membros da comunidade. Esta é uma alternativa nova, uma forma de “viração”, que aponta novos caminhos para os descendentes de Zé Bento e Cecília, ao mesmo tempo em que se torna uma das marcas registradas da comunidade.

Da narração anterior de Titico é preciso destacar que o tema da volta para a serra ou da permanência na cidade, quase sempre aparece em

conversas com muitos daqueles que moraram na zona rural; mesmo aqueles que, na cidade, têm uma condição de vida melhor do que lá na serra. Esta mesma idéia é a que perpassa a fala de sua prima Céu.

Maria do Céu Ferreira da Silva nasceu, foi criada, casou e separou-se em quando ainda vivia na serra, mas desejava ardentemente deixar esse “Paraíso e descer à Terra”, descer a serra, e o fez. No início dos anos 1990, aos 22 anos, veio para Santa Luzia em busca de uma vida melhor do que a que tinha no Talhado. Não era agricultora e nem fabricava louça. A Terra da Promissão para ela era cá embaixo, pois as condições financeiras não eram favoráveis, “Ah! Vocês nem imaginam! Minino! A vida lá em cima era muito sofrida lá em cima!”.

Encontramos Céu, nome pelo qual é conhecida e gosta de ser chamada, pela primeira vez em novembro de 2006. Antes já andáramos a procura dela durante a Festa do Rosário ou durante as comemorações do Dia da Consciência Negra, mas estas são datas em que Santa Luzia fica cheia de turistas, pesquisadores, militantes de movimentos negros, estudantes e profissionais da imprensa. São muitos os eventos para os quais as pessoas do Talhado são convidadas. Não importa o que tenham a dizer ou quanto não queiram falar. O importante, para quem os convidam, é a presença deles tornando presente a imagem do quilombo do Talhado. Mas a festa não é deles e nem parece ser feita para eles. Ainda que a sua presença, se mais visível, na perspectiva do turismo, pudesse tornar a festa do Rosário “mais característica”, “mais autêntica” para quem idealiza esta como uma festa dos negros.

AS LOUCEIRAS DO TALHADO

As *'loiceiras'* – termo mais utilizado pelos moradores do Talhado para designar aquelas mulheres que entre eles têm como ocupação o fabrico de utensílios de barro – são, junto com os sanfoneiros, e, conseqüentemente, a louça e o forró que produzem, os emblemas do Talhado – em outras palavras, são estes os principais traços diacríticos que diferenciam o Talhado da sociedade em seu entorno.

Estas mulheres trabalham o dia inteiro na confecção de suas peças de barro; um trabalho que além de tomar muito tempo exige, também, um grande

esforço físico, mas financeiramente traz um pequeno retorno. Atualmente, a maior parte das que se dedicam a este trabalho, o fazem no Galpão das Louceiras, localizado na Rua Arlindo Bento de Moraes, uma rua sem calçamento e de pequena extensão. Este galpão consiste de duas grandes salas, cada uma medindo 6m de largura por 10m de comprimento, ou seja, são dois salões de 60m² cada. Um destes salões é usado para a confecção da louça e, às vezes, parte dele é utilizada para armazenar um pouco da louça produzida. O outro salão é destinado ao armazenamento da produção e possui um banheiro e uma saleta destinada a ser um pequeno escritório, função esta para a qual nunca foi utilizada. Na parede frontal deste Galpão há uma grande placa na qual se lê o nome deste empreendimento: *Cerâmica Artesanal de Santa Luzia*. Ao lado destes salões, ao ar livre, fica o forno em que a louça é queimada.

Disse anteriormente que encontramos Céu pela primeira vez em 2006; depois de vários desencontros, o local do encontro não poderia ser outro senão neste Galpão ao qual ela dedica, hoje, estimo que mais da metade de seu tempo. Nele ela não apenas confecciona louça, mas é também a presidente do Galpão. Isto significa ser também presidente da Associação Comunitária do Talhado Urbano, o que faz com que ambas as associações se confundam. Afinal, foi a partir do Galpão que foi autorreconhecido o Talhado urbano pela FCP.

Inaugurado em 1994, nos conta Céu, nele atualmente trabalham em torno de 25 *loiceiras* cuja remuneração depende da quantidade de louça produzida. Mas a produção é vendida de forma coletiva para atravessadores que posteriormente revendem esta louça em várias praças do estado. O contato com estes compradores é feito cada vez mais por Céu. Tarefa esta que antes pertencia exclusivamente à sua avó, D. Rita Preta, que foi a primeira administradora do Galpão, e desde alguns anos vinham passando gradativamente suas funções para sua neta Céu. As múltiplas ocupações de Céu fazem com que D. Rita Preta, apesar de sua idade avançada, ainda desempenhe alguma atividade que já gostaria de ter passado para a neta. O galpão, segundo ela, era uma reivindicação das mulheres que tinham vindo do Talhado e ainda faziam louça em casa, mas não tinham onde 'queimar' [significa cozer o utensílio de barro para dar consistência] a louça, ou seja, não

tinham um forno adequado. Precisando de um lugar apropriado para fabricar sua louça, faziam pedidos para alguns políticos locais que foram os que idealizaram e concretizaram o projeto do Galpão.

O Galpão das *loiceiras* acabou se tornando um local de referência dentro de Santa Luzia, principalmente para os moradores do Talhado que vêm da serra para morar na cidade. Foi nas imediações deste galpão que muitos acabaram fixando residência. Ele é o centro, o coração do Talhado urbano. Céu, entre outras *loiceiras*, é uma que sai de casa pelo quintal e tem o Galpão bem à sua frente. Explica ela que o Galpão é um local que “serve, também, como ponto de apoio para aqueles que vêm do Talhado apenas para algum compromisso rápido, como ir à feira, fazer uma consulta no médico, resolver algum problema aqui na cidade, “tu sabe como é, não é? Vem aqui no bairro pra encontrar algum parente, aí já passa por aqui conversa com alguma das menina aqui do Galpão, que é todo mundo parente, quer saber alguma notícia de alguém ou se a gente, as menina, quer mandar algum recado lá pro sítio...”. dizem que é o coração do Talhado, não apenas porque por ali passam muitas pessoas, mas, também, porque é um lugar de referência dentro da cidade e porque uma boa parte da renda que sustenta a comunidade é gerada ali.

Este “coração” tem pulsado mais forte a partir do final de 2007, quando áreas adjacentes a ele foram invadidas por famílias não-quilombolas. Até então não tinham sido registrados conflitos por terras entre membros da comunidade e membros da sociedade envolvente. Embora desejada em sonhos, só se animaram a reivindicá-la ao tomarem consciência de alguns de seus direitos como comunidade quilombola reconhecida pela FCP. A partir de então, timidamente, a comunidade passou a pleitear a área para a construção de novas casas, para uma área de lazer e uma creche. Também passaram a pleitear outra área atrás do galpão, chamada pela população de Santa Luzia de *os currais*, pois lá existem algumas destas construções utilizadas por reдеiros que há muitos anos ocupam estas terras e utilizam-nas para a criação de animais. Esta última área é de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Inicialmente aquela invasão e esta reivindicação acirraram os ânimos entre quilombolas e não-quilombolas, especialmente os reдеiros e pessoas que construíram casas em meio a área ocupada pelos membros do Talhado. Também entre os próprios quilombolas

os ânimos tornaram-se acirrados, com acusações mútuas de apropriação exagerada de terrenos por parte de alguns que temiam a perda destes tanto para os “de fora” quanto para pessoas da própria comunidade.

Foi, pois, como representante das *loiceiras* e, também, do Talhado Urbano que Céu nos recebeu num sábado pela manhã em meio a muito trabalho, seu e de suas colegas de Galpão (as meninas, termo que usam para se referirem umas às outras), colocando-se a nossa disposição para responder tudo que quiséssemos saber. Mostrou já estar acostumada a dialogar com os mais variados tipos de pessoas que têm vindo buscar com ela informações sobre sua comunidade. As meninas, ao contrário, não gostam de falar com estranhos e, informa Céu – num misto de vaidade e queixa por ser ela a única que fala e representa o Galpão e a comunidade – deixam sempre esta tarefa para ela. Neste momento, novembro de 2006, não havia ocorrido ainda a invasão da área urbana e nem havia demanda por território por parte desta comunidade.

Mesmo antes de fazermos alguma pergunta mais específica sobre a constituição do Talhado como quilombo, pois era para conhecer tudo que fosse possível sobre o início e o desenrolar atual desse processo que lá estávamos, ela foi nos contando o que era o Galpão, quem trabalhava lá, como era realizado o trabalho das *loiceiras* etc. assim, fiquei sabendo que para poder trabalhar ali era preciso, como explica Céu, ser “negra do Talhado”, rural ou urbano, ou descendente de alguém destas comunidades, ou ainda, ser casada com algum homem do Talhado. Neste último caso, ser “negra do Talhado” deixa de ser condição *sine qua non* para ser membro do Galpão. Ao dizer que apenas as negras do Talhado participavam do Galpão fez uma ressalva. Apontando uma louceira que sentada no chão confeccionava suas peças de barro, disse que apesar de “ser branca, trabalhava no galpão porque era casada com um negro Talhado, por isso podia estar ali”, e acrescentou, “agora ela também é negra”.

A conversa fluiu naturalmente graças a desenvoltura de Céu, e, desta forma, não foi de estranhar que até algumas coisas sobre a história de sua vida nos fossem contadas. A empatia que se estabeleceu entre ela e o nosso grupo foi tão grande que até hoje quando vamos à Santa Luzia temos de fazer, ao menos, uma rápida visita ao Galpão ou à sua casa, sob a pena de sermos

repreendidos. Desta forma, Céu se tornou nossa fonte de informações sobre muitos acontecimentos relativos ao Talhado urbano; e no que diz respeito ao modo de vida dos membros destas comunidades, até sobre o Talhado rural.

Assim, através, mas não apenas, dela, comecei a conhecer mais sobre o Talhado. Quando em 2007 estivemos mais uma vez presentes na festa do Rosário e nos encontramos com ela tanto no Galpão como em sua casa, quis saber por que não estavam participando dos eventos que fazem parte dessa festa. Esta ausência eu já tinha percebido na primeira vez que participei da festa, mas apenas agora pude tocar no assunto que, como eu desconfiara, era delicado para eles.

Em princípio se mostraram ligeiramente constrangidos com esta pergunta e desconversavam dando respostas como “não... eu já participei, mas não participo mais”, “estou pensando em ir”, “estou cansado”, “não tenho tempo, tenho que fazer louça”. Logo em seguida, ou em outros momentos, disseram que não se sentiam bem nas festas da cidade, não apenas na festa do Rosário, pois quase sempre eram discriminados. Sempre eram apontados com desdém em qualquer festa. “Torcem o nariz para nós”; “fazem cara feia quando nos vêem”; “somos apontados e dizem: lá tão os negros do Talhado”; “eu não me sinto bem, então, prefiro não ir”.

Não só turistas, jornalistas e militantes de movimentos negros, entre outros, se mostram surpresos com a negação dos talhadinos e alguns de seus descendentes em participar desta festa tão tradicional para muitas comunidades negras do Brasil e do exterior, também eu que já fizera algumas indagações prévias sobre eles me surpreendi com a ausência deles desta festa. Os estereótipos são fortes em nossas mentes, por isso essa expectativa de encontrar membros de uma comunidade quilombola em uma festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Por outro lado, no meu caso, resta a alegria de constatar que é menos a partir traços arquetípicos que se define uma identidade étnica, e mais, como perfeitamente apontaram Weber e Barth, pelo sentimento de pertencimento, que esta festa pouco ou nenhum significado tem para os talhadinos, uma das razões é que não são devotos de Nossa Senhora do Rosário, apesar de como ressalva D. Maria Rita

É uma santa muito boa e merece o respeito de todo mundo, e nossa devoção também, não é? Mas cada um tem que escolher um santo pra sua devoção... nós escolhemos São José, e também Nossa Senhora Aparecida, podia ser outro... mas cada um escolhe o seu, não é? Agora, dizem que na Pitombeira, ela é a padroeira de lá, eu não sei! (MARIA RITA)

Outro motivo porque não participam da Festa do Rosário é que não só se sentem discriminados durante os festejos, como também, contam, não são eles que organizam esta festa, nem sequer são chamados para isto. A festa, em verdade, é organizada pela Irmandade do Rosário, cujos membros, senão em sua totalidade, quase todos pertencem ou são descendentes de outra comunidade quilombola aparentada com o Talhado: a comunidade da Pitombeira, localizada a quinze minutos de Santa Luzia e que pertence ao município de Várzea. Apesar da proximidade consangüínea, histórica, geográfica e, agora identitária, as três são auto-reconhecidas como comunidades quilombolas, as relações sociais são poucas.

A Irmandade do Rosário tem sua sede localizada em Santa Luzia, no bairro Nossa Senhora de Fátima, onde moram muitos daqueles que vêm da Pitombeira para Santa Luzia; outros se instalam no Monte. Desta forma ficam bem demarcadas as localizações dos moradores destas comunidades rurais (Talhado rural e Pitombeira) que se instalam nesta cidade: os do Talhado, via de regra, vão morar nos bairros de São José, no Monte ou no Frei Damião. Aqueles que vêm da Pitombeira costumam se instalar no Monte ou o bairro Nossa Senhora de Fátima. É claro que isto não é uma regra ou costume inflexível. E a Festa do Rosário é uma comemoração característica da Pitombeira, não do Talhado; isto explica a pouca participação desta comunidade naquela festa.

Assim, aqueles que pertencem ou têm ligações com a Pitombeira costumam ter uma participação maior na festa do Rosário e, também, numa outra festa de menor expressão que se realiza em maio dedicada exatamente a Nossa Senhora de Fátima. Quem é do Talhado rural, bem como seus descendentes na cidade, soem tomar parte da festa de Santa Luzia, que se realiza em 13 de dezembro, e da festa de São Sebastião, realizada em Janeiro e muito comemorada pelo pessoal do Monte, onde, aliás, se localiza a capela dedicada a este santo e em direção à qual segue a procissão no dia 20 de janeiro. Já nas novenas que antecedem a festa do Rosário, nestas sim há uma

participação um pouco maior de pessoas do Monte e do bairro São José. Por outro lado, na festa profana de Nossa Senhora do Rosário que, em geral é realizada na praça em frente à Matriz, mesmo o pessoal da Pitombeira e de Nossa Senhora de Fátima têm pouca participação. Mais adiante, as festas religiosas de Santa Luzia, bem como a participação do Talhado nelas, serão apresentadas com mais detalhes.

ARTE E SOBREVIVÊNCIA, O BARRO E A MÚSICA

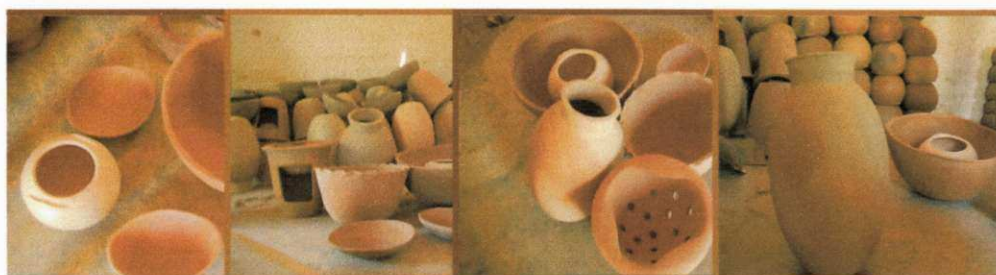
Além de falar bem mais do que esperávamos, Céu nos mostrou quase todos os processos pelos quais as peças de louça passam até estarem prontas para serem utilizadas. Tudo foi mostrado na prática com a confecção de uma pequena panela de barro, a qual, depois de pronta, num gesto de amizade, Céu me presenteou com ela. Enquanto moldava essa peça de barro, Céu explicava o quanto é duro o trabalho dessas mulheres; como e com quem aprendeu a fazer louça. Algumas delas, às vezes entravam na conversa para confirmar o que Céu ia contando. Outras vezes destacavam alguma particularidade, como, por exemplo, uma delas contou que enquanto aprendia a fazer louça com sua mãe, quando era pequena, se errasse alguma coisa a mãe pegava o que ela tinha feito e quebrava, além de bater em suas mãos para fizesse certo da próxima vez. Outras, por sua vez, diziam da facilidade com que tinham aprendido esse ofício.

Em meio a conversas e trabalho, passam pelo Galpão entre as louceiras, crianças brincando ou ajudando alguma destas mulheres. Esta é uma das reclamações delas: não têm onde ou com quem deixar os filhos quando vêm trabalhar, por isso, uma das reivindicações delas é a construção, próximo ao Galpão, de uma creche onde possam as crianças.

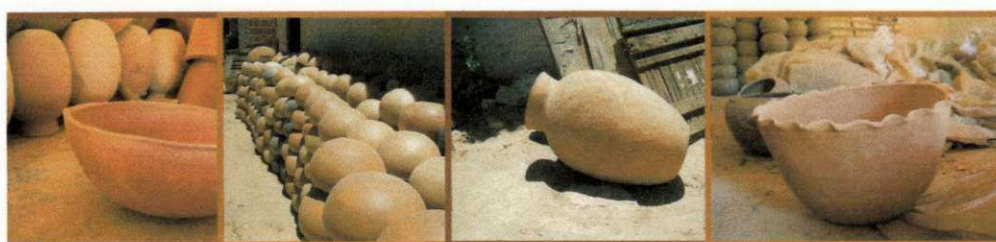
Enquanto conversava com Céu e observava, também, as outras louceiras, sentadas ao redor e no meio do salão, moldando suas peças, automaticamente me veio à memória o poema **O que o barro quer**, de Paulo Leminski³⁸: o barro/toma a forma/que você quiser/você nem sabe/estar fazendo/o que o barro quer.

³⁸ LEMINSKI, Paulo. <http://pauloleminskipoemas.blogspot.com/2008/09/o-que-o-barro-quer-paulo-leminski.html>. Página da web consultada em 01 de agosto de 2010.

Para as “loiceiras” a confecção de seus artefatos de barro consiste em um longo e trabalhoso processo que se divide em um número variado de etapas (variado, porque algumas dizem serem 18 estas; já outras afirmam que são 19; e ainda há quem diga que se trata de 20 etapas³⁹), que vão desde a extração do barro até a venda da peça. Pouca ou nenhuma ajuda têm dos homens da comunidade que não se envolvem neste que é considerado “trabalho só das mulheres”. Algumas vezes, quando pagos, descarregam o barro. Em uma ocasião em que estava visitando o Galpão, pude ver um dos homens da comunidade peneirando o barro, era Seu José Batista, que mora próximo ao Galpão.



LOUÇAS



Excetuando a extração do barro e a venda das peças, pude presenciar todas as outras etapas, e constatei que é um processo, realmente, árduo e pouco lucrativo. O valor de cada peça gira, atualmente (junho de 2010)

³⁹ De acordo com Céu, estas são as etapas: 1) cavar, extrair o barro; 2) carregar, levar para casa ou para o Galpão; 3) peneirar; 4) pisar, depois de umedecido; 5) deixar secar um pouco; 6) fazer um bolo, que é pegar uma porção de barro e começar a modelar; 7) raspar; utiliza-se algum instrumento maior, como um facão; 8) alisar, primeiro com um pedaço de madeira, depois com um caco de prato; 9) ajustar as bordas; 10) secar novamente; 11) tirar o excesso de barro; 12) alisar com uma faca ou caco de pires (prato); 13) deixar secar outra vez; 14) alisar com uma pedra; 15) levar ao forno, com fogo baixo; 16) cobrir a louça utilizando pedaços de outras que quebraram; 17) caldear ou queimar, utiliza-se fogo alto; 18) tirar do forno para esfriar; 19) armazenar e vender.

segundo a “loiceira” Da Guia, em torno R\$ 1,00 para venda em grande quantidade. Quando fazem as mesmas peças, em geral sob encomenda, o preço pode chegar, às vezes até R\$ 5,00 por peça.

Como exposto acima, este foi nosso primeiro contato com o Galpão na busca de compreender como a comunidade estava recompondo sua identidade depois de serem auto-reconhecidos como remanescentes de quilombo. Portanto, sabíamos que uma coisa que deveríamos buscar eram as categorias êmicas, assim como deixar de lado, ao menos para os sujeitos pesquisados, as ditas categorias éticas (de etic). Mas enquanto fabricava a pequena panela para exemplificar em que consistia o trabalho de uma loiceira, Céu foi utilizando espontaneamente termos como ‘quilombo’ e ‘identidade’. Seria uma boa ‘deixa’ para conversar especificamente o que queríamos saber? O tempo mostrou que não. Apesar de já fazer um ano do auto-reconhecimento dado pela FCP, e estes termos serem pronunciados por algumas bocas, o sentido deles consistia em dúvidas extremas e nenhum, ou quase nenhum significado para a grande maioria dos membros do Talhado.

Titico nos contou que logo após o auto-reconhecimento do Talhado rural, ele, como um dos talentosos sanfoneiros que mantêm a tradição da comunidade de produzir bons músicos, foi convidado pela FCP para representar o Talhado em um encontro promovido por esta fundação, o qual ocorreu no Rio Grande do Sul. Ele não soube especificar o lugar, mas por suas indicações pudemos deduzir que o mesmo ocorreu ou em Porto Alegre, ou ainda em um dos municípios aos quais pertence a comunidade negra de Morro Alto, também já auto-reconhecida pela Palmares como comunidade remanescente de quilombos, localizada em Maquine e Osório, no litoral gaúcho.

Narrou com animação alguns momentos do encontro, mas mostrou pesar por não ter entendido direito do que estava sendo tratado nesse evento; apenas se disse entusiasmado com a organização da comunidade e com o envolvimento de seus membros na luta pelos seus direitos. Narrou que foi bem acolhido como representante do Talhado, e que as comunidades que lá estavam presentes desejaram boa sorte e se colocaram à disposição para dar apoio no que o Talhado precisasse. Aliás, alguns membros de Morro Alto ele já conhecia, pois os mesmos estiveram presentes na entrega da certidão

conferida ao Talhado. O que pude sentir em Titico foi exatamente esse pesar e a sensação de vazio por perceber que o Talhado tem em mãos um leque de boas alternativas para trilhar novos caminhos, mas que a comunidade, inclusive ele, ainda não consegue ver com clareza o eu pode fazer por si mesma.

Termos como 'quilombo', 'identidade', 'território', 'remanescente' ou 'etnicidade', de maneira nenhuma são categorias êmicas para o Talhado. Para alguns, hoje, após seis e cinco anos do auto-reconhecimento destas comunidades é que começam a ganhar significado. Entre as muitas conversas que posteriormente mantive com Céu, me foi possível constatar, em dezembro de 2008, que a expressão "valorizar a nossa identidade de quilombolas", ela ouvira da representante da FCP, e que embora o pronunciasse com firmeza, ainda não era capaz de explicá-lo, de dar a ele um significado elaborado por ela própria. O que não significa que como membro de uma comunidade negra tão discriminada não sinta orgulho de, atualmente, ser identificada como quilombola, pois sente que nessa identificação há algo de que possa se orgulhar e se sentir valorizada.

A atenção que o Talhado passou a ter com a realização do filme **Aruanda**, em 1960, e com os trabalhos acadêmicos de Cavalcanti (1975) e Santos (1998), os quais deram visibilidade ao grupo e trouxeram a este uma nova visão sobre si mesmos, ganhou novo ímpeto com estes auto-reconhecimentos, mas os termos 'quilombo' e 'quilombola' ainda são motivo de desconfiança para muitos, e por isso negam com veemência esta denominação. Titico percebe que algo de bom possa estar presente nesses termos e na situação nova na qual o Talhado agora se encontra – comunidades remanescentes de quilombos – ainda que isto não tenha para ele um significado claro, e lamenta não conseguir enxergar a situação com clareza; mas espera paciente e até com alguma ansiedade que isto possa vir para o bem da comunidade, como ele viu que foi bom para outras comunidades; mas não se acha em condições de lidar com esta nova situação.

Céu, por sua vez, com ousadia, assume a nova identidade que a comunidade ganhou, e, igual a Titico, pressente o que nela possa haver de positivo. E ainda que não conheça as perspectivas dos observadores externos, o sentido ético, tem procurado – e isto é possível perceber para quem como eu,

tem conversado com ela nestes quatro últimos anos – entender o sentido que os de fora dão a estes termos; e principalmente, tem procurado associar estes termos com atitudes presentes em seu comportamento e no comportamento de seus pares, as quais têm sentido positivo. Por exemplo, ela costuma contar que já sentiu vergonha de ser negra; que desejou algumas vezes não ser negra, pois esta sua condição já foi motivo para ser ofendida e humilhada. Depois, aos poucos, foi percebendo que era uma pessoa de valor e, hoje, ela tem orgulho de ser negra. Conta que sua filha, hoje com sete anos, “um dia chegou da escola chorando porque tinha sido chamada de ‘negra do Talhado’. Eu chamei ela de lado e disse: mas você é mesmo negra do Talhado. Agora, eu expliquei pra ela que isso não era feio, e que da próxima vez que alguém dissesse isso com ela, ela tinha que bater no peito e dizer com orgulho que era sim uma negra do Talhado, dizer que ela era uma quilombola com muito orgulho”.

O significado que ela tem atribuído à sua identidade quilombola é o de negro que tem valor. Quando perguntei o que ela entendia por quilombo, em mais de uma ocasião, a resposta foi sempre a mesma: quilombo, eu tenho pra mim que quilombo é um canto onde só tem negro. E isso é bom pros negros porque têm que se assumi como negro. Afinal a gente é mesmo é negro, não é? Ou a gente por acaso é outra coisa? Não, é isso mesmo que nós somos, então tem que bater no peito e gritar com orgulho, eu sou negro, eu sou quilombola. Hoje ainda têm muita gente aqui que ainda tem vergonha, mas isso tá mudando.

De acordo com Titico, o Talhado tem a fama – esta não negada como aquela fama de violentos, cachaceiros e desordeiros – de ter produzido bons músicos. Ele e seu irmão Luiz Bento dos Santos, conhecido como Nuna, são dois sanfoneiros famosos por seu Talento. “eles [os brancos] até pode achar que a gente [os negros do talhado] não têm valor, mas quando tem um forró pra tocar, eles chama quem? Vai lá que você só vai ver os negros do Talhado tocando nas festas”.

Conta mais sobre como eram as festas no Talhado em cima da serra, e suas afirmações são respaldadas por sua esposa e por D. Maria Rita. Ele lembra que muitos forrós no Talhado eram organizados por seu pai, Cícero Bento, sanfoneiro que ficou famoso na região, não só no Talhado, e a festa acontecia lá na sua casa. “As pessoas eram convidadas, mas ia todo mundo,

mesmo sem ser convidado, e pra dançar tinha que pagar, aí ficava alguém na porta e quem pagava podia dançar. Pra saber que tinha pagado colocava uma fitinha no braço. Tinha os que ia só pra comer e beber, mas também acabava dançando, que o pessoal do Talhado não é bom só pra tocar, não, também sabe dançar!”.

O irmão de Titico, Luiz “Nuna” Bento, atualmente é o líder do mais destacado trio de forró da região, o Forró Aruanda. Em 2007, andando pelas ruas do bairro São José num sábado pela manhã, ouvimos ao longe o som de um animado forró, e nos informaram que era o Forró Aruanda tocando numa festa de casamento. Constatamos, mais uma vez, que o grupo de Nuna merecia a fama que tinha. Digo mais uma vez porque já o ouvimos tocar durante a Festa do Rosário em 2006. Mas o Forró Aruanda é apenas o mais famoso dos grupos de tocadores compostos por membros do Talhado. Este grupo já gravou vários CDs e, assim como Titico, já foi chamado pela FCP para representar o Talhado em diversos encontros promovidos por esta entidade Brasil afora, bem como já foi representar a cultura negra do Brasil, através desta fundação, em apresentações nos EUA, fato este que é motivo de grande orgulho para o Forró Aruanda. A música que, inicialmente, lá no alto da serra era quase exclusivamente diversão, foi virando profissão e nas festas, como a do Rosário, se não vão para se divertir, vão para tocar em troca de pagamento como músicos profissionais. Tanto o Forró Aruanda de Nuna, quanto o Forró Kentão de Titico são muito solicitados para animar festas, e não apenas no São João e nem apenas em Santa Luzia; é durante todo o ano e em muitas cidades da Paraíba.

Qual a diversão de vocês? “É ir prum bar tomar umas cervejas”; “um forrozinho de vez em quando”; “no domingo, nós visita uma comadre... um parente... aqui mora todo mundo perto”; “tem diversão aqui não!”; “joga um futebol aí no estádio”; “a gente nunca faz nada não; às vezes tem um aniversário, um casamento pra gente ir... aí sempre tem alguém tocando um forró... senão não tem nada não pra gente fazer”; “no domingo vai à missa, almoça, descansa, depois fica aqui sentado, sempre passa alguém, vem alguém pra cá senta aqui, não é tão bom? Você ta aqui com a gente” “antes tinha o clube pra gente ir, depois acabou; dizem que tão querendo botar ele pra funcionar de novo... não sei não”. O clube citado nesta fala é o clube 1º de

Julho. Dos dois clubes sociais da cidade, apenas neste os negros tinham acesso, por isso era chamado de clube dos morenos e de clube dos negros. O outro clube da cidade, neste não têm eles acesso exatamente por serem negros, é o dito clube dos brancos, o Yuyu Clube.

Na esteira da fama conquistada como bons forrozeiros, ou melhor, como bons músicos, já há algum tempo outros músicos, como o próprio Titico, vêm se aventurando em diversos estilos musicais, segundo ele mesmo nos conta; isto têm permitido que um número maior de membros do Talhado invista nessa profissão como mais uma alternativa para gerar renda para uma comunidade carente de recursos cujos membros têm à sua disposição um mercado muito limitado para buscar seu sustento.

Céu, como seu primo Titico, comparou a vida que tinha no Talhado rural com a vida atual no Talhado urbano. Mas se Titico quase não expressou queixas, Céu parece, em alguns momentos de sua fala, ter deixado o Paraíso pelo inferno. Já em outros momentos, quando lembra das dificuldades que tinha lá em cima, louva o “paraíso” que tem na cidade e lamenta por quem ainda tem que conviver com a insuficiência de recursos na serra. No entanto, é bom enfatizar, esta visão do Talhado como um lugar ideal para se viver, parece ser um misto de nostalgia e idealização de um lugar que, hoje, pode ser considerado um refúgio, um porto seguro para quem, como ela – uma líder comunitária e *loiceira* – tem que resolver seus problemas e os de outras pessoas. Para quem, tal qual Da Guia e Cosme, não encontraram o Paraíso, a Aruanda, nem no São José e nem na serra, há que se perguntar a cada um o mais lhe agrada, o antigo que já não o é, pois que a rebeldia os levou à queda, ou continuar a busca em um novo monte (o bairro de São Sebastião – que atualmente começa um pleito para ser reconhecido pela FCP). Não, estes, igual a outros, não vêem mais o Talhado rural como o local da bem-aventurança.

Ouvindo-a mais de uma vez – como pude fazer em várias ocasiões, em momentos de trabalho, de descanso, em afazeres domésticos, em eventos públicos – é possível perceber o quanto sua opinião sobre a vida na serra e na cidade oscila de acordo com o momento em que ela vive. Desde o primeiro encontro demonstrou que tem vontade de voltar a viver na zona rural. Mas quando olha o que conquistou, e sabe que isto foi possível apenas por estar

aqui embaixo, considera que esta é a sua Terra da Promissão, pela qual ainda tem que lutar muito para mantê-la. De acordo com o que ela e outros contam ninguém que volta para o alto da serra volta para lá ficar em definitivo.

Simple, sem luxo, sua casa é uma casa popular, pequena, como outras casas populares construídas pelo governo Brasil afora. Igual a dezenas de outras casas que podem ser encontradas no bairro São José; apesar de que aqui ainda restam algumas casas de barro. Deste se fazem ainda muitas casas porque com ele se sustenta a vida das centenas⁴⁰ de moradores desta comunidade.

Enquanto as louceiras faziam louça no alto da serra, a matéria prima de seu artesanato era extraída das terras da comunidade; atualmente, na cidade elas precisam comprar o barro para poderem fabricar suas louças, porque trazer o barro lá de cima é economicamente inviável. Compram o barro porque o local mais próximo e com o barro apropriado para a louça que fazem está dentro de terras que não pertencem à ninguém da comunidade, e além disso é preciso pagar pelo transporte.

Tanto Céu quanto Da Guia – assim como qualquer outra louceira, acredito o faria – falam com propriedade da matéria-prima que utilizam. Esclarece Céu que:

Não é qualquer barro que nós usamos, assim, por exemplo, o barro mais claro a gente prefere para fazer aqueles fogareiros ou aquele tipo de panela que a menina está fazendo ali, olha. Já esse barro aqui, mais vermelho a gente usa para fazer vasilha, como aquela ali, que é para pôr água, ele é melhor para esse tipo de loiça. (MARIA DO CÉU)

Por sua vez Da Guia, sempre risonha e calma, me explica, como quem deseja ensinar que “não é qualquer barro que serve, não, meu filho. Tem que ser o barro certo. O melhor é aquele que racha no espelho da terra”. Na minha ignorância sobre o assunto, a partir desta expressão imaginei – e expressei este meu pensamento – ser aquele barro que fica depois que a terra está totalmente seca. Tanto Da Guia quanto Céu mostram o meu engano e explicam que rachar no espelho da terra não significa que o barro seja

⁴⁰ Não fiz um levantamento do número exato de casas e nem do número de moradores (algumas pessoas da comunidade, como Céu, estimam que os moradores do Talhado urbano são em número, aproximado, de umas quinhentas pessoas, vivendo em, aproximadamente, 70 a 80 casas). De acordo com Fortes (2008), nesta época a população desta comunidade girava em torno de 420 pessoas.

totalmente seco. O barro que é assim, muito seco, não serve para fazer louça, pois os utensílios feitos com ele não têm boa qualidade, aliás, muitos quebram na hora do cozimento, e até antes. Fazer loiça, como Céu me explica, “é uma arte e uma ciência”. E mais, segundo diz com freqüência Janaína, querendo destacar, ao lado da habilidade das louceiras, principalmente, a importância que esta arte tem para aquelas que a ela se dedicam,

O quem eu quero dizer é que fazer louça é um meio de vida, é o meio de sobrevivência dessas mulheres; por isso que eu digo que para quem vê de fora, fazer louça parece uma arte, não é que não seja, mas para quem tá dentro, isso é um meio de sobrevivência. (JANAÍNA)

NOVAS FRONTEIRAS

Nas terras, terrenos exíguos nos quais mal cabem as pequenas casas neles contidas, em que hoje moram no São José, não encontram o barro que precisam para sobreviver. Esta situação demonstra que apesar de terem efetuado uma mudança de espaço, ainda não conseguiram efetuar uma mudança no modo de relação com seu habitat. Ainda mantêm quase as mesmas ocupações que tinham quando estavam no alto da serra. Os que não conseguiram se adaptar, os que não conseguiram novas ocupações no meio urbano, distintas daquelas que tinham no Talhado rural, ainda vivem, como eles mesmo explicam, de “bicos” ou de empregos temporários. Seu novo território serve menos como local de sustento do que como local de moradia. Mas assim como lá em cima na serra, a atual reivindicação pela propriedade da terra, agora vem acompanhada pelo conhecimento de que esta posse lhes confere direitos a um caminho diferente de acesso a políticas públicas específicas para eles: aquelas destinadas às comunidades quilombolas.

Disto decorrem reivindicações como a construção de um novo galpão em um local com maior visibilidade, no qual as louceiras possam comercializar sua louça diretamente com compradores no varejo. Querem uma sede para uma associação da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, associação esta que ainda não existe oficialmente, mas que funciona através de Céu, que se encarrega, como representante do Galpão das Louceiras, de representar também a comunidade urbana em suas reivindicações e na distribuição, por exemplo, das cestas básicas. Pedem uma creche para as crianças da

comunidade, especialmente para aquelas de mães louceiras, que por não terem onde deixar os filhos os levam para o Galpão enquanto trabalham.

Quando da invasão pelos não-quilombolas a principal reivindicação, se não a única, ao menos por parte daqueles com quem falei, era apenas a dos terrenos que foram ocupados, para que pudessem construir mais casas em função do seu crescimento populacional. Posteriormente, foi pensado a partir dos direitos gerados com a nova identidade de quilombolas, em um território a partir do qual possam gerar renda nele próprio. Assim, passaram a reivindicar uma área localizada atrás do Galpão, através da qual a comunidade possa receber verbas e ser orientada no desenvolvimento de projetos agrícolas, como a criação de animais e o cultivo de produtos hortigranjeiros.

De acordo com o que deixam transparecer, embora desejassem o reconhecimento de um território próprio, território este em constituição desde que em finais dos anos 1960 vieram morar no Bairro São José, suas vozes pouco ou nada se faziam audíveis na reivindicação daquele. Mesmo agora quando levantam a voz pelo direito ao seu território, a atitude reivindicatória que parece se fortalecer cada vez mais – e junto com ela a identidade de quilombolas – mesmo assim ainda é restrita em público. Entre eles, e algumas vezes em presença de alguns poucos estranhos, costumam expressar o que consideram seus direitos e o que esperam do poder público, de acordo com relatos de Céu. Mas, em geral, as reclamações e reivindicações costumam sair de dentro da comunidade através apenas dos líderes e representantes de suas associações; ou são feitas a representantes de instituições públicas. De qualquer forma, mesmo que incipiente, já se manifesta mais a consciência de que este é o seu território – será a sua nova Terra da Promissão, é este um aspecto a ser observado.

No bairro São José, as crianças do Talhado freqüentam a escola Arlindo Bento. Não é incomum, pelo contrário, que em alguns momentos se tornem muito freqüentes as chacotas fazendo alusão ao fato de serem *negros do Talhado*. Ainda neste ano de 2010 o diretor da escola está elaborando junto com os professores um plano de ação – que não se restrinja simplesmente à proibição – para coibir este tipo de atitude. Algumas das mães destas crianças em vez de exigirem uma providência por parte da escola, preferem tirar seus filhos e deixa-los ficar em casa. Outras como Céu, embora sem entrar em

confronto direto com quem os discriminam, incentivam os filhos a se orgulharem de serem quilombolas.

São fatos como estes que mostram, além de uma relativa passividade com relação à discriminação e o preconceito que sofrem, a insegurança e o temor de lutar pelos seus direitos, entre estes, o direito ao território que vêm constituindo nas últimas quatro décadas. Talvez o fato de terem, dentro do bairro São José, em alguns setores, suas residências intercaladas com residências de não-quilombolas, seja um motivo, creio, para as dúvidas e receios em relação ao seu território. Lembro a afirmação de Barth (2000, p. 34) que “os grupos étnicos não são apenas ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos”. Ao mesmo tempo é possível intuir um processo de formação e afirmação de sua identidade quilombola, a qual pode vir a reforçar seu senso comunitário.

Penso que Paul E. Little⁴¹ apresenta afirmativas precisas a respeito de situações relativas à territorialidade de povos tradicionais, como esta, ao observar que,

A conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais. (LITTLE, 2002, p. 4)

Apenas faria uma correção a minha aplicação desta assertiva para a corrente situação, a de que a conduta territorial dos talhadinos não surgiu com a invasão, mas sim foi capaz de se tornar abertamente manifesta a partir da invasão e, com o concomitante conhecimento de agora, como comunidade quilombola, permite a eles reivindicar direitos sobre seu novo território. É preciso lembrar, para um maior entendimento desta situação, que o enfrentamento desta comunidade não se dá apenas com aqueles que invadiram terrenos no bairro, mas posteriormente este conflito passou a ocorrer frente aos posseiros que ocupam a área do DNOCS, a qual a comunidade passou a reivindicar por trás do Galpão, como relatado acima.

⁴¹ Paul E. Little (2002, p. 3) define a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland¹ (cf. Sack 1986: 19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas”.

Entendo que, e este trabalho é um esforço para mostrar isto, o Talhado, a partir do auto-reconhecimento e titulação como comunidade quilombola, se encontra em um momento particularmente significativo de seu processo de constituição como uma comunidade quilombola. E esta disputa territorial é um marco histórico para ela, pois, crendo no que costumam contar, nunca tiveram disputas por terras enquanto estavam no alto da serra. A respeito disto, comenta Cosme Nascimento, que nasceu e se criou no Talhado rural e hoje mora no Bairro de Frei Damião: quem vai querer brigar por aquelas terras? Além do mais, se constituiu, esta reivindicação, num confronto aberto com a sociedade que sempre os discriminou e a qual nunca enfrentaram desta maneira. Digo confronto aberto porque esta reivindicação se oficializou a partir do processo 54320.0012005/2007-01 junto ao INCRA e a uma representação no Ministério Público Federal Campina Grande/PB, a qual determinou o procedimento nº. 1.24.001.000113/2008-73, sob a responsabilidade do Procurador Dr. Victor Carvalho Veggi, segundo informa Fortes (2008, p. 17 e 20), este processo e esta representação foram realizados para que fosse regularizado o território em disputa.

Temos aqui a movimentação geográfica das fronteiras do Talhado. Eles desceram a serra, se instalaram dentro da cidade de Santa Luzia (não sei se *dentro* seria a expressão correta; talvez, dizer *ao redor*, fosse a melhor escolha, pois os bairros onde moram estão na periferia da cidade; e aí lembro o que dizem a respeito da Estátua da Liberdade presenteada aos americanos pelos franceses, a qual foi colocada na ilha de Manhattan, desta localização provem o comentário irônico de que a liberdade nunca adentrou ao continente americano, analogamente, poderíamos dizer o mesmo do Talhado em relação a Santa Luzia), mas a distinção entre *os negros do Talhado* e quem não é *negro do Talhado* ainda permanece. Jordânia Araújo, tentando compreender as relações entre os do Talhado e os de fora e, também, se se sentem discriminados e alvo de preconceito, ouviu de D. Maria Rita, mãe de Céu, a afirmação de que sim, há um preconceito com os negros do Talhado,

Tem, tem porque tem muita gente que..., que tem assim, como diz o ditado, tem racismo com os negros né? Às vezes diz assim: não eu num boto pra trabalhar porque é um negro do Talhado. É, porque assim num tem só os negros do Talhado né? Tem os negros da Pitombeira também, são umas pessoas legal, também são, tem gente lá que é família da gente também, e

eles [quem não pertence a estas comunidades] não têm nenhum preconceito com os da Pitombeira como têm com os negros do Talhado. Não sei, acho que é porque são pobres né? Se fosse um rico ai, eles davam valor, né? Eles não têm preconceito com os negros da pitombeira como têm com os negros do Talhado, eu não sei por que, acho que é porque são pobre né? Se fosse um rico davam valor. (MARIA RITA)

As fronteiras mudaram no espaço, mas socialmente elas se mantêm. Os exemplos da separação social se multiplicam. Céu lembra, em tom de ressentimento, que, atualmente, mesmo quando recebem convite para participar da Festa de Santa Luzia, eles não participam. Janaína sempre conta que quando estudava, durante o primeiro e o segundo grau, sempre se sentiu discriminada por ser do Talhado. Cosme e Gilvaneide recordam que nas festas em Santa Luzia qualquer briga ou coisa errada era atribuída aos negros do Talhado, e isto pouco mudou. Acredito que estas situações podem ajudar a compreender o isolamento atribuído a eles no alto da serra. Considero que não estavam e não estão isolados espacialmente, colocados num gueto, se assim fosse seria plausível considerar que ainda continuam isolados apesar de terem, muitos deles, se mudado para a cidade. Então, menos que isolamento, o que existe é a demarcação de diferenças e fronteiras. Mas estas não são rígidas, ao contrário, são fluidas e se interpenetram, sem deixarem de ser claras para aqueles que as vivenciam.

As fronteiras sociais, às quais Barth (2000, p. 34) recomenda que centremos nossas atenções, estabelecidas por relações e organização social diferentes, não são claramente declaradas. Mas são prontamente percebidas nas relações diárias. Há na cidade de Santa Luzia um dizer silencioso que aponta lugares e direitos de cada segmento social. Há o clube dos brancos e não há mais o clube dos negros. Estes não podiam entrar no clube dos brancos, mas a estes não era proibido entrar no clube dos negros. Há as festas religiosas onde os negros não são proibidos de participar, mas das quais eles não participam por não se sentirem aceitos em suas comemorações. Mesmo na escola em que estudam em grande quantidade, são discriminados.

Nem todos os membros do Talhado urbano, repito, residem no São José. Mas mesmo convivendo de perto com a população branca há aproximadamente quatro décadas, ainda são apontados, como me conta uma moradora branca do São José, como os negros do Talhado e são

caracterizados a partir de velhos estereótipos, como estranhos, arredios, grosseiros, violentos. Estes aspectos imputados aquelas pessoas oriundas do Talhado parecem ter se amenizados, mas estão longe de serem superados e trocados por outros. A interação face a face tem permitido que brancos e negros convivam juntos, mas a interação ainda é carregada de preconceito e de exclusão.

Ainda que geograficamente juntos, quilombolas e não-quilombolas permanecem ainda um tanto afastados socialmente. Se antes se escondiam no alto da serra, hoje são obrigados a conviverem frente a frente não mais podendo se refugiar no anonimato, pois a condição de quilombolas os colocou em evidência na região. Mas às vezes parece que desejam continuar invisíveis, pois o peso do preconceito é insuportável para muitos deles.

A assertiva de Hannerz (1986, p. 27) de que os moradores das cidades a partir de estratégias de representação do eu “fogem do anonimato e da segmentação nas relações sociais”, não é tão evidente neste caso, pois os negros, em geral parecem que procuram ser invisíveis, o que contribui para a invisibilidade que se faz com eles. Talvez a arte da revelação pessoal à qual Hannerz alude – de cada uma das partes envolvidas nesta relação – e que com razão considera um elemento dinâmico da vida urbana, ainda não seja totalmente compreendida pelo outro. Mesmo que semelhantes, esta é a minha opinião, os dois lados não atinam com a chave para captar o sentido destas revelações pessoais.

Explicando a importância das concepções de Erving Goffman para pensamento antropológico urbano – vertente que me vem sendo útil para compreender este continuum urbano-rural que encontrei nos Talhados –, Hannerz (1986, p. 271) assinando embaixo uma afirmação de Bennet Berger nos diz que Goffman foi hábil em “tornar estranhos e problemáticos os mesmos pressupostos e rotinas que tornam possível e valiosa a vida social comum”. O Talhado desceu a serra com seus costumes, sua história e uma denominação. Agora, numa relação dialética força os seus nominadores, pelo encolhimento da distância espacial e por provocar novas relações sociais, a uma nova “vida social comum”.

Território começa a ser sinônimo de identidade. O que eles podem construir como comunidade, a partir do auto-reconhecimento; aquilo que são

ou podem vir a ser; começam a compreender que um possível caminho para tanto, pode ser a identidade quilombola a qual começam a dar um significado próprio. Quando dos primeiros contatos que tive com a comunidade do Talhado, diziam não saber direito o que era um quilombo. Mas aqueles que estavam entusiasmados com algumas mudanças que começavam a ocorrer na comunidade, respondiam como D. Maria Rita ou D. Laura: não sei não o que é isso de calhambola, mas já que é bom, deixa chamar. As opiniões oscilaram, pude perceber nestes quatro anos de contato com eles, de acordo com as soluções ou problemas que consideram foram trazidos pela certidão emitida pela FCP.

Porém, já é possível ver que, principalmente, Céu, Janaína, Da Guia e Gilvaneide, têm buscado pelas suas posições de liderança dentro da sociedade ou por necessidade e curiosidade, chegar a uma definição mais elaborada.

Para Céu, quilombo "é um lugar que só tem negro. Isto é importante porque ao menos a gente se assume como negro". Também considera que ser quilombola significa "ser valorizada como negra, e isto eu digo para os meus filhos: batam no peito e digam que são quilombolas, que são negros sim, com muito orgulho!".

Por sua vez Da Guia considera que ser quilombola "é dizer o que a gente é, não esconder nem ter medo do que somos, e nós somos negros do Talhado, não é? Então pra que esconder isso? É isso que a gente é... fazer louça ... viver aqui no Monte ... é isso o que a gente é... então viva o quilombo!".

Para Janaína ser quilombo significa "ser respeitado e valorizado como negro agora a gente tem um lugar da gente, mas eu ach que o bairro todo não devia ser considerado quilombo, o Monte sim, lá tem mais pessoas do Talhado. Mas ser quilombola, agora a gente precisa saber o que pode e o que não pode [fazer]".

Ser negro e ter orgulho disto; ser valorizado e se valorizar; ter poder e um lugar próprio são idéias que perpassam suas noções sobre a nova identidade. Mas são coisas que não estão prontas, que não caíram do céu como esperavam que acontecesse quando do auto-reconhecimento.

O território que não levou a nenhum enfrentamento por ele na serra, agora precisa ser conquistado na cidade, e esta luta, ao que parece, tanto ou

mais que o parentesco e os traços diacríticos, começa a marcar a construção de uma nova identidade comum – a identidade de quilombolas – que por mais incompreensível que tenha se apresentado a eles, agora passa a ser um elemento estratégico para pautar as ações da comunidade. A afirmação pelo direito ao seu território e a sua recomposição identitária, são processos que se desenrolam intimamente relacionados no caso do Talhado.

E no Canto XII de Paraíso Perdido, o arcanjo Rafael diz a Adão: Não sentirás assim deixar este Éden;/Antes sim possuirás dentro em ti mesmo/ Um muito mais ditoso Paraíso.

Será mesmo um novo Paraíso esta terra para a qual vieram? É possível um Paraíso na Terra? Talvez o Paraíso na Terra seja o menos importante para quem já conheceu o inferno na Terra da Promissão. A posse de uma terra, a terra de seu sustento – do sustento material e da dignidade; do sustento da memória e do que o território representa–; a compreensão e a demonstração pública de quem são e o reconhecimento disto pelos outros, pelos não-talhadinos, que implicaria numa relação menos assimétrica com a sociedade envolvente, talvez seja mais importante para eles do que uma Terra da Promissão que gera revolta por causa de tanto sofrimento, como diz Gilvaneide.

Internamente, podemos perceber que o grupo busca novas formas de se reorganizar social e politicamente. Aqui na cidade não têm, ainda, a figura de um líder que organize o grupo. Ao mesmo tempo, algumas mulheres parecem despontar como possíveis lideranças a partir do papel que desempenham como representantes da comunidade. Os homens, por sua vez, têm a possibilidade de trilhar um novo caminho de inserção social através da música, que como a louça, hoje é vista como uma das características do Talhado.

CAPÍTULO 3. NO PRINCÍPIO...

3.1 Nova identidade

Marco Polo sabía que lo que imaginan los hombres no es menos real que lo que llaman la realidad.
J.L. Borges

Gostaria de falar um pouco sobre a origem da comunidade Olho D'água do Talhado. Ela surgiu por volta de mil oitocentos e tanto, quando o senhor Abidon da Nóbrega, avô do grande advogado Napoleão Janúncio da Nóbrega, fez doação de uma grande área de terra a um casal de escravos. Entregando a carta de alforria aos dois jovens escravos disse: Essa terra é para seus descendentes, eles não serão mais escravos, filhos de negros alforriados, já nascem livres.

Este parágrafo acima é um trecho (p. 108-109) da obra *Meu pequeno livro de memórias, origem da família Freire em Santa Luzia*, de Maria Justina Cadête. A autora, nascida em 1916, publicou estas suas memórias em 2003, e relata na apresentação que a sua intenção “não foi fazer um grande livro, não tenho estudo para tanto”. Sua preocupação é a de preservar a memória de seu pai e conservar os laços familiares. Mas do alto de sua modéstia D. Maria Justina sentencia, não sem razão, que “um povo sem história perde suas raízes”. O Talhado parece ser assim. Raquel me confia, num misto de admiração e incredulidade, que “os mais velhos não gostam de contar sobre o passado, do Talhado. Não contam nada não! E não é só para os de fora. Pra gente de lá, pra nós, os mais jovens, eles também não querem falar nada”. E aqui lembro que Arruti se depara com uma situação parecida, na comunidade do Mocambo, e observa que,

Os registros memoriais podem estar indisponíveis imediatamente, podem ser interditados por certos tabus ou, ainda, podem estar associados a uma determinada forma de se relacionar com o passado em que a transmissão das “informações”, não é um valor, é um risco. (ARRUTI, 2006, p. 211-212)

Sabendo o quanto são desconfiados e arredios os moradores destas comunidades, os Talhados, não estranhei muito os seus silêncios ou a sua “falta de memória”, afinal, consideram todos os estranhos como pessoas que vêm tirar alguma coisa deles, e ainda que minha inserção em certos segmentos possa ser considerada boa, pude perceber que são pouquíssimos os que contam histórias sobre a comunidade. Mas, sim, fiquei surpreso com a

revelação de Raquel sobre o silêncio dos mais velhos mesmo com os membros da comunidade; ou como lembra Gilvaneide, mais à frente, com o desconhecimento, ou esquecimento, dos mais idosos sobre as origens do Talhado.

Na versão de D. Maria Justina o casal fundador é composto por Francisco Bento dos Santos e Cézia e teve 20 filhos. Ora, D. Maria Justina não tem pretensões de historiadora e, menos ainda, de memorialista do Talhado. Não se pode cobrar dela precisão nas informações apresentadas, que quanto aos nomes e número de filhos do casal fundador do Talhado, diferem bastante das histórias em geral contadas. D. Maria Justina nasceu na vizinha comunidade do Saco e, depois, foi morar em outra comunidade vizinha do Talhado, o Pinga. Mas independente das qualificações educacionais de D. Maria Justina, foi professora do primário com apenas 15 anos, a sua memória, como a de todo mundo, esta sujeita aos mesmos fenômenos que interferem na memória, como a projeção e a transferência. Segundo Michael Pollak (1992, p. 4), a memória “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada”, e além disto “ a organização da memória “em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que *a memória é um fenômeno construído*”.

De fato, tudo o que tem se conseguido sobre a história do lugar são pequenos fragmentos que as únicas coisas que têm em comum são a presença do casal fundador – José Bento Carneiro e Cecília – e a data de sua chegada a essas terras – aproximadamente 1860. Outra coisa que fica evidente, e me foi confirmado por vários moradores, é que eles nunca reuniram esses fragmentos. Não existe uma história “oficial” do lugar que tenha sido discutida entre eles e que seja repassada aos mais novos. A professora Gilvaneide chega a afirmar que mesmo esses poucos fragmentos sobre a origem e seus fundadores foram levantados e reunidos apenas por pessoas de fora da comunidade:

Só se ouvia falar a história de Zé Bento quando vinha um grupo de estudiosos, pessoas vinha pesquisar, vinha estu...aí é que vinham contando a história. Aí vinham perguntando, fazendo pergunta daí era que encaixava as his ... mas ninguém queria contar. Hoje os mais velho não sabem contar não, os idosos não querem contar mais a historia não. "Num sei", quando pergunta a história eles dizem "eu num sei... eu num sei não.". Agora eu,

num sei mesmo, num foi repassada... eu sei o que os outros já vem de fora contando. (GILVANEIDE)

Reclama de que os idosos contavam apenas coisas sem sentido ou lembravam, constantemente, o quanto a vida ali sempre foi difícil e sofrida:

Porque a gente não foi criado assim, só contava... meu pai contava que – ele gosta muito assim de contar – ele dizia: minha vó fazia isso e isso, a gente passava necessidade, a casa da gente era assim, já que minha avó já ajudava, minha mãe fazia isso” Ele só repassava isso: da avó e da mãe... já é uma fonte de riqueza não é? (GILVANEIDE)

Histórias que situem a comunidade a partir de uma origem e passando por fatos e personagens interligados até chegar no presente, isto, lamenta ela, nunca ouviu de ninguém:

Mas assim, as coisas que acontecia com ... vamos dizer assim, Zé Bento que é o fundador do Talhado, a mais de trezentos anos essa história é uma coisa que tem muita coisa a ser contada que muita gente não sabe. Aí já vem a história de Zé Bento, quem é filho de Zé Bento. Eu até comecei a fazer o trabalho, foi tão complicado que eu desisti! Quem é filho de Zé Bento. Quem é quem, quem é tio, quem é primo, quem é sobrinho, quem é neto, quem... acho que a minha vó, acho que ela vai ser tataraneta de Zé Bento. A minha bisavó é que era bisneta. É uma mistura tão grande que a gente não sabe... tem que ser um estudo bem feito pra separar cada peça do quebra-cabeça. (GILVANEIDE)

Gilvaneide, já há algum tempo, acalenta o sonho de escrever a história de sua comunidade. Para realizar esse sonho vem juntando tudo o que encontra escrito sobre o Talhado em livros, jornais e revistas, mas ainda não cogitou de pesquisar essa história na versão dos próprios moradores do lugar, por quê? Porque nunca ouviu histórias sobre a origem da comunidade contadas pelos mais velhos. Ainda que não queiram, como Gilvaneide, contar a história do lugar, Raquel, Janaína e Hilda, esta uma moradora do bairro São Sebastião mas descendentes de pais do Talhado, entre outras pessoas menos interessadas, também desejam conhecer as histórias de seus antepassados e de seu lugar de origem. Na falta desta memória sobre um passado que se esqueceu ou que não se quer mais lembrar, resta a memória do presente; e, por enquanto, é com ela que se inventa o Talhado de hoje, é com ela que se recompõe a atual identidade de quilombolas.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que **há uma ligação fenomenológica muito estreita**

entre a memória e o sentimento de identidade (...) que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, **a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.** (POLLAK, 1992, p. 5) (grifos meus)

A busca por este passado tem se tornado mais premente a partir do auto-reconhecimento. Este tem levado os Talhados a responderem ao mundo a questão básica a eles colocada: quem são vocês? E quem costuma responder a esta pergunta em nome do Talhado é a professora Gilvaneide dos Santos. Mesmo as lideranças do Talhado rural, como seu Sebastião Braz e Pedro, colocam esta professora simpática e bem falante como a porta-voz da comunidade. Portanto, ouvi suas memórias e informações, e depois as poucas pessoas que raramente se dispõem a uma conversa mais longa, mas estas sempre dizem, após algumas respostas lacônicas, que “a pessoa certa pra lhe responder isso, seu moço, é a professora Gilvaneide”. Mas o quê eles, mesmo que de forma lacônica, contam; do quê lembram? O quê recorda, o quê informa a professora Gilvaneide?

Para quem sempre foi estigmatizado como *negro do Talhado*, muitas vezes responder à pergunta “quem são vocês?” não é fácil. E quando perguntei a eles o que era e o que é ser *negro do Talhado*, poucas vezes percebi alguma resposta entusiasmada, em que transparecesse o orgulho de ser *negro do Talhado*. Eis mais um daqueles imponderáveis dos quais os antropólogos devem dar conta. Cadê o dom da palavra para tanto? É preciso ser um Malinowski, um Evans-Pritchard, um Frazer, um Gluckman, um Geertz? Ou seguir a recomendação deste e fazer uma descrição densa? Não tendo o talento de um estes citados e sem o dom da palavra, e ainda em dúvidas sobre como dar densidade a uma descrição, opto por transcrever algumas das respostas que ouvi.

É que antes chamavam os “negro do Talhado”, quem era negro do Talhado não queria ser por causa dessa coisa: “ô negro do Talhado”; e aí, dez anos atrás, escondia a sua origem de negro do Talhado (LÚCIA, ex-professora da escola Aruanda)

Mas antes não se diziam quilombolas, muitos tinham vergonha até de dizer que eram do Talhado. (GILVANEIDE, atual professora da escola Aruanda)

Quando a gente vinha na cidade, as coisas aqui eram muito difíceis para nós. Nem um copo d'água queriam dar pra gente. A gente tinha que beber na beira do açude com os bichos. Se fosse pedir água em uma casa, era enxotado; parece que tinham medo da gente... A gente não era tratado como pessoa... Era pior que bicho. Se não chegássemos perto ou fossemos falar com alguém, nem ligavam pra nós. Hoje a coisa 'tá mudando. Não muito. Com esse negócio de ser quilombola, já mudou um pouco. (DAMIÃO DOS SANTOS)

Eu tinha vergonha de ser apontada na rua como negra. O pessoal dizia: Olha, lá vem a nega do Talhado! E eu morria de vergonha, porque ser negro do Talhado era... era como... nem sei dizer, era pior que ser bicho; nem bicho era tão...(MARIA DO CÉU, presidente do Galpão da Louceiras)

Tão desprezado, desprestigiado? Estas parecem ser as palavras que a falta de palavras impediu Céu de concluir sua comparação. Violentos, cachaceiros e desordeiros, estes são os principais adjetivos pejorativos com que são definidos, desde sempre, os negros do Talhado. Como desfazer esta imagem? Pelo que tenho observado nem a notoriedade conseguida através do filme **Aruanda**; nem a mudança para a cidade e o conseqüente convívio mais próximo com a sociedade de Santa Luzia; e tampouco o auto-reconhecimento como quilombolas que os faz alvos de reportagens, documentários e trabalhos acadêmicos, têm transformado muito esta imagem.

Mas não é só assim que eles se vêem. Aquilo que os Talhados têm e que os particularizam têm se mesclado com a maneira que os “de fora” os vêem e a partir desta mescla, dessa interação, a qual não apaga as fronteiras entre eles e nós, vem se recompondo a identidade deles, agora como uma identidade étnica atribuída e auto-atribuída. O conteúdo para isto, tanto vem de dentro, como é trazido pelos “de fora”, numa relação que cruza fronteiras sociais, mas as conservam. Mas, então, quem é o Talhado? Se os mais velhos “perderam” a memória, o que contam os mais novos? Quais suas lembranças? Qual a memória do seu presente? Vemos o mesmo que eles vêem?

“UMA CASINHA QUALQUER NO COLO DA SERRA”

Aqui os da terra chegaram há um século e meio. Aqui no topo da serra, que depois foi denominado de Aruanda, *os homens ficaram no chão mirando as estrelas*⁴². Quem chega ao Talhado rural vê poucas casas; uma aqui, outra

⁴² Este e o seguinte trecho em itálico, bem como o subtítulo desta parte do capítulo são versos de No colo da serra, letra e música de Vinícius de Moraes e Toquinho.

acolá. Não se vê plantações. Não há comércio. Não há empreendimentos, e o *que mais prometer aos herdeiros da vida?*. Não que as casas não existam, mas são poucas para o imenso espaço de muitas pedras, serras, caatinga; apenas 40 famílias e 120 pessoas vivem hoje nos, aproximadamente, 490, hectares que abrangem os sete sítios que compõem o Talhado rural⁴³. São estes: Oiticuinha, Pedra Redonda, Serrinha, Macambira, Balanço, Riacho Grande e Olho D'água do Talhado, ou simplesmente Talhado, na denominação regional de todos estes sítios; ou ainda a partir da diferenciação interna, é chamado de:

Talhado mesmo. É lá perto da barragem, lá embaixo! Não sei se ele sabe [dirigindo-se ao motorista que conhece a região], a barragem lá que foi construída lá no Talhado mesmo. Lá é que é o Talhado mesmo. A gente que apelidou assim: lá no Talhado de baixo; Talhado de cima, que é esse aqui. (GILVANEIDE)

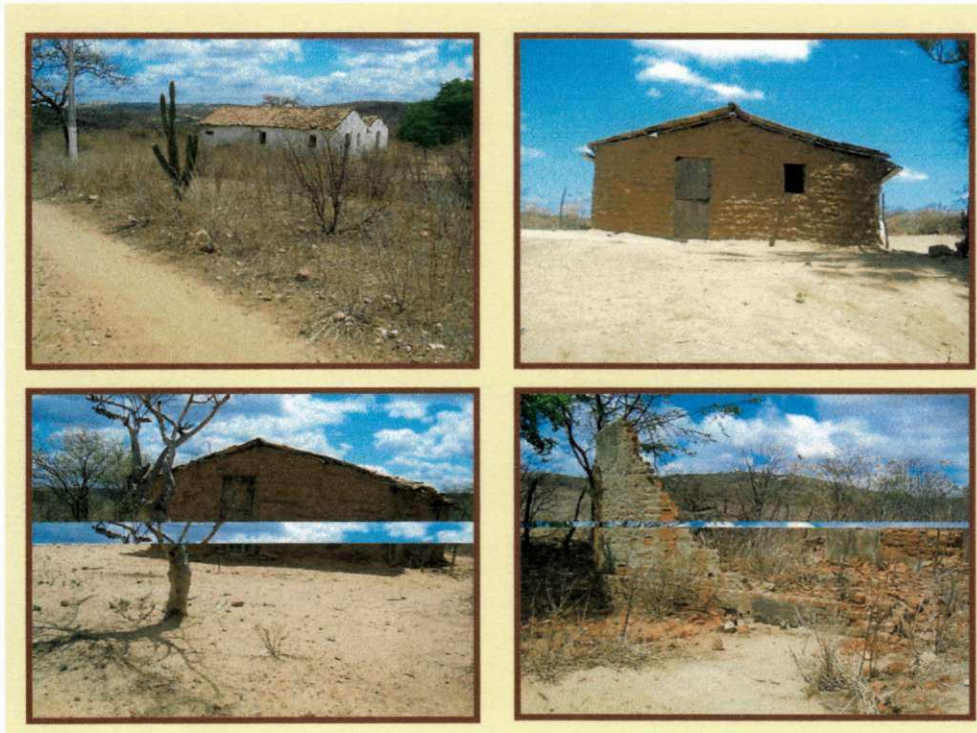
As casas, em geral, são longes umas das outras, de taipa ou de tijolos a vista, brancas ou cor da terra, da cor do barro. Não há um núcleo mais densamente habitado, nem próximo à escola, à capela e à antiga bodega e casa de Sebastião Braz, e a casa da professora Gilvaneide, todas estas construções bem próximas umas das outras. Ou seja, não há uma vila, um povoado. Há muitas casas abandonadas, principalmente casas de taipa, mas algumas são de tijolos; todas, porém, denotam os sinais do longo tempo que estão fechadas.

A economia, assim como o número de habitantes parece em franco declínio. Quase toda a produção agrícola e pecuária é destinada ao consumo dos próprios produtores, se há algum excedente, aí sim este é destinado à venda em outros locais vizinhos.

É possível ver, atualmente, várias tentativas de exploração de minérios, como por exemplo, o quartzo, o caulim e o granito. A água-marinha um pedra semi-preciosa de grande valor, já foi encontrada, por acaso, por algumas pessoas da Serra do Talhado e arredores. Pelo que contam alguns, nenhum morador do Talhado a encontrou, mas há indícios que possa existir na comunidade, assim, o sonho de muitos, é encontrar uma pedrinha dessas para tirar “o pé da lama”. Acreditam que encontrando uma água-marinha possam

⁴³ Estes números são fornecidos por Raquel, a partir de um levantamento realizado pela ANIRT – Associação do Núcleo de Integração Rural do Talhado e pela CECNEQ.

ficar ricos. O mesmo caulim que faz a riqueza de grandes mineradoras no Seridó paraibano, não passou de uma minguada tentativa de exploração no Talhado, um empreendimento que está hoje lá, abandonado à beira da estrada ainda com sacos cheios de caulim que não puderam ser comercializados, entre outras coisas, como explicam, pela dificuldade de transportar qualquer coisa de lá de cima.



Casas no Talhado rural.

Uma plantação de algodão, como nos mostra em seu sítio, seu Sebastião Braz, é apenas uma tentativa esporádica de conseguir algum lucro extra, “mas com a seca dos últimos cinco anos e a praga do tal bicudo a gente parou de plantar algodão”, relatam Seu Sebastião Braz e Zé de Cosme, ou seja, as adversidades naturais não têm favorecido o cultivo desta cultura. As técnicas empregadas, o uso de velhas ferramentas e o desconhecimento de novas técnicas de plantio e criação, também dificultam o alcance de uma produtividade maior. Todo o processo de preparo da terra, plantio e colheita são feitos manualmente. Enxada, pá, chibanca, foice são os velhos instrumentos sempre úteis e presentes entre os agricultores para realizarem suas tarefas de cultivo da terra.

O feijão, este sim, tem garantido safras contínuas que provêm o sustento de grande parte daqueles que ainda insistem (este verbo é bastante repetido, parece que esperam, como realmente foi dito por Gilvaneide, que o Talhado "vire um deserto") em permanecer no Talhado. Todos dizem que quem cuida da terra são os homens, mas não são poucos os relatos, as falas que apontam a presença feminina junto aos maridos e pais tanto na hora do preparo da terra, como no momento do plantio e da colheita. Apenas esta presença não é constante. Esta possível tendência de uma crescente presença feminina nos trabalhos agrícolas, pode, talvez, ser explicada pela diminuição no fabrico de louça na zona rural, ao menos no fabrico para comercialização, pois ainda fazem louça para consumo próprio.

Junto com o feijão, o jerimum, a melancia, a batata-doce, milho e a mandioca são outras culturas possíveis de encontrar no Talhado, aliás, estes foram alimentos sempre presentes nos momentos em fomos convidados a comer com eles. Tomate, arroz, cuscuz, biscoitos, pão, verduras, entre outros, são alimentos que são comprados em mercados e feiras em Santa Luzia.

A seca tem sido um empecilho maior para agricultura que para a criação de animais; entre estes encontramos bodes e cabras, porcos, galinhas e algumas poucas vacas. Tornando-se obstáculo para a produção agropecuária, a seca inviabiliza a sobrevivência, a qualidade de vida e, portanto, a permanência do grupo em suas terras. A falta de água é apontada como a motivação maior migração incessante dos talhadinos. Outra lembrança da professora Gilvaneide explica esta migração; recorda o fato de que, do Talhado,

Já foi embora muita gente por falta de água. Porque alimentação... não tinha água pra cozinhar, hoje já é diferente. Não se lavava roupa, ia lavar roupa em Santa Luzia, lavava pela aqueles açude da beira da pista lá... com aquelas águas tudo contaminada a gente não sabe nem o que tem tanto ali e a gente saia daqui pra lavar roupa lá porque aqui não tinha água pra lavar. Tomava água que tinha de carro-pipa... Ai essa revolta, vem essa revolta por causa do sofrimento... De tanto sofrer que se revolta com as coisas que... (GILVANEIDE)⁴⁴

⁴⁴ Gilvaneide possui um jeito peculiar de falar que consiste, além da rapidez com que emite palavras e frases, em não completar as frases; mas isto não parece apontar para uma tentativa de deixar subentendidas palavras ou significados, porém parece, isto sim, que ela acredita que seu interlocutor consegue completar as exatas palavras que ela não emitiu. E não apenas frases ficam incompletas, às vezes, ficam faltando toda uma sentença, um pensamento, um argumento que ela parece crer que para o interlocutor está claro. Isto causa a impressão de que ela mudou bruscamente de assunto. Coisa que ela realmente, às vezes o faz. No entanto, são perfeitamente compreensíveis os diálogos que se tem com ela; basta prestar atenção ou pedir o complemento dos argumentos, opiniões ou explicações. A peculiaridade da fala dos membros do Talhado já objeto de estudo de uma dissertação na área de Letras.

Com isto fica realmente difícil produzir o mínimo necessário para se manter dignamente; justifica-se, pois, aquela migração maciça em busca de uma vida melhor. Mesmo antes do auto-reconhecimento houve tentativas de dinamizar a economia através de outras atividades mais compatíveis com a escassez de água, a própria mineração é uma delas, mas foram tentativas neste caso, de empreendimento individual. Mas houveram, ainda, tentativas coletivas, que também não deram certo, como a horta comunitária – que seria viável a partir da irrigação com água armazenada em cisternas – e cursos de corte e costura, entre outras.

A música, fonte de renda para vários homens da comunidade, só é rentável para os que saem da zona rural. Em torno de dez trios de forró em Santa Luzia são compostos por músicos do Talhado. A música tocada no alto da serra serve para a diversão deles mesmos; apenas ocasionalmente os que lá estão ganham algum dinheiro tocando em festas que ocorrem em sítios da região.

A única escola que tem no Talhado, hoje leva o nome de Aruanda. Em 1975, quando Cavalcanti realizou o primeiro estudo acadêmico sobre o Talhado, a escola levava o nome de Grupo Escolar José Bento Carneiro; o prédio onde funcionou esta escola está atualmente abandonado e em avançado estado de deterioração. Há poucos metros dele foi construída a nova escola da comunidade, denominada de Escola Municipal Aruanda. A educação, segundo professoras e merendeiras, que no fim das contas são as mesmas, professora é merendeira e merendeira é professora, sendo que o cargo oficial de professora não é ocupado por ninguém, melhorou bastante. A professora formada em pedagogia, Gilvaneide, oficialmente é merendeira. Raquel professora do ensino infantil, também, quando era possível, ministrava aulas de catequese no grupo escolar, junto com Gilvaneide.

O ensino na escola Aruanda é em classe multisseriada, isto significa que em uma mesma sala de aula estudam simultaneamente alunos de diversas séries. Em grande parte das escolas que adotam o ensino multisseriado, este se limita a atender as quatro primeiras séries do ensino fundamental; no Talhado não é diferente. Desta forma, se um aluno deseja continuar os estudos ele deve fazê-lo em Santa Luzia.

Atualmente o transporte destes alunos é feito em duas etapas. Eles seguem em um carro da comunidade até a BR-230, onde apanham um ônibus escolar até a cidade. O carro é dirigido pelo antigo professor, Divalci dos Santos. Divalci trabalhava no MOBRAL. Trabalhava com o ensino infantil, fundamental e com MOBRAL; depois foi embora para São Paulo e em seu lugar aí ficou sua irmã Lúcia. Hoje, além de dirigir o carro que transporta os estudantes, como contratado da Prefeitura, Divalci é mais um que se dedica ao aprimoramento de seus dons musicais de sanfoneiro. Lúcia também deixou de ser professora e hoje é merendeira.

“OLHA LÁ VAI PASSANDO A PROCISSÃO...”

Missas aconteciam na escola, antes, eram celebradas na casa de Seu Sebastião Braz, no segundo domingo de cada mês. Em 2009 foi inaugurada a capela dedicada a São José. Uma vez por mês um dos dois padres de Santa Luzia sobe para celebrar uma missa. Vão às missas na cidade apenas naquelas considerada “mais tradicionais”, como a de Santa Luzia e a missa do Rosário. “A de Santa Luzia é difícil perder que é uma tradição mesmo... num é por causa da religiosidade que vão para essa missa, mas sim por causa da tradição”, explica Gilvaneide.

Os “evangélicos” já foram visitar o Talhado, foram lá “fazer seu trabalho” (evangelizar) e realizar doações, mas, dizem, ninguém quis se converter. Quando perguntei se as pessoas mais velhas contavam algo sobre algum dia terem existido no Talhado manifestações de religiões afro-brasileiras, Gilvaneide responde que “não, aqui nunca aconteceu não”. É uma resposta curta, num tom entre melancólico e chateado, não querendo falar sobre este passado. Da mesma forma que disseram não aos evangélicos, também disseram não quando foram convidados a professar crenças afro-brasileiras. Entre indignada com a proposta – para professarem estas crenças – e triunfante pela negação da mesma, Gilvaneide relata que,

Já foi cobrado da gente, depois que aqui virou quilombo, que a gente manifestasse a cultura afro, mas ninguém aceitou até agora, ninguém aceitou não. Até que a secretária [de Educação] disse assim, olhou pra mim e disse: Você, por isso que você é estourada, porque você tem tudo de Iansã, não sei o quê, você tem tudo de Xangô. Eu disse: Eu não tenho nada

a ver com isso. (...) Ela disse: Eu ainda vou ver você lá no Talhado sendo chefe de salão, de Xangô. Eu disse: Você vai vê nunca! (GILVANEIDE)

Lamenta ela que a comunidade do Talhado venha progressivamente perdendo a identidade. E esta perda, diz Gilvaneide ocorre, também, no aspecto religioso. Não se trata de conversão às religiões evangélicas ou afro-brasileiras, mas sim pelo esquecimento das tradições. Entre estas a mais sentida, e não apenas por ela, também D. Maria Rita e Da Guia também expressam o mesmo pesar por não mais acontecer as comemorações que ocorriam no chamado *Mês Mariano*. Assim como são realizados os festejos joaninos no mês de junho em homenagem a São João, São Pedro e Santo Antônio, o mês de maio é dedicado a louvar a Virgem Maria. As festividades de maio tem sua origem nas denominadas religiões pagãs da Europa que tanto influenciaram a bruxaria moderna a festa de Beltane, também conhecida como a "Festa de Maio", era um sabá no qual era comemorada a fertilidade da Mãe Terra e de todos seus filhos (animais, pessoas, plantas). Dele derivam as comemorações e ritos que atualmente se realizam em homenagem à Mãe de Cristo e, também, o fato de se considerar o mês de maio, como o mês das noivas.

Por causa disto ainda se mantém, mesmo que enfraquecido, o costume de louvar a Virgem Maria durante os 31 dias de maio. A louvação ocorre tanto com novenas e missas, quanto com festas e procissões. Gilvaneide e Da Guia contam como eram essas comemorações em homenagem à Virgem Maria no Talhado.

As mais velhas rezavam as novenas; no encerramento tinha aquela festa...como Tereza diz, profana; mas tinha a festa religiosa; tinha a novena; tinha a procissão; o acompanhamento da Santa; tinha aquele encerramento com a, a gente chamava a queimação, na ... na ... na língua dos idosos mesmo: A queimação de fulô, eles chamavam assim. A gente pegava um bocado de flor de ...de São João, aquela flor amarela, todo dia que ia pra novena levava uma sacolinha ou ... ou uma trouxinha, como a gente chama, na cabeça e deixava lá, tinha aquela tradição. As crianças ficavam em volta da fogueira, eles rezando, e em volta da fogueira as crianças com a bandeirinha, as moças que eram mais adultas um pouquinho, com as lanternas. (GILVANEIDE)

A intenção de Gilvaneide e de algumas mulheres do Talhado é a de retomar esta tradição para as gerações mais novas conheçam como era o

Talhado. Esta antiga tradição da comunidade não está sendo deixada de lado apenas aqui. Este costume de render homenagens à Virgem que não é exclusivo do Talhado – mas que para este tinha um especial significado enquanto durou –, e que já foi bem mais disseminado, está perdendo força em muitas localidades da Paraíba.

Tanto na Pitombeira quanto no bairro Nossa Senhora de Fátima em Santa Luzia, os moradores deste bairro, principalmente os oriundos desta outra comunidade quilombola, costumam organizar, ainda, celebrações a Nossa Senhora de Fátima no mês de maio, porém, estas já não mais se estendem por todo o mês.

As comemorações do mês mariano no Talhado duravam, recorda também Da Guia, o mês inteiro e culminavam no último dia com homenagens a Nossa Senhora de Fátima, uma procissão com muitas pessoas carregando lanternas e a queima das flores em volta de uma fogueira, acompanhada de muitos cantos. Da Guia, em sua casa no Monte, lembra e descreve com entusiasmo alguns detalhes destas comemorações. Talvez percebendo que nós, seus ouvintes, quiçá não possamos visualizar (e com razão) o que são as lanternas que eles carregavam, descreve que estas lanternas eram,

Feitas com uma vela que era colocada num pedaço de madeira, assim ... redondo, que se enfeitava com papel colorido ao redor da vela, e ficava aquela coisa bem bonita, era simples mas era bem bonita, e não queimava o papel pela maneira que a gente colocava ele, e sai todo mundo em procissão com aquelas velas na mão... ah, era muito bonito! Que saudade!
(DA GUIA)

E Gilvaneide continua descrevendo coisas que se lembra destas comemorações:

Aí, ao redor da fogueira, de dentro de casa saia em procissão também pra fogueira; ao redor da fogueira aí ia jogando aquelas flor dentro do fogo, dentro da fogueira e elas iam queimando, elas iam cantando assim:

Vamos companheiros
Com muita alegria
Queimar as fulô (na maneira que elas falavam)
No mês de Maria.

Aí tinha esse encerramento... isso era no dia do encerramento.

Eu to querendo trazer isso de volta, esse 2007 eu vou ver se consigo trazer essa festa porque era uma festa que chamava muito a atenção da vizinhança, todo mundo vinha pra ficar, o forró da casa de Ciço Beto no final, quando terminava tinha um forró da casa de Ciço Beto que era o pai

de Titico. A gente já pode puxar pra escola e depois fazer a festinha do encerramento.

Mas desde o início da década de 1980 o Talhado não mais comemora o Mês Mariano. E Gilvaneide, já há algum tempo, vem acalentando o sonho de reavivar essa tradição. No caso de Gilvaneide, mas do que saudades de tempo inesquecível, a intenção parece ser a de preencher lacunas repletas de esquecimento da história do Talhado e não deixar se perder características caras a sua identidade.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 7)

A participação, ou a ausência, do Talhado nas festas religiosas da região deixa transparecer sua inclusão (ou exclusão) com a sociedade envolvente. Ainda que esta seja uma tradição compartilhada com outras sociedades e comunidades vizinhas – tanto que Gilvaneide lembra da presença de pessoas de outras localidades participando dela –, esta é uma comemoração que alguns querem recuperar, ao mesmo tempo em que rejeitam outras de maior expressão na região, ou pouco participam destas, como é o caso da Festa do Rosário ou das mesmas comemorações – do Mês Mariano – no bairro Nossa Senhora de Fátima ou na Pitombeira.

Atualmente sua devoção, no que diz respeito aos santos católicos, volta-se bastante para São José, em homenagem ao qual é dedicada a capela recentemente lá construída – no Talhado do alto da serra –, sua construção foi concluída em 2009. Ainda assim, mesmo na Festa de São José Operário – 1º de maio –, cujas comemorações ocorrem no bairro que leva o nome deste santo e na capela a ele dedicada na cidade, a presença dos talhadinos é pouca.

As homenagens a este santo, padroeiro dos trabalhadores, iniciam na última semana de abril e culminam no dia dedicado a São José, dia 1º de maio.

Ao contrário da Festa de Santa Luzia que é comemorada em toda a cidade, as comemorações daquele santo ficam limitadas quase exclusivamente ao bairro São José, como analogamente ocorre com a Festa do Rosário e a Festa de Nossa Senhora de Fátima, mais comemoradas no bairro que leva o nome desta última santa.

O bairro São José, que é considerado o maior bairro da cidade, já existia quando os moradores do Talhado começaram a se instalar nele, assim, ele não é composto apenas por pessoas oriundas desta comunidade e nem constituem estes a maioria de seus habitantes. Algumas pessoas do Talhado a quem perguntei o porquê da devoção a este santo não souberam responder o motivo. Porém, mesmo desconhecendo tal motivo, D. Maria Rita que se diz devota dele (e de muitos outros santos e santas, dos quais têm várias imagens em casa, inclusive uma imagem de Iemanjá) e que se empenhou a fundo na arrecadação de fundos para a construção da capela a ele dedicada lá na serra, arrisca a hipótese de que os talhadinos são dele devotos porque São José os acolheu neste bairro que leva seu nome.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário em Santa Luzia⁴⁵ é uma das manifestações religiosas de grande expressão na região do Vale do Sabugi. Realizada, em geral, na primeira semana de outubro, é uma festa organizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário desde 1871. Com sede no bairro de Nossa Senhora de Fátima, esta irmandade é composta por moradores deste bairro que ou vieram da Pitombeira ou são descendentes de pessoas desta comunidade.

Não poucos são aqueles que, vindos de outras cidades para participarem destes festejos em Santa Luzia, associam esta festa à comunidade do Talhado e esperam ver os membros desta participando dela. Para surpresa geral, as pessoas do Talhado não participam destes festejos – nem do seu sentido religioso e nem do profano –, e menos ainda fazem parte da Irmandade do Rosário. Esta expectativa vem do fato de sempre se associar Nossa Senhora do Rosário, assim como Santa Efigênia e São Benedito, às comunidades negras. Nossa Senhora do Rosário, em especial, porque de

⁴⁵ Para maiores detalhes sobre esta festa de Nossa Senhora do Rosário realizada em Santa Luzia, consultar a monografia de Jordânia de Araújo Souza: Uma abordagem da festa de Nossa Senhora do Rosário em Santa Luzia. UFCG, 2006.

acordo com antigos relatos, essa devoção das comunidades negras viria desde antes terem eles sidos introduzidos no Brasil como escravos. O culto a esta santa teria sido introduzido na África através de missionários dominicanos e a ele teriam sido acrescentados novos rituais pelos povos que o aceitaram.

Quando é contada a origem da comunidade através de seu fundador, Zé Bento Carneiro, costuma ser mencionado o fato de ele ter vivido na Pitombeira onde tinha algumas terras, as quais teria trocado por outras terras no Talhado. Não é incomum pessoas das duas comunidades mencionarem a ligação parental entre elas. Alguns membros do Talhado chegam a mencionar que possuem terras na Pitombeira. Esta comunidade pertencente ao vizinho município de Várzea, o qual já pertenceu à Santa Luzia, foi auto-reconhecida (com o nome de Comunidade de Pitombeira) como comunidade remanescente de quilombo em 2005⁴⁶. Apesar da origem em comum, de sua adjacência e da consangüinidade que as tornam muitos próximas, há uma rivalidade entre estas comunidades. No encerramento da Festa do Rosário em 2007, ouvimos alguns membros da Irmandade afirmarem entusiasmados, porque igual ao Talhado eles agora também eram uma comunidade quilombola, que "agora nós vamos mostrar para eles o que é ser negro". Gilvaneide diz que o pessoal do Talhado "muito pouco" participa da Festa do Rosário e que já tentaram participar mais, porém,

O pessoal que comanda lá...como diz? Eu gosto de falar e às vezes eu falo palavras que fere as pessoas. O pessoal lá que chefia mesmo a equipe, eles não se entrosam não com o pessoal aqui do Talhado não. Por exemplo, Bernadete (Bibia), coisa assim, uma coisa assim que envolve o pessoal do Talhado, aí ela fica dizendo à Tereza: (...) "em tudo quer envolver o povo do Talhado, eles já tão envolvidos demais!". Quer dizer, aí afasta a gente de participar de uma coisa que é dos negros, onde ela é presidente e ela não é negra. Ela não tinha que ta fazendo nada. Que é coisa dos negros, elas não tinha que participar, não é? Que Bernadete não é negra; já tem Peta, irmã dela que é negra, mas ela, assim, é quem chefia, quem comanda. Ela é assim...eu acho, não sei se é preconceito meu, que existe preconceito pra tudo, eu acho que ela não gosta muito assim de ta com a gente, o pessoal aqui do Talhado. Aí o pessoal faz: Ta bem! Aí pega e se afasta. Criança sente quando a gente não gosta dele, imagina adulto... que é mais fácil de se machucar.

⁴⁶ O Talhado foi auto-reconhecido em abril de 2004 e o bairro de São José foi autorreconhecido em junho de 2005.

Nas Festas do Rosário que observei em Santa Luzia, percebi o quanto é exata a informação de Gilvaneide quanto à pouca participação dos talhadinos nesta festa.

Na Festa de Santa Luzia, padroeira da cidade, ao contrário, participam mais ativamente, em especial das missas, das novenas e da procissão. Esta festa inicia no dia 4 e se estende até o dia 13 de dezembro. É admirável o entusiasmo e o envolvimento da população nesta comemoração. E se os moradores do Talhado não têm uma participação mais efetiva na organização da festa, nem por isso deixam expressar sua devoção nesta data.

A festa é organizada por uma comissão da própria paróquia e recebe apoio incondicional não só da Igreja como do da Prefeitura Municipal, dos comerciantes e da população em geral. Além dos ritos religiosos, como missas, procissão e novenas, são realizadas, na parte profana da festa, jantares beneficentes, carreatas, o desfile das princesas, leilões para arrecadar fundos para a paróquia e a sempre presente quermesse em frente à Matriz, com apresentações de grupos musicais e com barraquinhas onde são vendidos alimentos e bebidas.

Nesta festa, sim, podemos encontrar pessoas do Talhado em número mais expressivo do que nas Festas do Rosário. Eles, quando não participam das novenas com os não-talhadinos, participam de novenas onde são maioria, senão totalidade. Participam, igualmente, da festa profana. Fazem-se presentes, também, das missas durante a semana e da procissão que ocorre no dia 13 de dezembro. A esta procissão, que começa no meio da tarde, acorre não apenas a população de Santa Luzia, como também uma imensa massa de devotos de cidades vizinhas. O número de participantes, em 2007, foi estimado em torno de 50.000 pessoas; dessa procissão, bem mais do que na festa profana, participam muitas pessoas do Talhado.

Outra festa religiosa a qual os talhadinos dedicam sua devoção é a Festa de São Sebastião, que culmina, também com uma procissão, no dia 20 de janeiro. Esta festa, bem como as outras festas religiosas da cidade – a do Rosário, a de Santa Luzia, a de Nossa Senhora de Fátima e a de São Sebastião – é sempre precedida por missas que ocorrem na Igreja Matriz e novenas que, em sua maioria ocorrem no bairro de São Sebastião, também

chamado de o Monte. A única festa religiosa em que as missas não ocorriam na Matriz era a Festa de São José Operário, isto porque há uma capela no próprio bairro.

Atualmente uma nova capela foi construída na cidade, e foi consagrada a Nossa Senhora do Rosário. A intenção é que, de agora em diante, as comemorações a esta santa se concentrem nesta nova capela, fato este que está gerando protestos por parte daqueles que não querem que estas comemorações saiam da Igreja Matriz. Mas o padre encarregado da Paróquia apóia esta transferência porque acredita que isto fará com que a comunidade negra participe mais ativamente destas comemorações.



Capela dedicada a São Sebastião, localizada no bairro que, também, leva o nome deste santo

Apesar de haver uma capela no alto do Monte, encimada por um cruzeiro, esta é tão diminuta que mal comporta um sacerdote e seus auxiliares. Desta forma, o mais apropriado é realizar as missas na Igreja Matriz. Na missa do dia 20 de janeiro há o costume de abençoar fitas vermelhas que serão portadas pelos que acompanham a procissão. É para aquele cruzeiro, saindo da Matriz, percorrendo ruas da cidade e atravessando a BR-230, que se dirige

a procissão de São Sebastião no dia dedicado a este santo. Da base do monte até o cruzeiro são uns 250 metros de distância, não de altura, que são percorridos por muitos a pé e, até, de joelhos, para agradecer alguma dádiva alcançada. Esta Festa de São Sebastião, em número de fiéis não rivaliza com a Festa do Rosário e, é claro, muito menos com a de Santa Luzia, mas vem crescendo a cada ano. Os organizadores dela, membros das pastorais e moradores do bairro, estimam que umas três mil a quatro mil pessoas tomem parte na procissão. Também esta festa tem o seu lado profano onde acontecem shows com artistas locais e montam-se barracas onde são consumidos alimentos e bebidas.

Nesta festa a participação dos talhadinos é maciça, pois o Monte é o bairro de Santa Luzia com a maior concentração de pessoas não só oriundas do Talhado, como de descendentes destas. Como muitas das novenas se realizam no Monte e vários membros da comissão que organiza a festa, ainda que não sejam do Talhado ou descendentes dele, estes parecem que participam com mais desenvoltura e entusiasmo deste evento. E enquanto esperam as coisas lá do céu, que da terra nada vem, vão dando um jeito de, mesmo pensando, viverem nesse sertão.

DO CORPO E DA ALMA

E como cuidam da vida? Quem os protege? Quem cura suas doenças, a crença ou a ciência? Médico ou rezador? Respondem Lúcia e Gilvaneide:

Dependendo, depende da ocasião, não é? Da situação em que se encontra; se preciso descer, desce [a serra até Santa Luzia], senão, espera a médica vim, tem aquele dia marcado que ela vem, aí, assim, tem pessoas que um problema de saúde, esperar vim ... Tem casos assim, tem pessoas que ta com dores, vai pra rezadeira, só tem duas aqui que rezam, mas quem reza mesmo, que reza nessas coisas assim dores, que reza nas crianças pra mau-olhado... é Rita Ventura, é lá no Talhado mesmo... lá perto da barragem. Ainda tem... as pessoas ainda tem essa tradição de procurar rezar, ir pra pessoa pra ela rezar. (GILVANEIDE)

Severino de Tônia era rezador daqui. Tinha mais, tinha Rosa, era parteira também como ele, rezadora, rezava também...Nessa época eh... quando adoecia um, ficava bom com remédio do mato. (LÚCIA)

Severino de Tônia foi parteiro e rezador e, lembram alguns, era um dos poucos que sabiam e gostavam de contar histórias sobre o Talhado. Recordam

que ele andava sempre com Linduarte Noronha quando este cineasta esteve na comunidade e filmou **Aruanda**. As informações que Noronha teve sobre a comunidade, então, teriam sido fornecidas por Severino de Tônia. Mas, a respeito de Severino e suas histórias, me confia um dos líderes da comunidade, desacreditando e fazendo pouco, diz que “aquele era um contador de história! Conversava muito! Não dá pra acreditar no que ele contava”. Explica Gilvaneide que, atualmente em caso de dores, mal-estar, quando as pessoas não estão bem e não sabem o que têm, mas sabem que não é doença,

Tem casos assim tem pessoas que ta com dores, vai pra rezadeira, só tem duas aqui que rezam, mas quem reza mesmo, que reza nessas coisas assim dores, que reza nas crianças pra mau-olhado... é Rita Ventura... é lá no Talhado mesmo... lá perto da barragem. Ainda tem, as pessoas ainda tem essa tradição de procurar rezar, ir pra pessoa pra ela rezar.
(GILVANEIDE)

Se as rezadeiras não dão um jeito, e nem os remédios do mato, então ou espera a médica subir a serra para a visita mensal ou desce para procurar um em Santa Luzia, mas isto só em último caso. A alternativa, na ausência (permanente) da médica e enfermeiras, é o agente de saúde que mora no Talhado, “mas é só pra aconselhamento”. Médica e enfermeiras, uma vez por mês, passam um dia inteiro no Talhado realizando consultas, realizando pequenos procedimentos (ministrando injeções, fazendo curativos, verificando pressão) e entregando medicamentos; caso seja receitado um remédio que a médica não levou, esta autoriza o paciente a pega-lo em Santa Luzia. Para algum tratamento com medicamentos a serem ministrado diariamente em um curto período, ou em casos que devem ser aplicadas injeções, o paciente é encaminhado ao hospital de Santa Luzia.

No caso do paciente precisar ir diariamente a Santa Luzia, o deslocamento deste é feito no carro que leva os estudantes, e a estadia daquele, se não tiver “casa na rua”, é na casa de parentes ou conhecidos;mas, atualmente, esclarece Gilvaneide, “quase todo mundo aqui tem uma casinha na rua, fechada”.

Quando não recorrem à medicina alopática, o tratamento é feito através de remédios naturais,

Às vezes a gente usa remédio natural, chás, tem pessoas que não gosta de usar, não, eu gosto. Eu gosto, assim, de tomar água, uma água... tem plantas que ela... ela auxilia no tratamento de inflamações, não é, ela seria como um antibiótico, como, por exemplo, a umburana, a casca da umburana, ela é ótima pra rouquice, pra problema de garganta, ótima, pra tosse, tem aquelas tosse bem... como a gente chama, eu costumo dizer aqui com os meninos quando eles chegam na escola tossindo eu digo: Vocês tão com uma tosse de cachorro; aí eu mesmo digo: Coloquem um pedaço de casca de umburana na água pra você tomar; mande sua mãe fazer isso. Chá de alfazema, que a gente chama de alfazema braba, porque tudo que é do mato a gente considera que é uma coisa ..., não é, aí a alfazema, o cumaru... tudo isso é bom pra bronquite, pneumonia, só que tem uns caso que tem que fazer um tratamento, acompanhamento médico, acho que os casos mais... (GILVANEIDE)

Se, como contam, a história do lugar é pouco conhecida porque é pouco contada, o conhecimento sobre os recursos naturais para manter a saúde parece ser bem conhecido e é repassado a todos. Várias pessoas com as quais conversei a este respeito, novas ou idosas, sabiam sobre plantas usadas como remédio. A crença na eficácia deste tipo de medicação é tão grande que até em ferimentos ou infecções mais sérias eles recorrem aos remédios naturais. Conta Gilvaneide sobre um ferimento que seu filho teve:

... o menino, ele cortando palma, cortando palma pra criação, ele tava com 5 anos, o caçula, aquele grandão que vocês viram ele sexta-feira, ele cortou assim óia... cortou o dedo com o facão cortando palma, dele cortou com unha e com tudo, eu não levei nenhuma vez pra Santa Luzia, não, eu cuidei em casa com água-de-favela, com um pano molhado com água, sempre com o cuidado de estar lavando com sabão virgem, tirava um pedacinho de sabão colocava ali só pra ta lavando aquele ferimento... (GILVANEIDE)

Conta ainda esta professora que quando vai ensinar seus alunos sobre remédios naturais, estes dizem que já sabem, pois seus pais, em casa lhes ensinam ou, ainda, vêem outras pessoas sendo tratadas com este tipo de remédio. Justificam a crença maior nestes medicamentos pelo fato de serem naturais e por terem desconfiança em relação àqueles produzidos em laboratórios através de processos químicos. Assim, Gilvaneide continua argumentando em prol das drogas naturais:

A gente sabe que um remédio, esse remédio que a gente compra na farmácia tem um prazo de validade, e as plantas não têm prazo de validade. A gente costuma tomar um medicamento e aí melhorou aí, vamos dizer um xarope, ele ficou pela metade, aí já deixa lá num canto exposto à poeira, aos insetos, aí começa a tosse, vamos tomar de novo, aí cadê as bactérias, aquelas coisas que tem lá em... não é? Tá tomando um medicamento pra uma tosse, uma tosse é uma infecção, aí ta lá, toda a infecção ali paradinha

pra aumentar mais ainda no organismo, e as plantas não, elas não têm prazo de validade. (GILVANEIDE)

Além disso, a preferência por este tipo de remédio se justifica pela dificuldade em encontrar os remédios receitados por médicos e, não poucas vezes, pela impossibilidade de pagar por estes. A estes argumentos acrescenta-se o de que os remédios são de fácil manipulação, versáteis e abundantes. Aqueles remédios encontrados no mato,

A gente pega e faz. A gente vai no cajueiro, tira aquela casca dele, lava bem lavadinha, coloca lá na água, quando começa a tinturar você começa a tomar, porque a casca do cajueiro ela é um antibiótico, ele age como um antibiótico... inflamação de gastrite, , inflamação de úlcera pra tudo isso, pra queimadura na pele, pode lavar com água do cajueiro, ou nessa época agora tem caju, a água mesmo do caju, ontem uma menina queimou no cano da moto a bichinha com 5 anos, encostou no cano da moto do pai, largou um pedaço...ela nem disse que tinha que tinha queimado, depois foi que a vó viu que tava queimada, eu disse: Mulher lava com a água...tem tanto caju por aí, pega o caju e lava com a água do caju que vai melhorar. (GILVANEIDE)

Pessoalmente, não canso de dizer e me encantar com o fato de que as culturas, assim como a natureza, costumam sempre encontrar uma solução para os seus impasses, encontrar uma saída. E me vem a lembrança de que as coisas “as coisas não são conhecidas porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque primeiro são conhecidas”. Elas têm um significado na organização social da comunidade do Talhado; a sua sociedade se faz, também, a partir deste conhecimento que é oposição e complemento (e mesmo complementado) de um outro conhecimento que não alheio a eles. Não sei o quanto é, ou não, apropriado lembrar esta conclusão de Claude Lévi-Strauss (1989 [1961], p. 24), ainda mais em um trabalho onde se faz tão presente o pensamento de Barth – tão pouco afeito às “pequenas bobagens” (funcionalistas e estruturalistas) que “não trazem nenhum argumento e nem mudam nada” (Barth, 2000, p. 110). Não creio que ele considere que Lévi-Strauss se encaixe nesta sua conclusão. Além disto, por ser Barth o principal interlocutor que escolhi para este trabalho, é por isto mesmo que sigo o exemplo dele quando fala que “nunca busquei uma teoria que pudesse aplicar. (...) e daí uso tudo que consigo reunir em termos de teoria para esclarecer algo sobre esses lugares”. Obviamente ele não tem intenção de fazer uma “bricolagem” de teorias, e nem eu. De qualquer forma, mais do que explicar teoricamente esta comunidade, gostaria que este trabalho

pudesse suscitar perguntas e problemas, manter o debate sobre o Talhado e sobre identidades étnicas.

NÓS E OS OUTROS

Pois bem, já sabemos que não estão isolados: alheios do mundo desconhecidos pelo mundo, desconhecedores do mundo. Mas qual é o mundo que conhecem? Como se vêem no mundo?

Várias vezes ouvi críticas deles para com eles em relação aos que negam a sua origem de talhadinos. Não citam nomes e nem encontrei eu quem negasse sua origem, com exceção de Céu, que mais de uma vez narrou que, quando saiu do Talhado e foi para a cidade, de tanto ser apontada como negra do Talhado e ser menosprezada pela sua origem, chegou a ter muita vergonha por ser negra do Talhado. Hoje, porém, como citado anteriormente, ela não mais nega sua origem, como, pelo contrário, faz questão de se afirmar e declarar o orgulho de ser do Talhado.

Em relação às comunidades vizinhas se dizem diferentes destas, mas não reclamam sobre as relações que mantêm com elas. Sobre estas diferenças Gilvaneide explica que as pessoas do Talhado a gente conhece é pelo modo de falar, pela maneira de vestir e de andar e que o comportamento é diferente do de pessoas de outros lugares. Diferente como? “Ah! Eu não sei não, aqui tá muito mudado, mas é diferente”, diz Janaina.

Comparando o Talhado com a vizinha comunidade do Pinga, Gilvaneide considera que o Pinga,

É diferente em tudo, em todos os aspectos. O pessoal do Pinga é tudo pessoal branco, como a gente chama, no sentido, porque branco é papel, eles são de pele clara, mas tudo diferente, os hábitos da comunidade é diferente daqui. Lá é uma comunidade católica, realmente católica, aqui também, mas é diferente...é totalmente diferente. (GILVANEIDE)

Perguntei a ela em que o catolicismo do Pinga é diferente do catolicismo do Talhado, e respondeu ela que considera eles diferente pela dedicação com que professam sua fé e pela maneira mais atuante dentro da Igreja:

Eles tem grupo de jovem, eles tem grupo de estudo, eles juntam aqueles jovens, os jovens de lá eles já sabem ministrar uma novena, ministrar uma

palestra sobre catolicismo, eles já tem um estudo mais aprofundado, diferente da comunidade daqui, uma comunidade católica que não tem esse interesse dos jovens, só é mais dos velhos, dos idosos.(GILVANEIDE)

Saudosista do “velhos bons tempos”, considera que os costumes mudaram muito no Talhado, “as coisas não são mais como antes, e agora não tem mais jeito que dar, não, ta tudo mudado”. Costumes como os da sua geração têm de rezar antes e depois das refeições e pedir a benção aos pais estão morrendo desaparecendo entre os mais jovens. Considera que o Talhado é muito

Diferente de uma comunidade que tem por trás dessa serra, que é Bananeira (município de Passagem), é dentro de uma serra mesmo, ainda são pessoas parentes da gente daqui do Talhado, tem corrente sangüínea de pessoas lá da Bananeira que é daqui, diferente de lá que tem um cemitério, lá tem até uma repetidora de televisão, tem, na Bananeira, tem orelhão, tem quadra de esportes, tem uma igreja, não é nem uma capela, é uma igreja, você vê assim... você fica... Mas como foi construído?! É um povo ao lado o povo da Bananeira, as casas são ligadas como as casas da rua, com encanação de esgoto, as casinhas tudo bem organizadas... e aqui é desse jeito, e é porque é um lugar que não é conhecido, mas os políticos olham, lá tem um poder público que olha para Bananeira. É próximo daqui, passou a serra aí, o outro lado já é Bananeira, ela é como se fossem essas duas paredes e o pessoal aqui no meio. (GILVANEIDE)

Esta sua imagem sobre a Bananeira se torna mais interessante quando se descobre a idéia que outras pessoas, da vizinha cidade de São Mamede e de Santa Luzia, aqui, inclusive pessoas do Talhado urbano, tem da Bananeira. Se as pessoas do Talhado tem fama de serem violentas, esta fama fica diminuída perante a fama das pessoas da Bananeira. Dizem: se alguém riscar uma faca no chão, lá na Bananeira, corra para não morrer, porque é morte na certa! Também, ouvi sobre esta comunidade, que se eu quisesse realmente conhecer o que é um quilombo, eu deveria ir à Bananeira, pois lá “tem negros mesmo. Daqueles negros pretos mesmo, que ainda andam de pé no chão e nunca viram um branco”.

Considera Gilvaneide que a “Bananeira tem muitos negros, mas no Pinga não tem, não”. Ela sabe que muito das diferenças e reclamações do Talhado e de outras comunidades é apenas uma questão de ponto de vista. Apesar disto ainda acha, que se não for apenas porque não convive diariamente com eles e por isso não percebe os defeitos, o Pinga mais organizado:

Aí eu digo: Mas vocês são organizados. Aí ela diz: é porque quem chega aqui vê, mas não é tão assim como você pensa não, aí quem vem de fora acha aqui bonito, aí quem já é daqui não acha, não gosta. Eu fui visitar o São Gonçalo, é lindo o São Gonçalo, lindo! A professora de lá veio aqui e disse: Ave Maria! O Talhado é bonito; lá onde eu moro parece um cemitério. Mulher! Deixe de comparar, ele é lindo, o São Gonçalo. Já eu não acho aqui tão lindo quanto o pessoal imagina, diz que aqui é bonito, tem uma vista bonita... eu acho lá. (GILVANEIDE)

Em relação à Santa Luzia, tanto Gilvaneide quanto outras pessoas do Talhado, na cidade e na área rural, costumam dizer que não há um preconceito da cidade com relação aos do Talhado, dizem que se dão bem com todas as pessoas, que não têm inimigos. Estas afirmativas não carecem de sinceridade, mas são feitas com muito cuidado, como se temessem, mais do que ferir os sentimentos de alguém, angariar inimizades e atrair sobre si e sobre a comunidade a má vontade de pessoas influentes e de instituições públicas. Por exemplo, no caso em que reivindicam áreas no bairro São José, costumavam dizer que não tinham nenhuma reclamação contra DNOCS e acusavam políticos que já tinham morrido pela indefinição da posse legal das áreas que ocupavam. Claramente não culpavam, publicamente, nem o DNOCS e nem quem estava exercendo algum cargo político ou administrativo por esta indefinição. Em particular, se diziam discriminados e injustiçados, chegando, inclusive a citar os nomes dos culpados por sua situação.

Em momentos de tensão, especialmente quando seu território no bairro foi invadido por não-quilombolas e entre eles, por um breve espaço de tempo instaurou-se um sentimento de *cada um por si...* Ou quando são ofendidos, discriminados, alvos de piadas de mau-gosto... quando se sentiram lesados pela não execução por parte das instituições públicas dos projetos que a comunidade tinha direito... Bem, em momentos assim a cautela foi deixada de lado e fiquei sabendo que se consideram apenas um joguete e/ou um instrumento para o ganho material de outros. Outros que ainda continuam enxergando neles apenas os *negros do Talhado*, e isto tem o significado de *pessoas sem valor*.

Destas situações de preconceito, de abandono à própria sorte, de desamparo pelo poder público e indiferença por suas dificuldades, é que consideram que no Talhado "só tinha sofrimento!". E desse sofrimento é que

nasce o seu sentimento de *revolta*. Sofrimento e revolta, são estes os sentimentos com se caracterizam.

ARUANDA – O FILME DE NORONHA

O filme **Aruanda**, dirigido por Linduarte Noronha, em 1960, conta como se originou a comunidade do Talhado e dificuldade de seus membros para sobreviver numa terra inóspita. Linduarte Noronha abre este filme com um texto que em seguida se torna uma narração, destes, desejo destacar algumas afirmações:

Os quilombos marcaram época na história econômica do nordeste.

O ex-escravo e madeireiro Zé Bento partiu com a família à procura da terra de ninguém.

Talhado transformou-se num **quilombo pacífico** e isolado das instituições do país, perdido nas lombadas do chapadão nordestino, com uma pequena população num ciclo econômico trágico e sem perspectiva, variando do plantio de **algodão** à **cerâmica** primitiva.

Depois da libertação, os antigos escravos tinham conhecimento da existência do sítio de Zé Bento, a serra do Talhado. Muitos tomaram a direção daquelas serras.

Olhando o plantio do algodão, **Talhado procura na argila o único meio de subsistência**. A indústria primitiva do fabrico de objetos domésticos, onde a mulher é a única operária.

A estiagem prolongada, o analfabetismo, a fome, **o isolamento**, obriga-os a uma vida primitiva, a um sistema econômico improdutivo. Formam um inevitável ciclo vicioso, da terra calcinada às feiras livres e destas, ao convívio isolado e pobre da região, no trabalho da cerâmica. Talhado é um estado social a parte do país. Existe fisiograficamente, inexistente no âmbito das instituições. (NORONHA, 1960) (Grifos meus)

Esta, resumidamente, é a visão de Linduarte Noronha. Especula-se que Noronha tenha sido o primeiro a chamar a comunidade de *quilombo*. Este *quilombo pacífico* vivia de plantar *algodão* e produzir uma *cerâmica rústica*. O clima e a terra extremamente secos mostrou-se inviável ao plantio de algodão. Restou a *cerâmica como principal meio de subsistência*. Esta comunidade *isolada* padece de *analfabetismo e fome*, é *real* mas é *ignorada pelas instituições*. Certa ou errada; para o bem ou para o mal, não mais importa. O fato é que a partir dela o Talhado foi identificado como um quilombo. Mas esta identificação ficou clara para o mundo, não para o Talhado. Grande parte dos

moradores nem sabiam o que constava nesse filme que não viram. Os próprios atores, que eram personagens reais representando o papel de seus antepassados, só vieram a assistir ao filme muitos anos depois. Alguns apenas o assistiram 40 anos depois da filmagem.

Na concepção deles, independente de como o Talhado estava ali sendo mostrado, o fato mais relevante é que participaram de um filme que supostamente enriqueceu seus realizadores. Já a comunidade e, principalmente, os protagonistas nada ganharam com isso. Tudo isto deixou, e perdura até hoje, na comunidade um sentimento que é um misto de orgulho, de revolta e de injustiça. A realização deste é, talvez o fato mais marcante da história do Talhado. **Aruanda** os projetou para o mundo; deu a eles uma denominação que veio mexer com a sua identidade e conferiu-lhes um novo status na relação com a sociedade envolvente. Acredito que não preencheu nem o mínimo de suas expectativas de mudanças para a comunidade.



Casas na Comunidade Urbana de Serra do Talhado.

Até onde se sabe, antes do filme não há nenhum registro documental sobre a comunidade do Talhado. Eram realmente isolados, violentos, desconfiados? Desconfiados, se não eram, passaram a ser a partir de então.

Sentem sempre lesados de alguma coisa quando chega alguém querendo entrevistar e/ou fotografa-los, pois acreditam que assim como Noronha ficou rico e famoso com a realização de **Aruanda**, outros seguem no caminho aberto por ele. E eles continuam na miséria.

A saga de Zé Bento retratada em **Aruanda** teve como atores os moradores do Talhado. O casal que representa Zé Bento e sua esposa Cecília foram interpretados por Seu Paulino Carneiro e por D. Maria Sebastiana da Silva. Os filhos de Zé Bento, que aparecem no filme, foram interpretados por Neuza Carneiro e Eric Carneiro.

Contam, ainda, que Seu Paulino Carneiro faleceu acreditando que Noronha não saldou as contas pelo seu trabalho como ator. Eric Carneiro (51 anos), ainda vivo, e que é conhecido de todos como Erico, atualmente mora no bairro São Sebastião, em uma modesta casa de vila com sua esposa e três filhos. Sustenta-se trabalhando em pedreiras, minas ou cerâmicas da região. seu semblante magro é duro e triste; suas mãos são grossas, calejadas e cheias de cortes pelo trabalho diário de cortar e carregar pedras. É irônico que este homem, um personagem símbolo do Talhado, mal consiga sobreviver, sem trocadilhos, do entalhe de pedras. Não confia em ninguém que se aproxime dele para conversar. Seu temor é de ser explorado mais uma vez, como acredita que o foi por Noronha. “Ele veio aqui, fez o filme dele e nem deixou nada pra gente. Nem o sapato que prometeu. Vem tudo [outras pessoas] aqui, querem saber, filmar, e nada pra gente! Eu não quero mais isso, não! Só vêm aqui tirar, depois vão embora”.

Já tínhamos sido apresentados a ele em uma reunião para sondar se o Monte queria ser autorreconhecido como quilombo. Quando voltamos ao Monte algumas semanas depois, para um levantamento genealógico de sua família, esquecido de quem éramos, no primeiro instante mostrou-se um tanto grosseiro, em atitude de quem não queria conversar e nem fornecer informações. Mas logo mudou de atitude quando soube que estávamos ali para ajudar a comunidade no processo de auto-reconhecimento e na organização de uma associação comunitária. Sempre revoltado e desconfiado, apenas nos recebeu em sua casa porque estávamos ajudando a comunidade a dar os primeiros passos para se tornar um quilombo. mas após este primeiro instante

tenso, daí em diante tornou-se bastante amigável, assim como o foi em outros encontros.

Nas conversas com Erico é inescapável ouvir dele reclamações por não ter mudado de vida a partir de sua atuação em **Aruanda**. A mágoa que ele traz dentro de si é realmente muito grande. Acredita que se Linduarte Noronha quisesse poderia ter mudado sua vida para melhor. Relata que só assistiu ao filme 40 anos depois; e que nesta época é que encontrou novamente com Noronha. Lembra que o cineasta ofereceu dinheiro para ajudar a terminar sua casa, mas indignado “com aquela esmola” ele recusou; em seguida aceitou em nome dos irmãos que estavam precisando.

O que é um quilombo? O Talhado era um quilombo? Responde que não sabe. “Quem sabia das coisas de antes era o meu pai, os mais velhos, como Severino [*de Tônia*]”. Em uma ocasião em que estava presente sua filha mais nova, Hilda Maria, esta relatou que não sabia o nome de seus avós. Erico então respondeu que os avós dela eram os pais dele: Zé Bento e Cizia. Apenas alguns minutos depois é que percebeu seu engano. Mas este tipo de lapso eu já tinha notado em outras conversas. É comum ele confundir seus pais verdadeiros com Zé Bento e Cizia que são seus pais em **Aruanda**. A história de **Aruanda** é realmente a história de sua vida.

Eles se reconhecem em **Aruanda**? Diante desta pergunta, invariavelmente, costumam hesitar. Apontam os conhecidos que identificam no filme. Comentam quem está vivo e quem já morreu. Comentam de Erico, no filme, apanhando ovos de passarinho. – “A vida era bem difícil naquele tempo!”. – “Ainda é Sebastião, ainda é!”. – “Mas agora ‘tá muito mudado”. – “Mas continuam, as mininas, lá, no mesmo sacrifício, no mesmo sofrimento. Só ta mais perto da cidade”. A resposta não vem em palavras, mas o olhar diz que concorda. Algum tempo depois alguém diz que “Mudou, mas mudou muito pouco. Antes nós não era gente não... valia menos que bicho”. – “E agora vale alguma coisa, muié? Só num leva a gente porque não tem quem queira”.

Sim, aqueles em **Aruanda** são eles. Mas não gostam de se dizer descendentes de escravos. Afirmam que Zé Bento era livre e que não veio fugido do Piauí. Mas não sabem direito porque tanto interesse neles. O medo é de terem alguma coisa de valor e que isto seja tirado deles. Qual a reclamação por serem chamados de quilombolas?

MOLDANDO A IDENTIDADE QUILOMBOLA

Conta Gilvaneide que, como professora, se esforça para explicar aos seus alunos a história do Talhado, pois eles não têm dificuldade em aceitar a sua condição de negros do Talhado e, agora, de quilombolas. A tentativa dela é para convencê-los a aceitar o que são. Antes do auto-reconhecimento não se falava muito sobre a história da comunidade; e quando esse tema era abordado, o que mais se falava era sobre o sofrimento da população. Diz que ao falar das origens, os alunos “se revoltavam e diziam: - ‘mas por que escolheram este lugar pra morar?!’. Meu pai mesmo dizia, os mais velhos eram doidos subir essa serra pra vir pra cá! Um lugar difícil de chegar água aqui”.

Acho que é porque não entende a palavra, não sabe o que significa ser quilombola... porque não é nem tão assim... ser quilombola é você se valorizar como negro, a comunidade, a gente sabe que a comunidade recebeu esse título por conta dos estudos, da dificuldade, e quilombola quer dizer isso, essa distância entre o meio urbano com o meio rural, quer dizer no meu entender, não sei se to certa (risos). Mas antes não se diziam quilombolas, muitos tinham vergonha até de dizer que eram do Talhado. Era chamado aqui de comunidade do Talhado, sítio Talhado, até hoje ainda tem crianças que vem aqui pra escola, 4, 5 anos que diz – eu não sou quilombola, eu não sou nega! (GILVANEIDE)

De acordo com os relatos de Seu Sebastião Braz, D. Jovelina, Raquel e Gilvaneide, entre outros, “antes de chegar por aqui essa novidade quilombola, nem se falava nisso. Ainda há pessoas, atualmente, que ainda não querem ser quilombolas”. Como era esse Talhado que não se dizia quilombo, o que lembram dele, sempre fragmentos de memórias bem pessoais.

Antes o pessoal daqui, (...) as mulheres daqui elas usavam umas saionas, não era? Eu alcancei a minha bisa, com aquelas saionas rodadas como a gente chama, um pano na cabeça...eu tenho o costume, quando levanto de manhã já tenho a toquinha pra colocar na cabeça, porque eu acho que já é uma tradição, uma coisa que ta no sangue, mas o pessoal daqui perdeu muito a identidade, aquela cultura da roupa, o modo de se vestir, a maneira da festa daqui foi perdendo também, o pessoal puxou muito esse lado da lambada, esqueceu muito o forró, agora que ta voltando a tradição, mas esqueceu. (GILVANEIDE)

Aí toda noite a gente passava nele pedia pra ele contar: Conta a história, conta a história de Cicia! A gente não sabia nem quem era Cicia, que era Cecília, que era a esposa de Zé Bento. Ai ele dizia que ele saia pra buscar o dia: Vamos buscar o dia Cizia! Colocava água numa coringa...nuns tambor feito de couro de...de...de...couro de gado...couro de bode, e saiam batendo, batendo, quando amanhecia o dia, diz que as mulher com as saiona

bem...os homem com as calça virada a perna...a camisa aberta ou amarrada assim...um chapéu de palha , rasgado, na cabeça, eles saia batendo esses tambor. Quando o dia amanhecia eles voltavam; quer dizer, é coisa de matutagem mesmo...porque sair pra ver o dia, quando o dia amanhecia eles voltavam, ficavam em casa descansavam, quando era meia noite, vamo ver o dia... e assim saiam todos os dias buscar o dia.

Um dia a gente saiu, eu e meus irmãos porque a mãe mandou que a gente fosse procurar o que comer porque ela ia ficar em casa ali fazendo a farinha, e que a gente fosse atrás do que come que era pra comer com aquela farinha, que era só o que tinha pra comer. E a gente saiu lá pelo maio daqueles matos. Aí encontramos um ninho de passarinho com os filhotinho tudo ali. Óxe! Nós pegamos e levamos e a nossa mãe fez misturou com a farinha e foi a comida daquele dia. A vida era difícil. Hoje não, o sujeito vai ali na venda e mesmo sem dinheiro traz o que comer. (Seu Damião)

O processo de auto-reconhecimento foi pouco discutido; contam que não pediram a versão deles sobre sua própria historia; ela já era contada fora da comunidade há muito tempo. Não partiu deles a iniciativa. Diz Gilvaneide que tudo “surgiu assim rapidinho, num mês surgiu a palavra *quilombola*, no outro já tava dando encaminhamento ao documento, uma certidão de auto-reconhecimento”. Ela lembra que Seu Sebastião Braz foi procurado e fizeram para ele a proposta de transformar o Talhado em quilombo; sem entender o que estava acontecendo, Seu Sebastião Braz foi procurar Gilvaneide e perguntou:

‘Que que você acha dessa história de dizer que aqui é um quilombo? Aqui não tem senzala’...(risos) ele entendeu assim (risos): ‘Aqui não tem senzala, aqui não tem escravo; não tem nada que lembre um quilombo. Quilombo a gente tem senzala? Onde tem escravo, não sei o quê...aqui não tem nada disso’. Aí eu disse assim a ele: Eles não tão querendo que aconteça, oi, diz que depois do auto-reconhecimento, depois de reconhecer, depois de um documento, não vai melhorar? Vamos deixar fazer do jeito que eles quer pra ver se melhora, deixe! (GILVANEIDE)

A questão é: por que se dizer quilombola? Tinha este nome algum significado para eles? Das conversas e observações que fiz de 2006, não me pareceu que, inicialmente, conferissem algum significado muito diferente daquela definição clássica ou do senso comum, onde estão presentes escravos fugidos que se escondem em um local inóspito, o mato, moram em uma palhoça e se alimentam de milho pilado. Não, nos primeiros contatos que tive com os do Talhado, esta era a idéia que tinham de quilombo. Mudou? Sim, e continua mudando. Por mais que tenha sido imposto este auto-reconhecimento, eles puderam dizer *não*, mas não o fizeram. Por quê?

Pra ver se vinha uma melhoria qualquer... algum projeto, verbas para a comunidade, porque só vinha promessa. Pra gente, se dizer quilombola, tanto fazia...como chamar...agora mudou, porque agora chamam quilombola com amor, e antes chamavam os negros do Talhado com rancor; chamavam com ódio, com, com discriminação mesmo! Chamam com amor, a gente sente que as pessoas chamam quilombola, o pessoal já tem aquele medo de chamar de negro, porque já tem o medo do processo não é? As leis que tem protegendo o negro; eu acho também que os poderes públicos não davam muita atenção não; acho que os poderes só queriam puxar daqui. Cuidado! Senão eles puxa tudo, com serra com tudo, se eles pudessem amarrar assim com um laço... (risos). (GILVANEIDE)

E mudou? “Uma mudança pequena. Teve mudança, mudou, mas mudou pouco”. Sim, da mesma maneira que ocorreu a partir do filme **Aruanda**, o Talhado mudou. Foi, no filme, chamado de *quilombo* (na concepção histórica deste termo), e a comunidade entrou em uma nova era de sua história. Alimentaram ilusões que não se concretizaram. Aconteceu que não conseguiram capitalizar sua nova visibilidade. Quarenta e quatro anos depois, novamente são chamados de *quilombo* (agora na concepção contemporânea deste termo), mas a velha noção de quilombo ainda é forte para eles. E mais uma vez ficam esperando por mudanças; mas as mudanças para eles têm sido mais lentas do que sempre desejaram; têm andado por caminhos que não é exatamente aqueles que eles querem. Mas, se é verdade que a história não se repete, e acredito que neste caso isto é verdade, nestes seis anos de auto-reconhecimento eles, gradativamente, vêm modificando sua concepção de quilombo, da mesma forma que, também, começam a perceber que, se quiserem que ocorram mudanças na comunidade, terão que, entre outras coisas, saber utilizar estrategicamente sua identidade de comunidade quilombola.

Quando, a partir da disciplina Etnologia Brasileira, na graduação, passei a me interessar pela temática da etnicidade, me perguntava o que faz alguém ou um grupo optar por uma identidade étnica discriminada, pouco valorizada dentro de um contexto pluriétnico? Por que assumir uma identidade socialmente inferiorizada? Por que as sociedades mantêm as diferenças étnicas? Esta é uma via de mão única? Um jogo (uma relação) onde só um dos jogadores dita as regras?

Quando pensei as relações interétnicas como um jogo, nem de longe desconfiava que encontraria esta mesma analogia justamente em um dos

autores a partir dos quais passei a compreender as relações interétnicas. Fredrik Barth pondera que,

A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento. Ou seja, é pressuposto que ambos estejam basicamente "jogando o mesmo jogo", e isso significa que há entre eles um potencial para diversificação e expansão de suas relações sociais. (BARTH, 2000, p. 34)

Quilombolas e não-quilombolas, neste caso de uma relação interétnica, numa sociedade poliétnica, compartilham dos mesmos critérios de avaliação. Desta forma, quando os não-quilombolas afirmam que alguém é *negro do Talhado*, tem uma contrapartida, que quando alguma pessoa do Talhado diz *aquele não é negro do Talhado*, assim como não são incluídos, podem, também não incluir. Claro que, como esta é uma relação assimétrica, eles são mais excluídos do que excludentes.

Não, não se pode, nem em sonhos, pensar que o Talhado represente uma estimável força política e/ou econômica em relação à sociedade envolvente; e pelo anteriormente exposto é perceptível que é exatamente o contrário. Mas nesse "jogo", embora numa situação pouco favorável, ele é o adversário necessário para que ocorra a disputa entre os contendores. Por isso se diz que eles "jogam o mesmo jogo". As fronteiras entre os grupos étnicos se mantêm não por sua inviolabilidade, mas sim pelo contato e pela "canalização da vida social" dos grupos. E esse jogo, esse contato, essa canalização da vida social, em outras palavras, a relação interétnica persiste e só é possível por que os grupos em contato compartilham dos "mesmos critérios de avaliação e julgamento". Estabelecidas e aceitas as regras, cada um joga com seus trunfos.

Jogar o mesmo jogo com trunfos diferentes significa a "aceitação do princípio segundo o qual os padrões aplicados a uma dessas categorias podem ser diferentes daqueles aplicados a uma outra". Este é o segundo requisito, ainda de acordo com Barth (2000, p. 37-38), para que surjam as diferenças étnicas. E as categorias as quais se refere, são as categorias de status em que os setores da população são classificados.

O que pretendo dizer é que o Talhado, em relação à sociedade envolvente, está numa posição socialmente desconfortável e que, dificilmente,

poderá reverter esta situação, mas poderá modificá-la, poderá criar estratégias para melhorá-la. Mas ele aceitou, ainda que por imposição, seguir as "regras do jogo", e é com elas que precisa agir⁴⁷. O Talhado terá que desenvolver e aplicar estratégias de utilização de sua identidade quilombola. Para tanto, tem que, primeiro saber que identidade é essa que está portando; tem que defini-la e conhecer o que ela significa, não apenas para si, mas também para os de fora; saber o significado legal agregado a esta identidade. Gilvaneide, entre outros poucos, já percebeu que ela e a comunidade têm que desenvolverem estratégias próprias de ação⁴⁸.

Ainda precisa de quilombola que saiba fazer e acontecer; quer dizer, mudou pouco. Os quilombolas ainda precisam saber a andar com seus próprios pés, que ainda não sabem. Eles ainda precisam de uma bengala pra caminhar, precisam de um guia... (GILVANEIDE)

Segundo ponderei algumas páginas atrás, a luta por seu território no meio urbano é um sinal de que o Talhado começa a andar com as próprias pernas, mas ainda, como diz Gilvaneide, precisa de uma bengala e um guia. No cenário que se descortina, vejo este papel sendo desempenhado pelo Estado. Ao menos no episódio da reivindicação do território urbano é que vem ocorrendo. E o Estado desempenha o papel para o qual ele mesmo escreveu o roteiro. Eis aqui um trecho significativo deste:

O compromisso do Estado para com a proteção dos direitos culturais dos povos indígenas ou afro-descendentes faz da questão territorial uma questão fundamental, na medida em que **o território ocupado por estes grupos extrapola a mera questão das necessidades materiais**. Estes territórios são portadores de marcas referenciais na ausência das quais o exercício dos 'direitos culturais' aos quais alude o art. 215 da Constituição Federal, não poderiam jamais ser exercidos. **Território é memória e mais**

⁴⁷ Utilizo os termos *ação* e *estratégia* pensando estes, baseado em Erving Goffman (1988, p.137-138), como uma resposta à situação de relação interétnica.

⁴⁸ "Pode-se tomar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando uma regra é quebrada surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado". Erving Goffman, 1988, p. 138. A concepção de "jogar o mesmo jogo" utilizada por Barth, acredito provém, ao menos em parte, do pensamento de Goffman, de quem aquele era amigo e admirador. Aliás, ao argumento de que nas relações interétnicas os grupos compartilham idênticos critérios de avaliação e julgamento, Barth (2000, p. 35) acrescenta que "em toda a vida social organizada, aquilo que pode ser tomado como relevante para a interação em qualquer situação social particular é prescrito", e reconhece Goffman como a fonte desta idéia.

do que isso, é a garantia da continuidade física e simbólica destes grupos. (FORTES, 2008, p. 10) (Grifos meus)

Em razão da penúltima declaração de Gilvaneide aqui citada e dos trechos que grifei neste parágrafo de Ester Fortes, antropóloga encarregada de elaborar o RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, peça essencial no processo de identificação, delimitação e titulação do território demandado por esta comunidade, considero importante esclarecer que o ato de assumir uma nova, ou recompor a antiga identidade a partir dos argumentos acima apresentado por Gilvaneide (melhorias, verbas, projetos, note-se que não falam em terras ou território, isto porque não demonstram preocupação de perder estes para outras pessoas), pode ser tomado como simples interesse material.

Ainda que este interesse esteja presente, de forma alguma é desabonador ou invalida os atos e intenções da comunidade. Afirme-se o óbvio: ninguém vive só de ar. Para não cair no simplismo e no reducionismo de dizer que o reconhecimento dos territórios quilombolas e indígenas são uma reforma agrária disfarçada e um assistencialismo, repito a seguir as palavras de Ester Fortes, e assim, explique-se o necessário: **o território ocupado por estes grupos extrapola a mera questão das necessidades materiais e território é memória e mais do que isso, é a garantia da continuidade física e simbólica destes grupos.**

Acredito que estes argumentos e os fatos aqui mostrados, que vêm proporcionando um perfil do Talhado, demonstram que a identidade quilombola que esta comunidade passou a portar apresenta complexidades bem maiores do que a variável “acesso à terra”. Estas, tanto na cidade quanto na serra, diga-se de passagem, não parecem ser tão economicamente promissoras.

Mas, se como acredita Raquel, concordando com Nóbrega, para quem esta identidade quilombola é totalmente alheia ao Talhado, pois foi “construída de fora”, mais uma vez temos que nos dobrar a lógica dos argumentos de Gilvaneide. Pergunta ela: A gente não passou a ser quilombola? Ela mesma responde: Então, a gente passou a ter direitos! Simples, claro, óbvio. Se deram a eles uma identidade, deram a eles direitos inerentes a esta identidade.

O Talhado, ainda que timidamente, passou a reivindicar mais seus direitos, mesmo que não saiba como fazê-lo legalmente. Vêem as coisas que estão erradas, esbravejam, mas quase não agem:

Que aqui só foi assim, registrou como quilombo, mas eu acho que, tem uns que acham isso também, foi só interesse financeiro, em cima da comunidade. É o que eu digo, jogam o laço mas puxa tudo, em cima dos projetos que tem para os quilombolas. Só que enquanto os quilombolas estiverem de olhos vendados e zíper na boca, não vai acontecer nada no quilombo; quando vem a abrir o olho, já tem descido ó (estalos sucessivos de dedos) igual a descida dos morros quando começa a chover, começa a desmanchar..... eu sempre digo; aí o meu esposo diz: você cala a boca, deixe de língua comprida. (GILVANEIDE)

Como deve agir um quilombola? Calar como quer Divalci? Abandonar a bengala e andar com as próprias pernas como sugere Gilvaneide? Professar crenças afro-brasileiras? Vestir-se com roupas coloridas típicas de alguns povos africanos? A comunidade vai ter que encontrar seu caminho, seu espaço, se libertar das correntes, deixar de vez de ser escrava.

ARUANDA – OUTRA VERSÃO

Gilvaneide é a professora da Escola Aruanda no Talhado rural, mas no seu contracheque a função é de merendeira. É ela quem empresta o nome para cheguem projetos na comunidade, sem ser a presidente da ANIRT. É ela resolve problemas relacionados com a escola, como transferências de alunos para a cidade. É uma espécie de porta-voz da comunidade. Mas não pode nada. Se diz limitada por sua condição de negra, pior, negra do Talhado. Esta sua condição é a corrente que faz dela ainda uma escrava. Para ela, mesmo aqueles negros que têm visibilidade na mídia, ocupam um espaço que não faz jus a sua dignidade:

O negro ta tendo mais espaço, mas que tipo de espaço é esse? É um espaço que não ta dando a dignidade que o negro precisa. É um espaço que ta tirando a liberdade; o negro ainda continua preso à senzala, ainda continua sem corrente, mas ainda continua escravo; eu sou uma escrava consciente, eu sou escrava, só que eu sou consciente que eu to sendo escravizada; eu sou consciente que eu estou numa sala de aula, não estou sendo escrava deles, mas estou entre aspas, porque não tem como mudar. (GILVANEIDE)

A expressão *escrava consciente* tanto serve para mostrar a injustiça que considera que fazem com ela, mantendo-a como professora, mas com o salário e o cargo de merendeira – situação esta da qual, há anos, vem tentando sair, sem sucesso – quanto para incentivar seus alunos a caírem nessa mesma condição. Na sua opinião o papel da escola é mostrar para as crianças que “elas têm que valorizar a sua cor, a sua raça; têm que estudar para conhecer melhor, a pesquisar, procurar saber porque: porque negro, porque descendente”. Considera que depois do auto-reconhecimento passou a trabalhar mais com seus alunos a questão da identidade do Talhado, diz que conversa “muito com eles para não perder a identidade, que vai chegar o limite de não ter mais o que lembrar, não”.

Desde o nosso primeiro encontro ela nos viu como possíveis portavozes de suas reivindicações, suas e da comunidade, mas isso só percebi depois de algum tempo. Esta uma atitude que não é empregada apenas por ela. Costumam ver naqueles de fora de Santa Luzia possíveis mensageiros, mediadores de suas reivindicações, daquilo que querem que as instituições tomem conhecimento. Considerar-se uma escrava consciente nas conversas que tivemos, era mais ou menos como dizer: mostra aos outros as injustiças que fazem comigo e com o pessoal do Talhado.

Em alguns momentos acredita que sua situação é fruto de seu temperamento e do fato de falar demais, de não calar o que pensa. E desabafa:

Eu falo demais, eu procuro...eu procuro descobrir o que que ta acontecendo, eu cavo, vou atrás, não quero nem saber, só que... são passos em vão, até que um dia eu consiga, não é possível que eu vou morrer assim, não colocar as coisas do jeito que é para ser. Aí eu digo para Tereza: eu sou consciente do que sou. Eu queria ser contratada como professora; eles que não tem dinheiro para pagar. Não sei mais qual o caminho tomar. Uma pedra no pescoço e saltar no mar eu não vou fazer porque não sei nadar.

Expressa o temor de que a Escola Aruanda venha a fechar as portas por falta de alunos. Afirma que se isto vier a acontecer, ela não pretende permanecer no Talhado, tendo que se deslocar todos os dias para Santa Luzia; prefere ir morar na casa que tem em Santa Luzia. Esta é uma de suas grandes preocupações: o encolhimento demográfico do Talhado rural e sua transformação em deserto. “Aqui eu acho que vai continuar diminuindo. Vai

diminuir porque o pessoal vai desacreditando... nas coisas que são prometidas pra cá e não chega”.

No Talhado, “na época de Damiana, na época do MOBREAL”, existiu uma horta comunitária que atendia à escola, depois, com a escassez de água foi sendo deixada de lado, até ficar esquecida. Recordam que entre 1978 e 1985, este foi um tempo de grandes secas.

Em 2006 foi discutido com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia o projeto para uma nova horta comunitária. Alguns foram a favor, outros foram contra. Por quê? porque o local mais adequado é uma área de herdeiros. Se fosse feita com irrigação, o gasto apenas com canos e uma bomba consumiria toda a verba do projeto.

Existem no Talhado alguns painéis de energia solar instalados próximos da barragem. Mas estão desativados; o motivo ninguém sabe. Foi proposto, também, um projeto para a construção de um galpão como o que foi feito na cidade, mas a comunidade não quis.

Veio um projeto aqui de criação de galinha, a gente passou por uma capacitação de uma semana...não vingou! Ninguém sabe onde o dinheiro ficou. Veio outra pra tecelagem de rede, um valor bem alto, ninguém sabe onde ficou... ninguém sabe pra onde o dinheiro foi. E vários... de costureira... de vários e vários projetos que chega aqui dizendo...todo mundo assina, tudo bem bonitinho, já tá o dinheiro já tá depositado, não sei o quê, tudo bem bacaninha...na realidade só no papel, não chega nada aqui. Então, se vem... vamos atrás e vamos começar a cobrar. Por que que não chegou isso? Não era até pra tal dia? Por que que não já fez? Porque que não veio? E vamos começar a cobrar. Se é nosso vamos puxar pra cá.
(GILVANEIDE)

Mesmo o orelhão que a comunidade solicitou não foi instalado, depois de terem feito o projeto e ter sido tudo acertado, porque não tinha um mínimo de mil pessoas na comunidade. Enfim, lembram de inúmeros projetos propostos para a comunidade, lembram de capacitações que lhes foram ministradas, mas não lembram de nenhum projeto que tenha sido implantado e tenha dado certo, que tenha gerado trabalho e renda para os do Talhado.

Nem o cemitério que é uma antiga reivindicação e que foi prometido ainda na década de 1970, não foi construído. E onde enterram os mortos? Em Santa Luzia. Lembram que eram levados enrolados em uma rede:

Antes morria muita gente aqui, eles levavam a pé, amarrados num pau, lá na rede, mas depois de 85 pra cá não morre mais ninguém aqui não, só se for assim de surpresa, quando adoecer leva para já morre lá no hospital, ou campina grande ou patos, e lá mesmo os familiares providenciam o sepultamento. (GILVANEIDE)

Relata das famílias que, sistematicamente, estão indo embora porque já não há mais nada para se fazer no Talhado; porque já estão, os mais velhos, aposentados; porque os filhos foram embora em busca de trabalho; porque não se produz mais nada lá em cima da serra; porque não chegam alternativas de trabalho.

Eu acho que aqui vai virar deserto, vai chegar o tempo de não ter ninguém aqui, não. Tem muitos alunos aqui que diz: eu só queria ficar maior para ir embora, porque de menor não trabalha; tem essa lei trabalhista que não aceita de menor. Ai eles fica revoltado: quando eu ficar de maior eu vou trabalhar; principalmente os homens, não é, que os homens tem assim, eles tem mais liberdade, mulher não, e as mulheres daqui é o seguinte: 15, 16 anos já ta procurando casamento, aí essas é que é fácil arruma um marido, casar e ir embora. (GILVANEIDE)

Quando subi a serra a primeira vez, foi num fim de semana. Explicaram-me que esse era o motivo de naquele dia de sábado, eu não ver muita gente lá em cima. Era dia de feira, dia de ir a Santa Luzia fazer compras e resolver alguns negócios pendentes ou rever parentes na cidade. Mas em outras vezes que fui dia de semana, também presenciei a mesma escassez de pessoas.

Quando fui conhecer roçados; o local de exploração de granito; as explorações abandonadas de quartzo e caulim; a escola, nunca vi muita gente por lá. Tudo isto me condiciona a concordar com Gilvaneide sobre a possibilidade de o Talhado rural se transformar num deserto demográfico. A ausência de atividades produtivas no meio rural, é sabido, não permite que o homem fique preso à sua terra.

Não mais se produz louça; os músicos, para sobreviverem de sua arte, precisam sair da serra; o algodão, desde os tempos de Linduarte Noronha e seu **Aruanda**, é uma cultura incerta como o regime de chuvas; os jovens, ainda que amem a sua terra natal, não encontram nela possibilidade de ali se manterem.

Alguns que foram embora como casal formado por Seu Damião e D. Maria Rita que moram no bairro de São José, sempre me diziam que sentiam

saudades do Talhado e que se pudessem voltariam a morar na serra. “Olha Luiz” me explica D. Maria Rita, “aquilo lá com água, não há melhor lugar pra se viver não! Lá é bom demais!”. Um dia chego a Santa Luzia, e como sempre, passo na casa deles para cumprimentá-los e, surpresa! Conta-me Janaína, sua neta, que eles foram morar novamente na serra; mas que no final de semana eu poderia encontrá-los na cidade. De fato isto veio a acontecer, e nesta ocasião me contaram, entusiasmados, que apesar de velhos e sem precisar mais plantar para viver, estavam lá em cima e tinham feito roçados com feijão, milho e jerimum. Estão felizes? “Demais! Você tem que ir passar uns dias lá com a gente, comer um feijão”. Convite aceito, encontro marcado para o fim das chuvas, “porque a estrada fica intransitável e perigosa”. Antes disso, em nova viagem a Santa Luzia encontro-os novamente morando na cidade. “Lá tá difícil de viver, a vida é muito sacrificada. A gente não se acostuma mais, não”. Quem vai embora, mesmo com saudades, quando volta não quer mais ficar lá em cima.

Se Gilvaneide diz que não fica se a escola fechar, seu marido já não pensa da mesma maneira. Divalci, filho de Seu Sebastião Braz e de D. Jovelina, diz que fica no Talhado enquanto seus pais ainda estiverem vivos. O casal tem mais 11 filhos, dos que ainda moram lá, todos compartilham a mesma opinião do irmão Divalci. Gilvaneide, contando a opinião de seu marido diz que “os filhos dizem todos a mesma coisa, se os velhos desaparecerem, pronto, fechou o Talhado de cadeado, os que moram lá não voltam pra cá, os daqui vão embora”. Torna-se mais circunspeta, Gilvaneide, e fala mais pausado para mostrar que o que diz não é apenas força de expressão:

Eu digo que se vocês forem vivos daqui alguns anos, e eu também, se vocês voltar aqui e me encontrar de bengala. Vocês voltarem um dia como Linduarte, veio fazer o filme aí e ele ainda voltou pra vim rever o pessoal, vocês vão dizer: quem era o Talhado, quem foi, eu sempre costume passar aqui, vocês ainda vão dizer, o Talhado que foi, ainda vai dizer isso, o Talhado que foi, o Talhado que era. Aqui ainda vai voltar ao mesmo de antes: índio, onça, os animais selvagens, vai voltar ao mesmo que era antes, que aqui tinha onça, tinha leão, índio; segundo conta eles os mais velhos, os mais velhos passavam que tinha índio, tinha um que chamavam o Cabocio Brabo, acho que vai voltar, pode não voltar porque os índios tão se acabando, mas acho que os animais vão voltar.

Várias pessoas do Talhado com quem conversei, na cidade, expressaram a vontade de um dia voltar para o Talhado. Diziam que se

puddessem voltariam para o Talhado, para no morar no sítio que deixaram na serra. estas mesmas pessoas , em outras ocasiões, afirmavam exatamente o contrário. Estavam mentindo? Não. Com o tempo percebi que estas pessoas expressavam este desejo, muitas vezes, em momentos de saudades dos velhos tempo, por nostalgia da infância, por insatisfação e/ou aborrecimentos que estavam vivenciando. “Quem sai daqui não quer mais voltar”, afirma Lúcia. O tempo responderá se Gilvaneide está com a razão, ou não.

Mas se estiver, acredito que será apenas em relação ao fato de que os moradores antigos do Talhado não mais serão lá encontrados, e nem seus descendentes; pois terão deixado seu local de origem. Mas a comunidade do Talhado ainda vai existir por um longo tempo. O Talhado, antes de deixar de existir como teme Gilvaneide, hoje ampliou suas fronteiras e se espalha pela área urbana de Santa Luzia. Assim como já levaram o Talhado para Santa Luzia, a memória deste lugar vão levar com eles, pois estão descobrindo o valor desta no seu processo de autoidentificação.

A imagem do Talhado no alto da serra que trazem na memória ainda vai durar por muito tempo. Esta é uma imagem que não está mais apenas na lembrança dos talhadinos. Com **Aruanda**, bem como através das inúmeras reportagens, fotos e vídeos já realizados sobre ele. A imagem e a memória sobre eles já não está mais apenas em suas lembranças.

Talvez este seja um dos motivos que fazem com que eles reclamem tanto do fato de se fazer e levar embora, imagens e narrativas sobre eles. Seria a revolta e o temor de que se faça com isto uma interpretação, uma representação alheia à vontade deles?

Manoel de Barros é um poeta mato-grossense que publicou um livro cujo título é **Memórias inventadas: a segunda infância**. Jogando com as idéias numa linguagem criativa, afirma ele que “Tudo que não invento é falso”. Esta obra é composta por fragmentos de memórias localizadas em um tempo sem tempo. O livro foi editado e impresso em páginas soltas que permitem que seja lido na ordem que o leitor desejar, da mesma forma que nossa memória é acionada aleatoriamente, sem ordem cronológica. Os grupos são grupos porque instauram regras. Então, para os agora quilombolas talhadinos existe uma forma pela qual são feitas as narrativas.

O que vem a ser importante para guardar na memória é lembrado e narrado nos termos daquilo que o grupo considera importante como conhecimento. É preciso não esquecer que o Talhado é um grupo que sempre foi pensado (por si e pelos outros) à parte da sociedade envolvente. E ainda que esta relação se mantenha com aproximações e distanciamentos; com regras compartilhadas; com um espaço comum dividido para cada grupo (territorializado) mas estreitamente conectados e dentro de um mesmo contexto histórico; nas relações destas sociedades entre si e com aqueles que vêm até eles para tentar compreender suas relações, como a academia ou o Estado, por exemplo, se defrontam diferentes tradições de conhecimento.

Portanto, não é possível pedir a eles que lembrem e que narrem suas memórias da mesma forma que nós fazemos. A cidade de Santa Luzia pode ser considerada aquilo que costumamos denominar de "uma típica cidade do interior", e apesar de se orgulhar de sua "urbanidade", a sua economia está baseada, principalmente, na agropecuária, e as suas tradições ainda são fortemente marcadas pelo ethos da ruralidade. Isto faz com que uma considerável parte de sua população, entre ela muitos dos membros do Talhado, marquem o seu tempo pelo tempo da natureza, pelo tempo das colheitas, pelo tempo das estações do ano, pelo tempo das festas, pelo tempo dos nascimentos; das boas e das más safras; dos anos secos e dos anos chuvosos; das promessas feitas e das graças alcançadas; da fartura e da escassez; pelo tempo das alegrias e das tristezas. São lembranças de datas, ou melhor, de tempos sem datas, sem números. São histórias que talvez não se encaixem nas nossas cronologias; que não fazem sentido nem se ajustam naquilo que chamamos de "fatos relevantes" – mas acho que seria interessante analisar o quanto são "revelantes" do modo de ser e pensar daqueles os guardam em suas memórias. São lembranças, como recordava e contava Seu Isaias para sua neta Gilvaneide, que não as esquece e hoje ainda lembra e conta para mim:

A história de Zé Bento ele não contava. O meu avô que ele contava umas histórias assim engraçadas, não sei se porque ele contava só pra gente rir, que ele contava uma história que eles saiam, mas hoje ela já tá com 85 anos, foi o que a minha mãe falou que ele virou criança... não é nem criança. [O nome dele é] Isaias, ele contava que eles saiam pra ir buscar o dia, não é? Uma coisa de pessoas beem matuta mesmo! Saiam pra ir ver o dia,

quando o dia começava a clarear eles bateram nos tambor, voltavam... Eu não sei se essa história que ele contava se eram coisas verdadeiras ou se eles contavam só porque tavam os netos tudo ali ao redor, ele contava só pra...pra gente achar engraçado. (GILVANEIDE)

Histórias como esta; lembranças e narrativas do “tempo quando...” havia: “uma seca braba”; “nóis passava muita fome”, “tinha os forró na casa de Ciço Beto”; “quando aparecia um fotógrafo”; foi que me fizeram perceber que não podemos, que eu não posso, pedir que eles compartilhem e se expressem segundo fazem os de Santa Luzia e, menos ainda, da nossa forma de guardar lembranças e evocar memórias⁴⁹. Suas memórias são “inventadas” de acordo com o modo que inventam e vivem suas vidas; suas memórias são narradas “costuradas” segundo sua lógica, segundo seu tempo. Por isso que digo que são como as folhas soltas do livro de Manoel de Barros, que podem ser lidas em qualquer ordem e narram o que é significativo para quem recorda de seu conteúdo.

Abrindo parêntese. Mas mesmo entendendo que há memórias e memórias, ainda assim penso que seria interessante conhecer melhor seu processo de lembrar e narrar. Histórias como esta, são histórias que têm um significado individual, familiar, grupal, que têm importância para eles enquanto uma história que diz algo, com um significado pelo que ela está contando, por um fato que se deseja lembrar, ou é uma história que fala de alguma coisa qualquer para não falar aquilo sobre o que se quer calar? Fechando parêntese.

Gosto de pensar o Talhado deste modo não por capricho, mas porque meu convívio com esta comunidade foi mais ou menos assim, desejado mas não formal. As conversas que tive com eles correram ao sabor da memória

⁴⁹ Guardando as devidas proporções, me acode à memória a indagação/proposta de Barth (2000, p. 141-165) para que possamos (como) construir “uma antropologia social que desenvolva sínteses regionais e históricas, e com isso adquirir o caráter dinâmico necessário para dar conta de uma humanidade variável e em transformação? (...) Quais os processos sociais e culturais que estão por trás de uma história que, a partir de idéias, imagens e elementos próximos, constrói formas sociais e culturais tão diferentes?” Barth, então, ensaia uma resposta através de exemplos coletadas em suas pesquisas em Bali e na Nova Guiné. Os exemplos são as diferentes tradições de conhecimento e de sua transmissão entre os povos destes lugares. “A idéia básica adotada pelos habitantes dessa região da Nova Guiné parece ser a de que o valor do conhecimento aumenta quando ele é oculto e compartilhado com o menor número de pessoas possível. (...) Em Bali encontrei uma visão muito diferente, quando o guru Ali Akbar, um mestre balinês muçulmano, explicou-me as premissas por ele adotadas. Segundo ele, “só há mérito, mesmo no mais profundo dos conhecimentos religiosos, se você o *ensina* a alguém”. Estes são excertos retirados do artigo *O Guru e o iniciador*. Como toda analogia, esta entre o modo de ser/conhecer do Talhado e o de Santa Luzia e entre o modo de ser/conhecer de Santa Luzia (incluindo o Talhado) e o da nossa sociedade (na qual está incluída Santa Luzia, daí a inexistência desta analogia) carece de precisão e é muito limitada. A intenção é a de chamar a atenção para o descompasso que, acredito, deve existir entre as narrativas de vida/mundo, as quais nos levam a vê-las como diferentes apesar da estreita relação/interpenetração que existe entre todas elas.

deles. Tantas vezes fiz um roteiro de coisas sobre as quais esperava que me falassem, e na hora da conversa não a direcionava para os assuntos que tinha predefinidos porque me deixava levar por aquilo que eles queriam falar.

Conta Manoel de Barros, em uma das tantas folhas soltas de sua memória, que,

Eu não amava que botassem data na minha existência. A gente usava mais era encher o tempo. **Nossa data maior era o quando.** O quando mandava em nós. **A gente era o que quisesse ser só usando esse advérbio.** Assim, por exemplo: tem hora que eu sou quando uma árvore e podia apreciar melhor os passarinhos. Ou tem hora que eu sou quando uma pedra. E sendo uma pedra eu posso conviver com os lagartos e os musgos. Assim: tem hora eu sou quando um rio. E as garças me beijam e me abençoam. Essa era uma teoria que a gente inventava nas tardes. Hoje eu estou quando infante. Eu resolvi voltar quando infante por um gosto de voltar. **Como quem aprecia de ir às origens de uma coisa ou de um ser. Então agora eu estou quando infante.** Agora nossos irmãos, nosso pai, nossa mãe e todos moramos no rancho de palha perto de uma aguada. O rancho não tinha frente nem fundo. O mato chegava perto, quase roçava nas palhas. (MANOEL DE BARROS) (Grifo meu)

Estes foram os tempos das coisas que me contaram. Poucas vezes as datas foram “mil 900 e tanto”. Assim, “quando eu fui para o Rio de Janeiro”; “quando eu vim para Santa Luzia”; “quando nasceu aquele meu minino”; ou, ainda, “no tempo do padre Joãozinho”, “no tempo que eu fiquei internado em Patos”, são estes os tempos das memórias do Talhado. As lembranças estão lá, com tempo e paciência seria possível acessá-las.

Por que não lembram; por que querem esquecer; por que não querem contar suas histórias? É um tesouro que temem perder, como pensam que lhes foi roubada a história contada em **Aruanda**; como as imagens que levam deles em fotos e filmes e nada ganham em troca; como as verbas de projetos que nunca chegam? São perguntas que eles precisam responder para eles mesmos, para que não percam suas raízes, como alerta D. Maria Justina. O seu passado, a sua história não deixou de existir, mas não pode ser esquecida. O que não se fala, o que não se inventa, não existe. A falta de evidências sobre seu passado, não evidencia a inexistência desse passado.

Lembrando de **Aruanda**, quero reiterar que depois deste filme proliferaram reportagens sobre o Talhado; e nas últimas duas décadas tornaram-se comuns a realização de vídeos que procuram mostrar a vida e os moradores do Talhado. Tão grande é a procura da imprensa e da academia

pelo Talhado, que quando os membros deste não estão irritados com isto, pensam eles mesmos em fazerem a sua “reportagem” ou o seu filme sobre sua comunidade. Maria do Céu que é a presidente da Associação do Talhado urbano e por isso sempre escolhida para falar em nome da comunidade, é ela quem, indefectivelmente, aparece em grande parte desses vídeos. Atende sempre com boa vontade e tem como única exigência que mandem uma cópia para a comunidade, sejam trabalhos acadêmicos, reportagens em jornais ou os vídeos.

Sempre gostei de conversar com Céu não apenas por sua simpatia ou porque ela sempre falou de tudo sobre o Talhado e sua vida, mas, também, porque quando ela está contando alguma coisa, não poucas vezes sua narrativa, além das imagens diretas e cruas sobre sua comunidade e sobre sua vida, costumavam evocar em minha mente imagens e teorias outras que nunca pensei em associar ao Talhado. Assim foi com Paraíso Perdido (embora outros já tivessem me contado sobre a migração da serra, foi com o relato de sua vinda para a cidade que comparei esta retirada com a saída dos “pais da prole humana do éden); com a Divina Comédia (quando falou o quanto a sua vida fora um inferno e o quanto já errara, antes de trilhar seu atual caminho como louceira e encarregada do Galpão e Associação do Talhado Urbano); e depois, com a sua idéia de fazer o seu próprio Aruanda, quando me veio à lembrança a descrição e a análise feita por Michel Foucault do quadro Las Meninas, de Diego Velásquez, em **As palavras e as coisas** (1999 [1966], p. 3-21).

No quadro, Velásquez está pintando uma cena em que ele próprio aparece pintando essa cena. Foucault considera que Velásquez convida o espectador, para o qual o olhar do pintor e a tela se dirigem, a participar da representação de uma representação (a maneira pela qual uma sociedade representa o mundo). Ou seja, quem pinta sabe da presença do espectador e estabelece uma relação com este; mas o espectador é o único que está ausente, foi elidido da representação, e “livre, enfim, dessa relação que a acorrentava, a representação pode se dar como pura representação” (p. 21).

Maria do Céu, quando indagada sobre como gostaria que fosse feito um filme sobre o Talhado, respondeu que imagina que,

Se fosse pra fazer um filme eu contaria do antes, o que aconteceu com a gente **quando** a gente morava lá no sítio, e **agora**, o **depois**. Porque o

CAPÍTULO 4. ANUNCIAÇÃO E ENUNCIÇÃO

4.1. NOMINAÇÃO

O nome é em certo sentido a própria coisa; dar nome às coisas é conhecê-las e apropriar-se delas; a denominação é o ato da posse espiritual.
Miguel de Unamuno

Onde, quando, quem começa um processo? Um fato destacado no tempo e no espaço é simultaneamente causa e consequência de uma série de outros fatos. Destacá-lo destes outros fatos, colocá-lo como ápice, como o divisor de águas, o ponto de partida ou de chegada em um processo é o resultado de dar significado diferente a diferentes fatos.

O que é um processo? Entre muitas definições uma possível é dizer que se trata de uma seqüência de estados e mudanças. Qual estado ou qual alteração de estado caracteriza um processo? Destacar um é uma escolha aleatória e depende do interesses de quem escolhe, depende do significado que algum aspecto do processo tenha a quem a ele se remete.

Um processo tem o seu desenrolar no espaço e no tempo. O seu desenrolar no espaço é o que chamamos de história. A concepção de processo é muito próxima à perspectiva temporal, histórica, mas não deve ser confundida com esta, pois processo aqui diz respeito à diversidade de significados que a identidade quilombola apresentada neste estudo assume para seus detentores; e também à diversidade de elementos e dimensões sociais que contribuem para a adoção desta identidade.

Na primeira parte deste trabalho não deixam de transparecer referências à perspectiva temporal, afinal não se pretende, desta pesquisa etnográfica, alijar as perspectivas históricas, pois durante sua realização, pude perceber o quanto importante é a história na construção da representação que cada grupo tem sobre si e sobre o outro. Lembro que Fredrik Barth (2000) mesmo questionando a ênfase que se dava à definição interna de um grupo, mantém a idéia mais processualista que é fundamental à dimensão temporal das trocas e fluxos que ocorrem entre os grupos étnicos.

Destarte, faço menção à história do Talhado porque a perspectiva

mas o significado a ele hoje atribuído em oposição aos significados anteriores que ela tinha para o grupo em questão. Afinal, a permanência de um grupo étnico no tempo e no espaço não significa que o referido grupo, mesmo ainda se pensando como tal, tenha mantido intactas suas concepções. Como muito bem percebeu Max Weber (2004 [1922], p.270) ainda no início do século passado – e que para infelicidade das teorias sobre a etnicidade permaneceu solenemente esquecida –, “a **crença** na afinidade de origem – **seja esta objetivamente fundada ou não** – pode ter conseqüências importantes particularmente para a formação de comunidades políticas”, os grifos são meus.

E é disto que trata este trabalho, do processo de formação da identidade quilombola do povo do Talhado. Então, como determinar o início deste processo (o de auto-reconhecimento, em seu sentido histórico)? Esta questão, apresento-a em função da dúvida que a sociedade de Santa Luzia levanta quando quer deslegitimar os direitos e a identidade da comunidade do Talhado. Tática recorrente entre grupos opostos em disputas por territórios, identidades ou direitos, como relatam, entre outros, Barcellos (2004), Carvalho (1995), Leite (2004).

É por isto que falo em História e Processo, não penso que sejam diferentes, apenas quero chamar a atenção que a história que conta a origem do Talhado e o coloca como quilombo, origina-se, em boa parte, de pessoas de fora do Talhado. E também ocorre o mesmo em referência ao processo – no sentido de *procedimento*, de *ação* - de auto-reconhecimento. E costuma separarem-se os dois, como se houvesse de um lado a história e de outro esta ação de auto-reconhecimento, independentes um do outro.

Se o processo histórico do Talhado, como quilombo, começar com o processo de auto-reconhecimento, então, ele não seria quilombo, é o argumento de vereadores e alguns historiadores envolvidos neste campo; o processo (procedimento ação reivindicatória) teria começado em 2003 e não configuraria um quilombo histórico. Opõem-se a este auto-reconhecimento porque ele implicou em direitos para o Talhado.

Mas quando da solicitação para o reconhecimento, quando não se sabia que isto demandaria em direitos para esta comunidade, e sim que sua história como quilombo poderia incrementar o turismo na região, então, o processo

(histórico) teria começado em meados do século XIX – Zé Bento chegando ao Talhado.

Deste modo, penso que para compreender, em parte, a recomposição da identidade quilombola do Talhado, é preciso, mostrar agora, ainda que de maneira sucinta, este processo histórico (que inclui o processo *ação para um auto-reconhecimento*). E onde começa esta história? Ainda de acordo com Weber, na crença em uma comunidade de origem, ou seja, onde se quer acreditar que ela está. Tal como em muitas narrativas sobre a criação do mundo, o Talhado vem à luz por uma palavra. A gênese judaico-cristã do universo também está entre estas narrativas criacionistas pela palavra: “no princípio era o Verbo”, diz o apóstolo João em seu evangelho. No Talhado encontramos uma franca adesão a esta crença, através de sua vertente católica. Quando e por quem ocorreu a verbalização que criou o Talhado?

O TEMPO E A CRIAÇÃO

Peço um pouco de paciência a você leitor destas páginas, mas tal como as memórias soltas no tempo do poeta Manoel de Barros, assim são as memórias do Talhado. Tal como o livro mencionado deste poeta, em que as folhas estão soltas e podem ser lidas em qualquer ordem, assim o Talhado me apresentou suas memórias, e assim eu as venho expondo aqui.

A paciência que vos peço é para me acompanharem na exposição de uma outra concepção de tempo a partir da qual, também, pretendo associar ao tempo do processo de formação do Talhado. Sim, embora cite autores ligados às ciências naturais, a intenção não é fazer um paralelo do tema desta dissertação com eventos biológicos ou geológicos. O que interessa reter desses autores é apenas a noção de tempo por eles discutida.

Em meados do século XIX um problema teológico preocupava o mundo e obteve respostas até daqueles que, em geral se mantinham afastados de tais querelas, como os cientistas. A indagação que se pretendia responder era se Adão tinha umbigo. Por mais esdrúxulo que hoje nos pareça, este problema tirava o sono de muita gente, e este tempo não dormido era dedicado a arquitetar respostas sobre a anatomia do primeiro homem.

Entre tantas explicações simplórias, ingênuas, antropocêntricas (atribuíam comportamentos humanos a insetos) e/ou metafísicas⁵⁰ de comportamentos animais irracionais, quero destacar a defesa do criacionismo, e o conseqüente rebate às ideias evolucionistas feita pelo naturalista inglês Philip Henry Gosse, que publicou em 1857 um livro com o título de **Omphalos** (umbigo, em grego) e o subtítulo de *an attempt to untie the geological knot*. Cálculos de teólogos feitos a partir de fatos bíblicos atribuíam uma idade de 4000 anos ao mundo. Geólogos e paleontólogos postulavam, a partir de fósseis, uma idade de bilhões de anos. A imprensa da época ironizava dizendo que Deus teria colocado os fósseis sob a terra para testar a fé dos cientistas.

Comentando esta obra de Gosse, o escritor argentino Jorge Luís Borges nota que o inglês pegou o tema do umbigo de Adão e o vinculou ao problema principal da metafísica, o tempo, e pergunta Borges (2002, p.44): *Cómo reconciliar a Dios com los fósiles, a Sir Charles Lyell com Moisés?*⁵¹ Na concepção de Borges a resposta de Gosse foi assombrosa. Propôs este naturalista um tempo causal, infinito que teria sido interrompido pelo ato pretérito da Criação. Explica Borges:

El estado *n* producirá fatalmente el estado *v*, pero antes de *v* puede ocurrir el Juicio Universal; el estado *n* presupone el estado *c*, pero *c* no ha ocurrido, porque el mundo fue creado en *f* o en *h*. El primer instante del tiempo coincide con el instante de la Creación... (BORGES, 2002, p. 44)

Esta é a tese de Gosse resumida por Borges (2002, p. 45): *lo inconcebible de un instante de tiempo sin otro instante precedente y otro ulterior, y así hasta lo infinito*.

Esmiuçando o já bem explicado, para Gosse a ironia da imprensa era um fato que ele levou a sério. Tanto que este era um dos seus argumentos quando questionado a respeito destes fósseis: *Deus os espalhou pelo mundo durante a criação*. Ele não estava sendo hipócrita, irônico ou sofismando, esta era a sua crença, por isso mesmo essa resposta forçada sobre Deus ter criado, também, os fósseis. Deus deu umbigo a Adão para que este fosse o modelo de homem que seus descendentes perpetuariam. Em Sua Divina Providência Deus não quis fazer e dar ao homem um mundo surgido do nada, assim

⁵⁰ Para maiores detalhes consultar a obra *Hen's teeth and horse's toes* (1994), de Stephen Jay Gould.

⁵¹ La Creación y P.H. Gosse, In: *Otras Inquisiciones* (2002) [1952].

disseminou pela Terra sinais de um tempo passado que nunca existiu. Criou e implantou uma memória de um mundo inexistente. Mas o homem acredita nesta memória e nestes sinais (*criados, e não surgidos de um processo*), os quais demonstram sua própria sabedoria e a coerência das coisas e acontecimentos estipulados por Deus. A interpretação praticada pelo homem é que gera tantas confusões. A intenção do Senhor foi positiva e generosa.



Serra do Talhado.

O americano Stephen Jay Gould, biólogo e historiador natural, também se interessou pelo fracasso editorial, na época de seu lançamento, que postumamente acabou ganhando várias edições em função da retomada, no final do século XX, das discussões entre criacionistas e evolucionistas. Gould, em **O sorriso do flamingo** (2004), onde, a exemplo de Borges, dá uma especial atenção a esta tese tão absurda de Gosse – e que apesar dela, não diminui o valor que este tinha como um dos melhores naturalistas descritivos de sua época – nos fornece mais detalhes sobre a concepção de tempo esboçada por este⁵².

⁵² Para Gosse os organismos estão sujeitos a dois tipos de tempo: a) o tempo procrônico, no qual as criaturas são apenas umas ponderações de um Ser Supremo; e b) o tempo diacrônico, este é o tempo

Enfim, por que falar aqui em Gosse, Borges e Gould? A analogia que faço deriva, em especial no que se refere à dimensão temporal, da recorrência desta no contexto aqui abordado. Como pretendo mostrar daqui em diante, neste universo em que se encontram o Talhado e Santa Luzia, um observador se vê a cada momento confrontado com narrativas que buscam a origem, a verdade, o tempo exato dos fatos que são marcantes neste processo de auto-reconhecimento da identidade quilombola do Talhado. O processo de construção da identidade quilombola do Talhado possui uma dimensão temporal que, acredito, possibilita uma compreensão, senão melhor, pelo menos mais completa, porque traz para campo os elementos exógenos ligados a esta identidade; os quais são importantes referências para a construção, e compreensão, daquela. E talvez, também, chamá-los (os elementos temporais, como a história e a memória) é recuperar uma dimensão contida no pensamento social partilhado de identidade e raça, e origem, e evolução, e caminhos necessários.

TEMPO DO GRUPO ZUMBI DOS PALMARES

Passando diretamente ao caso aqui estudado – a identidade étnica do Talhado, a qual se dedicaram pesquisadores como Santos (1998) e Nóbrega (2007) e que continua sendo debatida igualmente pela comunidade bem como pela sociedade envolvente, mesmo passados já cinco anos da emissão da certidão de auto-reconhecimento –, a questão que ainda se tenta responder no debate sobre esta identidade, para autores como Nóbrega e, em certa medida, outros intelectuais nativos da região, é se o Talhado foi mesmo um quilombo – e isto é que nos motiva a pensar no que se depreende, em termos de conseqüências, se tal resposta se faz positiva ou negativa. Quem disse que o Talhado é um quilombo? Os seus membros chegam a mencionar que atualmente ou num passado distante o Talhado é ou foi um quilombo? Parece um “rastros” que vale a pena ser seguido, pois nos levará a “caças” de bom tamanho.

dos episódios vividos pelos seres vivos. Desta forma, segundo a tese de Gosse o umbigo de Adão existe no tempo procrônico; já a existência de Adão no Paraíso e depois no mundo é diacrônica. Os seres são criados pela Consciência Divina já dotados dos signos de sua existência procrônica.

Relatam-nos alguns moradores dos Talhados com quem conversamos que eles têm dúvidas se realmente o Talhado começou como um quilombo. Aqui é importante observar que para estes a noção de quilombo passa a ser algo no/do presente e que se faz constituir a partir de outros nexos, em oposição aos que lhe tinham atribuído no passado, pois quilombo remetia à idéia de escravidão e de senzala.

Outros, mesmo com dúvidas, recuperam e relatam a lembrança de antigos moradores que afirmavam que sim, o Talhado seria um quilombo; mas estes, todos já falecidos, têm sua versão contestada e são apontados como “contadores de histórias”, como pessoas que “gostavam de fazer brincadeiras”. Esta maneira de se referir àqueles que alguma vez chegaram a mencionar que o Talhado foi um quilombo parece ser uma forma de desacreditar as afirmações deles. E porque eles desacreditariam os de sua própria comunidade? Talvez por não entender o que é um quilombo. Talvez por temer um passado quilombola. Talvez por disputas internas. Talvez porque esqueceram tal passado. Talvez por disputas de memórias.

Resta o fato de que o Talhado hoje é oficialmente reconhecido como quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP); e é importante perceber que a ação e a atuação da FCP se faz a partir de um campo atravessado por diversos atores e demandas, o que implica num distanciamento que é preenchido por elementos e lógicas que são próprias ao universo de Santa Luzia. A demanda pelo auto-reconhecimento, até onde me foi possível perceber em conversas com pessoas da comunidade, não foi iniciativa deles.

Em novembro de 2006, depois de estabelecidos os primeiros contatos, um mês antes, com os moradores do Talhado, fomos novamente ao alto da serra. Visitamos novamente seu Sebastião Braz e sua família. Mas desta vez conhecemos também uma filha sua, netos e uma nora. A filha, Lúcia, já foi professora no Talhado. A nora, Gilvaneide, é a atual professora e uma das líderes da comunidade. Foi ela quem nos contou que foram procurados em 2004 por uma ex-integrante do movimento negro – nesta época o GCNZP (Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares) que se constituía no movimento negro de Santa Luzia já havia se dissolvido – a qual acreditava que eles eram “resquício de um antigo quilombo”, e que membros da sociedade de Santa Luzia estavam trabalhando junto a FCP para que fosse realizado o

autorreconhecimento do Talhado, mas que a comunidade precisava participar de reuniões para ser esclarecida do que significava receber esta certidão de comunidade descendente de quilombo e dizer “sim” – ou “não” – a esta proposta.

Quem quiser, pode ver este momento como aquele “instante inconcebível de tempo sem outro instante precedente e outro ulterior” postulado por Gosse. É possível considerar que o instante de construção de uma identidade quilombola pelos membros do Talhado estaria localizado “aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois, às quatorze horas”, que é o momento quando os participantes do GCNZP discutindo, no salão de Santa Clara, “a realidade de vida do negro no município de Santa Luzia”, afirmaram que “Santa Luzia acredita ser um resquício de quilombo. [pois existem na região] O Talhado e a Pitombeira [que] são duas comunidades negras que trabalham a terra própria, e noventa e cinco por cento da população é negra” como está registrado na página 8 do Livro de Atas⁵³ deste grupo?

Mas quem é este protagonista de um dos instantes de nomeação do Talhado como comunidade quilombola? Estes são os primeiros instantes de (auto) nomeações do grupo

Ata de fundação do Grupo de Consciência Negra de Santa Luzia-PB. Aos treze dias do mês de julho de 1991 às 19:00 horas, reuniu-se no salão de S. Francisco, na Praça Silvino Cabral, nesta cidade de Santa Luzia, um grupo de pessoas, na maioria negra, com objetivo de fundarem uma entidade para estudar o problema do negro a partir da nossa comunidade. (LA GCNZP, p. 1)

Assim começa o livro de registro de atas das reuniões e encontros daquele grupo que em 07 de março de 1992 passou a se chamar Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares – GCNZP. Finalmente confirmávamos – nós os antroponautas – a existência real e registrada daquele sobre quem tantas vezes ouvimos falar em Santa Luzia e até em Campina Grande: o movimento negro de Santa Luzia.

Em nossas andanças por Santa Luzia; em encontros como o do NEAB-Í (UEPB) em Campina Grande nos anos de 2007 e 2008; nas festas de Nossa Senhora do Rosário; nas comemorações pelo dia da Consciência Negra,

⁵³ Daqui em diante todas as referências a esta fonte aparecerão como LA GCNZP (Livro de Atas do Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares).

também em Santa Luzia; em conversas com pessoas tanto de dentro como de fora dos quilombos desta cidade, sempre, aqui e ali, apareciam referências vagas a este movimento negro, às suas ações, aos seus membros (nunca encontrados), mas jamais nomes ou qualquer indicação precisa; exceto o da vereadora Terezinha da Nóbrega, que era a organizadora dos encontros sobre cultura negra em Santa Luzia e a pessoa que, como vereadora da cidade, propôs um requerimento de reconhecimento do Talhado como remanescente das comunidades de quilombo na Câmara de Vereadores e encaminhou-o para a FCP.

No início de agosto de 2009, antes de retornarmos à Campina Grande de mais uma viagem ao Talhado, ficamos sabendo da existência de Maria Bernadete da Silva (Beta). D. Maria Nóbrega – na casa da qual sempre fiquei hospedado, no Bairro São José, onde está localizado o Talhado urbano – que é muito ligada às atividades da Igreja Católica, e por isso mesmo conhece muita gente que trabalha ou trabalhou em Comunidade Eclesial de Base (CEB) ou em pastorais, lembrou de uma antiga conhecida que agora estava ministrando aulas em uma escola do bairro e que fora integrante do GCNZP. Na noite anterior a nossa partida, nos comunicou este fato, que nos pareceu ser, pelo que nos contou D. Maria, uma pista promissora sobre o movimento negro em Santa Luzia e um de seus membros.

Um mês depois. Sexta feira, 04 de setembro de 2009; no bairro de Nossa Senhora de Fátima, bairro este onde se localiza a Irmandade do Rosário e no qual grande parte dos membros do quilombo da Pitombeira se estabelece quando vêm morar em Santa Luzia, fomos, Jordânia e eu, até a casa de Maria Bernadete da Silva. Numa pequena sala em sua casa que confundimos com as dos vizinhos, pois nessa rua são as residências todas iguais, Beta, como pediu para ser chamada, gentil e prestativa nos recebeu muito bem e foi logo confirmando que tinha participado do movimento negro.

Enfim o movimento negro de Santa Luzia. E por sorte com uma das fundadoras mais entusiastas deste grupo. Foi logo contando como foi formado este grupo; quem participava; as atividades; as viagens; mostrou o livro de atas; as correspondências com a FCP.

Bem falante, alegre, atarefada – a sala na qual ficamos não é muito espaçosa, mas o permanecer constantemente em pé de Beta não se deve à

falta de cadeiras, mas sim, talvez à sua agitação; à ansiedade de fornecer dados sobre o movimento que ela participou; ao desejo de saber o que se passa com as comunidades negras da cidade – e cheia de informações para compartilhar, a todo o momento abria um armário na sala e dele tirava documentos, livros, livretos, panfletos que cuidadosamente guardou durante anos e agora nos mostrava com satisfação; a voz resfolegante de tanto falar, de tanto e ir e vir, de tanto abaixar e levantar.

Mas diga Beta, o que você sabe sobre o Talhado e o seu auto-reconhecimento como comunidade quilombola? Enquanto a pergunta é feita ela pôde tomar fôlego. Os olhos dela se abrem mais, a voz sai mais calma e compassada, e mal a pergunta é concluída, vem uma resposta segura, de quem responde com a autoridade embasada no conhecimento que só tem quem esteve lá: – Ah! Sim. Com certeza o Talhado foi um quilombo. Estivemos lá em 1995, e a gente teve a certeza de que aquilo lá já foi um quilombo. Tudo indica que sim. A maneira de viver; as casas; a louça; tudo. Ao falar ela transmite a impressão de que está (revi) vendo a sua viagem ao Talhado em 1995, e sua idéia do que vem a ser um quilombo casa exatamente com as imagens que viu na comunidade.

Mas essa questão que colocamos para Beta a qual o GCNZP já tinha aventado em 1992, como apontado anteriormente, foi deixada de lado até 1995, quando se dirigiram pessoalmente ao Talhado no alto da serra e de lá voltaram convictos – segundo nos conta Beta, esta ex-integrante do GCNZP, que sonha com a volta à ativa deste grupo – do passado quilombola desta comunidade. Tão convictos que passaram a se corresponder com a FCP para saberem mais a respeito de comunidades quilombolas e informarem a Palmares sobre o Talhado.

Várias foram as cartas endereçadas a esta Fundação contando a história, as características e as condições de vida no Talhado, de acordo com o concepção que o GCNZP⁵⁴ tinha de quilombo, ou resquíio de quilombo. Portanto, considerando autorizada esta fonte, o movimento negro GCNZP, não haveria como o Talhado não ser quilombo, ou resquíio. Aquele tempo em que

⁵⁴ Diga-se de passagem que nenhum integrante do GCNZP fazia parte da comunidade do Talhado.

DEUS colocou umbigo em Adão explica tudo! Exista Deus, ou não, tenha Adão existido, ou não.

É este momento de nominação, ou um dos momentos, aquele de nascimento do Talhado como comunidade quilombola? A sociedade de Santa Luzia e as outras comunidades em torno do Talhado sempre se referiram a este lugar como Talhado, e seus habitantes sempre foram chamados de “negros do Talhado”, como apontam Cavalcanti (1975), Santos (1998) e, também, as informações levantadas nesta pesquisa.

Este, certamente, ainda que à revelia de seus membros, é um dos fatos que desencadeou este processo de formação da identidade quilombola do Talhado. Pois, uma das características fundamentais dos grupos étnicos é a dinâmica entre a auto-atribuição e a atribuição pelos de fora, segundo definição de Barth (2000, p. 31-32). Afirma ele que esta imputação categorial “é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa [ou grupo] em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstância de conformação”. Ao definir quem é o outro, ao dar a ele um nome, realiza-se uma classificação que coloca cada pessoa ou grupo de pessoas em uma ordem relacional. Nomear o outro é dizer quem ele é e quem não somos. Dizer “Talhado”, “negros do Talhado”, “quilombo” significa separar quem é de Santa Luzia, mas não é do Talhado; separar negros de brancos; separar negros do Talhado de negros da Pitombeira ou negros de Santa Luzia de negros do quilombo do Talhado.

Qual o significado dessa separação? Seguindo bem de perto esta proposição de Barth, bem como a de Wallerstein, que tem o mesmo sentido, considerando-se a citação que fazem deste, Poutignat e Streiff-Fenart apontam, a respeito do ato de nomear uma coletividade, que as definições exógenas e endógenas estão imbricadas em uma relação dinâmica de oposição e por isso mesmo não podem ser consideradas em separado.

Lembram também Poutignat e Streiff-Fenart, a partir de um estudo de Hughes e Mac Gill Hughes, que a nominação de um grupo por outro é “por si própria produtora de etnicidade”. O dar nome, a si próprio ou a alguém, é um ato que torna concretas estas entidades (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 141-150); significa afirmar que eu existo, que eles existem. Ou como está

escrito em nossa maior mitologia, *O Verbo estava no mundo e o mundo foi feito por Ele, e o mundo não o conheceu* (Jo 1:10).

No caso do estabelecimento da etnicidade pelos de fora, esta nomenclatura independe do consentimento de quem é nominado. O GCNZZ, segundo as descrições de Beta sobre seus contatos com o Talhado, não perguntou aos moradores desta comunidade se eles eram quilombolas ou descendentes destes, simplesmente olhou para eles e presumiu tal condição a partir do que foi observado e da concepção do que seria um quilombo.

Embora não tenha criado o Talhado o GCNZZ identificou-o como quilombo, e é por esta denominação que atualmente eles começam a ser chamados por membros da sociedade em seu entorno; mas a discriminação e a segregação ainda são as mesmas. Dizer “negros do Talhado” ou dizer “quilombolas” ainda significa dizer que as pessoas a quem estas denominações são aplicadas são violentos; arredios; fabricantes de louça; oriundos do alto da serra ou da rua Arlindo Bento e seus arredores, no Bairro São José; exímios forrozeiros. E, da mesma forma, é uma maneira de dizer “não somos isso. Somos diferentes. Somos de outro lugar”.

Ainda que valorizado pelos movimentos negros Brasil afora a partir da década de 1970, os termos “quilombo” e “quilombola” ainda carregam uma forte conotação negativa; e mesmo que um quilombola não tenha que ser necessariamente negro; que nos quilombos, tanto históricos como contemporâneos, existam pessoas cuja pele não é escura, ainda assim apenas negros são identificados (pelos de fora) como pertencentes a estas comunidades e por estes ainda serem muito discriminados e marginalizados, a utilização destes termos é feita, em geral, com um significado depreciativo para com aqueles que os ostentam.

A intenção do GCNZZ não foi a de depreciar o Talhado e seus membros ao identificá-lo como quilombo. Estando este grupo constituído em sua maioria por pessoas negras e ligado às principais correntes teóricas dos movimentos negros no Brasil, bem como se auto-identificando como APN (Agentes de Pastoral Negros), a sua intenção em relação às pessoas do Talhado foi exatamente o oposto⁵⁵.

⁵⁵ Sobre os movimentos negros no Brasil e, mais especificamente na Paraíba, bem como sua relação com os quilombos deste estado, ver a monografia de Eulália Bezerra de Araújo, *O Movimento Negro na*

Ao identificá-los como quilombolas, estava colocando-os como descendentes, ou melhor, como remanescentes de negros que lutaram pela liberdade e contra a opressão do sistema escravista que por mais de trezentos anos sustentou a economia e a sociedade brasileira. Estarem ligados a esta história de lutas e resistência, mesmo não o sabendo, conferia aos membros do Talhado um status mais valorizado aos olhos de qualquer integrante de movimentos negros.

NOMINAÇÃO QUILOMBOLA

Ser quilombola, por outro lado, para a maioria da população brasileira, também para membros de comunidades quilombolas, inclusive os integrantes dos Talhados, possui a conotação de ser negros escravos fugidos de senzalas, marginais, vagabundos, desocupados, entre outros sentidos menos abonadores. Quando em novembro de 2006 pedimos para a professora Gilvaneide nos contar como se deu esse processo de auto-reconhecimento do Talhado, entre outros detalhes ela nos contou, como relato no capítulo anterior, que o líder do Talhado, Seu Sebastião Braz, ao ser informado da intenção de se autorreconhecer esta comunidade, expressou a ela, Gilvaneide, suas dúvidas, pois isto, na concepção dele era um equívoco, porque ali “nunca existiu uma senzala!”.

Outras pessoas dos Talhados com as quais conversamos emitiram opiniões semelhantes a esta de Seu Sebastião Braz, onde se confunde quilombo com senzala. Aliás, é preciso lembrar que quilombo nunca foi uma denominação étnica; nunca nomeou nenhum povo. Mas esta é uma daquelas situações em que a designação de uma condição – a de escravos fugidos, além de índios e brancos que não encontravam lugar na sociedade branca, e que se reuniam em grupos, longe do sistema escravista, para construir uma vida comum em liberdade – é tomada como denominação genérica para quase todos aqueles (praticamente apenas para os negros escravos, que eram o grupo predominante dentro dos quilombos e para os quais foi criada esta denominação) que vivenciaram esta situação, bem como para seus

descendentes. Mesmo hoje não há uma etnia denominada de “quilombo” ou de “quilombola”⁵⁶.

A idéia que se tem sobre o que é quilombo vem sendo modificada, mesmo assim não é aplicada de forma geral a todos os negros. Esta idéia vem mudando porque está mudando, também, o conteúdo. Hoje não temos negros escravizados que fogem das senzalas para terras isoladas, longe da sociedade branca, onde possam viver sua liberdade e ter seu lugar ao sol. Bem, esta afirmação tem apenas um sentido de exemplo explicativo, pois sei que muitos discordariam dela, considerando-a, com algumas modificações, uma realidade ainda vigente; para tanto basta ver as afirmações de Gilvaneide e Céu nos capítulos anteriores. Nesta circunstância é preciso ter em conta que em muitos casos, a noção de identidade é utilizada enquanto um recurso retórico e como algo que existe de forma quase substantivada.

Existiriam sinais concretos dela. Desta forma para ser ou para se reconhecer alguém como quilombola bastaria se constatar caracteres fenotípicos, como textura capilar e cor da pele, ou características culturais, como religião, alimentação ou vestuário. A idéia que parece prevalecer é, além da negritude, a condição rural em situação de refúgio e a presença de um certo repertório Afro: ciranda, religião negra, irmandades, o sentido da preservação de uma condição meio Palmarina.

Falando em substantivação e sinais diacríticos, é exemplar o que ocorreu em 2004, quando o Talhado rural recebeu a sua certidão de auto-reconhecimento. Segundo nos contou a professora Gilvaneide, uma representante da FCP trouxe, como presente, várias peças de roupas típicas de alguns povos africanos, como grandes lenços para enrolar na cabeça e longas saias e vestidos coloridos, para serem usados pelas mulheres do Talhado, pois agora elas eram quilombolas, e usar estas roupas significava que estavam afirmando sua negritude e valorizando suas origens e costumes

⁵⁶ Uma situação com a qual pode se fazer um breve paralelo é aquela relatada por W. Arens sobre o que ocorreu com a denominação dos *waswahilis* da Tanzânia. Esta denominação, *waswahilis*, era empregada pelos não-membros para indicar grupos destribalizados, mas não era utilizada como uma autodefinição. No entanto, no decorrer do processo de descolonização, passou a ser reivindicada uma identidade étnica quando “o estilo de vida associado aos *tribesmen* foi estigmatizado como arcaico”. (W. Arens apud Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 148). “Quilombola”, como já se sabe e foi aqui explicado, não se refere a um povo e nem a todos os negros brasileiros, mas passou a ser sinônimo de negro que fugia das mazelas da escravidão; e hoje, é sinônimo de negro que resiste a ainda presente opressão e preconceito da sociedade branca e procura positivar esta situação, bem como a partir dela afirmar uma condição de negritude e direitos históricos e sociais.

africanos. Estas recusaram enfaticamente estas roupas, afirmando que elas não tinham nada a ver com o modo de ser e vestir das mulheres da comunidade.



Igreja Matriz de Santa Luzia

Mais adiante, em outro momento, próximo à entrega desta certidão, foi sugerido a algumas pessoas do Talhado que eles deveriam professar as crenças de origem afro-brasileiras, como o candomblé, que caracteriza as pessoas negras, para que estas tradições não fossem perdidas. O firme apego ao catolicismo os fez desdenharem, com aborrecimento, esta sugestão, que consideraram inoportuna e carregada de desdém para com os negros do Talhado; para eles, “é como se dissessem que negro não pode ser católico; negro tem que ser ‘batuqueiro’, e isso nós não somos”, este foi o comentário da professora Gilvaneide ao nos contar este fato.

No entanto se não há mais negros fugindo de senzalas, por outro lado ainda temos negros oprimidos e discriminados, e até segregados. Negros que

ainda resistem a esta situação de cidadãos de segunda classe, e até ausência de cidadania. É este um dos sentidos que “quilombo” adquiriu na atualidade: o de resistência do povo negro à opressão e discriminação praticadas pelos brancos. Quilombo, portanto, não é uma etnia, mas representa aqueles negros que, pela sua condição de negros discriminados resistem a esta situação; por isso mesmo é um termo que vem perdendo sua conotação negativa e adquirindo um sentido positivo.

Quanto mais forte é a dominação (o pólo máximo sendo a situação de escravidão), mais as pessoas às quais se aplica a *exo-definição* são coagidas a retomá-la por sua conta (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 145). Muitas vezes nesta dinâmica entre a definição feita pelo de fora e a *autodefinição*, em seguida aceita, um nome inicialmente pejorativo ganha uma outra conotação, em geral, positiva. Contudo, é preciso ressaltar, este processo dialético entre os “de dentro” e os “de fora” não indica uma relação de igualdade, pelo contrário, invariavelmente este processo apresenta uma relação assimétrica de poder.

NOMINAÇÃO NOS TEMPOS DE ARUANDA

Já contei como começa o filme **Aruanda** (1960) de Linduarte Noronha. Também já transcrevi trechos do texto de abertura desta obra. Mas acho necessário reproduzir novamente as primeiras linhas desse texto que vai subindo na tela, em letras brancas, tendo por fundo uma imagem panorâmica da cidade de Santa Luzia vista desde o Monte (o bairro São Sebastião), e com a serra onde se localiza o Talhado ao fundo, no horizonte. A imagem é em preto & branco. A trilha sonora, que evoca a sonoridade dos antigos filmes sobre o cangaço, é interpretada magistralmente por Manuel Pombal em seu pífano. Noronha (2003, p.76) se refere à música de Aruanda como “*pré-lógica* [no sentido de *primitiva, estagnada no tempo*], aquele pífano, folclore chamado *Piauí*, aquela repetição”.

Pois bem enquanto a música enleva nossa audição – música que Noronha chama de *pré-lógica*, e que para ele combina com o tipo de sociedade retratada – começamos a ler na tela o texto do diretor, o qual afirma que, **Os quilombos** marcaram época na história econômica do nordeste (...) Com o

tempo o Talhado transformou-se num **quilombo pacífico** e isolado das instituições do país, perdido nas lombadas do chapadão nordestino. Os grifos são para destacar a presença da idéia de quilombo associada à comunidade do Talhado.

A filmagem foi iniciada em fevereiro de 1960, a estréia foi em setembro do mesmo ano. Seria este mais um “instante inconcebível de tempo sem outro instante precedente e outro ulterior” de Gosse?

Até onde se sabe, repito, este é o primeiro registro de nomeação do Talhado como quilombo. Por que Noronha o chamou de quilombo? Entrevistado por Nóbrega (2007, p. 74), Linduarte diz que tudo o que colocou na parte inicial de seu filme é baseado em informações fornecidas pelo próprio grupo. Informações estas que ele levantou em quatro anos de pesquisa. Antes de fazer o filme, a partir de 1957, Linduarte escreveu para o jornal A União, de João Pessoa, uma série de reportagens intituladas As Oleiras de Olho D'água do Talhado. Foram estas reportagens que embasaram o argumento de Aruanda.

Na entrevista com Nóbrega, em trecho transcrito em sua dissertação (p. 78), este não transcreve a pergunta relativa à resposta de Noronha, mas fica subentendido que seria algo como: O senhor acredita que Talhado foi realmente um quilombo no sentido histórico e/ou na concepção do senso comum? Ao que Noronha responde:

Eu acredito que não. Se foi um quilombo com esse nome de origem africana, tá numa exceção igual ao pacífico. Porque o quilombo você interpreta o quê? Reação, não é isso? Reação, briga, a ânsia pela liberdade né? Tá aí o Quilombo dos Palmares que não me deixa mentir. O 'Ganga Zumba', você conhece, né? Que era uma figura de líder, de violência. O Zé Bento não tinha nada com isso. Pelo que eu pude ver, sentir,, era um homem coitado, simples, que queria plantar as coisinhas dele, pra isso terminou a família fazendo olaria primitiva daquelas coisinhas, tal, mas o quilombo no sentido de libertação, no sentido do filme, da biografia do Zumbi dos Palmares eu acho muito equidistante, muito externo, não tinha nada a ver. É sobrevivência somente. [...] Eu acho que foi ex. Alforriado. [...] essa condição não chegou a ser discutida com o grupo. (LINDUARTE NORONHA IN: NÓBREGA, 2007, P. 78)

Noronha, claramente, pensa quilombo a partir da idéia que se tem de Palmares, o qual está dentro de uma minoria, foi uma exceção dentro do fenômeno quilombola no Brasil. Arquétipo de comunidade quilombola que vem

à mente de quase todo mundo quando se fala em quilombo. A exceção, ao contrário do que ele argumenta em sua resposta, não são as pequenas comunidades pacíficas, mas sim os grandes quilombos em permanente enfrentamento bélico com a sociedade envolvente. O que faz sentido da posição e perspectiva de Noronha, mais não se pode dizer o mesmo com relação a historiadores que conhecem o fenômeno quilombola com suas múltiplas facetas, assim, isto significa sustentar uma concepção histórica equívoca até mesmo para algumas correntes históricas: história dos vencidos, por exemplo.

Mas, mais uma vez esta pergunta, se Noronha fez uma pesquisa que, dito por ele mesmo durou quatro anos; se fundamentou o conteúdo de *Aruanda* nas informações do próprio grupo e se considera que quilombo é apenas aquele nos moldes de Palmares, então por que chamou o Talhado de quilombo? Permito-me uma pequena digressão para sugerir um caminho a ser seguido na interpretação dos pensamentos de Noronha, quando afirmou e quando nega o ser quilombola do Talhado.

Pensando nas concepções de Brasil, que eram correntes nas décadas de 1950 e 1960, é plausível pensar – entre outras possibilidades também plausíveis – que é o momento em que está se propondo uma nova leitura do Nordeste e de seu povo o Cinema Novo é um exemplo disto. Da relação entre o homem e seu meio surge uma explicação, um comentário sobre a sociedade daquele momento. Então, há uma tentativa de valorizar a pureza preservada nos mais remotos rincões do Brasil e – mesmo considerando que ela pode não perdurar; mesmo apesar da desesperança em relação ao Talhado (afirma Noronha em *Aruanda*, “com uma pequena população num ciclo econômico trágico e sem perspectiva”), em relação a um Brasil rural que se queria superar – há, por isto mesmo, um clamor por mudanças que poderiam ser feitas a partir de novas leituras destes mundos. É preciso, porém, ter sempre em mente que *Aruanda* é uma visão estética destes mundos.

Retomo a pergunta anterior não na perspectiva estética ou na de um discurso sobre a modernização do Brasil. Na discussão sobre identidades étnicas quilombolas e nos processos de auto-reconhecimento de comunidades negras como quilombo, a resposta a essa pergunta não é tão relevante, o que faz dela quase uma pergunta retórica.

A intenção não é a de cobrar de Nóbrega, que é um historiador e pauta seus argumentos a partir da definição de quilombo histórico. E aqui vai mais uma digressão. Mesmo respeitando sua posição, creio que ele não pode deixar de considerar as discussões e avanços ocorridos sobre a etnicidade.

Assim, nem todo historiador se prende ao conceito “frigorificado” de quilombo. Não que não possa ser cobrado por sua posição teórica e ideológica, pelo contrário. Neste sentido, tal cobrança deve ser feita, porque mesmo adverso à idéia de quilombo contemporâneo, ele não pode deixar de ver que a história é um processo; que os fatos não são fragmentos de história congelados no tempo; pelo contrário, eles se desdobram nesta dimensão e, em sua dinâmica, adquirem novas formas, novos significados. Que se muitas pessoas no Talhado ainda não se dizem quilombolas, e nem venham a fazê-lo; que não tenham feito esta afirmação – e que até tenham negado esta identidade –, isto não significa que o processo de auto-reconhecimento iniciado com a certidão emitida pela FCP – se quisermos pensar que aqui se iniciou o processo de anunciação-enunciação-definição-externa-interna do Talhado – seja apenas um momento na história, uma ação que ocorreu e findou ali naquele momento. Pelo contrário, exatamente porque é um processo, um devir, a auto-identificação pelo Talhado está em andamento.

Mesmo contrário a ele, Nóbrega está diante da necessidade de reconhecer, e sei que o faz, que o conceito de quilombo, principalmente no meio acadêmico, passa por uma grande transformação. Acredito, pela leitura de seu trabalho, que ele percebe isto. Ele leu Fredrik Barth, Roberto Cardoso de Oliveira, Mauricio Arruti, Stuart Hall, Manuela Carneiro da Cunha, Carlos Sundfeld, Jacques Le Goff – e reconheço que mesmo lendo não tem ele que aceitar estes pressupostos teóricos –, mas oscila entre a fidelidade a uma História feita de conceitos estanques e uma outra História que se pensa dinâmica e por isso mesmo em constante transformação, levando em conta os atos daqueles que a escrevem cotidianamente. Quando disse que não se pode cobrar tanto de Nóbrega, é porque o vejo imerso nesse campo – e sabemos todos os que pesquisam, o quanto, às vezes, é difícil erguer a cabeça acima da superfície do contexto em que estamos imersos –, nesse campo de disputas identitárias e territoriais. Ao mesmo tempo que tenta ser um analista que utiliza teorias para explicar o que vê, está envolvido pessoalmente com a questão..

Além do mais, tanto para o Talhado quanto para Nóbrega, esta é uma situação nova, na qual ainda estão “tomando pé”; e precisam compreender que é um processo que está dado, mas nunca estará concluído.

O questionamento de Nóbrega à auto-identificação (ou exo-identificação como ele prefere) do Talhado só é plausível depois de um questionamento sobre o porquê o Talhado, um segmento da sociedade de Santa Luzia, sempre foi e ainda é visto, é identificado como O outro; por que seus membros são discriminados como os *negros do Talhado*; por que a sociedade de Santa Luzia, com a aquiescência de seus maiores, decidiu reconhecer o Talhado como quilombo; por que o Talhado não pode usufruir dos direitos dados aos quilombos contemporâneos. O Talhado hoje se mobiliza em defesa daqueles seus direitos com os quais acenaram para eles dizendo que era possível usufruí-los, mas que na realidade nunca é possível desfrutá-los. Considero emblemático dessa situação a frase de um membro das pastorais de Santa Luzia que mantém contato estreito com o Talhado, diz ele, entre irônico e revoltado com a situação da comunidade: prometeram Papai Noel na Páscoa para eles, e eles acreditaram.

Alonguei-me nesta digressão, porque a considero exemplar do quanto o processo de identificação étnica que tento mostrar é fruto de uma relação entre grupos que se pensam diferentes; e que é nesta relação, e não no isolamento de cada um em um espaço separado, que definem e afirmam suas identidades; que este é um processo com várias etapas e do qual os indivíduos de cada um dos grupos envolvidos participam de maneira diferente, com maior ou menor ênfase; que ele não se conclui, apenas muda de aspecto em cada uma delas.

Tampouco desejo cobrar de Noronha, especialmente deste, que é um jornalista e cineasta, cuja obra máxima (e maravilhosa) não se propõe a discutir identidades, fronteiras, territorialidade ou etnicidade, e elaborou Aruanda a partir do senso comum do que é um quilombo.

Não se pode exigir de Noronha uma arguição teórica (no âmbito da História ou das Ciências Sociais) sobre estes temas, a qual dê conta do argumento de seu filme. Ali não é discutido nem quilombo histórico e nem quilombo contemporâneo. A sua história não precisa ser fiel à realidade (o que é isto?) nem a conceitos característicos do meio acadêmico.

Se foi, ou tornou-se um, quilombo quando Zé Bento chegou no atual Talhado; se não era mais quando Noronha conheceu a comunidade; se passou a ser a partir de Aruanda; se deixou de ser quando Aruanda caiu no esquecimento até da comunidade do Talhado. Se Noronha mirou no que viu – uma comunidade isolada com um passado, para ele, misterioso e exótico – e acertou no que não viu – um quilombo perdido no tempo e no espaço, o qual nem seus membros sabiam o que ele era. Se a fantasia de Noronha virou realidade ou se a realidade resolveu imitar a fantasia dele, são questões que atreladas as atuais contingências históricas individualizam o fenômeno de auto-reconhecimento das atuais comunidades quilombolas e dão conteúdo a afirmação desta identidade étnica, mas independente da confirmação de uma suposta veracidade histórica, não põem em xeque a validade do significado simbólico que elas têm para a comunidade a elas ligada ou seja, o Talhado na figura de seus membros.

É uma temeridade o que vou dizer, mas consideradas como um conjunto de fatos que precisam ser individualmente comprovados, validados e posteriormente classificados dentro de algo como um gênero e finalmente encadeados como espécies dentro deste, constituindo um conjunto de “provas irrefutáveis” (o que é isto? Existem provas irrefutáveis?), elas ficam parecendo aqueles fósseis que Deus espalhou pela Terra para que o homem não pense que o mundo não tem passado. Mas vejam, não estou dizendo que essas questões e suas respostas não importam. Muito pelo contrário. São elas um provável conjunto de elementos a partir do qual a comunidade é representada. Mas quais “fósseis” (elementos) serão utilizados e o que vai se montar com eles, isto vai ser (está sendo) decidido na relação entre o Talhado e os Outros. Em outras palavras, fatos, pessoas, histórias, lugares, tradições, costumes, crenças, relações, estão todos ganhando novos significados em um novo contexto.

O GCNZP e Noronha, como se fossem deuses (criadores) – e isto é apenas uma comparação –, a partir do que viram no Talhado e segundo a sua interpretação, criaram fósseis (fatos) e disseminaram-nos tal qual sinais daquilo que eles interpretaram como sendo de um passado histórico do Talhado. Mas aquilo que eles fizeram, não o fizeram a partir de nada. A matéria para suas afirmações veio do próprio Talhado. A partir desta interpretação tornada real,

um lugar no espaço e no tempo, condicionaram o processo de relações sociais do Talhado, bem como o seu processo de recomposição identitária. Ressalto que uso o verbo *condicionar* e não o verbo *determinar*. Eles não criaram este processo, mas proporcionaram o realce de certos elementos para que ele se desenrolasse e viesse a culminar no atual contexto de relações em que está inserida esta comunidade. Aquilo que interpretaram e nominaram, só o fizeram porque já existiam probabilidades latentes na realidade descrita por eles. Ou como explica Bourdieu,

A vontade de transformar o mundo transformando as palavras para o nomear, ao produzir novas categorias de percepção e de apreciação e ao impor uma nova visão das divisões e das distribuições, só tem probabilidades de êxito se as profecias, evocações criadoras, forem também, pelo menos em parte, previsões bem fundamentadas, descrições antecipadas: elas só fazem advir aquilo que anunciam, novas práticas, novos costumes e, sobretudo, novos grupos, porque elas anunciam aquilo que está em vias de advir, o que se anuncia; elas são mais oficiais do registro do que parteiras da história. (BOURDIEU, 2004, p. 238-239)

O que Bourdieu esclarece é que a nomeação parte de condições sociais reais e “virtualidades históricas”. A nomeação não cria grupos, apenas anuncia aquilo que está em vias de ocorrer. De minha parte, leio esta explicação de Bourdieu como uma afirmação de que o que está por advir, *pode* advir, com ou sem a nomeação, porque há possibilidades de que assim seja. Mas estas possibilidades, necessariamente, não têm que se concretizar. Ao menos é isto que desejo afirmar em relação ao Talhado e sua nomeação como um grupo quilombola. Tanto é que ele foi assim nominado, e até onde sabemos, esta nomeação primeira não desencadeou um processo de recomposição identitária. Nem a segunda nomeação, feita pelo GCNZP. Existiam virtualidades históricas e houveram nomeações, mas o Talhado não escolheu se representar a partir delas. Foi necessária uma terceira nomeação para tanto.

A NOMINAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Quando me dirigi ao Talhado imaginei que seria possível compreender o seu processo de identificação étnica conhecendo apenas a opinião de seus

membros sobre este. Isto foi um lapso, um esquecimento dos pressupostos mínimos da teoria que escolhi para orientar meu trabalho.

Ainda que me torne repetitivo – duas vezes, porque o argumento para esta repetição tenho utilizado-o em outras ocasiões; é uma frase de André Gide que explica: tudo que se diz, já foi dito antes, mas como ninguém escuta, é preciso dizer novamente – quero enfatizar a explicação de Barth a respeito da formação de um grupo étnico. Fredrik Barth (2000 [1969], p. 27-32), analisando como até então tinham sido concebidos os grupos étnicos e explicadas a sua gênese, estrutura e função, sugere uma mudança na forma de concebê-los. Propõe Barth que estes grupos sejam compreendidos como um tipo organizacional (aproximando-se de Weber, no modo como este concebe as comunidades étnicas: os grupos étnicos são facilitadores e fomentadores de relações comunitárias políticas), desta forma, argumenta que quando se enfoca

Aquilo que é *socialmente* efetivo, os grupos étnicos passam a ser vistos como uma forma de organização social. A característica crítica passa a ser então (...) a auto-atribuição e a atribuição por outros. (...) Nesse sentido organizacional, quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos. (BARTH, 2000, p. 31-32)

Ora, se um grupo étnico não é definido apenas de maneira endógena, mas, também, de maneira exógena como resultado de uma relação com outro grupo, então, para compreender a auto-identificação quilombola do Talhado, percebi que tinha que conhecer quais foram as ações significativas empreendidas pelo Outro em relação ao Talhado que fizeram com que este passasse a se considerar uma comunidade remanescente dos quilombos.

Antes de ir ao Talhado já tinha conhecimento de que ele fora auto-reconhecido pela FCP por iniciativa da atual Secretária Municipal de Educação, na época vereadora, Terezinha Alves da Nóbrega; mas não tinha a dimensão da relação dela com a comunidade. O primeiro contato que tive com ela, fortuito, foi logo na primeira vez que fui a Santa Luzia. Sua sobrinha, moradora desta cidade e que também cursava Ciências Sociais, sabendo de minha presença na cidade, convidou-me para assistir um seminário que estava sendo organizado por sua tia.

Este seminário levava o nome de *Resgatando Valores Quilombolas* e estava em sua primeira edição – teve uma segunda edição no ano seguinte, 2007. Este encontro era anunciado como sendo um empreendimento conjunto da Fundação Cultural Palmares e do Galpão das Louceiras Negras da Serra do Talhado, e patrocinado pela FCP. A sua proposta era a de criar condições para o desenvolvimento das aptidões das comunidades quilombolas da região, ou seja, do Talhado e da Pitombeira; bem como valorizar a sua história. Este projeto foi desenvolvido ao longo do ano de 2006.

Entre as oficinas realizadas durante este encontro, uma delas levava o nome de “Retalhos da História”, que se propôs a trabalhar a história e características destas duas comunidades – com destaque para a Festa e a Irmandade do Rosário – e a história dos movimentos negros. Destinava-se aos participantes de movimentos negros, da Irmandade do Rosário e aos membros destas comunidades. Uma outra oficina tinha o nome de “Malungo de Barro”. Uma das facilitadoras era Maria do Céu. A intenção desta oficina era a de tornar mais acessível e agregar valor à arte das louceiras do Talhado. Destinava-se às louceiras do Talhado.

Quando Céu me falou sobre estas oficinas, as louceiras que estavam presentes no Galpão, naquele momento, torceram o nariz, reviraram os olhos, resmungaram, fizeram caretas, mas não disseram nada que eu pudesse ter distinguido com clareza. Quando perguntei o porquê daquela reação elas responderam que “não é nada, não, deixa pra lá! Tem coisas que é melhor nem falar”. Céu contornou a situação dizendo que é porque elas não tinham gostado de ter que participar dessas oficinas. O que pude notar é que não sentiam como se isto fosse uma coisa delas.

Na verdade, como posteriormente me contaram, a organização do evento sempre ficou a cargo de Terezinha da Nóbrega. Da mesma maneira que muitas outras ações no e do Talhado são iniciativas dela; desde o requerimento apresentado à Câmara de Vereadores de Santa Luzia em outubro de 2003, no qual solicitava o encaminhamento ao Ministro da Cultura e à FCP, bem como à Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba do reconhecimento do Talhado como área quilombola até a iniciativa de promover apresentações do Talhado em eventos destinados a comunidades quilombolas.

Na primeira edição deste evento ouvi Terezinha da Nóbrega identificar-se como sendo *negra*⁵⁷. E por este motivo, e por ser uma pessoa que conhece bem o povo de sua cidade e a situação dele, em especial o povo do Talhado com suas dificuldades e sofrimentos, é que resolveu, afirma ela, promover o auto-reconhecimento do Talhado. Em 16 de abril de 2004 a FCP emitiu a Certidão de Auto-reconhecimento da Comunidade Quilombo de SERRA DO TALHADO. Esta é a data de nascimento do Quilombo do Talhado. Duas vezes antes anunciado, nasce agora como quilombo contemporâneo. Recapitulando: a primeira vez nominado por Linduarte Noronha em 1960; a segunda vez pelo GCNZP, quando em 1995 conheceram o Talhado e tiveram a certeza que ali estava um quilombo.

E aqui volto às questões com as quais iniciei este capítulo: *Onde, quando, quem começa um processo?* Definir o ponto de partida, repito, é conferir a este ponto um significado especial. É como pegar aqueles fósseis que Gosse diz que Deus espalhou pelo mundo e dizer: este aqui significa isto, aquele ali significa aquilo.

Maria Bernadete da Silva (Beta) que foi Coordenadora do GCNZP, conta que o Grupo não acabou oficialmente, mas de fato, seus membros foram se mudando para outras cidades ou se tornando ocupados por outros afazeres, o que acabou distanciando-os entre si e das atividades do GCNZP. Mas ele continuou existindo, diz ela, mas com outras pessoas como membros. Entre estes, aponta a participação de Terezinha da Nóbrega. Inclusive, as Atas do Grupo e outros documentos que nos emprestou, só o fez depois de consultar a pessoa que ficou encarregada do Grupo, e esta, afirma Beta, ficou à frente do GCNZP junto com Terezinha da Nóbrega, que por sua vez, diz que suas ações sempre foram independentes de qualquer movimento negro.

De qualquer forma, se a partir de Linduarte Noronha ou se a partir dos documentos do GCNZP, se a partir de sua percepção ou ainda do conjunto de tudo isto, o Talhado entrou em um processo de recomposição de sua

⁵⁷ Mais uma vez é preciso ressaltar a descoberta de Barth a respeito da identidade étnica: esta identidade se realiza na relação entre o endógeno e o exógeno, ou seja, não basta ser reconhecido, é preciso, também se auto-reconhecer. Se há uma relação, é preciso que os envolvidos "joguem o mesmo jogo e com as mesmas regras". Terezinha da Nóbrega se auto-reconhece como negra, mas não é reconhecida como "negra do Talhado" pela comunidade. Primeiro, porque possui fenótipo branco; segundo, porque ser do Talhado é ser de um lugar – social e espacial –, e ela é percebida como alguém que, mesmo bem aceita por alguns, não é "de dentro da comunidade".

identidade, agora como quilombo contemporâneo exatamente por um ato, ou por atos, expressivos advindos de fora da comunidade. Noronha, o GCNZP, Terezinha Nóbrega, todos eles o nominaram como quilombo; a sociedade envolvente, como *negros do Talhado*. Terezinha da Nóbrega diz que o fez em função da situação deles, porque se identifica com eles. Se tinha em mente apenas a concepção de quilombo contemporâneo ou quilombo histórico, isto é o de menos. Mas, diga-se de passagem, que, de acordo com vários membros do Talhado, em várias ocasiões ela teria feito sugestões para que os do Talhado passassem a professar crenças afro-brasileiras, pois estas seriam mais características de uma comunidade quilombola. Hoje eles estão em processo de recomposição de sua identidade exatamente em função destas ações exógenas.

A relação dela com o Talhado, pelo que pude observar, é uma relação mediada por sentimentos extremados de ambas as partes, aquilo que associamos ao amor e ódio; nisto é preciso perceber, que assim como estes sentimentos são opostos, os envolvidos, também, estão em lados opostos (mas em estreita relação). Ao mesmo tempo em que dizem que ela quer tomar conta da comunidade e impor a eles seu pensamento; que toma a frente de coisas que interessariam mais a comunidade do que aos de fora; que eles têm que se comportarem como negros, como quilombolas, e nisto reside, talvez, em parte, a resistência que alguns têm em relação a esta nomeação. Ressaltam, também, o quanto ela dá assistência à comunidade e lembram de problemas resolvidos por ela e dizem que é ela que, às vezes, fala pelo Talhado.

“Ela só quer chegar aqui pra mandar na gente. Pensa porque fez o reconhecimento é dona do Talhado...”. “É uma pessoa bem articulada, ela tem lá as coisas dela, mas ela fez muito pelo Talhado”. São opiniões contrárias de uma mesma pessoa sobre Terezinha Nóbrega. “Ela mandou umas branquela representar o Talhado em Brasília, eu sei quem são elas; gente que nunca nem pisou aqui no Talhado, mas ela vai ouvir quando eu encontrar ela”. “Graças a ela o Talhado ‘tá onde’tá; ela já fez muita coisa pela gente”. “Eu quero mesmo é que ela saiba, não vou fazer o que ela quer não, que a gente não ‘tá aqui p’ra [ser] bobo de ninguém”. “Falamos dela, né? Eu não sei... Eu tenho pra mim que é uma boa pessoa, até o pessoal aí das bandas de forró ela ajudou, né?”.

E como esta ouvi várias outras com os mesmos sentidos. No princípio estranhei a dureza das declarações e me perguntei como era possível que a relação entre ela e a comunidade se mantivesse, mas depois percebi que muitas das coisas que me diziam, eram ditas como um recado que gostariam que alguém levasse até ela. Estes comentários, favoráveis ou contrários a ela, eram ditos sobre ela e nunca para ela⁵⁸.

Além disso, a estreita relação que ela tem com a FCP, a torna a ponte entre o Talhado e esta Fundação. Enfim, se não impõe à comunidade o seu pensamento, Terezinha da Nóbrega parece vê-la como “a sua comunidade” e se coloca como alguém com quem eles podem contar. Talvez pelo longo tempo de distanciamento com a sociedade de Santa Luzia, ainda que aceitem esta relação, parecem fazê-lo com muitas restrições.

Para o bem ou para o mal esta é uma relação necessária que se impõe ao Talhado. A relação através da qual eles foram nominados e para a qual tiveram que dar uma resposta diferente das que até então deram aos que os discriminaram como os *negros do Talhado*, esta em um sentido tão negativo que não poucos foram, e ainda são alguns, aqueles que não querem ser chamados desta forma. Agora tiveram que dizer sim à nomeação, e assim passaram a atribuir um significado positivo a ela.

Mas, mais uma vez, quero ressaltar o quanto essa recomposição identitária ainda é um processo incipiente e que caminha a passos lentos. E mais do que uma recomposição identitária, este processo em sua complexidade abarca não só a questão da nomeação e das rotinas que a partir daí se instalam. Estão implicadas nele redes de sociabilidade e poder e de recursos materiais e simbólicos, e o que transparece dele nesta pesquisa é apenas um momento e uma parte da sua complexidade. Se alguns já estão se dizendo quilombolas “desde pequenininhos” (escrevo isto sem nem um pingo

⁵⁸ Comecei a ouvir este tipo de comentários, e não apenas em relação à Terezinha da Nóbrega, eram também feitos sobre outras pessoas com quem tinham tido contatos em que alguma coisa não tinha lhes agradado. Eram comentários feitos por um médico durante uma consulta e que consideraram preconceituosos ou ações de agentes de pastorais que não tinham feito o que esperavam. Reclamavam ou faziam comentários irônicos sobre eles; mas não para eles. E, no entanto, vi que as relações eram mantidas. São atitudes como estas que me fizeram lembrar James C. Scott, por exemplo, quando mostra as condições necessárias para que o discurso oculto se manifeste sem inibições. A primeira condição, diz Scott (2000, p.149) é que “se enuncie em um espacio social apartado donde no alcancen a llegar el control, ni la vigilancia, ni la represión de los dominadores”. Da mesma forma me fazem lembrar a primeira epígrafe, um proverbio etiope, que abre esta obra de Scott: cuando el gran señor pasa, el campesino sabio hace una gran reverencia y silenciosamente se echa un pedo.

de ironia ou jogo de idéias) e outros se mostram encantados e muito satisfeitos com o auto-reconhecimento “que mostrou quem o Talhado é” (D. Maria Rita). Há também os que confessam sem nenhum constrangimento que não entendem nada do que está acontecendo, bem como aqueles que vêm com muita desconfiança a sua exo-definição como quilombolas, ainda acreditando que é “mais uma invenção pra tirar as coisas da gente”.

Jordânia Araújo durante uma pesquisa semelhante a minha, em 2007, conversou com Seu Damião Januário da Silva, entre outras pessoas, tentando descobrir o quanto eles se sentem discriminados e o que estavam pensando sobre o auto-reconhecimento; em 2009 ele e sua esposa nos ofereceram um jantar em sua casa, onde conversamos sobre agricultura; plantas medicinais; saúde e doenças; lugares visitados em outras cidades e estados; filhos e trabalho; a vida no Talhado e em Santa Luzia. e o que falou sobre este último tema, me permitiu compreender suas opiniões sobre o auto-reconhecimento. Este significa mudanças, mudanças que ele não sabe aonde levarão o Talhado; aonde levarão, por exemplo, sua filha Maria do Céu, que à frente da Associação do Talhado Urbano é quem tem resolver os problemas de muita gente da comunidade, agradando e desagradando pessoas, e recebendo ameaças e poucos agradecimentos. Mudanças que ele não sabe como afetarão as boas relações que conseguiu construir em Santa Luzia.

E seu Damião começou a recordar a vida no Talhado e sua vinda para a cidade. A minha intenção, nesse dia era não falar em quilombo, mas ele lembrou os questionamentos feitos a ele por Jordânia e por outras pessoas com que já tinha conversado a respeito, e expressou suas opiniões sobre o auto-reconhecimento sem que eu tivesse, mesmo durante sua fala, feito qualquer pergunta. Achei que ele estivesse tentando ser agradável e contando aquelas coisas sobre as quais sabia que eu gostaria de ouvi-lo falar. E uma segunda vez – em uma visita dominical a ele e sua família, que era para ser breve, mas que suas histórias e de D. Maria Rita tornaram agradavelmente longa – expressou menos certezas e ainda muitas dúvidas sobre a definição do Talhado como um quilombo.

Só percebi que ele estava respondendo mais uma vez aquelas questões que várias vezes tivera que responder, quando há alguns meses me deparei com as transcrições de Jordânia. Das duas conversas com Seu Damião, pouca

coisa foi para meu diário de campo, pois as considereei como momentos extra-campo; como momentos de confraternização com amigos; como momentos em que não estava com os sujeitos matéria de uma pesquisa. Mas o cerne das opiniões dele (ainda que contidas), percebi, estavam nessa entrevista da qual reproduzo uma parte, porque a considero emblemática das dúvidas da comunidade sobre sua nova identidade e porque é o que eu também, com outras palavras, ouvi dele. Dúvidas que expressam um processo bem mais dos que as certezas, que, às vezes, parecem mostrar a sua conclusão, se é que este se conclui. Assim, é a relação com a sociedade de Santa Luzia que leva Seu Damião a ter que se posicionar. O diálogo entre ele e Jordânia foi o seguinte:

O senhor sabe que o Talhado recebeu a certidão de comunidade remanescente dos quilombos?

– Rapaz eles inventaram essa história desse tal de quilombo pro Talhado mais eu não acredito nisso não.

Seu Damião, o que o senhor acha desse reconhecimento?

– Não há uns dois anos pra cá ta batizado por quilombo mais que lá o nome da comunidade é Talhado. Tem muita gente daqui que num que ser do Talhado não, o caba perguntar de onde é, não, num sei onde é o Talhado não, conheço não. Sendo tudo de lá. Têm muitos daqui.

E o senhor acha esse reconhecimento importante?

– De quilombo? É que ta batizado agora num tem mais outro, mas enquanto o povo num se acostumar tem sempre chama o Talhado né? Inventaram esse tal desse quilombo, mas, disse que lá teve índio teve tudo mas, num é do meu conhecimento não. Eu nasci, faz 63 anos que eu nasci lá e me criei e nunca vi esse negócio de índio lá não. Os índio de lá é os caba bêbedor muito de cachaça. Se for pra tomar cachaça tem uns caba lá. É os índio que tem lá.

O senhor já ouviu falar sobre o que é um quilombo?

– Num entendo esse negócio não. Eu num sei lhe informar esse negócio de quilombo, o que é que significa não, num sabe? Esse povo de fora é que inventaram esse negócio de quilombo pro Talhado um lugar dos índio, aí num sei de que, aí inventaram isso. Mas, sei não.

Este bairro recebeu uma certidão de quilombo urbano, o senhor está sabendo disto?

– Rapaz eles inventaram isso aqui, mas, num sei como é não.

Mas já receberam a certidão?

– Mas, é perdido, o povo não considera isso e, é perdido esse negócio de quilombo pra lá e o caba da a certidão de quilombo. Que nem ta esse chão aí, a conversa que tem que nesse outro campo eles vem tirando tudo, o DNOCS, vem arrancado tudo, entendeu? E acha que aí vai ser arrancado também, porque diz que aí é do quilombo. Mas tem tanta gente que num é nem aderente do quilombo e ta aí com chão de casa, levantando uma casa. Eu mesmo sou do quilombo e não tive coragem de entrar aí porque eu num gosto de tomar nada de ninguém. (DAMIÃO DA SILVA)

Isto o quê o Talhado agora tem que ser – partindo do que sempre se pensaram e a partir do que começam a se repensar –; e aquilo que o Talhado tem e que o particulariza, tem se mesclado com a maneira que os “de fora” os vêem e a partir desta mescla, dessa interação, a qual não apaga as fronteiras entre eles e nós, vem se reelaborando a identidade deles, agora como uma identidade étnica atribuída e auto-atribuída. O conteúdo para isto, repito, tanto vem de dentro, como é trazido pelos “de fora”, numa relação que cruza fronteiras sociais, mas as conservam.

Quando Terezinha da Nóbrega afirma que o Talhado é um quilombo para dar a ele uma condição de direitos, está realizando uma nomeação que antecipa e que precede a uma nomeação. Há poucos parágrafos atrás pedi emprestadas as palavras de Bourdieu para explicar como a nomeação, por aquilo que anuncia, se torna uma profecia bem sucedida: ela é na verdade uma previsão bem fundamentada, ela descreve antecipadamente aquilo que está por acontecer. Terezinha da Nóbrega não está nomeando o Talhado, mas o requerimento que fez à FCP redundou na certidão emitida por esta instituição. A FCP, sendo um órgão do Estado, é quem realiza a nomeação do Talhado.

4.2. NOMEAÇÃO

A partir de 16 de abril de 2004 e de 20 de junho de 2005, a Comunidade Quilombo de Serra do Talhado e a Comunidade Urbana de Serra do Talhado, respectivamente, foram **nomeadas** pelo Estado como Comunidades Remanescentes dos Quilombos. A sua existência factual torna-se nestes momentos uma existência de direito; reverte-se, pois, a situação resumida por Linduarte Noronha ao final de **Aruanda** (1960): (...) isolado e pobre (...) Talhado é um estado social a parte do país. Existe fisiograficamente, inexistente no âmbito das instituições. Aceitando-se a data de sua fundação como sendo o ano de 1860, esta comunidade esperou 144 anos para ter sua existência reconhecida pelo Estado. Em que implica aquela nomeação e o que significa, agora, a existência do Talhado no “âmbito das instituições”?

Elucida-nos Pierre Bourdieu que uma sentença emitida pelo poder estatal, o poder consensual e legalmente instituído, através do:

Veredicto do juiz (...) a respeito de coisas ou de pessoas ao proclamar publicamente o que elas são na verdade, pertence à classe dos *actos de nomeação* ou de *instituição* (...); ele representa a forma por excelência da palavra autorizada, enunciada em nome de todos e perante todos: estes enunciados performativos, enquanto juízos de atribuição formulados publicamente por agentes que actuam como mandatários autorizados de uma colectividade e constituídos assim em modelos de todos os actos de categorização (...), são actos mágicos que são bem sucedidos porque estão à altura de se fazerem reconhecer universalmente, portanto, de conseguir que ninguém possa recusar ou ignorar o ponto de vista, a visão que eles impõem.

O direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado. (BOURDIEU, 2004, P.236-237)

No caso do Talhado quem agora o chama de *quilombo* é o Estado que, com isso, reconhece sua existência e os seus direitos, também instituídos pelo Estado e outorgados através da nomeação. A recomposição da identidade quilombola do Talhado, que teve início através da relação deste com a sociedade envolvente, se torna ainda mais complexa com a entrada do Estado neste campo, ou como analisa Arruti (2008, p. 335) "é instituído o Direito e o seu garantidor, o Estado, detentor da palavra autorizada por excelência".

A presença do Estado, a afirmação por este dos direitos do Talhado e de sua condição legal de quilombo no sentido contemporâneo deste termo deveriam fazer, como explica Bourdieu, com que ninguém recusasse a situação legalizada pelo Estado. Ora, em Santa Luzia, depois de pouco mais de quatro décadas se afirmando, ou ao menos aventando, a possibilidade da origem quilombola do Talhado, coloca-se em dúvida essa identidade tantas vezes nominada. Os canais através dos quais se chegou a sua nomeação e o garantidor desta têm sua autoridade contestada.

Não, Bourdieu não está errado. Depois desta sua explicação acima transcrita, esclarece ele que, ainda que pareça não concordar com a realidade, sua análise permite sim a compreensão exata do poder simbólico. Lembra ele que, para Montesquieu, se a sociedade não é transformada por decreto, da mesma forma a consciência social sobre

A eficácia dos actos jurídicos não deve levar a ignorar ou negar aquilo que faz a eficácia própria da regra, do regulamento e da lei: a justa reação contra o juridismo, que leva a restituir ao seu lugar, na explicação das práticas, as disposições constitutivas do *habitus*, não implica de forma alguma pôr entre parênteses o efeito próprio da regra explicitamente anunciada. (BOURDIEU, 2004, p. 239)

Pois bem, as relações interétnicas em Santa Luzia não foram transformadas por decreto, no sentido de se eliminar as tensões ou as discriminações que comportam; exatamente porque ocorreu uma reação contra os atos jurídicos do Estado, uma reação ao direito enunciado. O Talhado continua sendo contestado, ou melhor, os direitos do Talhado não são admitidos. Mas o Estado não garante estes direitos? Bem, o “outro lado” também é nomeado pelo Estado. Temos agora um campo constituído por instituições com direitos reconhecidos, mas conflitantes, a nomeação não anulou o conflito entre os *negros do Talhado* e a sociedade envolvente. Na perspectiva de Simmel (1983, p. 122) “admite-se que o conflito modifique grupos de interesse”, mas esta mudança não suprime o conflito, aliás, nesta perspectiva é ele que confere dinâmica à sociedade.



Vista parcial do Galpão. No centro da foto, o forno.
Ao fundo, parte da área reivindicada pela comunidade, (2007).

Até o auto-reconhecimento este foi um conflito camuflado, pois o Talhado, no alto da serra tinha o seu lugar. Ninguém queria o lugar do Talhado e nem aqueles deste lugar reivindicavam alguma coisa na cidade. Após a nomeação pelo Estado o Talhado pôde, finalmente, reivindicar seus direitos, e

o fez. Neste momento, aqueles que aprovaram o requerimento para a identificação daquela comunidade como remanescente das comunidades dos quilombos, passaram a contestar esta identidade.

O que é um quilombo? Quem disse mesmo que eles eram quilombolas? Linduarte Noronha? Quem mais? O GCNZP nem sequer é lembrado. Mas as histórias (feitas pelos não quilombolas) não levantavam a possibilidade de eles serem quilombolas, histórias, aliás, utilizadas para que se realizasse o auto-reconhecimento? Histórias podem ser recontadas. É preciso “confirmar” essas histórias. E é assim que segmentos do Estado e da sociedade de Santa Luzia partem para a contestação da identidade quilombola do Talhado. E me pergunto se quem contesta esta identidade pensa que pode anular a certidão conferida pela FCP e, com isso, reverter a situação para o momento anterior a ela, e com isso anular todas as pretensões de direitos do Talhado.

OLHARES ACADÊMICOS SOBRE O TALHADO

No ano de 2007 o historiador, e também vereador, Joselito da Nóbrega defende uma dissertação na qual contesta a identidade quilombola do Talhado. Uma das fontes analisadas para afirmar que a etnicidade quilombola e o discurso que a sustenta foram construídos e impostos de fora são dois trabalhos acadêmicos escritos sobre o Talhado – o de Cavalcanti (1975) e o de Santos (1998). Outra fonte é o filme de Linduarte Noronha (1960). Seu argumento principal é que nem na memória dos atuais membros do Talhado e nem em referências históricas documentais existe alguma menção a um passado quilombola.

Afirma Nóbrega que “internamente, o reconhecimento é individualizado, e cada um se posiciona sobre o assunto de forma estratégica, conforme as circunstâncias e conveniências” (2007, p. 140). Também considera que – e isto baseado, como ele mesmo diz, no conceito de identidade étnica de Barth – a identidade quilombola deles não é produto de um “processo interno e externo”, porque mesmo identificado de fora, internamente o grupo, em sua *totalidade* não se diz quilombola. Como *todos* não se identificam como quilombo, então, não seria quilombo. Para Nóbrega (*idem*), o Talhado assumiu esse discurso quilombola porque “aderiu (de forma estratégica) motivado pela politização do

movimento negro contemporâneo e pela expectativa de poder usufruir das políticas públicas de ações afirmativas do governo Lula”.

Nóbrega, mesmo recorrendo a Barth, ficou a um passo da compreensão que a identidade (a étnica inclusive) é sim um instrumento usado estrategicamente pelos indivíduos de um grupo, como diz o ainda sempre atual Max Weber “a comunhão étnica (...) não constitui em si mesma uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias. Fomenta relações comunitárias de natureza mais diversas, mas, sobretudo, conforme ensina a experiência, as políticas”; e que o processo no qual ela é gerada, é iniciativa dos de fora. É louvável a pesquisa realizada por ele mas, como argumentei anteriormente, é provável que sua imersão nesta questão que tanto polariza a atenção e os interesses da sociedade de Santa Luzia tenha levado-o a considerar este processo como sendo de mão única, bem como a esquecer que quem ele chama “de fora” é a própria sociedade desta cidade.

Os trabalhos que Nóbrega analisa e que, estranhamente, considera a base da construção dos discursos quilombolas, são obras que não consideram o Talhado um quilombo. Digo estranhamente, porque ele, além de analisá-los, também entrevistou seus autores e concluiu e que estes não constataram um passado quilombola do Talhado.

A dissertação de Josefa Salete Barbosa Cavalcanti **Talhado, um estudo de organização social e política** (1975), é considerado um estudo pioneiro a respeito de comunidades rurais negras. É nele que é descrita e analisada, pela primeira vez, a partir de uma visão sócio-antropológica, a comunidade do Talhado. A proposta de Cavalcanti (1975, p. 1) é “demonstrar como um grupo de indivíduos, vivendo em condições de semi-isolamento, consegue resolver problemas de organização social e subsistência, garantindo sua unidade e continuidade”.

Apresenta aspectos relevantes do grupo, como o parentesco, pelo qual ele se organiza socialmente, e a posse da terra, que sustenta as relações sociais. Descreve a organização econômica desta comunidade e como garantem sua subsistência. Mostra, também, as relações políticas, internas e externas, do Talhado.

O Talhado que Cavalcanti (1975, p. 69-70) observou, levam-na a concluir que este pode ser considerado uma comunidade camponesa. Comunidade que é estigmatizada e desacreditada perante as comunidades circunvizinhas. Pressupõe Cavalcanti que o seu semi-isolamento foi o recurso encontrado pelo grupo “para viver livre das pressões do branco”.

Ainda de acordo com suas observações, Cavalcanti (idem) nos diz que, para os talhadinos, ao lado das relações de parentesco, “a propriedade da terra se constitui em um aspecto dos mais relevantes para a manutenção da unidade do grupo”. Ao lado da terra, constata Cavalcanti, a cerâmica, além de refletir a estrutura social, é outro importante recurso para garantir a continuidade desta comunidade.

Além disso, ao notar um incipiente e constante deslocamento de seus habitantes para se fixarem na cidade, Cavalcanti considerou que seria possível que estes novos contactos que os membros do Talhado começavam a sedimentar mais firmemente com a sociedade envolvente, os levassem,

A uma participação mais efetiva com o mundo exterior. A forma pela qual isto ocorrerá dependerá das possibilidades de escolha dos indivíduos, isto é, da capacidade com que desenvolvam os mecanismos para reter o patrimônio da terra e os indivíduos no grupo. Se esses não forem eficientemente manipulados, fatalmente desaparecerá a base física que sustenta as relações sociais entre os indivíduos, o que levará, conseqüentemente, a uma re-organização do grupo. (CAVALCANTI, 1975, p. 71)

Antes de encerrar sua dissertação com este vislumbre do futuro, que hoje sabemos, em grande parte é realidade, Cavalcanti (1975, p. 69) faz uma rápida menção a uma incerta origem do grupo em “milícias de grandes proprietários rurais” ou ainda que ele pudesse ser “oriundo de antigos quilombos”. Esta é a única menção à noção de quilombo expressa em todo este trabalho de Josefa Salete Cavalcanti.

Apesar desta menção rápida, Cavalcanti não considera seriamente em nenhum momento esta possibilidade, mesmo porque sua dissertação não se propõe a abordar a comunidade sob este aspecto. E quando aborda a origem da comunidade, o faz rapidamente apenas para contextualizá-la historicamente. Destarte, estes são os motivos pelos quais considero estranho que o trabalho de Cavalcanti possa servir para construir um dito “discurso

quilombola”. Claro está que se pode utilizar qualquer obra, mesmo que indevidamente, para apoiar qualquer argumento, ainda que a custo de falsear a intenção original daquela.

No contexto de produção de sua pesquisa não havia sentido em associar o grupo a uma suposta condição quilombola. Ao contrário, na tradição dos trabalhos sociológicos e antropológicos da época, o Talhado revelou-se como absolutamente adequado à investigação da condição camponesa. Por isso mesmo fez-se um cuidadoso estudo etnográfico de uma comunidade rural negra. O que nos permite questionar o que leva um historiador a reivindicar o uso de categorias deslocadas de seu contexto histórico: quilombola, remanescente, quilombo. Estes são termos ressemantizados em um processo histórico. Mais uma vez é preciso lembrar e recomendar a leitura da brilhante discussão construída por Almeida (2002).

José Vandilo dos Santos também escreveu uma dissertação a respeito do Talhado, defendida em 1998, esta obra teve como objetivo analisar a identidade étnica do Talhado, partindo da idéia que esta é construída a partir das tensões sociais estabelecidas entre os componentes do Talhado e os de Santa Luzia. Santos, em sua pesquisa realizada mais de vinte anos após aquela feita por Cavalcanti, encontra já consolidada aquela tendência de migração dos moradores do Talhado do meio rural para o meio urbano.

A territorialidade, em função desta realidade de movimentação espacial; o parentesco, através da memória que remete o grupo a um ancestral comum; e a questão racial pelo estigma e pela discriminação que sofrem, são os elementos apontados por Santos a partir dos quais o Talhado estaria construindo uma identidade étnica.

Mas se Cavalcanti vislumbra uma comunidade em busca de novas perspectivas na cidade; Santos detecta o projeto desta mesma comunidade de retornar ao seu lugar de origem. Ao encontrar um membro da Irmandade do Rosário que tem o projeto de criar uma consciência negra que congregue todos negros da região, nos moldes do movimento negro da Bahia, Santos percebe o que Cavalcanti percebeu; o mesmo que outros que lá estiveram também notaram; aquilo que eu, assim como estes, também observei: os *negros do Talhado* não são discriminados apenas por serem negros, são discriminados

porque são *do Talhado*. Ser negro da Pitombeira parece não ter uma conotação tão negativa como ser negro do Talhado⁵⁹.

A demarcação acentuada de fronteiras e locais de origem faz com que, apesar de terem uma origem que parece apontar para ancestrais comuns e uma relação de parentesco através de casamentos que ao longo dos tempos vêm se realizando entre seus membros, os moradores originários da Pitombeira e aqueles originários do Talhado se vejam como diferentes e que, por isso mesmo, mantenham projetos diferentes.

Comparando as narrativas de membros da Pitombeira com aquelas de moradores do Talhado, Santos percebeu que o projeto de criação de uma consciência negra para unir os negros da região tinha pouca probabilidade de sucesso, e não apenas pela separação entre as duas comunidades, mas por projetos diferentes e pela ausência, nos do Talhado, de uma “consciência de raça”.

No momento da realização de sua pesquisa Santos (1998, p.123) encontrou, na cidade, um grupo que não se reorganizou neste meio, segundo o modelo que seguia no meio rural, como descrito por Cavalcanti; por este motivo estariam, na época, fazendo acordos com lideranças da cidade para retornarem ao alto da serra, onde, através de uma cooperativa, teriam condições de construir uma vida melhor. De acordo com Santos o processo de reconstrução da identidade do Talhado estava,

Apoiado na memória de um passado em que a comunidade viveu isolada com todos os seus membros. E o projeto [*de retorno*] está baseado nesta memória. Não há sinais de que o projeto do Talhado aponte para a reconstrução com elementos novos, como é o caso do projeto dos membros da Irmandade do Rosário, por que eles não têm uma memória ancestral que os situe na África, como é o caso do movimento baiano. A localidade é a marca mais forte do grupo do Talhado e seu projeto está preso a ela, nada impede, porém, que na próxima década eles tenham adquirido uma consciência de raça. O que prevalece, no entanto, é uma consciência étnica. (SANTOS, 1998, p. 123)

⁵⁹ Pesquisas em andamento, efetuadas por Eulália Bezerra de Araújo e Jordânia de Araújo Souza, respectivamente no bairro de São Sebastião, o Monte, sobre o auto-reconhecimento deste em tramitação na FCP; e sobre parentesco e territorialidade na Pitombeira, poderão responder com mais segurança esta observação.

Na obra de Cavalcanti o Talhado é analisado a partir de sua condição de comunidade rural que garante sua unidade e continuidade através de sua organização social e política. Na de Santos é analisada sua identidade étnica, a partir da qual ele tentava se reestruturar socialmente. Sem elementos novos, como a consciência de raça, que sustentassem sua unidade de grupo no novo ambiente, acalentou o projeto de retorno às origens e ao antigo território, marca de sua identidade.

Uma memória quilombola possivelmente não era nem remotamente referida quando da pesquisa de Josefa Salete Cavalcanti, senão, certamente teria dado mais atenção a ela. No contexto da produção de sua pesquisa não havia sentido de associar o grupo à uma suposta condição quilombola. Ao contrário, dentro da tradição dos trabalhos sociológicos e antropológicos da época, o Talhado revelou-se como absolutamente adequado à investigação da condição camponesa. Por este motivo é que Cavalcanti realizou um estudo a respeito de uma comunidade rural negra. A par disto, não há como não questionar o que leva um historiador a reivindicar a utilização de categorias – quilombo, remanescentes de quilombos – deslocadas de seu contexto histórico. Estes termos vieram a ser ressemantizados em um processo histórico (a este respeito, ver a brilhante discussão realizada por Almeida, 2002). Na época que Vandilo dos Santos realiza sua pesquisa a memória que orienta a identidade do grupo ainda é a de uma comunidade rural; e, também ele, não cogita de uma memória, e menos ainda, de uma identidade quilombola. A falta de expressividade deste tema na época e a conseqüente falta de significado para a comunidade e para o meio acadêmico levam Santos (1998, p. 35-38) a tangenciar a questão quilombola hoje tão presente no Talhado, mas sem cogitar de sua futura importância.

Referindo-se a uma antiga reportagem sobre o Talhado, afirma que, baseado na parte informativa desta “de fato, os negros da Serra do Talhado são restos de um antigo quilombo”. E acrescenta que é adequado afirmar “que a hipótese do jornalista é rejeitada pelo povo do Talhado, como também nosso estudo que não se propõe a verificar se a comunidade se trata de um quilombo ou não, apenas apresentamos algumas semelhanças”.

São estes dois trabalhos que Nóbrega diz que ajudaram a construir o discurso quilombola apresentado pelo Talhado – discurso que não teria sido

construído por seus membros, mas sim dado a eles, e que tal qual papagaios bem adestrados, eles hoje o repetem em troca dos benefícios das políticas sociais do Governo Federal. Aqui é de lamentar a representação que se faz dos membros desta comunidade; ao mesmo tempo que são vistos como uma massa passiva, moldável à vontade alheia; seriam, simultaneamente, interesseiros e calculistas.

Quanto aos trabalhos de Cavalcanti e Santos, acredito que é possível, sim, que se tenham utilizado deles para tanto. Pessoalmente adoro aquela comparação que se faz de livros (obras escritas) como sendo iguais aos nossos filhos, são criados por nós, mas quando ganham o mundo adquirem vida própria e são apropriados pelos outros. Neste caso, penso o Talhado e as referidas obras como sendo os filhos. Mas até onde alguém pode se apropriar deles? É preciso lembrar, também, que eles têm vida própria!

O TALHADO POR SI; E O ESTADO, POR QUEM?

Para Bourdieu (2004, p. 238), é tal a eficácia de enunciação criadora dos atos simbólicos que “ao consagrar aquilo que enuncia, o coloca num grau de existência superior, plenamente realizado, que é o da instituição instituída”. Tal e qual esta citação é feita por Arruti (2008, p. 338). Com ela procura demonstrar que a categoria “remanescente de quilombos” é um exemplo de como o poder simbólico detido pelo Estado pode recriar aquilo que nomeia. E também considera Arruti, que ela

É um exemplo, em um sentido contrário e complementar a este, de como tais criações, por estarem fundamentadas no campo prático-discursivo do Direito, dependem de um universo de intérpretes que ultrapassa em muito o campo de ação do próprio Estado, abrindo-se a um largo círculo de agentes que, ao disputarem uma determinada leitura da lei, moldam a realidade ao moldarem o direito. (ARRUTI, 2004, p. 238)

A nomeação do Talhado e o reconhecimento de seus direitos pelo Estado deveriam ser acatados pela sociedade, mas isto não implica que assim seja. Já dizia Lewis Carrol que “se assim foi, assim pôde ser; se assim fosse, assim poderia ser; porém como não é, não é. Isso é lógica”.

A sociedade envolvente interpretou o Talhado como um quilombo; contou a sua história como sendo ele um quilombo; nomeou-o quilombo; deu início ao processo que o reconheceu como quilombo. Agora ele se acha quilombo; agora ele quer contar a sua história; agora ele quer os seus direitos de quilombo. Note-se que nesta situação há coerência de percepção e ação, *em alguns momentos e situações*.

Para deslegitimar o Talhado como quilombo, e assim negar seus direitos como tal, se diz que sua legitimidade está baseada em “livros apócrifos” e procura se instituir uma nova exegese capaz de anular seus direitos. Dizem que o Estado garante o direito, mas não garante que ele seja usufruído. Como diz Arruti, aquilo que o Estado nomeia depende de intérpretes que disputam posições e tentam moldar a realidade moldando o direito.

O Talhado não sabe porque não se efetivam as políticas públicas às quais ele tem direito. Mas eles começam a perceber que se não tomarem a frente de suas reivindicações as coisas não vão mudar para eles. O que pode fazer? O que devem fazer? Como fazer? Quem deve fazer? São as questões que pessoas como Céu, Gilvaneide, Da Guia e Titico, sabem que têm que responder e já sabem ou desconfiam das respostas adequadas. Mas o seu cacife para este jogo ainda é pequeno, mas é com ele que têm que jogar.

Eles são alguns dos agentes nesse campo de relações e disputas inter-étnicas. Cada qual com suas interpretações; cada qual tentando moldar a realidade moldando o direito. Este campo de agentes em disputa se perfilou para uma batalha na luta por estes direitos.

No dia 6 de março de 2009 ocorreu na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Luzia uma sessão especial convocada pelo vereador e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, Bivar Duda. Nesta sessão foi debatido o laudo realizado pela antropóloga do INCRA Maria Ester Pereira Fortes (2008) para demarcar o território do Talhado urbano.

No ano de 2007, terrenos vizinhos as casas dos membros do Talhado, na área quilombola do Bairro São José, auto-reconhecida pela FCP, começou a ser invadida por não-quilombolas que deram início à construção de algumas residências. Esta área pertencente ao DNOCS é ocupada pelos quilombolas, por rendeiros, e por outras pessoas não-quilombolas que há muito tempo já residiam no bairro. Mas com o auto-reconhecimento, parte dessa área passou

a ser reivindicada pela comunidade do Talhado por considerarem-na necessária ao seu sustento. Isto gerou uma grande tensão em Santa Luzia.

O debate foi conduzido pelo vereador Joselito da Nóbrega juntamente com o vereador Bivar Duda. A Câmara de Vereadores estava literalmente tomada pelos pequenos agricultores que estavam tendo uma parte de suas terras reivindicadas pela comunidade do Talhado.

Avisado que aconteceria essa sessão especial, saí de Campina Grande no começo da tarde do mesmo dia. Quando saí da casa que estava hospedado para ir até a Câmara de Vereadores, o fiz embaixo de uma tempestade, a qual não diminuiu nem um pouco a temperatura e nem o clima da sessão. Quando entramos, Aderivaldo da Nóbrega e eu encontramos lugares vagos na segunda fila. Sentei na penúltima cadeira antes da que estava encostada na parede, nesta quem estava sentada era Maria do Céu (Céu), a presidente da Associação das Louceiras, que estava ali como representante da comunidade. Apenas ela, sozinha junto à parede como quem queria escapar dos olhares e do clima de hostilidade.

Como representantes do INCRA se fizeram presentes as antropólogas Ester Fortes e Fernanda Lucchesi. O DNOCS tinha como representantes o seu diretor estadual e a gerente local; a presença destes se explica pelo fato de as terras ocupadas pelos posseiros pertencerem a este órgão. Também cidadãos de Santa Luzia se fizeram presentes para dar sua opinião.

A pequena sala deste novo prédio da Câmara de Vereadores, uma casa remodelada, localizada entre antigas casas contíguas à parte anterior da Igreja Matriz, comporta, aproximadamente, 50 pessoas sentadas. Todos os lugares estavam ocupados. Em pé, na área de trânsito entre a entrada e as mesas dos vereadores, ao lado do plenário ou sentados em uma escadaria de dois lances que dá acesso ao primeiro andar, espalhavam-se mais umas vinte pessoas. No saguão, que está separado da assembléia por uma parede sem porta e do qual é possível ouvir claramente a sessão, encontravam-se mais umas dez pessoas.

O que se encenava aí era uma peça cujo roteiro, alguns pareciam conhecer e achar que tinham força para impor. Porém, em cena, existiam papéis e atores que aparentemente foram esquecidos e colocados como platéia passiva.

O que estava em jogo, para Bivar Duda, entre outras coisas, era o seu prestígio como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ele tinha que defender os posseiros, mesmo sendo contra os quilombolas que são, também, seus eleitores, além de serem do mesmo modo, alguns, pequenos agricultores, outros, trabalhadores rurais. Ele foi pressionado pelos posseiros a tomar partido em defesa destes, e ainda que tenha acordos políticos com o Talhado, tomou, sim, o partido daqueles.

Para o presidente da Câmara de Vereadores, bem como para a maioria dos vereadores, a preocupação era para que não viesse a ocorrer, na pacata Santa Luzia, enfrentamentos entre posseiros e os sem-terras, leia-se quilombolas, como “vemos diariamente, pela TV, ocorrer Brasil afora. Aqui somos todos conhecidos uns dos outros e não vamos permitir esse tipo de baderna. Todos sabem que estas terras sempre foram dos posseiros”. Esta última sentença foi um recado para Céu, a representante do Talhado. Era para que ela entendesse que aquelas terras não pertenciam aos quilombolas e eles não tinham nenhum direito sobre elas; que deveriam ficar quietos em seu lugar. Outras pessoas da platéia, bem como vereadores, que fizeram uso da palavra, deram este mesmo “recado” à Céu. No entanto, antes que aparecesse nos discursos esta separação entre quilombolas e não-quilombolas, foi afirmado que ali, aqueles que estavam disputando terras eram todos pessoas humildes, pessoas pobres e por estarem, pois, todos “no mesmo barco”, é que deveria ser evitado esse confronto. O melhor seria deixar tudo como estava. Os quilombolas nas casas que já possuíam; os rendeiros nas terras do DNOCS.

Para os posseiros, era o seu pedaço de terra há muitos anos ocupado e explorado que estava em jogo. Mesmo não tendo a escritura das terras, eles se pensam como donos delas, são eles que as ocuparam, e é delas que tiram seu sustento. Seus filhos se consideram herdeiros destas terras. As terras em questão pertencem ao DNOCS que administra os três grandes açudes que cercam Santa Luzia e por pouco não a transformam em uma ilha.

O DNOCS, sempre cedeu o uso das terras em seu poder não apenas para os posseiros que as cultivam e criam animais nelas; além disso já viu uma considerável área destas suas terras ser ocupada pela expansão urbana da cidade. Vários bairros, como é o caso do São José, onde está o Talhado urbano, cresceram em direção às margens dos açudes do DNOCS. Nesta

sessão, o seu diretor estadual invocou direitos antigos e novos, estes, segundo ele, baseados em resoluções recentes da Presidência da República que dão a este órgão um poder total sobre o entorno dos açudes sob sua responsabilidade em função destes terem sido considerados área de proteção ambiental. Posicionou-se contra tudo e todos dizendo que ninguém iria decidir nada sobre as terras que cabe ao DNOCS administrar. Nem os poderes locais nem os federais ou estaduais iriam passar por cima das prerrogativas desta instituição. Na verdade estava tentando parecer neutro, quando estava, também ele, a favor dos posseiros e mandando um recado ao INCRA: vocês não podem decidir sobre aquilo que está sob nossa responsabilidade.

Aos quilombolas, em sua maioria, interessa uma área menor do que aquela sobre a qual estava se discutindo. Na verdade o que a maioria deles pediu, individualmente, foi apenas terrenos dentro do bairro São José, nos quais já construíram ou estão construindo suas casas. Terrenos estes que se localizam junto às terras ocupadas pelos pequenos agricultores. Segundo alguns membros do Talhado, com os quais mantive contato depois da sessão, apenas um dos quilombolas é que pediu as terras dos posseiros. Além de um terreno para fazerem suas residências, pedem um local para construírem uma creche, um lugar para comercializar a louça e alguma área onde possam desenvolver algum empreendimento que gere renda para a comunidade.

A questão destas terras foi abordada a partir de conceitos e procedimentos como *território, quilombo, quilombolas, indenização fundiária, laudos antropológicos e área de proteção ambiental*, sem que aqueles que deles se utilizaram tivessem uma noção precisa sobre o que estavam falando. Em vários momentos deste debate a antropóloga do INCRA, Ester Fortes, teve que explicar pacientemente o significado destas expressões para os presentes, que se utilizavam delas conferindo-lhes significados que atendiam apenas ao interesse próprio de cada um, e sempre contra os interesses do Talhado. Mesmo o vereador Joselito Nóbrega, historiador e autor de uma dissertação sobre o Talhado, confundiu quilombo histórico com quilombo contemporâneo.

Foi questionado o valor das indenizações pagas pelo INCRA, alegando-se que este valor seria pago em títulos da União, o que prejudicaria os rendeiros, que não receberiam o valor real pelas "suas terras" (?) e teriam em mãos títulos que ninguém queria aceitar como moeda de troca ou pagamento.

E mais uma vez a antropóloga do INCRA teve que explicar que este não era o procedimento vigente, que quando ocorre este tipo de desapropriação, o proprietário recebe em dinheiro o valor que as terras possuem, no momento, no mercado.

Foi lembrado que os do Talhado tinham suas terras no alto da serra, "então, por que não ficavam com elas?" Sem razão foi argumentado que o forno usado pelas louceiras para "queimar" a louça fazia muita fumaça. A este argumento respondeu Céu, que uma dada padaria também fazia muita fumaça, que esta fumaça atingia as casas dos quilombolas e que eles nunca tinham reclamado; e que a fumaça feita pelo forno das louceiras, por estar nos limites do bairro ia em direção ao campo. E foi sugerido que se removesse todos os quilombolas do bairro São José e que fossem instalados, num conjunto habitacional a ser construído, em um terreno onde havia se localizado um antigo lixão. Sobre este fato, posteriormente, ouvi o comentário de que esta é uma imagem bem expressiva, pois nela estão juntos o lixo e a distância.

Apesar de serem todos "pobres", os direitos eram considerados diferentes. Havia, grosso modo, os direitos do DNOCS; os direitos dos moradores não-quilombolas do São José; os direitos dos invasores da área quilombola (mas esta invasão não foi lembrada por nenhum não-quilombola); os direitos dos rendeiros e havia claro, os direitos dos quilombolas, mas porque não exercer os direitos destes no antigo lixão ou no alto da serra?

Enfim, penso que aqui estão bem definidos os atores em confronto neste campo. Esta é mais uma situação que considero emblemática das relações entre a comunidade quilombola, a sociedade envolvente e os poderes constituídos. A concepção de quilombo contemporâneo, como constata Arruti (2008, p.338) "deu tradução legal a uma demanda coletiva pela pluralização dos direitos".

Cada agente neste campo de disputas vai dar sua interpretação da situação para fazer valer mais o seu direito, e menos o direito do outro. Por isso, digo, mais que uma identidades, se constrói e disputa, aqui, espaços sociais e direitos. E o Estado, como se situa nesta disputa?

Quando se fala em Estado não consigo deixar de lembrar a definição de Zaratustra (Nietzsche) falando sobre o novo ídolo; declara ele:

“Em alguns lugares ainda há povos e rebanhos, mas não entre nós, meus irmãos: aqui há Estados. Estado? O que é isso? Estado chama-se o mais frio de todos os monstros frios. Friamente também ele mente; e esta mentira rasteja de sua boca: “Eu, o Estado, sou o povo”. (NIETZSCHE, 1983, p.232)

A declaração de Zaratustra é feita com o tom exaltado da profecia. Nada proféticas e mais analíticas são as ponderações de Fredrik Barth a respeito da relação entre o Estado e a etnicidade. Barth (1994, p. 29) reconhece que sua teoria sobre a etnicidade falha ao ter conferido pouca atenção ao papel do Estado. Assim como Bourdieu (2004), considera que o Estado pode providenciar um “campo de bens públicos que poderá distribuir a certas categorias de pessoas ou deixá-lo aberto a competições”. E ainda, que cada vez mais assistimos

Novos grupos a organizarem-se e a exigir acessos e direitos nestes mesmos Estados e, ainda mais recentemente, Estados a agir através de procedimentos administrativos e a seleccionar refugiados de campos distantes ou impondo quotas anuais de acesso... (...) Desta forma, os Estados modernos geram, muitas vezes, distinções categoriais no campo de variação cultural contínua e, como tal, os tipos de grupo que, de acordo com a teoria mais restrita, são supostamente contrários a estas estruturas estatais. (BARTH, 1994, p. 29)

A partir das observações por mim realizadas e dos relatos e análises da antropóloga do INCRA, Maria Ester Pereira Fortes, (2008 e web, s.d.), acredito que o Estado é mais um ator no cenário destas relações inter-étnicas. Mas não se limita a ser um ator, ele é, também, diretor, roteirista, produtor, pois neste cenário está em jogo, como diz Bourdieu (2004, p. 236), “o monopólio do poder de impor o princípio universalmente reconhecido de conhecimento do mundo social, o *nomos* como princípio universal de visão e de divisão (...), portanto, de *distribuição* legítima”. Desta forma, fiquei satisfeito em ver que minha percepção não destoava da análise de Barth que, também, vê o Estado como um ator. Segundo ele, se relacionarmos as políticas dos Estados com o núcleo produtor destas políticas, poderemos, então,

Apresentar o poder representado pelo Estado como um terceiro agente que pode ser nomeado no processo da construção de fronteiras entre grupos, em vez de confundirmos o regime, os seus poderes e interesses, com os conceitos menos claros de Estado e Nação. Regimes diferentes requerem condições muito diferentes para a sua perpetuação, bem como agendas igualmente diferentes, e portanto, como actores seguirão políticas distintas em relação a categorias e movimentos étnicos nas populações que

procuram controlar. A gestão da identidade, a formação da comunidade étnica, as leis e as políticas públicas, as medidas e os interesses dos regimes, bem como os processos globais, fundem-se e formam um complexo campo de políticas e processos culturais. (BARTH, 1994, p. 30)

Que roteiro segue, que papel desempenha? Segundo a análise acima citada, isto vai depender das relações mantidas com as categorias e movimentos étnicos com os quais estiver atuando. Este é mais um aspecto do campo que para ser compreendido necessita de um estudo e uma análise mais acurada, ou seja, é mais um aspecto deste complexo campo de relações sociais que pode se constituir em um possível caminho a ser abordado em estudos posteriores.

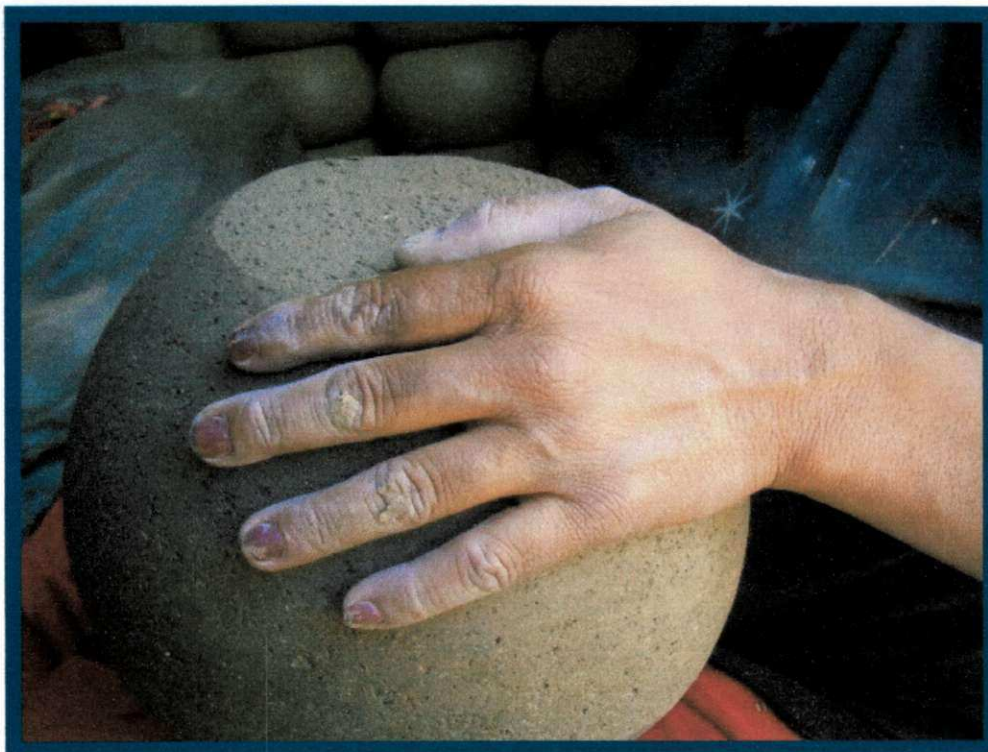
Mas ainda sobre a posição do Estado neste caso específico, quero lembrar que Maria Ester Fortes, a antropóloga do INCRA encarregada do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) do território da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, presente nesta sessão da Câmara, conta com mais detalhes este episódio, seus atores, bem como outros indiretamente presentes e do que aconteceu depois deste ato em um artigo, que recomendo a leitura, ao qual ela nomeou, digo, deu o *título, que considero muito sugestivo*, de **O Estado contra a sociedade?** Impasses em um processo de regularização territorial Quilombola (2009), no qual podemos ver, através das ações do INCRA nesta questão, a ambígua posição do Estado.

Antes de findar esta sessão na Câmara de Vereadores, algumas pessoas temiam pela integridade física de Maria do Céu na saída desta casa. Tinham medo que alguns dos que participaram desta sessão, em especial os posseiros e/ou familiares e simpatizantes destes partissem para a agressão física. Felizmente nada ocorreu; lá fora alguns poucos conhecidos, solidários com sua causa, esperavam por ela e a acompanharam até sua residência no bairro São José.

Diante deles estava inteiro o Mundo
Para seu gosto habitação tomarem,
E tinham por seu guia a Providência.

Dando-se as mãos, os pais da humana prole,
Vagarosos lá vão com passo errante
Afastando-se do éden solitários. (MILTON, 2003, p.467)

Nominado, nomeado e auto-definido. Assim, neste cenário e nesta complexa relação; num longo processo de nomeação e nomeação, do pejorativo “negros do Talhado” ao valorizado “quilombolas”, tentando se moldar como molda o barro, é que esta comunidade talha a sua identidade étnica.



Moldando o barro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi pedido aos moradores do Talhado, em várias ocasiões, que recuperassem a memória de seus ancestrais como ex-escravos ou a memória dos mais velhos a respeito de histórias sobre um suposto passado quilombola, para justificar a Certidão de Auto-reconhecimento emitida pela FCP que afirma que a Comunidade Quilombo de Serra do Talhado é remanescente das comunidades dos quilombos.

Foi pedido, depois, à Maria do Céu, que escrevesse a história de sua vida, e ela o fez sentada em baixo de uma árvore em algumas poucas folhas de caderno, para que outra Certidão de Auto-reconhecimento fosse emitida pela mesma Fundação reconhecendo, desta vez, a Comunidade Urbana de Serra do Talhado como remanescente das comunidades de quilombos.

Quando comecei a conviver com a comunidade, também quis conhecer as histórias que ficaram em suas memórias e descobri, surpreso, que não costuma contar muitas histórias, nem para eles mesmos e se esforçam, alguns, para atender ao nosso anseio de histórias; muitas destas histórias já considerando um possível passado de negros quilombolas.

Tentei fazer comigo este exercício de recuperar o passado, constantemente pedido a eles. E perguntei a minha memória **quando** passei a me interessar pelas questões étnicas ou pela questão quilombola. Lembrei das aulas de Etnologia Brasileira. Sim, foi ali que nasceu meu interesse pelo que agora pesquiso. Mas, depois, veio outra lembrança de um momento em campo pesquisando sobre religiosidade e reconsiderarei que foi **naquele tempo** que me interessei por etnicidade. Mais um *depois* e outra lembrança me veio à memória: e me vi no momento **quando**, no PET-Antropologia/MEC-SESu, tive a felicidade de ler sobre os Azande. E outro *depois* e minha memória recuperou lembranças de episódios que envolviam situações **em um tempo** que presenciei e/ou ouvi situações e declarações preconceituosas contra pessoas negras.

E agora eu lá querendo saber deles suas memórias e a ordem dos fatos. Bem, ponderando que convivo com um grupo que afirma que aqueles considerados os “portadores da memória” ou a perderam ou a guardam a sete

chaves, acho que consegui ver e ouvir bastante. Ouvi poucas histórias, mas ouvi opiniões fortes e significativas. E aquilo que vi, me disse tanto ou mais do que algumas histórias que apenas pude pressentir que existem e não ouvi. Mas a mesma ênfase das opiniões fortes, pois vêm dela, tem a vida que mostram e que não precisam expressar com palavras. A vida que está lá para quem quiser ver.

O Talhado, atualmente, é uma comunidade que cada vez mais sai de seu semi-isolamento e, nas suas relações sociais, expande suas fronteiras territoriais, mas principalmente suas fronteiras sociais; o que significa criar relações em um novo patamar. Ao mesmo tempo, é uma comunidade no alto da serra que se vê sumindo, os seus moradores descem e não voltam, suas casas caem e poucos querem continuar a morar lá. Ainda estão numa posição socialmente inferiorizada, mas com a nova condição querem positivar sua identidade.

A identidade quilombola que receberam com desconfiança, sentimento este que não se dissipou ainda, passa a ser assumida ostensivamente, pois o significado interno – valorização do ser negro e da cultura do Talhado – que conferem a ela, tem permitido a ação estratégica da comunidade nas suas lutas por uma posição social mais vantajosa. No entanto, ser *negro do Talhado* ainda não deixou de ser uma realidade a ser superada.

A sua história de negros e de oprimidos foi o ponto de partida para a recomposição de sua atual identidade; mas agora, na continuação deste processo, passam a positivar esta identidade a partir de uma caracterização mais favorável e que afirma mais ainda suas peculiaridades como comunidade distinta da sociedade em seu entorno. Por isto fazem questão marcar sua cultura com dois traços diacríticos que, realmente, têm distinguido a comunidade: a louça e o forró. E mais do que traços diacríticos, a louça e o forró se constituem em formas de sustento da comunidade.

A atual expansão e consolidação de suas fronteiras territoriais significa a possibilidade de reorganização desta comunidade, já que ao descer a serra e se instalar na cidade, a organização, principalmente política e econômica, sofreu uma considerável desorganização. Encontraram-se em um território estranho e hostil, do qual tinham pouco ou nenhum conhecimento das regras

Embora não tenham se rompido os laços de solidariedade, a comunidade não tinha mais o esteio de um líder e nem a terra que era a referência para o seu sustento material.

Na cidade ainda carecem de lideranças mais expressivas em torno das quais a comunidade, em todas as suas dimensões, possa se organizar. Melhor do que dimensões é dizer setores. Por exemplo, as louceiras têm em Maria do Céu e na avó desta, D. Rita Preta, figuras que não só as representam como uma classe produtora, mas que lhes dão apoio, também, em assuntos pessoais. O papel destas mulheres que a cada dia ganha mais destaque, é um importante ponto que mereceria ser abordado em um estudo particular sobre gênero, pois se as mulheres sempre tiveram um papel importante na economia da comunidade, parece que agora esta condição começa a se converter em papéis de liderança.

Por outro lado, no que se refere a representação e relações políticas, ou busca de resoluções para problemas da comunidade, não há ninguém que assuma um papel de destaque como líder ou representante da comunidade. A condição de quilombolas, no entanto, parece que está fazendo com que comecem a se pensar como agentes detentores de direitos; agentes que precisam se organizar coletivamente para o exercício desses direitos.

Na serra a organização política ainda se dá nos velhos moldes: há um líder que, se não manda, ao menos tem influência para falar pela comunidade, representá-la; fazer mediações; ajudar. Por outro lado, a economia em vias de desestruturação ainda não parece em vias de se reorganizar a ponto de permitir uma produção que assegure a permanência deles em suas terras; não com um modo de vida que seja uma alternativa capaz de competir com os atrativos exercidos pela(s) cidade(s) ou outras áreas rurais mais produtivas.

Do mesmo modo que na cidade, é possível que a identidade quilombola venha a fornecer um novo modo de relações sociais que garantam ao Talhado um lugar mais favorável na sociedade. Mas o ainda pequeno contato direto com instituições governamentais ou não, e a falta de habilidade para negociar com estas, tem limitado as possibilidades da comunidade ingressar em um novo patamar, principalmente, econômico. A posse da terra não é mais suficiente nem para a subsistência e nem para a manutenção das pessoas no Talhado.

O sentimento de rejeição que experimentavam nas poucas vezes que tinham que conviver com a sociedade envolvente, na cidade tornou-se cotidiano. Dizem que ainda se sentem rejeitados, ainda olhados com desconfiança. Apontados com os velhos rótulos de "violentos" e "cachaceiros". Acrescidos, agora, dos rótulos de "drogados" e "prostitutas"; dirigidos, principalmente, aos que moram no Monte. Uma alternativa para aqueles que se estabeleceram neste bairro, e atrás da qual começam a correr, é o auto-reconhecimento como comunidade quilombola, que anteriormente tinham rejeitado.

Repito para dar ênfase, que para algumas pessoas do Talhado a denominação de *quilombo* e *quilombolas* tem possibilitado um sentimento de valorização e aceitação, se não pela sociedade envolvente, ao menos por parte daqueles que vêm de outros lugares para conhecê-los, encantados pela imagem que o Talhado tem fora da região. Isto parece que está conferindo algum status social a eles dentro de Santa Luzia; status este com o qual tentam estabelecer relações mais favoráveis.

O projeto de um retorno às terras de origem parece ser apenas uma utopia – os que têm empreendido esta jornada têm desistido pela dificuldade de se manterem lá encima. Se o auto-reconhecimento os colocou no "âmbito das instituições", já perceberam que isto na basta para eles. É preciso, como uma instituição de direito, manter relações diretas e próximas com outras instituições para não serem, novamente, esquecidos e terem seus direitos negados como instituição social.

Para que se tornem reais as mudanças que almejam é preciso que digam quem são; o que querem; o que podem, e lutem por isto. É necessário que constituam uma auto-representação mais favorável a eles mesmos, assim como para os outros. O Talhado, me disseram Gilvaneide e Janaína, com outras palavras, precisa talhar uma nova imagem e um novo tipo de relação com a sociedade envolvente. A intenção não é romper relações com Santa Luzia, pois estão cientes que a sociedade desta cidade, mesmo com seus preconceitos, reconhece-os como integrantes dela. "Se a gente não souber quem a gente é, como os outros vão saber?", me questionam elas.

Cheguei a pensar que estava diante de um caso que Arruti (2006) explicou através da expressão "memória recalçada". O grupo teria vivido

situações negativas as quais não queria mais recuperar para não reviver/lembrar o sofrimento, o embaraço que elas ainda seriam capazes de causar no presente. Não que estes não tenham existido. Mas com o tempo percebi que se o tempo passado tem uma importância é pelo que ele significa no presente, no sentido de terem uma história estática, "verdadeira". Não importa o quão longe a memória vá ao passado buscar lembranças reais, inventadas, misturadas. O que importa é o significado que aquilo que se afirma hoje tem para quem o afirma, nega ou silencia.

Não mais acredito que o Talhado tenha tido um passado quilombola que está recalcado em sua memória. Não descarto uma possível existência desta circunstância. Mas as lembranças que eles têm de quilombo, são aquelas ligadas ao auto-reconhecimento e a nomeação do grupo como sendo um "quilombo pacífico" feita por Linduarte Noronha no documentário **Aruanda**.

Termos como *Quilombo* e *quilombola* passam a ter um significado manifesto e mais expressivo para eles só a partir de sua certificação como remanescentes das comunidades dos quilombos. São termos para os quais estão elaborando significados; entre estes está o de valorização dos negros e como sendo uma nova identidade que confere direitos e permite traçar estratégias para uma nova dimensão das relações com a sociedade envolvente. E embora não o tenha encontrado mencionado em palavras, encontrei subentendido em ações, insights e indagações que me fizeram. Por exemplo, em suas atuais reivindicações territoriais ou na percepção de que têm novos direitos.

O Talhado, agora sei, foi nomeado de fora como sendo uma comunidade quilombola. Os quilombos históricos não seriam aquelas comunidades de negros formadas antes da abolição da escravidão? O Talhado foi formado em 1860. mas e se suas terras realmente tiverem sido compradas? Então por que comprar terras tão áridas e tão escondidas? Quilombo não é resistência à opressão e ao trabalho escravo? O Talhado ainda é resistência. Quilombos eram formados por escravos fugidos e ex-escravos. E se Zé Bento e Cecília, bem como os que a eles se juntaram, não se ajustassem a estas condições? Podemos dizer que eles e seus descendentes nunca foram discriminados, oprimidos, que foram tratados sem preconceito, de igual para igual com a sociedade envolvente? Não sabemos, principalmente, não sei! Mas

duvido muito; e eles também! Mas se não foram, certamente pelo que significa quilombo contemporâneo, certamente o são.

Sempre foram, seus membros, nomeados como *negros do Talhado* e esta denominação era carregada de preconceito. Quando foram chamados de quilombo entenderam este termo como equivalente ao antigo. Ou seja, a atribuição categorial, como diz Barth, ocorre apenas porque os grupos étnicos, uma forma de organização social, mantêm contatos em suas fronteiras e estabelecem relações nas quais são forjadas suas identidades étnicas, porque estas são produtos de uma ação dos grupos externos.

É o Talhado um grupo étnico “construído de fora” como tem sido defendido no meio acadêmico e até por pessoas do próprio grupo? Sim. Mas é preciso acrescentar que esta “construção exógena” apenas é possível a partir de uma “aceitação endógena” desta atribuição de comunidade quilombola feita a eles. E que esta aceitação só está ocorrendo porque ser quilombola está ganhando um significado que é construído por eles. Atribuir e aceitar são termos que estabelecem e mantêm um processo, neste caso, de uma identificação étnica e de uma relação calcada neste tipo de organização social, a etnicidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.), **Quilombos, identidade étnica e territorialidade**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARAÚJO, Eulália Bezerra. **Grilo: um exercício antropológico sobre o processo de emergência de uma comunidade quilombola na Paraíba**. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Campina Grande/PB: UFCG-CH, 2008.

ARAÚJO, Eulália Bezerra; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Quilombos na Paraíba: notas sobre a emergência de uma comunidade quilombola. In: **ARIÚS**, revista de ciências humanas e artes. v. 14, n. 1/2 (jan./dez. 2008). Campina Grande: EDUFCA, 2008.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

_____. Quilombos. In: SANSONE, L., PINHO, O. A. (orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 3. ed. Salvador: ABA: EDUFBA, 2008.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo**. São Paulo: Annablume, 2004.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BARCELLOS, Daisy Macedo de; CHAGAS, Miriam de Fátima; FERNANDES, Mariana Balen.. (et al.). **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARTH, Fredrik (compilador). **Los grupos étnicos e sus fronteras**. Trad. Sergio Lugo Rendón. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1976.

_____. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. E. Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Organização e apresentação de Tomke Lask. Trad. J. Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

_____. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In: VERMEULEN, Hans e GOVERS, Cora (orgs.). **Antropologia da etnicidade**,

para além de **Ethnic groups and boundaries**. Trad. Rogério Puga. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1971.

BORGES, Jorge Luis. **Otras inquisiciones**. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia, construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CADÊTE, Maria Justina. **Meu pequeno livro de memórias: origem da família Freire em Santa Luzia/PB**. Santa Luzia/PB: Mimeo da autora, 2003.

CANTANHEDE FILHO, Aniceto.; CARNEIRO, Andréa. F. T.; AYALA, Caroline... *et alii*. **O Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas**. Brasília: MDA : INCRA, 2006.

CARVALHO, José Jorge de (org.). **O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas**. Salvador: EDUFBA, 1995.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura); v. 2)**. Trad. Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Talhado: um estudo de organização social e política**. Dissertação apresentada ao PPGAS-UFRJ. Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

CHAGAS, Miriam de Fátima. **A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos"**. In: Horizontes Antropológicos, ano 7, n. 15, p. 209-235, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense : Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DURHAM, Eunice R. Cultura e ideologia. In: **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. Organização Omar R. Thomaz. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ERIKSEN, Thomas Hylland. **The epistemological status of concept of ethnicity**. In: http://folk.uio.no/geirthe/status_of_ethnicity.html. 1996. Site consultado em julho/2009.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Trad. Eduardo B. Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

FIABANI, Aldemir. **Mato, palhoça, pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FORTES, Maria Ester Pereira. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território da **Comunidade Urbana de Serra do Talhado/Santa Luzia – Paraíba**. João Pessoa: INCRA, 2008.

_____. **O Estado contra a sociedade? Impasses em um processo de regularização territorial quilombola**. Artigo Disponível em: [www.ram2009.unsam.edu.ar/.../GT%2036%20-%20Ponencia\(FORTES\).pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/.../GT%2036%20-%20Ponencia(FORTES).pdf). Acesso em: 27 de julho de 2010.

GIOVANNETTI, Gilberto & LACERDA, Madalena. **Melhoramentos: dicionário de geografia**, termos, expressões, conceitos. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIOVANNETTI, Gilberto & LACERDA, Madalena. **Melhoramentos: dicionário de geografia: termos, expressões, conceitos**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

GOULD, Stephen Jay. **O sorriso do flamingo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **Hen's teeth and horse's toes – further reflections in natural history**. New York: W.W. Norton & Company, Inc., 1994.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. Herança quilombola: negros, terras e direitos. In: BACELAR, Jéferson e CAROSO, Carlos. **Brasil: um país de negros?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador/BA: CEAO, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz T. da Silva, Guacira L. Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANNERZ, Ulf. **Exploración de la ciudad – hacia una antropología urbana**. Trad. Isabel Vericat, Paloma Villegas. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986.

_____. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. Trad. Vera Pereira. In: MANA 3(1):7-39, 1997.

HARRIS, Marvin. **El desarrollo de la teoria antropologica. Historia de las teorías de la cultura**. Trad. Ramón V. del Toro. 4. ed. Madrid: Siglo XXI de Espana Editores, 1983.

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LARA, Sílvia Hunold. Do singular ao plural: Palmares, capitães-d0-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil, questões conceituais e normativas**. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

_____. **Fronteiras territoriais e questões teóricas: a antropologia como marco**. Boletim Informativo NUER, v. 3, n. 3. Florianópolis, NUER/UFSC, 2006.

_____. **O legado do testamento: a Comunidade de Cascaem perícia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais**. Brasília: Editora UnB, 2002. (série antropologia 322)

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. Trad. Anton P. Carr e Lígia A. P. Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATTA, Roberto da. "Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira". In: **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

MILTON, John. **Paraíso perdido**. Trad. Jose D. T. de Castro. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981a.

MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MUNANGA, Kabengele. Teorias sobre o racismo. In: HASENBALG, C.A. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra, um livro para todos e ninguém. **Obras incompletas**. Trad. E notas de Rubens R. Torres Filho. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: Queroz, 1985.

NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da. **Comunidade Talhado: um grupo étnico de remanesência quilombola: uma identidade construída de fora?** Dissertação apresentada no Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Campina Grande/PB, UEPB, 2007.

NORONHA, Linduarte. Aruanda é um filme autóctone. In: GOMES, João de Lima (org). **Aruanda: jornada brasileira**. João Pessoa, PB: UFPB/Editora Universitária, 2003.

O'DWYER, Eliane Cantarino. "Remanescentes de quilombos" do rio Erepecuru: o lugar da memória na construção da própria história e de sua identidade étnica. In: BACELAR, Jéferson e CAROSO, Carlos. **Brasil: um país de negros?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador/BA: CEAO, 1999.

_____. (org.). **Quilombos, identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. **Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção**. In: Ariús: revista de ciências humanas e artes. v. 14, n. 1/2 (jan./dez. 2008). Campina Grande, PB: EDUFCEG, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta, reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do nordeste**. In: Atlas das terras indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional, 1993.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. O trabalho e o papel do antropólogo nos processos de identificação étnica e territorial. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.), **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**, Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Editora Livraria Pioneira, 1976.

_____. **O índio e o mundo dos brancos**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguimento de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** Trad. E. Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. **Memória e identidade social.** In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROCONTAL, Michel de. **A impostura científica em 10 lições.** São Paulo: Martins Editores, 2004.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROBERTSON, A. H. Prefácio. In: MILTON, J. **Paraíso perdido.** Trad. Jose D. T. de Castro. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil.** Trad. Vera Ribeiro. Salvador: Edufba; Pallas, 2007.

SANTOS, José Vandilo dos. **Negros do Talhado: estudo sobre a identidade étnica de uma comunidade rural.** Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural. Campina Grande/PB: UFPB, 1998.

SANTOS, Rui Leandro da Silva; LEITE, Renata. Introdução. In: CANTANHEDE FILHO, A.; CARNEIRO, A. F. T.; AYALA, C.... *et alii.* **O Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas.** Brasília: MDA: Incra, 2006.

SCOTT, James C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance.** New Haven: Yale University Press, 1985.

_____. **Los dominados y el arte de la resistencia, discursos ocultos.** Mexico: Ediciones Era, 2000.

SEYFERTH, Giralda. As Ciências Sociais no Brasil e a questão racial. In: SILVA, J. da; BIRMAN, P., WANDERLEY, R. (orgs). **Cativeiro e Liberdade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

SIMMEL, Georg. **Sociologia.** Organização de Evaristo Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Jordânia de Araújo. **Uma abordagem da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Santa Luzia.** (mimeo) Campina Grande: UFCG-CH, 2006.

VALENTE, Ana Lúcia. **Antropologia e agricultura familiar em territórios quilombolas: desafios da pesquisa interdisciplinar aplicada.** In: Cadernos de Estudos Sociais (v. I). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. Cap. IV, pp. 267-277. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** v. I. Trad. R. Barbosa e K. E. Barbosa. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder,** org. Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Trad. Pedro M. Soares. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

ANEXOS

ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA DE MARIA JANAÍNA SILVA DOS SANTOS

(Elaborada pela própria, a partir de orientações da pesquisadora Eulália Bezerra Araújo)

José Bento (Zé Bento) + Cecília Maria (cizia) LOUCEIRA

1ºFILHO: Maria José da Conceição

2ºFILHO: Manoel Saturnino Bento+ Maria José

José Carneiro Saturnino+Maria Balbina (Maria Tambor)

João Carneiro Saturnino Filho+Josefa Camila (seus pais eram do bando de Lampião)

Joana Carneiro dos Santos+Sebastião Braz dos santos

Manoel Divalcir dos Santos + Gilvaneide Ferreira S. Santos

(Manoel Divalcir, ANTIGO PROFESSOR DO TALHADO)

Maria Janaina Silva dos Santos

3ºFILHO: Paulina Maria da Conceição

4ºFILHO: Paulino José Bento + M.ªConceição (LOUCEIRA)

Joana Balbina (LOUCEIRA) +Francisco Ricarte

Maria Januário (LOUCEIRA) +Antonio Januário da Silva (FORASTEIRO)

Damião Januário+Maria Rita Ferreira (LOUCEIRA)

Gilvaneide Ferreira S. Santos +Manoel Divalci Braz dos Santos

Gilvaneide, "ANTIGA LOUCEIRA" (PROFESSORA DO TALHADO)

Maria Janaina dos Santos

Maria Balbina+José Carneiro Saturnino

José Carneiro Saturnino Filho+Josefa Camila (seus pais eram do bando de Lampião)

Joana Carneiro dos Santos+Sebastião Braz dos Santos (COMERCIANTE DE LOUÇA)

Manoel Divalci Braz dos Santos+Gilvaneide Ferreira S. Santos

(ANTIGO PROFESSOR DO TALHADO)

Maria Janaina dos Santos

Maria Ferreira+José Ricarte Ferreira

Izaías Ricarte Ferreira+Rita Maria da Conceição Ferreira (LOUCEIRA MAIS VELHA EM

ATIVIDADE ATÉ HOJE)

María Rita Ferreira Silva (LOUCEIRA) +Damião Januário da Silva

Gilvaneide Ferreira S. Santos+Manoel Divalci Braz dos Santos

Gilvaneide dos Santos 'ANTIGA LOUCEIRA" (PROFESSORA DO TALHADO)

María Janaina dos Santos

5º FILHO: Francisco Bento+Inácia Brasiliana (LOUCEIRA)

Sebastiana da Purificação (LOUCEIRA) +José Inocência

Rita Maria Conceição Ferreira (LOUCEIRA) +izaías Ricarte Ferreira

María Rita Ferreira da Silva (LOUCEIRA) +Damião Januário da Silva

Gilvaneide Ferreira S.Santos+Manoel Divalci B. dos Santos

"ANTIGA LOUCEIRA" (PROFESSORA DO TALHADO)

María Janaina dos Santos

Eugenia Brasiliana+Braz Bento (natural da cidade do Crato CE)

Sebastião Braz dos Santos (COMECIANTE) + Joana Carneiro dos Santos

Manoel Divalci Braz do Santos+Gilvaneide Ferreira S. Santos

(ANTIGO PROFESSOR DO TALHADO)

María Janaina dos Santos

6ºFILHO: Mariana Maria da Conceição

7ºFILHO: Cândida Maria da Conceição

8ºFILHO: Luzia Maria da Conceição

9ºFILHO: Inácia Maria da Conceição

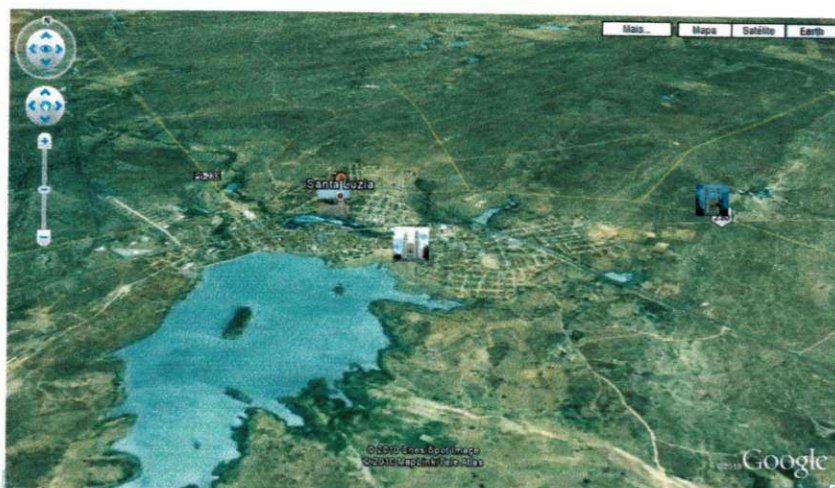
10ºFILHO: Francilina Maria da Conceição

11ºFILHO: Joaquina Maria da Conceição

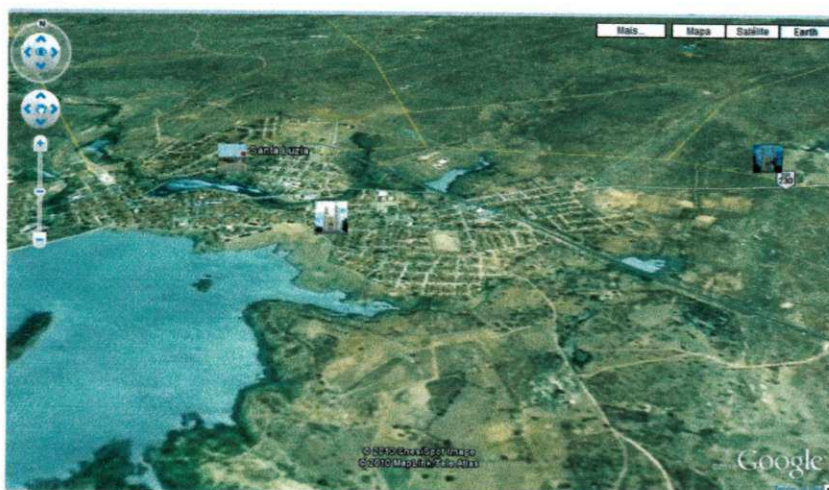
12ºFILHO: Antonia Maria da Conceição

13ºFILHO: Joaquim Bento de Maria

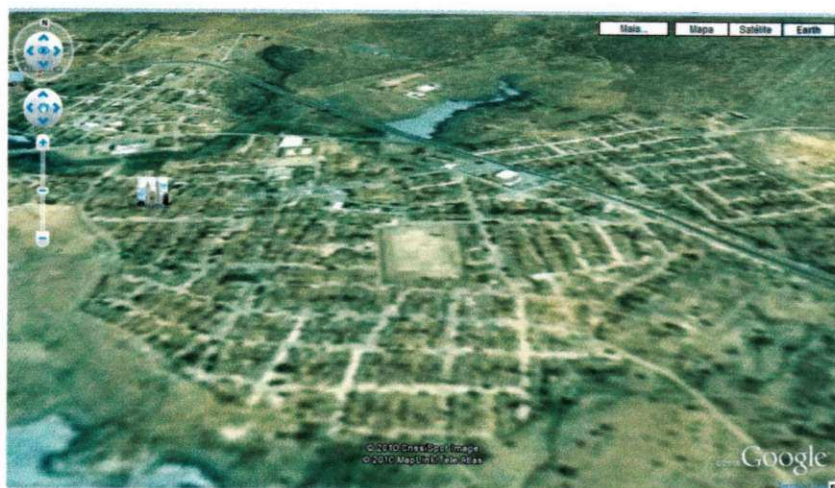
IMAGENS DA ÁREA URBANA DE SANTA LUZIA E ARREDORES



Vista da cidade de Santa Luzia através do google earth.

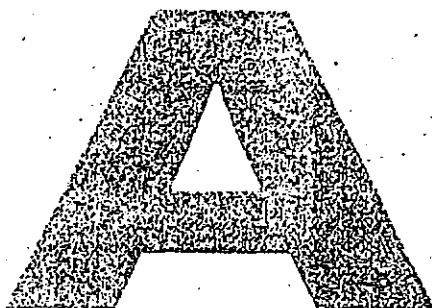


Vista da cidade de Santa Luzia de modo a vislumbrar o Bairro São José, situado em primeiro plano no centro da foto.



Vista do bairro São José – Santa Luzia/PB. No canto inferior direito a estrada que dá acesso ao Talhado Rural (Caminho “por dentro”).

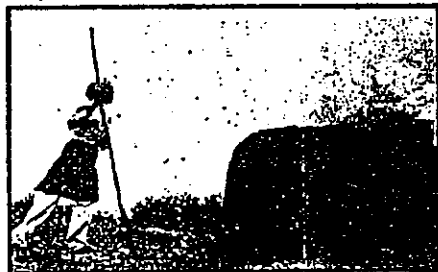
Reportagem sobre a Serra do Talhado, fonte e data desconhecida.



O cactus, uma constante na paisagem da Serra.



As mulheres se dedicam à cerâmica, arte transmitida de geração a geração.



Serra do Talhado, na Paraíba, é mais um exemplo de como a vontade do homem consegue ser mais forte do que as dificuldades que ele tem que enfrentar.

Batizada pelo negro José Bento Carneiro, fugido dos caçadores de escravos do Piauí, Zé Bento deu origem a uma comunidade pobre com características mais pacíficas, ao contrário da comunidade vizinha de Livramento, fundada por um grupo de negros guerreiros — os Patrícios.

Dentro ainda da vertente histórica, Zé Bento casou-se com Conceição Cecília, cabocla de olhos claros. Na Serra encontraram o barro vermelho e mole, matéria-prima que daria forma à expressão artística de seu povo, na concepção de objetos de barro que depois de comercializados renderiam o necessário para a subsistência dos seus habitantes.

A Serra do Talhado despertou a curiosidade e, conseqüentemente, a pesquisa por parte de antropólogos, como Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, e professores universitários, como Clésio S. Ferreira, redator da Divisão de Editoração do MEC. Fez surgir também um marco na história do cinema brasileiro no estudo sócio-antropológico da comunidade: *Arunda*, documentário brasileiro, realizado em 1960 por Linduarte Noronha e conhecido em diversos países europeus a partir de 1968, quando a exibição do filme em festivais de cinema despertou um interesse inusitado junto à intelectualidade européia.

O diagnóstico

Em 1980, fez-se necessária a aplicação de um pré-diagnóstico na Serra do Talhado por parte da Coordenação Estadual do Mobral. As primeiras equipes da Coest/PB subiram a serra, e a comunidade as recebeu com desconfiança, mas pouco a pouco começou a colaborar com os visitantes.

A primeira providência dos agentes foi pedir a um padre que rezasse uma missa. Depois da missa foram realizados casamentos e batizados.

Os encarregados do diagnóstico constataram que a comunidade do Talhado vivia em condições subumanas. Suas casas eram pequenas, com apenas dois ou três cômodos, feitos de taipa, cobertos por telhas, sem nenhum conforto.

O estado físico da população apresentava um aspecto doentio, sobressaindo a palidez, os dentes estragados e os cabelos secos. A gripe consumia a maioria das pessoas. A avitaminose provocava problemas na coluna, reumatismo e dor de cabeça. As mulheres apresentavam complicações ginecoló-

gicas que normalmente surgiam após o parto. As crianças não tinham qualquer assistência médica, e o índice de mortalidade infantil era bastante alto: em cada prole de 12 filhos, quatro a seis morriam entre o nascimento e o quinto mês de vida. Em seu próprio linguajar eles diziam que "as crianças morriam de gasto"; na realidade, consequência da desidratação, alimentação inadequada e falta de um mínimo de noções de higiene. Curiosamente, como constatou o diagnóstico, não havia disseminação de sarampo, catapora, caxumba e outras doenças tão comuns na faixa etária dos cinco aos nove anos. Finalmente o diagnóstico mostrou um alto índice de verminose.

Aos poucos, a equipe foi ganhando adeptos locais. Um antigo posto de educação foi reativado, e os alunos começaram a voltar. Reuniões com a comunidade foram realizadas, mostrando a importância da família e do trabalho comunitário.

Com a reativação do Posto foram iniciados os trabalhos de educação sanitária: um monitor era treinado e depois fazia o repasse de instruções para a comunidade. Vencida a timidez inicial, a população participava das reuniões registrando suas prioridades, discutindo seus problemas e manifestando sua vontade em ajudar.

Os principais objetivos a serem alcançados foram os seguintes:

- 1 - Necessidade de um poço ou barragem para a conservação da água, bastante escassa na região devido às constantes secas.
- 2 - Construção de um galpão onde as mulheres pudessem desenvolver seus trabalhos com o barro.
- 3 - Construção de fossas nas casas.
- 4 - Construção de uma farmácia que, ao mesmo tempo, servisse de um miniposto de emergência.
- 5 - Construção de um cemitério.
- 6 - Solução para problemas de energia elétrica e instalação de uma rede telefônica.

Classes de alfabetização funcional foram logo instaladas, e o trabalho, iniciado. Mesmo com a falta de recursos materiais, os alunos assistiam às aulas sentados em tamboretas, bancos improvisados e até mesmo no chão.

Outras entidades foram importantes para o reforço do trabalho do Mobral: o Projeto Sertanejo, Febema, Sucam, Prefeitura Municipal de Santa Luzia, Regimento do Exército, sediado na Região, e a Emater.

A grande conquista do Mobral, no entanto, foi o início de um processo de ação comunitária congregando os habitantes da Serra, homens, mulheres e crianças, todos eles debatendo e levantando questões para os problemas da comunidade.

Soluções

Uma das primeiras providências da Coest foi iniciar a construção da barragem em terreno cedido por Sebastião Brás dos Santos e sua mulher, Joana Carneiro dos Santos, numa prova eminente de cooperação comunitária.

A barragem, ainda em sua fase inicial, necessitando de aperfeiçoamento, veio minimizar o problema da água. A água estocada facilitou o trabalho mais constante das mulheres na fabricação de cerâmica, arte transmitida na Serra, de geração em geração. Os potes, jarras e panelas foram tomando contornos mais definitivos e perfeitos.

A comercialização do produto também sofreu uma expansão mais equilibrada, "de dentro para fora", descendo até as feiras do Município de Santa Luzia, com mais assiduidade, o que proporcionou uma melhoria na renda familiar.

O miniposto de emergência foi construído, e uma enfermeira foi posta à disposição da comunidade. Além disso, foram feitos contatos com a municipalidade de Santa Luzia para o atendimento das prioridades restantes.

Ainda falta muito para que a Serra do Talhado possa ser uma comunidade perfeita, mas a semente da conscientização no que diz respeito à ação comunitária já foi lançada, e sua forma de atuação tende a desenvolver-se cada vez mais depressa. A população se agrega não só em épocas festivas e nos fins de semana para a realização de jogos de futebol e forrós noturnos, mas também em reuniões, realizadas constantemente, entre a população e as equipes da Coordenação com vistas à discussão, cada vez mais intensa, de seus problemas e de suas necessidades mais prementes.

Damiana

Uma das personagens mais expressivas na ação que o Mobral desenvolveu na Serra do Talhado é Damiana, a supervisora de Área, cujo esforço vem demonstrar a importância do supervisor no trabalho que o Mobral realiza nos quatro cantos do País.

Em depoimento a técnicos do Mobral, Damiana acentua que um dos problemas que se tem na Serra é o de recursos humanos, o que impede a continuidade do trabalho. "Disponho", diz ela, "de Manuel Divalcir, filho de Seu Sebastião, que tem o primeiro grau completo, e de Lúcia, que foi alfabetizada por Divalcir".

Manuel Divalcir ficou encarregado do Programa de Alfabetização Funcio-

nal e do Programa de Educação Sanitária, atividade pioneira do Mobral na Serra do Talhado, e Lúcia responde pelo Pré-Escolar, ainda dentro de um sistema não-convenional.

Disse Damiana que "à medida que se subia a Serra trazíamos tinta, cola e papel e fazíamos orientação à Lúcia para que ela desse continuidade ao trabalho na ausência da gente. Posteriormente é que Lúcia foi realmente treinada".

"Em seguida", continuou Damiana, "foi instalada a Educação de Adultos, que já havia antes de nós subirmos aqui, mas de maneira esporádica. Além disso, começamos a desenvolver outras atividades. Trouxemos sementes para fazer plantio, inclusive a Emater ajudou muito nesse sentido. A Mãe de Lúcia, D. Jovelina, é que faz esse trabalho que vem subsidiar a merenda".

"A seguir", declarou Damiana, "pensou-se em trazer um Projeto de Profissionalização, onde fosse aperfeiçoado o trabalho de cerâmica. Elas fazem um trabalho muito perfeito, mas não têm uma certa criatividade para variar o tipo de cerâmica. Seria preciso que subisse alguém para dar essa orientação, mas até hoje não encontramos ninguém, dado o difícil acesso à Serra".

Damiana contou que no início do diagnóstico, os habitantes do Talhado não acreditavam muito no Mobral e diziam "que alguém lá lá, o pessoal dizia que estava cansado de responder papel, diziam que vão me trazer alguma coisa e até hoje não me aparecem".

Damiana acha que "o Mobral deve montar um projeto especial para dar uma assistência mais específica, mais direta e mais efetiva ao Talhado. O Mobral, assim, teria mais resultado porque o trabalho não foi muito seqüenciado, ficou solto, pela própria dificuldade em se subir a Serra".

Em determinado trecho de seu depoimento, declara Damiana que "a gente se chateia de sempre pedir ao prefeito de Santa Luzia um carro. O ano passado, um carro era 3.500 cruzeiros para vir, deixar e voltar".

Damiana, entretanto, diz que "houve muita mudança no Talhado porque não se fizeram promessas: Nós vamos tentar junto com vocês melhorar o padrão de vida, mas isso vai ser a longo prazo. Nós vamos tentar juntos descobrir a melhor maneira e isso vai depender se vocês nos falarem a verdade, contarem como é a vida de vocês. O certo é que hoje esse povo é mais acreditado. Ele acredita muito na gente, muitas coisas mudaram em relação à maneira de comportamento. Quando nós chegamos aqui, as crianças se afastavam. A gente convocava o povo para uma reunião e ninguém aparecia. Mas hoje, se a gente ficar por aqui e disser assim: há uma reunião às três horas, vem gente e você conversa e não se cansa".

Damiana frisou que "foi durante um período longo de seca que os habitantes do Talhado solicitaram uma solução para o problema da água: Foi quando surgiu a idéia da construção da barragem, que ainda não está pronta, mas mesmo assim o povo pode usufruir da água".

Damiana revela, ainda, que "o povo do Talhado, embora fizesse parte de uma só família, era um povo individualista. O Mobral conseguiu mudar esse comportamento, tornando o pessoal mais unido, com mais sentimento de solidariedade e aconchego entre eles".

Respondendo a uma pergunta sobre qual é a participação do Mobral, hoje, na Serra, ela responde: "Atualmente, terminou o curso de Alfabetização em outubro e vai recomeçar em março. Tem ainda o convênio do pré-escolar e as hortas com sementes que se distribuíram e ficam perto da barragem".




Por que Serra do Talhado?

Precedida pelo caso de Barreirinho, a experiência de Serra do Talhado é a segunda que se divulga dentro do Projeto 28, elaborado para difundir as situações que melhor simbolizam as ações educativas do Mobral nas diversas comunidades brasileiras.

O Projeto 28 visa a identificar e destacar em cada comunidade a experiência em que a população carente tenha buscado sua promoção através do trabalho comunitário.

Cada um dos casos analisados deverá ser analisado da forma indicada pelo nome em um momento de união, de soma, de autênticas realizações.

O esforço comunitário permite a consolidação da população como grupo coeso, assumindo conscientemente o processo de integração e de participação na vida da comunidade.



Quanto ao lazer, diz Damiana que "se fez o festejo do Dia da Criança. Fizemos uma campanha em Santa Luzia e a própria Coordenação trouxe alguma coisa de lá. A minimobralteca subiu aqui. Fizemos comemorações no Natal, quando houve casamentos e batizados. Nossa região, não só o Talhado, é muito religiosa. Um dos problemas que havia aqui era a violência entre os homens da Serra, mas essa violência já desapareceu".

Quanto à comercialização da cerâmica, Damiana diz que "a mulher é quem vai às feiras de Santa Luzia". A atividade artesanal no Talhado, pode-se concluir, é da responsabilidade da mulher, e a agricultura, obrigação e dever do homem.

O depoimento de Damiana demonstra que há um grande trabalho ainda a ser desenvolvido na Serra do Talhado. Ela acentua que "procura au-

xílio em Santa Luzia, faz contato com políticos, tenta despertar o interesse de todos, mas existem no município muitas pessoas que até hoje ignoram a comunidade da Serra. No entanto, a tarefa continua com a cooperação de diversas entidades que ela mesmo contata, como o Exército e a Emater, que dão grande ajuda à comunidade".

Damiana, enfim, é o símbolo da mulher dedicada, a supervisora que conseguiu provocar e despertar o interesse dos habitantes da Serra do Talhado, superando obstáculos quase intransponíveis. Esse, realmente, é um exemplo a ser seguido em todas as comunidades brasileiras pouco desenvolvidas, e Damiana é o padrão da SA no cumprimento de suas funções, dentro de uma Coordenação atuante e interessada no processo de desenvolvimento da comunidade e dos conteúdos básicos de ação comunitária.

Reportagem do Diário de Pernambuco (27 de março de 1960) a respeito do Talhado e do filme Aruanda. Este teve o roteiro e direção de Linduarte Noronha. Assistido na direção por Vladimir Carvalho e João Ramiro Mello; com fotografia de Rucker Vieira. Música Caicó, de João do Norte, interpretada por Manuel Pombal. O número indicado de 1.500 moradores no Talhado parece ter sido superestimado.

No Planalto da Borborema:

Quilombo Do Talhado: 1.500 Descendentes Do Bento Fazem A Sua Própria E Rudimentar

- * Cerâmica é a principal fonte de riqueza
- * 40 dias de filmagem em cima da serra paraibana
- * Pianos produzem a música de Aruanda

REPORTAGEM DE SEVERINO BARBOSA

No Planalto da Borborema, em terras do município de Santa Luzia do Sabujá, na Paraíba, fica localizado o Quilombo do Talhado, com mais de um século de existência, feito a exemplo do Quilombo dos Palmares, embora em o mesmo espírito de beligerância, daquele, mas, teve registro importante na História do Brasil. Sua população, de 1.200 a 1.500 habitantes, constitui, em sua grande totalidade, de negros e o restante de mestiços, descendente do africano Zé Bento, figura lendária, escravo e filho de escravos, que um dia subiu a serra, abandonou a civilização, para fugir aos brancos.

São famosas as mulheres do Quilombo do Talhado, pela fabricação de objetos de barro (potes, panelas, panchas e outros utensílios domésticos), procurados e vendidos em todo o Estado. Essa indústria, ainda primitiva em todos os seus aspectos, é a única fonte de renda para os estranhos moradores da Serra do Talhado, nome com que o negro Zé Bento batizou aquela região.

Espalham-se pelos declives da serra os caspites de barro, distantes um do outro, habitados pela gente de cor escura, analfabeta e ignorante, vivendo há anos sem qualquer orientação cultural. Salvou-se a indústria de barro, que lhes oferece meios de subsistência. Escolas nem igrejas existem na terra que Zé Bento fundou, e que permanece, como retrato vivo, de épocas passadas, quando o escravo negro, para escapar do tronco e do chicote, deixava a civilização, para se gerar no mato, ou nos profundos da serra.

AS LOUCEIRAS DA SERRA DO TALHADO

Na sua luta pela sobrevivência, o habitante do alto da Serra descobriu que a natureza lhe dava uma oportunidade. O chão mole, torrado pelo calor do barro vermelho, aparecia como sugestão aproveitável. Coube à mulher dar prática à indústria do barro. Somente a mulher da Serra do Talhado, de mãos hábeis e treinadas, cabe a tarefa da fabricação de potes, panelas e quartinhas, que são depois negociados nas feiras de Santa

Luzia do Sabujá e Mamede, as cidades mais próximas.

Os quatro primeiros dias da semana são aproveitados pelas "loiceiras" para fabricar a louça. Na sexta-feira, a pé, ou montadas em jumento, descem para vender seus produtos. Embora resistentes e fortes, os objetos são totalmente desprovidos de gosto artístico e rendem quase nada no comércio.

Apesar de toda a habilidade, levam vida miserável as "loiceiras", com a responsabilidade de manter a família às custas de sua modesta indústria.

Aos homens, cabe apenas a obrigação da lavoura, quando há bom inverno.

O "PAIS" DE ZÉ BENTO

A história do escravo negro, que subiu a serra e organizou um quilombo, vivo na imaginação de grandes e pequenos. Zé Bento, que foi marceneiro, que teve pais escravos e que sabia trabalhar muito bem em madeira, deu nome à Serra do Talhado, onde se estabeleceu e fez família e organizou, depois, o clã que se desenvolveria com o passar dos anos.

Fica admirado o vinjante, depois de cortar a mata seca, cheia de verdura somente no inverno, que quase nunca aparece. Os casebres estão espalhados pelos declives da serra, em distâncias de dois a três quilômetros um do outro, tão grande a extensão do terreno.

Séco, dominado pela jurma que reveste de galhos retorcidos as curvas da serra, torna-se verdejante, coberto da vegetação até exuberante, com as primeiras chuvas.

As mulheres do Quilombo do Talhado não param de trabalhar com o inverno, quando o barro fica mais mole e acessível. Os homens plantam algodão e cereais.

Manifesta-se somente durante esses momentos, da compra e venda, e contacto dos negros e mestiços do Talhado com os seus irmãos civilizados das cidades próximas.

FOI FEITO UM FILME SOBRE O QUILOMBO

"Quando chegamos no alto da Serra do Talhado, conduzindo toda aquela bagagem de filmar, câmeras, holofotes e outros aparelhos, fomos cercados de um olhar de curiosidade e de espanto. Os nativos da região, que jamais haviam visto tantas máquinas e peças esquisitas, nos observavam como se estivessem diante de gente de outro planeta" — foi o que disse ao repórter o jornalista e cinegrafista Linduarte Noronha, que acaba de realizar um documentário sob o título de "Aruanda", em torno do Quilombo do Talhado.

Sob a direção de jovem paraibano, funciona uma equipe de técnicos, entre eles: Rucker Vieira (fotografia); Vladimir Carvalho e João Ramiro Mello (assistentes de direção).

Colaboram na produção do "Aruanda", o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do Recife, e o Instituto Nacional de Cinema



Mulheres em trabalho de cerâmica — (loiceiras) da Serra do Talhado — fabricando potes e panelas para vender nas feiras populares de Santa Luzia

Negro Ze Civilização

ducativo, do Rio, além do escritor
Dilson Ribeiro Coutinho e do Go-
verno da Paraíba.
O documentário foi rodado em 40
dias, naquele local, e entrará, ago-
ra, na fase de laboratório, para sono-
rização, revelagem, montagem e có-
pia. A trilha sonora será em solo
e piano, executada por Manuel
Ombal, um dos nativos, com mú-
sica folclórica, própria da região.

ALHADO NÃO PODERÁ SER CIDADE

Devido à topografia, é impossível
que a terra de Zé Bento venha, ape-
sar do progresso, a se constituir em
cidade. As casas, distanciam-se em
quilômetros, umas das outras, impedin-
do a formação de ruas e lugares.
Talhado é uma remota região,
sem bases econômicas e sociais pró-
prias, sem interferência de brancos,
com uma população analfabeta e
estada, cujas remissões de afro-
meridias, nos dias atuais, são vi-
vas e permanentes.

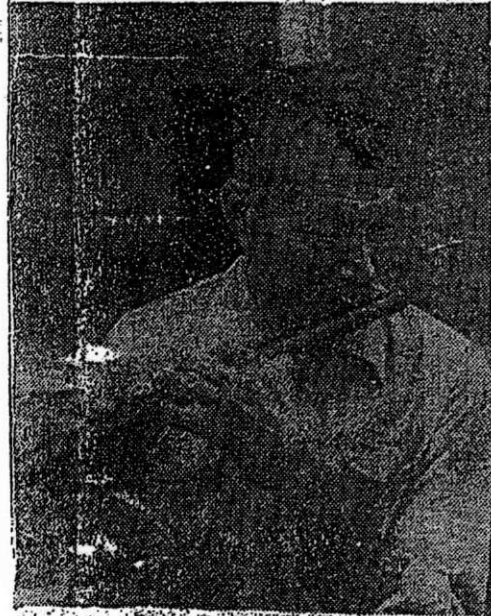
Cidade de Santa Luzia do Sabujá, sede do município do mesmo nome, situada a 209 quilômetros
de João Pessoa. Ao fundo, aparece a Serra do Talhado, onde vivem os descendentes do escravo
Zé Bento.

Dependendo de um município pe-
queno como Santa Luzia do Sabujá,
cuja sede não possui 10 mil habitan-
tes, Olho D'água da Serra do Talhado
como é conhecida a região, jamais

terá condição de desenvolvimento, a
não ser que venha do fora, do Go-
verno do Estado, a ajuda indispensá-
vel.
"Vai servir Aruanda", para mostrar
ao Brasil uma terra estranha, com
traços negros da época anterior à
abolição, encravada no Planalto da
Borborém, como um retrato autên-
tico das épocas passadas.

A "folclore" da Serra do Talha-
do, descendentes de Zé Bento, o ne-
gro escravo, e fundador do Quilom-

bo, despertarão também a curiosi-
dade pública, da mesma maneira
que as máquinas modernas da civi-
lização têm despertado a admiração
daquele punhado de gente.



lpo de nascimento do Olho D'água do Talhado. Chama-se Manuel
Ombal e é exímio tocador de pífano. Dou música à trilha sonora
do «Aruanda», documentário sobre a região

Homenagem da R.F.N. a jornalistas

O Clube da Imprensa de Per-
nambuco será homenageado hoje,
no Centro Ferroviário de Jaboatão,
pela Rede Ferroviária do
Nordeste, que ali oferecerá aos
jornalistas e suas famílias um
churrasco no qual tomarão parte
diversas autoridades e outras pes-
soas, especialmente convidadas.

O trem especial partirá às 10.30,
da Estação Central, conduzindo
os profissionais de imprensa que
retornarão ao Recife às 15.30, na
mesma composição. Do programa
que foi elaborado pelo sr. Wasfri-
ro Fragoso, Relações Públicas da
R.F.N., destacam-se ainda: partida de
futebol entre o Locomoção Esportivo
Clube e a Associação Cultural
da Companhia; Antártica e apre-
sentação da banda de música ju-
venil, composta de filhos dos ser-
vidores da Rede Ferroviária do
Nordeste.

Assistência aos flagelados do vale do Jaguaribe

Recebemos: A Associação Per-
nambucana de Assistência a Ne-
cessitados, não podendo permane-
cer indiferente diante da grande
tragédia que aflige o povo cearen-
se do vale do Jaguaribe, vem
lançar um apelo à generosidade
do povo pernambucano, no senti-
do de que envie donativos à en-
tidade, para serem devidamente
remetidos às vítimas da enchente.

Os donativos deverão ser reme-
tidos da seguinte maneira:

A Associação Pernambucana de
Assistência a Necessitados, para
vítimas do vale do Jaguaribe, aos
cuidados do Pe. Fernando Melo,
Matriz de S. José, Rua Vidal de
Negreiros, 377, Recife.

A Associação Pernambucana de
Assistência a Necessitados contra
a generosidade do povo pernambucano, a Pe. Fernando Gomes
de Melo — Presidentes.

RÁDIO TAMANDARÉ A emissora das grandes novelas

Reportagem A cultura da serra do Talhado, realizada pelo professor e músico piauiense Clésio de Sousa Ferreira, in: CULTURA, Brasília: MEC, v.10, n.37, p. 36-41, jul./set. 1981.

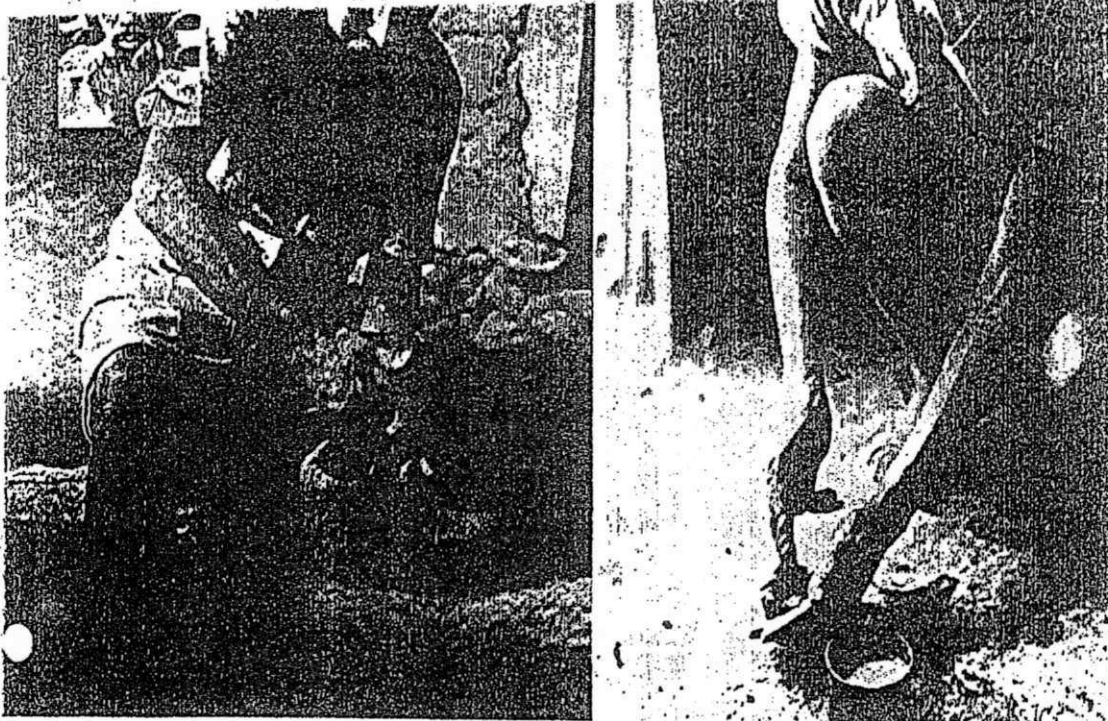


Foto Carlos Ferraz

REPORTAGEM

A cultura da serra do Talhado

Clésio S. Ferreira

Em outubro de 1981, no sertão paraibano, ocorre um fato singular na cultura brasileira. Nasce mais um filho de Francisca Oliveira dos Santos, acontecimento que assinala, literalmente, o encontro de gerações numa comunidade de que se têm ocupado estudiosos e cientistas sociais, principalmente ligados à Universidade Federal da Paraíba.

Como seus dois irmãos e suas três irmãs, essa criança vem ao mundo pelas

Clésio S. Ferreira é professor universitário e redator da Divisão de Editoração do MEC.

partes do Talhado.

inãos do avô materno, Severino de Tônia, que ao longo de vários dos seus 75 anos *apara* netos. Tantos, que não consegue inais contar e lembrar os nomes — "Esse daqui é Roberto e eu chamo ele Robertino; essa daqui é Nádia, que eu chamo o nome dela; esse daqui é Antônio, que eu chamo Totonho; aquela dali, que eu não sei o nome dela, eu chamo Mocinha; aquela é Maria, que eu chamo Mariquinha". E entre envergonhado e envaidecido da função de *aparador* — "Essas partes a gente não conta" —, enquanto desfia fragmentos da história da sua gente, lança sobre a caatinga das baixadas e serras circundantes o olhar arisco e seco, que ful-

mina pela raiz qualquer ranço de exotismo na interpretação da vida na serra do Talhado.

Ali, à sombra de uma touceira de avelós, em fraseado quase de cantoria, a sua narrativa é uma viagem no tempo, e tão real quanto a atidez da paisagem ao redor, que ele percorre com o indicador, localizando personagens e acontecimentos que lhe vão chegando à lembrança.

Os relatos de Severino e outros anciãos do Talhado são a única fonte para a identificação da origem dessa comunidade cuja importância histórica foi descortinada com *Aruanda*, pioneiro documentário cinematográfico realizado, em 1960, por



Aos sábados, na feira de Santa Luzia, sede do município do mesmo nome, no sertão da Paraíba, chamam a atenção algumas peças de barro espalhadas pelas calçadas e pelo calçamento. Seus vendedores são crianças e adultos recatados, que em silêncio, apenas com os olhos faiscantes e inquietos, oferecem os potes, panelas, cuscuzeiros e outros objetos de uma cerâmica utilitária singela e resistente. Eles pertencem a uma mesma família, que provavelmente na segunda metade do século passado se instalou na serra do Talhado, a 26 quilômetros dali. Hoje, com cerca de 800 membros, "esquecida" de sua procedência e de sua cultura original, essa comunidade desafia os cientistas sociais.

Linduarte Noronha, com fotografia de Rucker Vieira e assistência de direção de Vladimir Carvalho e João Ramiro Neto.

TERRA DA PROMISSÃO

Com aproximadamente 700 metros de altitude, o Talhado fica a 60 quilômetros ao sul da sede do município de Santa Luzia e é uma ramificação da serra deste nome, pertencente ao sistema da Borborema. Abriga hoje cerca de 800 pessoas que, distribuídas por vários sítios, se consideram, justificadamente, uma única família.

Depois de dois anos de pesquisa, antes de realizar o filme, Linduarte chegou à

identificação de José Carneiro Bento como o ancestral comum de toda aquela comunidade. Com base em depoimentos dos mais idosos membros do grupo, concluiu que fora ele um escravo alforriado que ali aportou em meados do século passado.

Informação semelhante se encontra na dissertação de mestrado da antropóloga Salete Barbosa: agricultor e carpinteiro, Zé Bento mudou-se de Pitombeira, município de Santa Luzia, para o Talhado, onde a madeira era mais abundante.

Sobre o assunto, Severino Carneiro de Oliveira, o Severino de Tônia, se lança por veredas mais remotas: "Nós, da nossa par-

te, nós tem duas parte. Tem a parte do caboco e tem a parte do nego do Piauí. Do Piauí veio o Joaquim Carneiro, Mané Bonifácio, um chamado Clementino",

O fotógrafo Carlos Terrana e Clésio Ferreira, no Talhado.





O líder Sebastião Braz, sua esposa Joana e a filha Lúcia Maria, professora do Mobral, deixam as estórias do passado por conta dos mais idosos, como Severino de Tônia.

três irmãos. O primeiro é bisavô de Severino. No estado de origem vivia de "trabalhar em fazenda e matar gente". Na Paraíba, "carregou" Cândida Gomes, filha de Cota da Caiçara, cabocla brava, alva de olhos azuis, que "foi pegada no rio de São Gonçalo, a casco de cavalo e a dente de cachorro, no olho dunha caibeira".

Seguindo uma das picadas abertas por Severino, Jeová Batista, fundador e diretor do Museu Municipal Mobral de Santa Luzia, prefere acreditar na ascendência indígena dos moradores do Talhado. Guiado pelo conhecimento empírico de anos de vivência da região e estreito contato com a comunidade, diz que essa hipótese encontra eco nos costumes, no linguajar "cantado" e na atitude "cismada" daquela gente.

Filho de Prudência, irmão de Joaquim Carneiro, Zé Bento casou-se com a louceira Cecília, filha de Cândida. No Talhado encontraram uma natureza pródiga. A região de Santa Luzia, segundo a antropóloga Salete Barbosa, "outrora era coberta por extensas matas e riachos perenes, quadro que a ação do homem transformou numa vegetação de caatinga, onde dominam as plantas xerófilas e rios temporários". Referindo-se a uma festa em novembro de 1924, Severino de Tônia confirma que de fato seu povo conheceu tempos melhores: "Foi quatro noite de samba. Mataram 50 galinha e capão, mataram dois cevado, mataram uma matutagem".

Na serra, a mulher de Zé Bento encontrou bom barro e a possibilidade de desenvolver o fabrico da cerâmica, arte transmitida de geração a geração e que hoje é conhecida em vários cantos do País.

De segunda a sexta as mulheres e filhas

confeccionam as peças. Amassam o barro que com destreza vão transformando, "moldeando", como dizem, em potes, jaras, panelas, cuscuzeiros.

O processo de confecção da cerâmica obedece a uma sequência-padrão e foi detalhadamente descrito por Salete Barbosa. O barro é pisado com cacete, peneirado, molhado e amassado. Depois de enxuto, começa a modelagem. Toma-se um bolo da massa preparada. No meio do bolo, começa-se a "moldear" do centro para as bordas. Deixa-se enxugar. Segue-se a raspagem, com um facão, seguida do alisamento, com faca de pau e depois com um pedaço de pires ou de cabaço. Com um aparador, como uma faquinha, são acertadas as bordas. Bota-se novamente para secar. Tira-se o pé com um facão e passa-se a faca de pau. Nova secagem. Alisa-se com uma pedra.

As peças são levadas ao forno de alvenaria e cobertas com cacos de louças que se quebraram. Inicialmente, são esquentadas com pouco fogo, que vai sendo aumentado para "caldear", queimar. Desseformam-se as peças, que são postas para esfriar. No sábado são levadas para a feira de Santa Luzia.

O CAMINHO DA CIDADE

O trabalho de agricultura de Zé Bento e o de louçaria de Cecília vingaram na nova terra. Hoje constituem a base da estrutura econômica local, preservando a original divisão de responsabilidades em função do sexo: aos homens cabe a agricultura, às mulheres, a cerâmica.

Milho, feijão e algodão são os produtos agrícolas do Talhado. O primeiro quase não se cultiva mais, o segundo destina-se ao consumo interno e o terceiro é ven-

dido fora.

Este ano a lavoura foi praticamente nula. Os 21 dias de chuva mal foram suficientes para encher os açudes e manter a pastagem das parcas cabeças de gado. "O aperreio é grande", diz o líder da comunidade, Sebastião Braz, agricultor e comerciante. "Faz três anos que é assim", acrescenta.

Sebastião é o homem bem-sucedido daquele povoado. Morou no Rio de Janeiro de 1958 a 1960. Ao retornar, ocupou a casa e a bodega do sogro, herança que incluiu a condição de "chefe". Sua mulher, Joana, como autêntica primeira-dama, zela pela tranquilidade dos que precisam de orientação, principalmente as mulheres. Os filhos Lúcia Maria e Manoel Divalcy são os professores do Mobral na serra.

O semi-isolamento da gente do Talhado e o processo de sua aproximação da vida urbana são o ponto central das preocupações dos pesquisadores, uma vez que encerram conotações sociais, econômicas e culturais. Se a sua organização social e política já pode ser claramente percebida, sobretudo a partir do trabalho de Salete Barbosa, os aspectos culturais ainda constituem um desafio.

O "esquecimento" cultural parece ser uma marca daquele grupo. Linduarte Noronha aponta a cerâmica utilitária como única expressão típica da criação local, mas a considera mais produto do que chama "intuição geométrica" que propriamente uma manifestação artística.

Entre os resultados das pesquisas que ali desenvolveu esse estudioso, destaca-se a constatação de que aquele povo não herdou uma cultura. Quase nada lhe restou da influência africana — afirma. "A música que eles cantavam na época em que estive lá — e talvez hoje ainda seja a mesma coisa — era Luiz Gonzaga, essas

REPORTAGEM

coisas: era música comercial." O depoimento de Severino de Tônia ratifica essas conclusões.

Para o comunicador social Osvaldo Trigueiro, o que se pode identificar como elemento afro no Talhado é realmente a cerâmica, que apresenta formas geométricas idênticas às encontradas em algumas regiões africanas, como Ganda.

De qualquer modo, porém, esse resquício de herança cultural está muito distante da exuberância do cultivo das tradições dos negros que moram na sede do município, com os quais não se identificam os da serra.

Concordam os especialistas em que pe-

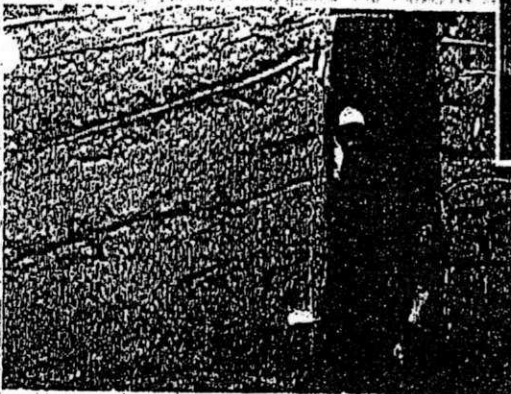
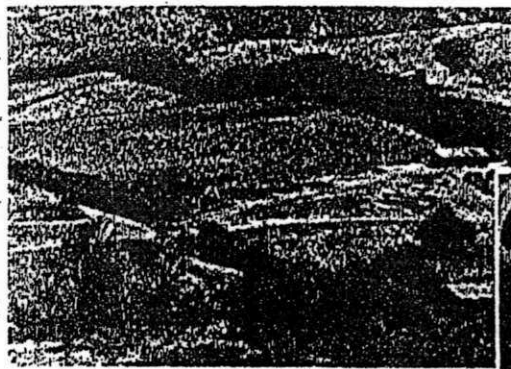
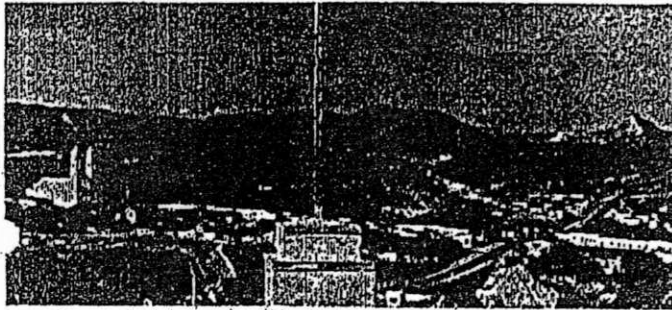
lo menos dois aspectos podem contribuir para esse isolamento: a resistência e pressão social que o grupo encontra na cidade e o seu próprio comportamento de fuga ao latifúndio, decorrente do interesse de cada membro em preservar e defender a sua pequena propriedade, onde, assim, se vê obrigado a permanecer.

Embora de certa forma participem das festas religiosas da cidade, observa o folclórico José Nilton da Silva, os moradores do Talhado não exprimem devoção a Nossa Senhora do Rosário com a mesma intensidade que os negros de Santa Luzia.

Esta observação, explica ele, revela-se em sua real significação quando se atenta

para o fato de que N. S. do Rosário é a santa padroeira dos negros da região. Paradoxalmente, ainda segundo o pesquisador, o comportamento dos habitantes do Talhado é nitidamente católico, o que contrasta com a religiosidade dos negros "de baixo", da cidade, fruto do sincretismo.

Em depoimento que recentemente colhemos do líder Sebastião Braz, são abonadas as observações de José Nilton. Sebastião informa que em breve o Talhado terá a sua capela, e que o padroeiro será São João, em homenagem ao seu sogro, como reconhecimento pelo seu trabalho enquanto "chefe" da comunidade. Por seu lado, também em apoio ao folclórico,



Por trás de Santa Luzia, a serra do Talhado, com sua paisagem árida e sua gente calada.



Com gestos precisos e instrumentos toscos, as louceiras "moldeiam" as peças que vendem na feira da cidade.



REPORTAGEM

Severino de Tônia se diz católico, "de Deus e Nossa Senhora", e devoto de Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição e "Virgem do Impossível".

NA CIDADE

Este hiato cultural entre os negros do Talhado e os de Santa Luzia se mostra mais enigmático quando se sabe que os segundos são em grande parte descendentes ou da mesma geração dos primeiros. Como diz Severino de Tônia, são da mesma família. Parentesco que do resto não é suficiente para atenuar as diferenças de traços culturais ou mesmo eliminar uma certa hostilidade de que na cidade se resquecem os da serra.

Severino informa que a sua comunidade sempre manteve contato com os citadinos. Já há bastante tempo que eles se

põem ladeira abaixo rumo à feira e aos festejos religiosos de Santa Luzia. Também santa-luzienses em tempos remotos se punham em lombo de burro e escalavam os 26 quilômetros até o topo da serra. Normalmente eram pessoas que lá em cima iam tratar de questões ligadas a escrituras de terra e assuntos semelhantes.

Hoje, uma estrada carroçável permite a subida de carro, não ainda sem alguma dificuldade. Se até pouco tempo o jumento era o meio de transporte das louças para a cidade, agora isto se faz de jipe ou camioneta.

O jumento é ali um animal praticamente extinto. E não apenas ali, complementa o professor Silvino Espínola, que observa estar o desaparecimento do animal ligado a interesses econômicos que atingem toda a região, de onde são levados para as mais distantes paragens. Mas o seu

sumiço da serra do Talhado é apontado por José e Antônio Silvino dos Santos, e o fato reflete os efeitos da depredação ecológica a que se refere Salete Barbosa e que indiretamente transparece como substrato temático no filme *Aruanda*, como acentua o próprio realizador.

José e Antônio, filhos de Silvino dos Santos, protagonista do curta-metragem de Linduarte, hoje vivem em Santa Luzia. Na feira, vendem cerâmica, que fabricam no quintal de suas casas, no subúrbio da cidade. Atribuem a sua "descida" à seca que grassa na região. Nas circunstâncias atuais, no Talhado estariam sem atividade. Tão logo as coisas melhorarem por lá, retornarão e retomarão o trabalho de lavoura.

Esta nova etapa da vida dos dois irmãos convida à reflexão sobre a transformação de valores do seu grupo na convivência com os padrões culturais da cida-



Oswaldo M. Trigueiro, José Nilton da Silva, Linduarte Noronha, Silvino Espínola e Chico Pereira.

Este trabalho resultou da leitura de textos sobre a vida na serra do Talhado, uma visita à comunidade, no dia 26 de setembro, e depoimentos exclusivos de estudiosos do assunto, colhidos em Brasília, João Pessoa e Santa Luzia.

O material escrito compreende: *Talhado — um estudo de organização social e política*, de Josefa Salete Barbosa Cavalcanti — Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975. Cópia xerográfica do original gentilmente cedida pela UFPB.

— Reportagem de Severino Barbosa, no *Diário de Pernambuco*, de 27 de março de 1960.

— Livro *mento e Talhado*, de Felix Filho — Caderno B do *Jornal do Brasil*, de 30 de junho de 1980.

— *São João Tradição*, folheto do Departamento de Educação e Cultura do município de Santa Luzia-PB, gen-

tilmente cedido por Jeová Batista, do Mohral local, que também possibilitou a leitura das reportagens mencionadas e forneceu apontamentos e um depoimento pessoal.

Em Brasília, contamos com a colaboração do cineasta Vladimir Carvalho, que, na Universidade de Brasília, no dia 24 de setembro, projetou *Aruanda* e fez comentários sobre o filme e sobre a comunidade.

Em João Pessoa, dia 27 de setembro, reunimo-nos em mesa-redonda, no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular, com Oswaldo Meira Trigueiro, José Nilton da Silva, Linduarte Noronha, Silvino Espínola e Francisco Pereira Júnior, professores da UFPB, que assim se identificam profissionalmente e sintetizam as respectivas atividades de estudiosos da cultura popular.

Oswaldo Meira Trigueiro: Eu tenho duas atividades na Universidade Federal da Paraíba: Uma como professor do Departamento de Arte e Comunicação e outra como coordenador do

Núcleo de Cultura Popular da mesma Universidade. Minha especialidade é Comunicação Social, tenho me voltado para o trabalho de comunicação popular e agora, mais especificamente, para comunicação rural.

José Nilton da Silva: Sou professor do Departamento de Arte e Comunicação da UFPB, onde ensino Folclore Brasileiro e Folk-Comunicação e sou membro do Conselho Técnico-Científico. Faço alguns trabalhos no Núcleo de Cultura Popular e tenho desenvolvido experiências de trabalho comunitário com alunos de Arte e Educação, no qual utilizo o folclore como elemento básico para um processo de conscientização através da educação de 1º e 2º graus.

Linduarte Noronha: Desde 1974 estou na direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. Nestes sete anos eu venho me dedicando exclusivamente a este trabalho. Na área de Comunicação Social da UFPB, leciono Jornalismo Ci-

A cerâmica, em casa, guarda a água escassa; na feira, garante alguns trocados.



Foto: Carlos Toriana



ematográfico e Introdução ao Cinema. No momento preparo um documentário sobre a destruição da cidade de João Pessoa, possivelmente com o título de *Delenda*.

Silvino Espinola: Sou sociólogo. Na UFPB tenho duas áreas de atuação: sou professor do Departamento de Arte e Comunicação, nas cadeiras de Fundamentos de Comunicação e Expressão Humana e Fundamentos do Arte da Educação; e, no Núcleo de Pesquisa e Documentação da "Cultura Popular", coordeno o Setor de Museologia. Como sociólogo me dedico à ação comunitária, buscando a interação do resultado daquelas atividades com a vida cultural da cidade.

Francisco Pereira Junior, Chico Pereira: Sou artista plástico, professor do Departamento de Arte e Comunicação da UFPB e vice-coordenador do Núcleo de Arte Contemporânea, onde desenvolvo atividades de pesquisa e documentação, além de realizar trabalhos jornalísticos na área e produção no campo da comunicação a nível da cultura popular, a exemplo do que se encontra no meu livro *Feira de Campina Grande — um museu vivo da cultura popular e do folclore nordestino*, lançado pela Editora da UFPB.

de. De um lado eles estão exercendo atividade que na serra é tipicamente feminina — o trabalho com a cerâmica; de outro, além da produção dos tradicionais potes, panelas, jarras, etc., dedicam-se ao fabrico de recipientes de irrigação em ritmo de uma semi-indústria rústica, peças que nessas circunstâncias são produzidas com observância de especificações resultantes de pesquisas de técnicos da empresa responsável pelo projeto.

A este propósito, José Nilton lembra a influência que a sociedade de consumo exerce na produção artesanal em todo o mundo e, no caso específico do Talhado, aponta alterações inclusive nas peças confeccionadas pelas mais renomadas louceiras locais. Os padrões estéticos e o conceito etnocêntrico de utilidade dos cidadãos são por estes, se não impostos, pelo menos sugeridos àquelas artesãs, normalmente sob o argumento de que tais alterações favorecerão maior aceitação do produto no mercado.

Ao mesmo tempo em que traça uma visão panorâmica da situação, José Nilton enumera exemplos dessas mudanças. Lembra que hoje, ao lado de peças típicas, todas com a tradicional forma totalmente arredondada, encontram-se outras quadradas, ou com as bordas triangulares e pontiagudas. Também, por encomenda ou sugestão de alienígenas, já se fabricam cinzeiros, potes e jarras com fundo achatado.

O relato dessas constatações, frisa o pesquisador, não deve porém ser entendido como expressão de juízo de valor; mas sim visto como revelação de resultados da observação, análise e interpreta-

ção, inerentes à atividade científica voltada para o conhecimento e registro do fato popular ou folclórico. "Não tenho interesse", assevera, "em lutar pela preservação em si ou ser paternalista na defesa de tal cultura regional, e sim em ver o fato dentro da dinâmica e, num trabalho científico, denunciar as mudanças naturais ou impostas por núcleos estranhos ao processo de produção da comunidade."

O discurso do professor José Nilton deixa, contudo, escapar nas entrelinhas uma ponta de angústia ou preocupação com os destinos daquela cultura; preocupação compartilhada pelos seus companheiros dedicados à cultura popular no Estado da Paraíba.

OS CAMINHOS DO TALHADO

Pela estrada que, substituindo as antigas veredas, serpenteia a serra até a plataforma, trafegam os habitantes do Talhado, a pé ou nos veículos que substituem os burros e jumentos. Descendo, eles transportam para a cidade o único produto que vendem na feira, as suas louças, cuja rusticidade, resistência e singeleza se pode tomar como símbolo da fortaleza que levantaram, inconscientemente talvez, para a defesa dos míticos tesouros da sua história e da sua cultura. Subindo, levam os germes de uma nova vida que, talvez ainda, julgam mais fácil alcançar com o "esquecimento" de suas remotas tradições.

Na cerâmica e no silêncio está a síntese da verdade cultural dos habitantes da serra do Talhado. Herança reservada ao mais novo neto de Severino de Tônia.

Reportagem de Carlos Tavares e Gustavo Moura, realizada, no final da década de 1980, provavelmente em 1988-89. O fotógrafo Gustavo Moura esteve pela primeira vez no Talhado em 1984, retornando em 1986 e 1988.

TEXTO CARLOS TAVARES.
FOTOS GUSTAVO MOURA

Serra do Talhado, a 26 quilômetros de Santa Luzia do Sabugi, sertão paraibano, foi considerada durante muito tempo por especialistas em Etnologia, Antropologia e estudiosos ligados à área da cultura popular como um dos poucos ambientes representativos da raça negra no Nordeste. Muitos dos traços culturais comuns à comunidade — que resistiu quase cem anos ao universo urbano, aos avanços do próprio tempo com seus adornos de modernidade no campo das comunicações, da tecnologia etc.— foram desaparecendo ao longo dos últimos trinta anos.

Os negros do Quilombo do Talhado, herdeiros de José Bento Carneiro, fugitivo dos caçadores de escravos do Piauí no período que antecedeu a abolição, se encontram atualmente bastante desvinculados de sua memória. Perderam costumes, características religiosas, abandonaram ritos e cultos, desmembraram-se entre as luzes de Santa Luzia, onde criaram duas favelas, e os campos secos da serra.

Em 1980, estatísticas do ex-Mobral apontavam uma população em torno de 800 habitantes, uma alta taxa de mortalidade infantil, grau elevadíssimo de doenças entre adultos, idosos e crianças, ausência de qualquer tipo de assistência e uma vida completamente isolada dos centros urbanos do sertão e litoral. Hoje o quilombo não possui mais que 200 pessoas e o estado de miséria, desolação, abandono é bem mais acentuado.

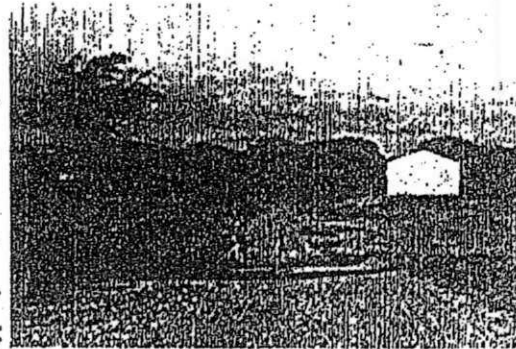
Antes disso, o cineasta Linduarte Noronha procurava retratar no documentário Aruanda, considerado por Jean-Claude Bernadet e Gláuber Rocha um marco do Cinema Novo brasileiro, a vida do Talhado ressaltando o manuseio do barro — fabrico de utensílios domésticos — como a principal atividade local, ao lado da agricultura. O barro vermelho do Talhado funcionava, também, como uma metáfora do nascimento de um grupo remanescente dos Jejes, Nagôs ou Iorubás a partir de Zé Bento Carneiro.

Foi então, em 1959, que os negros do quilombo viram pela primeira vez, lá na serra, o carro, a máquina fotográfica, a câmera de filmar. Em vinte minutos de projeção o público brasileiro e estrangeiro tomava conhecimento da exotividade do Talhado, tempo que pode se multiplicar pelas seqüências que ainda hoje rolam pelas estradas pedregosas da comunidade o difícil trânsito entre a perda das raízes e a adaptação no meio urbano.

22/Emdia

Aeuforia da alforria não brilha em seus olhos tristes. Pouco estão ligando para 13 de Maio, abolição, Princesa Isabel, Movimento Negro, axé de Gil, da Globo, Negritude. Podem apagar as luzes que a realidade do Talhado já é bastante clara. A condição de ex-escravos desenhou em suas mãos vincadas pela memória das correntes, marcas de ran-cor inapagáveis. No cenho franzido do pai. No jeito amuado da mãe quando avista os visitantes. No sorriso branco e puro da criança nua e magra. Descortinam-se cicatrizes da sanha colonizadora de 400 anos.

Pano amarrado à cabeça, mãos enfiadas no barro, modelando potes ou amassando antigas dores — enquanto não surjem a jarra, a panela, fogareiros —, dona Maria Ferreira do Nascimento dá impressão, pelo modo como encara os estranhos, de ainda lembrar-se das chicotadas nas costas do seu povo, das primeiras câmeras que a filmaram em sua humilde intimidade, da primeira promessa de políticos da região.



— O que é que a gente ganha com isso? — pergunta ríspida ao fotógrafo que tenta enquadrar seus gestos, o riso do menino, a casa em ruínas. No interior, um velho fogão à lenha — panelas pretas, fumegantes sobre as bocas — lança fumaça em direção a réstias de sol vazadas por goteiras de caibros podres e telhas quebradas.

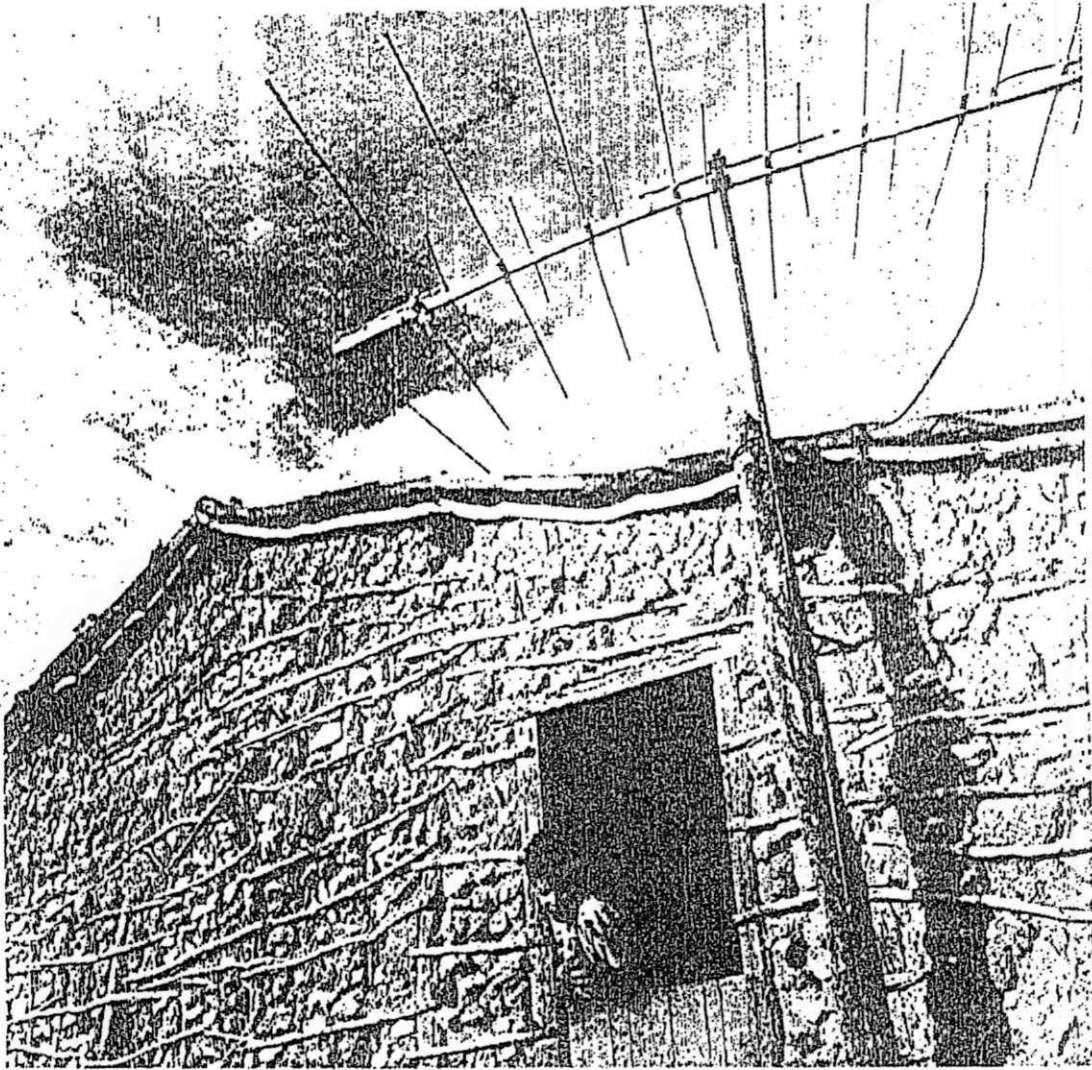
Antes de distanciar-se da mulher escuta uma voz miagoda, estridente:

— Vocês tão é lucrando com isso. Eu sei...

Reflexos ou não das primeiras tomadas de Aruanda, quando a equipe do cineasta Linduarte Noronha chegou ao quilombo 29 anos atrás para mostrar ao mundo um ramal genuíno dos filhos de Zumbi, os negros da Serra do Talhado (a 26 km de Santa Luzia) exprimem com silêncio, frases curtas e secas, a pouca confiança que depositam em gente de fora.

Em suas peles, rostos, roupas rotas, aspecto frágil e doentio, não se enxerga o sentido do termo abolição.

Se escravidão significa dependência, submissão, ausência de liberdade, servidão, cativo, exploração do homem com fins econômicos, não é necessário muita metáfora para inserir o Talhado no contexto do passado. A realidade desse tempo reflete-se no



quilombo de Zé Bento com as mesmas pinceladas de preconceito, desrespeito, agressão, violência. A diferença entre uma época e outra reside apenas na forma que foi utilizada para instaurar-se a obediência forçada, o domínio, a tirania sobre uma raça que peca apenas pela cor.

Sem falar em sua atual condição social, econômica, sanitária, os descendentes de José Bento Carneiro (que fugiu dos caçadores de escravos do Piauí no ano de 1860) vêm sendo espectadores da destruição de seus próprios valores culturais, religiosos, de seus costumes à medida que a mídia atirou em seus olhos imagens de uma realidade exterior. Iluminada, ilusória e falsa. Através da televisão, das locuções iludentes e animadas do rádio, do automóvel, do batom, do jeans, essas maravilhosas armadilhas da modernidade.

CENAS INACABADAS

Aruanda é o céu dos Orixás. De onde observa os seus entes terrenos o poderoso Orixalá, pai dos deuses negros. *Aruanda* é um filme. Um belo nome. Documentário dos mais premiados pela crítica quan-

24/EmDia

do as câmeras de uma geração de jovens cineastas brasileiros percorriam o cenário nacional procurando mostrar em preto e branco as cores da miséria e da arte de filmar.

Aruanda. Para o povo do Talhado, o olimpo de suas preces e uma marca, no caso do filme, como tantas outras. Que o tornou conhecido aqui e em outros lugares, qualquer lugar onde se entenda negro e pobreza como elementos preciosos para o trabalho do artista. *Aruanda* é um belo filme.

A projeção de seus efeitos, no entanto, continua, apesar de ter sido realizado há quase trinta anos. Mostrando um povo enfraquecido a cada dia, década que passa. Uma terra que é a mesma. A mesma serra seca, cinza e árida no verão. O mesmo negro. Caminhando pelas páginas de um roteiro mal escrito pela natureza política do homem. Cruzando nas entrelinhas do barro, lajeiros, espinhos com personagens que só saem de cena quando morrem. Ou fogem do lugar à procura de uma vida melhor. O que raramente acontece.

No inverno, como agora, a serra é verde, vivante e fria com os ventos que as chuvas carregam. Nessa época, à noite, ouve-se o murmúrio da ventania que



vagúcia pelos morros, varro-vaes escuros, gemendo sons murinhos de vagalhões, tempestades, quebra-mares; cobrindo suas encostas de sussurros ancestrais presos nas gargantas negras de galcões e cavavelas.

Os herdeiros dos lorubás, Jejes, Nagôs estão mais tristes. Menos unidos. Dispersos, itinerantes pelos becos de Santa Luzia, Canipina Grande, São Paulo, Rio e Brasília. Há oito anos havia no povoado em torno de 800 habitantes, como registra o Mohral. Hoje, esse número não passa de 200, listão todos querendo a cidade. O próprio líder da comunidade, Sebastião Brás, cultivava esse desejo. Ex-vereador, na década passada, Brás tem a seguinte visão do lugar:

— Tudo aqui é muito difícil. Quando eu era vereador era mais fácil conseguir as coisas. Aqui, quando a gente adocece, se não tiver como chegar à Santa Luzia, morre.

Brás perdeu a última eleição e não quer mais se candidatar a nada. Está apoiando um dos integrantes

do quilombo, Moisés, para ver se obtém uma estrada melhor, posto de saúde com médico, crédito para a agricultura. Sua família, diferente das outras espalhadas ao longo das três localidades que compõem o quilombo — Oiticica, Riacho Grande e Talhado — não transmite um teor de dor e miséria tão acentuado. Seu Sebastião possui a única televisão da serra (a bateria de carro), a única mercearia, três vacas leiteiras, 14 filhos, e uma velha camionete.

O ATOR PRINCIPAL

A trilha percorrida por Paulino Carneiro Saturnino, há 29 anos, ao figurar como "protagonista" de Aruanda, de casa para o barreiro, diariamente, em busca do barro para moldá-lo em alimento, subsistência, após os potes, panelas e jarros vendidos na feira de Santa Luzia, é uma interpretação das árduas andaduras do seu bisavô, Zé Bento Carneiro, do Piauí à Paraíba, até vencer os obstáculos e emboscar

a paz no alto-da serra, primeiro na Pitombeira, depois no Talhado.

As primeiras cenas de Aruanda situam Paulino, Maria (sobrinha falecida) e Éric (chamam-no Eri-que), seu filho, num cenário de pedras, cactos, ladeiras, gravetos secos, lidando com um ritual que teve início há mais de 100 anos — o artesanato de utensílios domésticos. Zé Bento vira no barro vermelho de Santa Luzia o sentido para o nascimento e a vida do seu povo. Era marceneiro. Daí o nome Talhado.

Seu Paulino, 68 anos, um agricultor de pele negra e pai de onze filhos, guarda do tempo de Aruanda a lembrança do convívio com a equipe de cineastas paraibanos, durante seis semanas de trabalho e as notícias dadas por amigos, que iam à cidade, de que ele e Aruanda corriam mundo.

— O sr. já viu o filme?

— Não. Nunca vi.

— Por quê?

— Uma vez me disseram que estava passando em Santa Luzia. Mas não fui ver não.

Enquanto fala, voz baixa e rouca, usando um vocabulário em que se misturam expressões de sua língua nativa e do idioma branco sertanejo, parece reconstituir na tela dos olhos pardos, nebulosos, seqüências de imagens perdidas, emaranhadas na teia da memória.

Aos poucos recorda-se do fotógrafo Rucker Viciera, de um "baixinho de óculos e meio apressadinho" (Vladimir Carvalho) e mais nitidamente do autor do documentário.

— Por onde andam eles?

— Por aí. Rucker em Recife, Vladimir em Brasília, Linduarte e João Ramiro em João Pessoa.

Após pequena pausa, como se procurasse pelo chão de barro batido do casebre de taipa algum retalho de razão para aquela conversa, o velho Paulino puxa uma cena do poço da lembrança e comenta:

— Aqueles danados quase me matam de andar em lombo de burro, cavando terra todo dia de manhã e de tarde...



26/EmDia





- O sr. gostaria de ver o filme um dia?

- Só se eles vierem aqui.

Nenhum dos "atores" de Aruanda assistiu ao documentário. Eric aparece no filme com apenas 10 anos, um pequeno garoto negro olhando ninhos de passarinhos, ajudando o pai a arrancar o barro para o fabrico das panelas, caminhando sob o sol de Aruanda, onde certamente algum de seus deuses estaria indagando o que significava tudo aquilo para os seus entes terrenos.

Eric chega do roçado, e, após os cumprimentos, um caneco de água e um sorriso, pergunta ao pai se a presença dos repórteres tinha alguma coisa a ver com o filme.

- Não, filho, os moços aqui só estão conversando.

Calado, sempre concentrado em algum ponto da parede de taipa, tentando disfarçar algum sentimento ou vontade de perguntar alguma coisa, Eric ainda hoje se lembra de um sapato que lhe foi prometido e nunca recebeu: "faz 29 anos".

- Tá brincando com menino, não é, moço? Menino não esquece nada não - interfere o pai tentando desfazer o clima de insatisfação do filho com Iandarte.

- O sr. tá sabendo que é o aniversário da abolição?

- O quê?

- O 13 de Maio. Cem anos de liberdade dos escravos negros. Como é que o sr. se sente?

- Ah, eu não sei não.

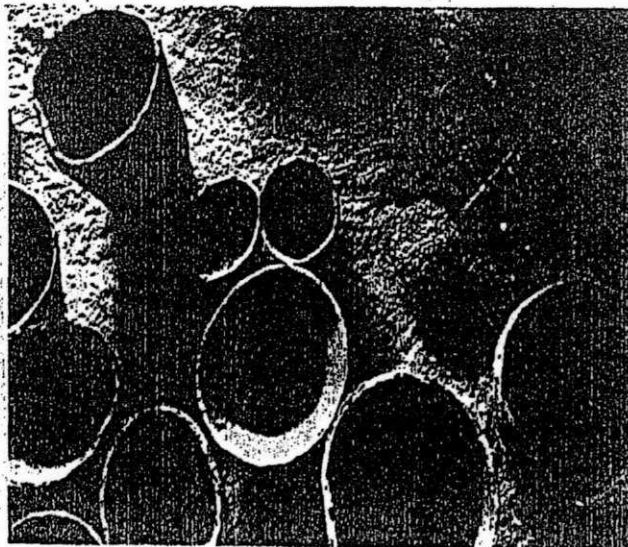
- Não acha bom isso?

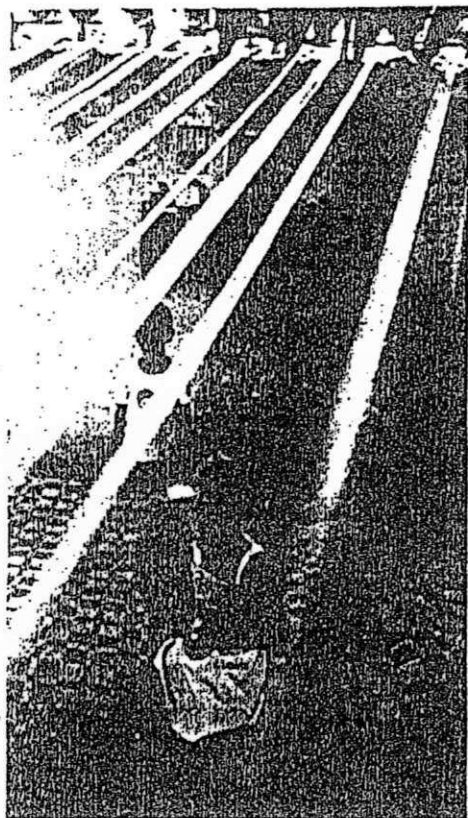
- É, pelo menos não vendem mais a gente.

Quase uma da tarde. Seu Paulino e Eric querem voltar ao roçado de milho, que este ano promete uma grande safra. No filme eles figuram como apanhadores de barro para as louceiras da família. Mas essa, na realidade, é uma tarefa das mulheres. Os homens trabalham na terra.

- Só fiz aquilo porque me pediram muito. Disseram que iam me pagar e então eu trabalhei com eles. Mas eu não ia deixar meu roçado à toa de jeito nenhum.

- Mas eles não davam nada ao sr.?





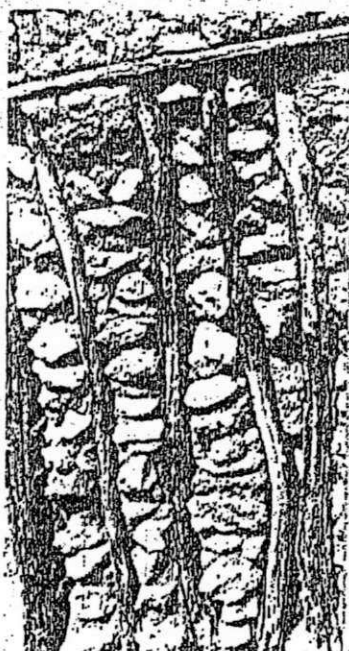
— Davam. Davam uma ajuda pra feira e diziam que a gente fosse trabalhando que depois eles mandavam o pagamento de João Pessoa. Davam 20 cruzeiros. Um compadre meu me disse depois que o filme tava no mundo todo. Que eu fosse em João Pessoa buscar o meu dinheiro. Mas não fui não. Eles não prometeram mandar?

O ITINERÁRIO DAS LUZES

Dos filhos de seu Paulino apenas três moram no Talhado. Mas não o ano inteiro. Dividem suas vidas entre a serra e a cidade. Todos eles, como a maioria dos integrantes do quilombo, preferiram descê-la. Fugindo da seca e da fome da mesma maneira como seus antepassados fugiram dos caçadores de escravos. A mesma esperança que o fundador do Talhado teve na Chapada da Borborema eles a depositam agora aos pés de Santa Luzia do Sabugi, onde se reuniram em dois pontos da cidade — monte de São Sebastião e rua Arlindo Bento —, verdadeiras favelas.

Os homens, geralmente aposentados, abandonaram a agricultura e levaram suas famílias para os centros urbanos, esvaziando acentuadamente o lugar onde se fixaram a partir do fim do século passado. Hoje a quantidade de louceiras do Talhado é bem menor. As mulheres, nos arredores de Santa Luzia, não podem exercer o ofício do artesanato porque lá não existe o barro. Mas muita lama e pedras. Lá em

28/EmDia





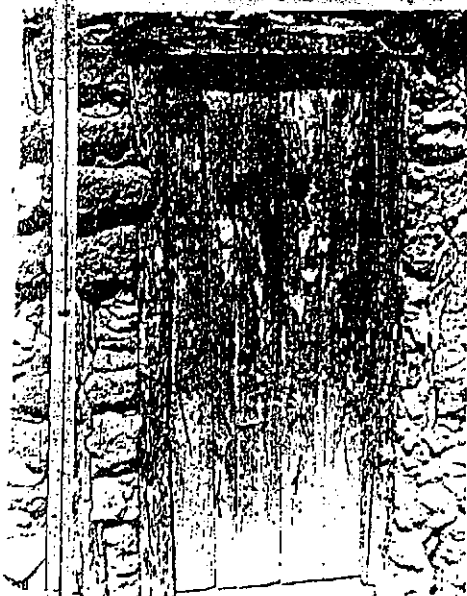
cima ficaram menos de 50 famílias, confirmando ano a ano as estatísticas do Mobrai: em 1980 o quilombo tinha o maior índice de mortalidade infantil do Estado. De uma família com 12 filhos, 4 a 6, do primeiro ao quinto mês de vida morriam de desidratação. Os mais velhos, de verminose, sarampo, gripe, tuberculose.

Esse diagnóstico indica que atualmente os moradores do quilombo podem contar uma história — que se repete há mais de um século — dividida em três capítulos. Sempre linear e marcada pela ausência de qualquer elemento novo que a faça tomar rumos mais felizes. O primeiro, de Zé Bento à Aruanda. O segundo, de Aruanda à chegada do Mobrai. E o último, do Mobrai à favelização do quilombo, exatamente quando se comemora a liberdade que os brancos concederam ao negro. Ao que tudo indica ela deverá continuar rígida, impiedosa e cruel, mudando apenas o lugar das interrogações e reticências da serra, que podem ser colocadas, agora, nas linhas iluminadas da zona urbana de cidades do interior, do litoral, de toda parte do país.

Se agora a equipe de Aruanda voltasse ao Talhado, 30 anos depois, teria que multiplicar suas câmeras entre o que restou da comunidade negra de Zé Bento, lá no alto da serra e o que se configura hoje nos subúrbios de Santa Luzia.

Embaixo, os primeiros enquadramentos mostrariam uma estreita rua de casas humildes com arcos

Em/Dia/29





A família de Chico Bento, como as outras da favela, sofre com a fome e o preconceito racial. Mas ele não pensa em voltar pro Talhado

de ruína, pensas, frágeis, abrigando pessoas frágeis com ares de ruína humana, rostos ideais para closes em cores ou em preto e branco.

Em seguida, um desses closes poderia focar a figura simpática e simples de Chico Bento, 74 anos, neto do fundador do quilombo, dono de uma das casas da favela, três cômodos; rádio de pilhas, sanfona, uma penca incontável de netos, saúde e histórias da serra.

Doné branco na cabeça, cigarro de palha na boca, acendendo a cada momento em que o sente apagado, olha para o fotógrafo, larga o fósforo no chão e pergunta:

— Vocês foram no Talhado?

Quer saber como estão Paulino, Sebastião Brás e diz que tem vontade de voltar. Mas na cidade é melhor. Afinal, tem luz elétrica, televisão, muitos dos seus filhos e netos morando perto dele e hospital, para quando alguém adoecer. Seus 3 netos: Cícero Bento, Titico e Canário são os melhores sanfoneiros do Talhado e durante o São João mostram suas habilidades no clube do município.

Mas a música, lá no Talhado de hoje, sona mais triste. Cada vez mais desunidos e isolados pelas dificuldades de acesso, fome, doenças, já não tocam seus instrumentos nativos, dançam forró raramente e esqueceram até seus cultos afros. As crianças, pela própria força da inocência, reagem à dureza e ao absurdo que é a vida naquele canto, com um riso mais fácil, até o instante em que não morrem "de gasto", como dizem as mães.

Então, as câmeras passeariam pelas terras do quilombo captando a desolação, centenas de casas com suas portas fechadas, os fornos de queimar louças

desativados, as famílias empobrecendo ano a ano. Dona Adelina, uma das louceiras, diz que a morte do quilombo não está distante. E reza todos os dias para que Sebastião Brás, o líder deles, não vá embora de lá. Está cansada de promessas de políticos e exprime sua insatisfação apontando para o cartaz de um deputado da região pregado na parede da sua casa:

— Eles só se lembram da gente na eleição. Eu acredito mais o quê?! Acredito em Deus e no braço do meu marido.

Em quase todas as casas da serra é comum avistar-se retratos de deputados federais e estaduais, como Edme Tavares, Efraim Moraes, pichações das últimas campanhas, lembrando as derradeiras promessas das campanhas. Mas não são todos que possuem a consciência crítica de dona Adelina. Muita gente do Talhado, por exemplo, fala com admiração de figuras como o ex-governador Wilson Braga, o ministro Mário Andreazza, recentemente falecido, e de outros parlamentares que representam aquela área.

A única realidade palpável do quilombo, no entanto, é o desejo coletivo de deixar a localidade. Então, lá embaixo, as lentes de Aruanda II captariam cenas típicas dos migrantes que esbarram na dureza do pesadelo urbano, após as nuvens do sonho de viver melhor.

Na zona urbana de Santa Luzia não há espaço digno para os habitantes do Talhado. Lá, eles enfrentam todo tipo de preconceito, vendo suas chances de progredir completamente minadas, a partir da discriminação, da exigüidade do campo de trabalho etc. Até os negros da cidade, que não nasceram

na comunidade, menosprezam o povo de Zé Bento. É o caso de José Neves de Assis, analisando a situação dos negros com uma visão urbanizada, ingênua e colonizada:

— Aquilo é um bando de negros aciganados. Vivem por aí, jogados, pedindo sobras de comida pelas casas. Agora, tocar sanfona eles sabem. Lá no Talhado todo mundo toca sanfona. E esse negócio de quilombo já era. Existe mais não.

Continuando a seqüência de traços do ex-quilombo, a questão crucial que agora caracteriza o grupo é a irreversível destruição de suas raízes ao lado da diluição de sua própria cor. Como se o processo de miscigenação do Talhado (que foi rápido e singular, considerando-se que o fundador do quilombo, Zé Bento Carneiro, não se fechou à presença do branco e teve como uma de suas mulhoreas uma cabocla de olhos claros) profetizasse o resultado da fusão das três raças: o branco, o pardo, o índio. E por trás desse arco-íris étnico prevalecesse não as cores das raças mas os prismas de um estado econômico e social que determina leis e regras que conduzem o quilombo à favela e à promiscuidade do ser.

Do branco colonizador, que não pediram para chegar a eles, os filhos de Aruanda herdaram apenas o cromatismo da espécie, vaticinando, talvez, a verdadeira raça brasileira: pele escura, cabelos lisos (do índio) e olhos claros.

Quanto a cultos e ritos, esqueceram tudo. Não



se lembram mais do chocalhar de um caxixi preso a um berimbau, do som do matungo, gobos e atabaques, ritmos de saudação à Aruanda. Onde, lá no alto, algum Orixá mais atento percebe o ludíbrio que foi toda a história da alforria. Esse mesmo Deus de pele escura também não deve ter visto com bons olhos a Primeira Missa do quilombo, há oito anos, segundo as benesses do ex-Mobral. A primeira missa. Uma clara reedição das rezas de Cabral, em homenagem à submissão do índio e à usurpação da terra, do homem e de toda uma história.

O quilombo de Zé Bento desceu a serra em busca de luz, que nasce, como diz o poeta Gil, da própria escuridão. Mas, no lugar de toda a simbologia da pigmentação opaca, branca, alva, criada pelos povos de peles claras, indicando o bem, o êxito, a fartura, a felicidade, encontraram, ao redor da cidade, todos matizes dos signos malévolos que o branco também criou para a cor negra: a fome, o desperdício, o desespero, o medo, a agonia, a miséria, a ausência de perspectivas, a doença, o delírio, o absurdo. Axé?

Aruanda: alternativa crítica para o cinema brasileiro

ANTÔNIO BARRETO NETO

Com 'Aruanda', Linduarte Noronha abre, no final da década de 60, o mais fecundo e mais significativo ciclo de produção cinematográfica da Paraíba. Seu filme, além disso, é considerado pela unanimidade da crítica nacional como fundamental para a definição de uma linguagem e um processo de produção de cinema eminentemente brasileiros. Com poucos recursos financeiros e equipamento técnico reduzido ao absolutamente essencial (uma velha câmera emprestada pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo), Linduarte e o cinegrafista Rucker Vieira subiram a Serra do Talhado, no município de Santa Luzia, alto sertão paraibano, para documentar a vida de uma pequena comunidade de negros remanescentes de escravos foragidos, que ainda hoje existe ali, praticamente sem contato com a civilização e sobrevivendo economicamente do fabrico de utensílios de barro que vendem nas feiras livres das cidades vizinhas.

Com pouco mais de meia hora de duração, 'Aruanda' registra o cotidiano sem perspectivas da pequena comunidade, sua economia primitiva e seu isolado



mento social. Num breve introdução, reconstituem em flashback a saga do escravo Zé Bento, fundador do pequeno arrabal que se transformaria no Quilombo do Talhado. O filme causou tremendo impacto nacional, com repercussão, em crítica e em prêmios conquistados, em vários países da Europa, para onde foram vendidas cópias. Ali estava, afinal — constataram os críticos — a saída para o impasse em que se encontrava naquele momento o cinema brasileiro,

à procura de identidades nacionais. Linduarte e Rucker subvertiam os métodos profissionais de produção, dispensando toda uma parafernália de recursos técnicos para filmar direto, com luz natural e câmera na mão, flagrando a realidade em toda sua crueza, sem artifícios nem retoques. E, ao mesmo tempo, inauguravam uma nova linguagem para o cinema brasileiro, transformando em precedente estético a carência de recursos materiais e técnicos com que filmava.

A forma paradoxalmente primitiva e revolucionária de Aruanda originou a estética da fome, preconizada por Gláuber Rocha e base de todo o movimento que desagiu no Cinema Novo, resposta brasileira aos movimentos de renovação cinematográfica que eclodiram na França, com a nouvelle vague; na Inglaterra, com o free-cinema; nos Estados Unidos, com o spontaneous cinema; e em várias outras partes do mundo, nascidos da necessidade de contestar a produção mercantilizada e decadente da época. Dois anos depois de 'Aruanda', Linduarte e Rucker reallizariam, nas mesmas condições do anterior, outro documentário, 'Cajuero Nordestino', com 20 minutos de duração. Baseado numa monografia de Mauro Motta, o filme registra a importância ecológica, social e econômica do cajueiro, cuja influência na paisagem do litoral nordestino estende-se ao folclore, à culinária e às artes, de um modo geral. Sem o impacto de 'Aruanda', o novo documentário de Linduarte e Rucker sobressai-se pela pesquisa formal que os cineastas empreendem: partir de uma linguagem puramente visual e sonora, dispensando o texto falado e qualquer outro artifício narrativo.

Reportagem Os Quilombos Sobrevivem no Sertão da Paraíba, realizada por Felix Filho sobre as comunidades do Livramento e do Talhado, publicada no Jornal do Brasil, em 30 de junho de 1980.

OS QUILOMBOS SOBREVIVEM NO SERTÃO DA PARAÍBA

Felix Filho

RECIFE — Isolados, habitando no alto de serras servidas por péssimas estradas carroçáveis, quase intrasponíveis, duas comunidades de negros, antigos quilombos, mantendo hábitos primitivos, ainda guardam algumas das principais características de seus antepassados. Vivendo do trabalho na agricultura e confecção de peças artesanais, os negros do Livramento e Talhado, no sertão da Paraíba, descendentes de escravos fugitivos, pouco se misturaram e os casamentos quase sempre são realizados dentro da própria comunidade.

Desconfiados, gostando de tomar muita caculia e dançar coco nas horas vagas, para esquecer o sofrimento de uma vida de extrema pobreza, os moradores do Livramento — habitando o ponto mais alto do Nordeste, o Pico do Papagaló (1 mil 360 metros), a 11 km da sede, do Município pernambucano de Triunfo — não gostam de falar nas suas origens e mantêm certo mistério em torno dos primeiros negros que habitaram a serra. Já entre os pretos que habitam a serra do Talhado, no Município de Santa Luzia do Sabugi, na Paraíba, mais abertos e hospitaleiros, ainda está vivo, na tradição oral, a história do escravo Zé Bento, que há mais de 100 anos refugiou-se naquelas bandas, organizando o quilombo do Talhado.

Não se sabe ao certo qual a origem dos negros que habitam o Pico do Papagaló. Presume-se que tenha sido um grupo de pretos fugitivos de algumas das fazendas dos litorais pernambucanos, algoano ou paraibano. Nem mesmo os fazendeiros vizinhos ou o frade Carmelita Cerilo, que dá assistência religiosa na área, sabem as origens do grupo negro naquela serra.

Os mais velhos, atícos a qualquer presença estranha, não querem ser fotografados e negam-se a contar como seus antepassados chegaram aquele local. Os jovens dizem que não sabem, mas o medo e a desconfiança, herdados dos seus antepassados, ainda persistem. Porém, as características são bem visíveis, levando à conclusão de que todos tiveram a mesma origem, ou seja, que um grupo de negros — os Patrício — fugitivos de alguma fazenda, encontraram na serra do Pico do Papagaló, a 1 mil 360 metros, um local seguro, totalmente inacessível aos capitães-do-mato (caçadores de escravos fugitivos) para formar um quilombo, o Livramento.

Espalhados em três localidades — Livramento (PB); Águas Claras e Espírito Santo (PE), na divisa desses dois Estados — os negros, durante muito tempo, viveram isolados do restante da população dos Municípios de Princesa Isabel (PB) e Triunfo (PE). Qualquer presença estranha na região era repelida imediatamente. Com o tempo, no entanto, mesmo desaconselhados pelos mais velhos, ainda temerosos, os jovens foram-se aproximando de Triunfo.

Mesmo assim, o contato foi demorado e por muito tempo os negros somente desciam a serra algumas vezes por ano. Atualmente, a aproximação é bem maior. Todos os sábados eles vêm para a feira, onde comercializam seus produtos e compram os mantimentos necessários a sua sobrevivência.

Por uma estrada de pedras, com locais onde somente um automóvel alto consegue passar, chega-se ao Livramento depois de quase uma hora, para percorrer apenas 11 quilômetros. Lá, em casebres espalhados pelas encostas das montanhas, os negros do quilombo do Livramento vivem há mais de 100 anos, pouco se misturando com os brancos e cultivando uma rica tradição oral.

Agéis dançadores de coco nas festas de São José, santo padroeiro da comunidade, os negros do Livramento começam a sentir influências alienígenas à sua cultura. Há 10 meses, chegou a energia elétrica ao povoado e com ela a televisão.

Os jovens, segundo José Emílio dos Santos — Pia como é conhecido — um dos líderes dos negros do Livramento, "não mais se interessam pelo coco ou outra dança típica. Eles agora só querem saber de baile e dançar a tal da discoteca". Mesmo assim, muitos deles ainda gostam de participar de

uma noitada de coco, na base de muita aguardente até o raiar do dia.

As casas do povoado estão distantes uma das outras. Existem apenas quatro aparelhos de televisão, onde todos se reúnem para assistir à programação a partir das 18h. Acabou o costume de ouvir rádio à noite — privilegiados pela posição, eles conseguem captar várias emissoras do Sul do país e do exterior. Quase todos querem assistir à televisão.

Mas, festa mesmo acontece toda primeira terça-feira de cada mês. Neste dia, o frade carmelita Cerilo, de Princesa Isabel, faz sua visita pastoral casando, batizando, confessando e celebrando uma missa bem ao modo dos negros. "É um dia de festa", conta José Emílio dos Santos, pois é a oportunidade de reunir todos os moradores vizinhos.

Na festa de São José, padroeiro dos pretos do Livramento, comemorada em 19 de maio, eles guardam um costume antigo, promovendo uma espécie de leilão, com toda renda destinada ao santo. São exibidos objetos, doados pelos próprios moradores, e várias pessoas apresentam suas propostas. Mas há um detalhe curioso neste leilão — "nelão", como chamam — é todo ao som da zabumba e acompanhado por aguardente.

Fora dos momentos de alegria e festa, a vida é dura para os quase 1 mil habitantes do Livramento, Águas Claras e Espírito Santo. A seca destruiu 70% de toda produção e os mais velhos reclamam a falta de escola para os filhos. Apenas 30% deles conseguem fazer o curso primário e muitos preferem deixar a região à procura de melhores dias no Sul do país.

Na casa de José Pia, de barro batido e quase sem móveis, lentamente vai se quebrando o isolamento e a desconfiança vai diminuindo. Aos poucos, depois de alguma conversa, eles começam a chegar e dentro de instantes a sala da casa já está cheia. José Pia é uma espécie de líder dos moradores do Livramento, mas vai logo aconselhando a não perguntar sobre as origens daquela comunidade. "Sormente os mais velhos sabem e não adianta ir lá, eles não falam e não gostam de ser fotografados".

Trabalhando numa propriedade próxima, Ambrosina Patrícia, 57 anos, nascida em Águas Claras, é uma das descendentes diretas dos habitantes do quilombo do Livramento. Voz forte, rosto triste e mãos caieja-

das pelo trabalho na enxada, um pouco desconfiada e às vezes ríspida, ela provavelmente pertence à quarta geração dos Patrícios, os primeiros negros que se refugiaram no Pico do Papagalo.

Sua mãe, Constança Patrício, teve 20 filhos e era neta dos fundadores do quilombo do Livramento. Apesar disso, ela se considerava donzela e nunca se casou. Ambrosina é uma das maiores dançadoras de coco da região e, segundo ela, "se tiver uma garrafa de cachaça eu danço em qualquer lugar".

Porém, para Virtuosa Alexandrina dos Santos, 52 anos, "o coco só deve ser dançado em dias de festas". Filha de João Patrício, bisneto dos primeiros habitantes do Livramento, ela vende galinhas na feira de Triunfo, todos os sábados, e, ultimamente, com a estiagem prolongada, perdeu toda a plantação. Não deseja inscrever-se nas frentes de emergência do Governo, por "medo de perder" um pouco que ainda lhe sobra. Como ela, sem maiores explicações, quase todos não querem se alistar nas frentes de emergência, mesmo os mais jovens, desconfiados de que poderão ser obrigados a pagar depois ao Governo ou até entregar suas propriedades para pagamento dos salários.

Os costumes e as tradições dos negros do Livramento foram mantidos, principalmente pelo isolamento a que estavam submetidos no alto das serras. Devido a isso, os negros conseguiram trazer até nossos dias certos costumes, e os casamentos foram se realizando dentro da própria comunidade. O coco que eles dançam — diferente do coco de roda ou coco praleiro, como é conhecido — é formado por seis pares que se cruzam, ao som de um ganzá, um pandeiro e da voz de um cantador. Batendo com os pés, levantando a poeira, os negros hoje em dia não conseguem mais dançar a noite inteira. Os mais jovens, já influenciados pela televisão e pelas comunidades vizinhas, preferem a discoteca da cidade de Triunfo ao som do ganzá e o gosto da poeira misturado ao aguardente.

14. No Planalto da Borborema, no Município paraibano de Santa Luzia, a 26 km da sede, fica a serra do Talhado com seus 600 habitantes, aproximadamente. Lá, há mais de cem anos, um negro fugitivo, provavelmente de fazendas do Piauí, organizou o quilombo do Talhado.



Zé Piá, líder de Livramento

Os negros da serra do Talhado fazem cerâmica para vender nas feiras livres

Está viva na tradição oral do povo a história de Zé Bento (José Bento Carneiro) escravo e filho de escravo, marceneiro que sabia trabalhar a madeira e deu nome à Serra do Talhado, como ele mesmo batizou, fez família e organizou, depois, o clã que se desenvolveria com o passar do tempo e ainda hoje permanece.

Na serra do Talhado todos são parentes. Descendentes do escravo José Bento Carneiro, o Zé Bento, que introduziu o trabalho com o barro, até hoje desenvolvido pelos moradores. Quando ele se estabeleceu no Talhado, não tinha pretensões guerreiras com os da época. Pretendia apenas sobreviver. Para isso, procurou e descobriu o barro, vermelho e mole, matéria-prima que daria forma à expressão artística de seu povo, materializada em objetos de barro que, comercializados, renderiam o necessário para subsistência dos seus.

Ainda hoje, a comunidade subsiste do trabalho artesanal em barro. A mulher da serra do Talhado, de mão rudes mas hábeis e treçadas, cabe a tarefa de fabricação de potes, panelas, quartinhas, tigelas e jarros que são negociados nas feiras de Santa Luzia e São Mamede.

Uma das pessoas de maior influência social no povoado é Sebastião Braz dos Santos, genro de João Carneiro, que até sua morte foi uma espécie de chefe do clã. Sebastião é um mestiço alegre, conversador e hospitaleiro. Nasceu e criou no Talhado, de sobrevivente do trabalho na agricultura e de uma pequena mercearia que serve aos moradores da região.

Os casebres espalham-se pelos declives da serra, distantes um do outro, habitados pela gente de cor escura, vivendo há mais de 100 anos sem qualquer orientação cultural. Não há energia elétrica e o rádio de pilha é o único meio de comunicação existente. Devido à localização privilegiada, eles diariamente, mesmo durante o dia, escutam as rádios do Sul do país. Nos dias feriados, todos descansam e o jogo de futebol é a principal diversão.

Plantam milho, feijão e algodão e quase toda produção está perdida com a estlagem. Mas a subsistência mesmo da comunidade está no trabalho com o barro. Os quatro

primeiros dias úteis da semana são aproveitados pelas loceiras para o fabrico que transpõem os declives e precipícios, tendo às costas a carga de utensílios que serão vendidos na feira de Santa Luzia. Embora resistentes, os objetos rendem quase nada no comércio.

O gosto artístico reside no primitivismo das formas esféricas que caracterizam cada peça desprovida de atavios, desenhos ou arestas. Essa indústria, essencialmente primitiva, e uma rudimentar cultura de algodão são as fontes de renda da região.

Ao contrário do Livramento, os pretos da serra do Talhado têm prazer em contar sua história. Ainda estão vivos quatro netos de Zé Bento: Cleo Bento, Antônio Francisco, José Francisco, cego e o mais velho da comunidade e Severino Carneiro.

A casa de Severino é simples. Nas paredes de barro encontram-se retratos de santos e algumas das paisagens de revistas. Ele conta que Zé Bento fugiu de uma fazenda no Piauí e depois de uma rápida passagem no sítio Pitombela, refugiou-se na serra que posteriormente veio a chamar do Talhado.

Muito simpático e brincalhão, como quase todos os moradores do Talhado, Severino já está velho e sua sobrevivência depende do trabalho da filha na louça de barro.

Maria das Dores da Conceição, Das Dores, 52 anos, oito filhos, é a loceira mais conhecida do Talhado. No entanto, vive numa situação de extrema pobreza. Como não tem transporte, é obrigada a vender seus objetos a Cr\$ 5, cada peça, que são revendidas na feira a Cr\$ 80.

Ela consegue fazer, num dia, cerca de 15 objetos de barro. Usando um processo primitivo, Das Dores vai buscar o barro numa distância de 2 quilômetros. Depois, pisa, amassa e penetra o barro modelando, em seguida, as peças. Terminado esse processo, ela leva suas peças para o forno, onde serão queimadas. Seu marido, Severino Marques, é o único na região que não é descendente do escravo Zé Bento.

Das Dores é filha de dois irmãos, netos de Zé Bento e com as mãos modela potes, jarras, panelas e quartinhas, mostrando uma habilidade muito grande no tratar com o barro. Sua vida, porém, é de miséria quase absoluta. No chão de barro batido de sua residência, poucas ferramentas de trabalho espalhadas. Seu forno caiu e ela ficou sem condições de reconstruí-lo, dificultando mais ainda sua vida.

A vida do povo do Talhado, de uma maneira geral, é bastante difícil. O índice de mortalidade infantil é um dos mais altos da região. Mesmo assim, os negros não se entregam e sempre que há uma oportunidade, com muito bom humor, soltam expressões engraçadas, brincam uns com os outros e até se xingam amavelmente.

Até 1958, quando não existia uma estrada, levava-se cerca de 10 horas para alcançar a cidade de Santa Luzia. Eles deixavam o Talhado pela manhã, e através de pequenos caminhos desciam a serra. Atualmente, numa estrada em péssimas condições, de automóvel, o percurso é feito em uma hora. Devido a esse isolamento, os descendentes de Zé Bento formaram uma grande família. Numa casa, existem vários cegos devido a casamentos entre irmãos, conforme comentam os moradores.

Contam, ainda, que o primeiro rádio que chegou, levado por um filho de Zé Bento, já falecido, provocou o maior tumulto no Talhado. Todo mundo correu com medo da "caixa falante". Hoje, eles estão plenamente familiarizados com utensílios domésticos e alguns possuem automóvel.

Os habitantes da serra do Talhado já serviram de tema para um documentário. O cineasta paraibano Linduarte Noronha, em 1960, dirigiu o filme Aruanda, tendo como tema os costumes, vivências e a paisagística da serra do Talhado e sua gente.

Neste documentário, premiado em festivais nacionais e internacionais, trabalhou uma equipe de técnicos de bom nível no cinema nacional, como Rucker Vieira (fotografia), Vladimir Carvalho e João Ramiro (assistente de direção). O filme levou 40 dias para ser rodado e a trilha sonora é O Piauí, música folclórica da região, criação e execução de Manoel Pombal com o seu piano, acompanhado pelos zabumbas da Banda Cabaçal dos pretos da Irmandade do Rosário de Santa Luzia.